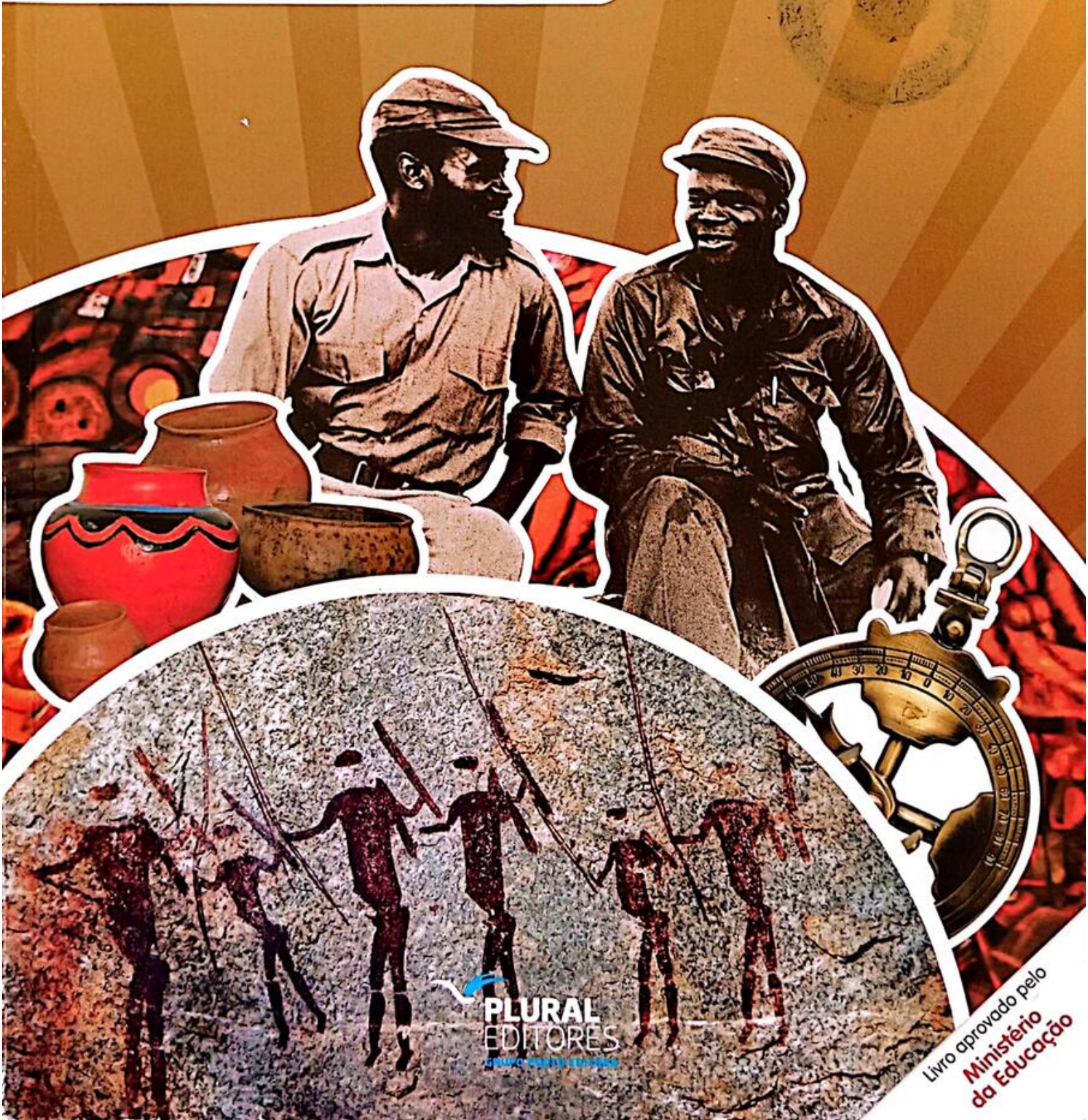


De acordo com os novos programas

# História

# 12<sup>a</sup> classe

Telésfero de Jesus Nhapulo



**PLURAL**  
EDITORES

Livro aprovado pelo  
**Ministério**  
da Educação

**12.<sup>a</sup>**  
classe

# História

Telésfero de Jesus Nhapulo



# Apresentação

O manual da 12.ª Classe de História abrange uma das etapas mais marcantes da História de Moçambique, tanto pela diversidade e quantidade de acontecimentos que se sucederam ao longo de várias épocas, como pelo seu carácter e modo peculiar, desde o período de fixação bantu até às primeiras eleições multipartidárias moçambicanas.

Procurando fugir do estudo factual e fragmentado, este manual procura apresentar a História não como um amontoado de datas e factos, mas sim como uma sequência de acontecimentos que nos dá uma visão mais globalizante do processo histórico, analisando de forma integrada os seus aspectos socioeconómicos e políticos das suas diferentes épocas.

O presente manual apresenta os aspectos mais relevantes do período da fixação bantu em Moçambique, a formação das unidades políticas – reinos, estados e impérios –, com destaque para a sua organização económica, social e política, e aborda o período da penetração mercantil. Neste capítulo, optámos por dar maior enfoque às relações estabelecidas com as aristocracias locais e o impacto na vida das populações.

Da fase do colonialismo em diante, desenvolvemos o estudo da instalação das sucessivas estruturas político-administrativas e económicas, a partir das quais foi possível a implantação do regime colonial em Moçambique. Nesta unidade estudam-se também as formas de resistências à ocupação colonial e a luta armada de libertação nacional. O culminar de todo este processo – o período da independência nacional até à realização das primeiras eleições democráticas – é o objecto de estudo da Unidade 5.

O manual apresenta uma linguagem acessível, bem como uma simplificação didáctica. Ao longo do texto são apresentados documentos variados – textos, cronologias, esquemas, mapas, fotos – que, explorados através das questões da rubrica “Exercitando competências”, contribuem para compreender não só a História de Moçambique como a forma como se faz a ciência História, que a Unidade 1 também problematiza.

Esperamos, assim, ter dotado este livro com os recursos suficientes para que os jovens moçambicanos a quem ele se destina possam, ao conhecer a História de Moçambique, compreender melhor a actualidade do país onde vivem.

O autor



As tropas de Gato sofreram duas importantes derrotas, a de Mafrense e depois a de Oualala, mas continuaram a resistir sob o comando de Miquelina Costa.

Esta acção levou rapidamente ao fim a política de António Enx, no âmbito das denominações de Condições de Bafes de 1864-65.

Gungahama foi preso pelo capitão Mousinho de Albuquerque em 2 de Dezembro de 1899 e deportado para Lisboa e depois para as Açores, onde viveu a morrer em 1906.



132 Prisão de Gungahama em 2 de Dezembro de 1899, prisão do mestre de Mouro, Mousinho de Albuquerque. Portugal. A brava de Gungahama nasceu e cresceu na "Caba de Gato".

**Respostas sugeridas:**

- 1. A causa da derrocada de Gato não foi por certo a disputa do capital mercantil das economias. Quais são as causas da derrocada do Estado de Gato?
- 2. Qual era o programa de Gungahama?
- 3. Qual era o plano colonial para Moçambique?

Recapitulando – síntese da Unidade

**Respostas sugeridas:**

A partir do momento em que o Homem começa a tornar-se sedentário, com a descoberta da agricultura e da pastorícia, são introduzidos novos instrumentos de trabalho na sua acção produtiva, promovendo o aumento da produção. Esse aumento agitou as economias e com isso a diferenciação social, a partir do momento em que os efeitos se agrupam deuses. Nessa altura, formam-se esquemas de pessoas para administrar e organizar as comunidades. Foi assim que surgiu o Estado. O Estado foi sempre um elemento que se sobrepôs à sociedade e é composto por pessoas que se ocupam exclusivamente do trabalho de gerir e administrar a bem comum.

Em Moçambique, as primeiras sociedades surgiram como resultado das mudanças económicas e sociais que tiveram lugar desde o 1.º milénio da nossa era. Um conjunto de factores conjugados de natureza económica, social e política levaram ao surgimento dos estados, tais como: Estado do Zimbábue, Estado dos Moçambiques, Estado dos Maraves, Estado Avoa, Praves, Estado Mitanava de Nio de Zambeze, Kapalava e Sul-lanava de Costa e o grande Estado de Gato.

O período mercantil foi importante no estabelecimento do modo de produção capitalista nas comunidades. A acção do capital mercantil nestas sociedades vai fazer-se sentir com o incremento do comércio exterior distinguido pelas fronteiras em três níveis: o do local, o do regional e, mais tarde, o das economias.

A penetração de certos capitais mercantis nas sociedades teve como consequência a acumulação de riqueza das actividades locais e das lutas internas, mas também criou uma tensão no seio das comunidades locais. Por exemplo, o comércio de escravos destruiu a unidade social das comunidades locais, com a transferência da força produtiva e o empobrecimento das comunidades.

Já no século XIX, os mercadores estrangeiros não se interessavam só em comprar e acumular de riqueza das actividades locais e das lutas internas, mas também se pedia ocupação militar e administrativa e a exploração directa dos recursos naturais e humanos do território de Moçambique. Os estados que existiam em Moçambique no século XIX são profundamente modificados e todos terminaram por imposição da ocupação efectiva decorrente da Conferência de Berlim.

**Avaliação**

**Grupo I**

- 1. Porquê é difícil definir um período único e consensual de periodização?
- 2. Como eram feitas as primeiras formas de contagem do tempo?
- 3. Cronologia e periodização são sinónimos? Justifique.
- 4. Complete as afirmações seguintes:

O tempo do humanista, durante muitos séculos, foi limitado à ...  
de sua ... importante era dado ao tempo em dias, meses, anos, décadas e séculos, ...  
As fontes históricas são sempre ... e ...

- 1. Construa um gráfico de tempo sobre a periodização da História de Moçambique.
- 2. Defina fontes históricas.
- 3. Defina os princípios gerais de fontes históricas e destaque os ...
- 4. Faça uma análise crítica, num texto de no máximo 10 linhas, sobre as fontes ... das fontes da História de Moçambique.

"As fontes históricas, sejam elas escritas, orais ou de outro tipo qualquer, mostram-nos apenas uma parte da realidade. No entanto, as fontes orais permitem-nos muitas vezes conhecer melhor aspectos da própria História, pelo facto de serem ... e representarem ..."

**Justifique esta afirmação:**

"A tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais segura."

"A boca do velho chama mal mas os profetas chamam boas e sábias."

- 1. Comente estas afirmações à luz da importância das fontes orais na reconstrução da História moçambicana.
- 2. De acordo com a tabela dos momentos de conservação e transmissão de memória colectiva (pág. 30), em que momento se localizam as fontes de origem literária?

**Grupo II**

Assinale as alternativas que se aplicam, após colectar perguntas de escolha múltipla. Resposta seleccionada: verdadeira ou falsa.

Por exemplo:  
1. Gato é o nome da fundação de MELINDI.  
a) Verdadeiro (V)  
b) Falso (F)

- 1. As fontes da História distinguem-se em:
  - a) fontes escritas, orais e arqueológicas (V)
  - b) fontes de objectos de arte, documentos e cartas (V)
- 2. Cronologia é:
  - a) a ciência que lida com o tempo e o espaço das sociedades humanas (V)
  - b) a arte e a ciência que se dedica a estabelecer as datas e a ordem dos acontecimentos históricos (V)
  - c) a ciência que se dedica a estabelecer as datas e a ordem dos acontecimentos históricos (V)
  - d) a ciência que se dedica a estabelecer as datas e a ordem dos acontecimentos históricos (V)
- 3. Pode-se afirmar que as fontes históricas de Moçambique:
  - a) são todas conservadas nos arquivos (V)
  - b) são todas conservadas nos arquivos (V)
  - c) são todas conservadas nos arquivos (V)
  - d) são todas conservadas nos arquivos (V)
- 4. A preservação cultural inclui a melhoria e a actualização cultural moçambicana e a preservação da herança cultural (V)
  - a) preservação física (V)
  - b) preservação física (V)
  - c) preservação física (V)
  - d) preservação física (V)
- 5. O registo das actividades orais é:
  - a) um meio administrativo (V)
  - b) um meio administrativo (V)
  - c) um meio administrativo (V)
  - d) um meio administrativo (V)

Ficha de avaliação de toda a Unidade, dividida em 2 grupos:

- 1 grupo de questões de desenvolvimento
- 1 grupo de questões de escolha múltipla

# Índice

1

## Sobre a periodização da História de Moçambique

<b>1.1. Periodização da História de Moçambique</b> .....	10	<b>1.2. As fontes da História de Moçambique</b> .....	17
1.1.1. Os conceitos de periodização e cronologia .....	10	1.2.1. Os tipos de fontes .....	17
1.1.2. Proposta de periodização da História de Moçambique .....	15	1.2.2. As suas limitações .....	20
		1.2.3. A importância da tradição oral .....	25

2

## Moçambique: da comunidade primitiva ao surgimento das sociedades de exploração

<b>2.1. As comunidades de caçadores e recolectores: os Khoisan</b> .....	34	2.3.1. As actividades económicas .....	43
<b>2.2. Os povos de origem bantu</b> .....	35	2.3.2. A organização social e política .....	44
2.2.1. A expansão e fixação bantu .....	36	2.3.3. A ideologia .....	45
2.2.2. As causas da expansão .....	38	<b>2.4. O início da diferenciação etnolinguística em Moçambique</b> .....	47
2.2.3. As diversas teorias sobre a expansão bantu segundo Martin Hall .....	41	2.4.1. As linhagens matrilinear e patrilinear ...	47
<b>2.3. As sociedades moçambicanas após a expansão bantu</b> .....	43	2.4.2. A localização dos grupos etnolinguísticos de Moçambique .....	49

3

## Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira

<b>3.1. Abordagem teórica sobre a origem do Estado</b> .....	56	3.2.4. A penetração árabe-persa .....	77
3.1.1. O surgimento da diferenciação social ..	56	3.2.5. A penetração mercantil europeia .....	84
3.1.2. Algumas teorias sobre a origem de Estado .....	57	3.2.6. Os prazos da Coroa em Moçambique ..	89
<b>3.2. Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira</b> .....	59	3.2.7. A decadência do Estado dos Mwenemutapas .....	94
3.2.1. O Estado do Zimbabwe .....	59	3.2.8. A presença portuguesa e os Estados Marave (1693-1750) .....	98
3.2.2. O Estado dos Mwenemutapas .....	65	3.2.9. O comércio do marfim e a expansão colonial .....	99
3.2.3. O Estado Marave .....	71		

<b>3.3. O ciclo dos escravos (1750/60-1836/ século XX): aspectos gerais</b> .....	106
3.3.1. O início do tráfico de escravos em Moçambique .....	106
3.3.2. Locais de recrutamento .....	107
3.3.3. Destino dos escravos .....	108
3.3.4. Impacto do tráfico de escravos para as sociedades moçambicanas .....	109

<b>3.4. Os Estados de Moçambique no século XIX</b> .....	111
3.4.1. Os Estados Militares do Vale do Zambeze .....	111
3.4.2. Os Estados Ajaua .....	115
3.4.3. Os Estados afro-islâmicos da costa ....	118
3.4.4. O Estado de Gaza .....	124

## 4

### O período da dominação colonial em Moçambique e o Movimento de Libertação Nacional

<b>4.1. Colonização e teorias de resistência</b> .....	138
4.1.1. As teorias de resistência segundo Terence O. Ranger .....	138
4.1.2. A importância e consequências das resistências .....	139
<b>4.2. O colonialismo português em Moçambique, de 1890-1930</b> .....	141
4.2.1. O papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique .....	147
4.2.2. A corrida imperialista e a delimitação das fronteiras de Moçambique .....	148
4.2.3. As resistências do Norte, Centro e Sul de Moçambique .....	153
4.2.4. A montagem do Estado colonial .....	157
4.2.5. A economia colonial: características gerais .....	161
4.2.6. O Norte e a Companhia do Niassa .....	162
4.2.7. Os prazos e a Companhia da Zambézia .....	167
4.2.8. O Centro e a Companhia de Moçambique .....	170
4.2.9. O Sul e o trabalho migratório .....	178

4.2.10. A política social .....	183
4.2.11. As primeiras formulações nacionalistas .....	187

<b>4.3. O período do colonialismo português a partir de 1930</b> .....	194
4.3.1. A conjuntura política e económica e os marcos de viragem .....	195
4.3.2. A política social: a crescente importância da colonização mental .....	202
4.3.3. Alterações na política colonial .....	206
4.3.4. O nacionalismo moçambicano .....	211
4.3.5. A luta anticolonial .....	215
4.3.6. A fusão dos três movimentos e a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) .....	219
<b>4.4. O desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional</b> .....	220
4.4.1. A crise do colonialismo português .....	223
4.4.2. A Independência Nacional .....	225

## 5

### Moçambique depois da independência

<b>5.1. As estratégias políticas, económicas e sociais</b> .....	232
5.1.1. Política interna .....	232
5.1.2. Política externa .....	237

<b>5.2. Guerra de desestabilização: 1976-1992</b> .	240
<b>5.3. Os processos eleitorais em Moçambique: legislativas, presidenciais, autárquicas e provinciais</b> .....	246

# 1

## Sobre a periodização da História de Moçambique

---

- 1.1. Periodização da História de Moçambique
- 1.2. As fontes da História de Moçambique

### Objectivos específicos:

- Definir os conceitos de periodização e cronologia
- Identificar os períodos da História de Moçambique
- Explicar limitações das fontes da História de Moçambique
- Explicar a importância da tradição oral na reconstituição da História

# 1 SOBRE A PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

Os historiadores utilizam a periodização e a cronologia para facilitar a compreensão dos factos históricos. Para a História de Moçambique apresenta-se uma proposta de periodização, que é, como todas as periodizações, relativa e subjectiva.

## 1.1. Periodização da História de Moçambique

A História divide-se em períodos para facilitar o trabalho do historiador e do estudante, atendendo assim a uma necessidade didáctica fundamental. Assim, também à História de Moçambique é aplicada a **periodização**.

### 1.1.1. Os conceitos de periodização e cronologia

*As épocas apenas têm um interesse **mnemotécnico**.*

Benedetto Croce

[1] O interesse mnemotécnico das épocas históricas.

#### O conceito de periodização

A periodização da História é a **divisão artificial, que os historiadores estabeleceram, da História em épocas**, períodos ou idades, para fins didácticos.

O interesse em efectuar esses “cortes” (ou “recortes”) data de há muitos e longos anos e é tão antigo quanto a necessidade de registo da História.

No entanto, vários historiadores em cada época ou cultura têm aplicado uma metodologia diferente de periodização da História.

É ao historiador que cabe periodizar a História, mediante as **fontes históricas** de que dispõe e dos critérios que utiliza. Por isso se diz que qualquer acto de periodização da História é **relativo e artificial**.

Toda a periodização é **passível de críticas** porque constitui uma articulação artificial no processo histórico. Mas ela é indispensável para que o conhecimento histórico se torne **inteligível**.

É difícil definir um padrão único consensual de periodização. Sendo assim é admissível a existência de **várias periodizações históricas** ligadas a diferentes pontos de vista culturais, **etnográficos** e ideológicos.

#### Vocabulário

##### Mnemotécnica

É uma técnica de estimulação e facilitação da memória.

##### Periodização

Dividir o tempo em etapas/fases distintas.

##### Fontes históricas

Vestígios que representam a presença de seres humanos no tempo e no espaço.

##### Etnográficos

Estudos descritivos das instituições e das civilizações.

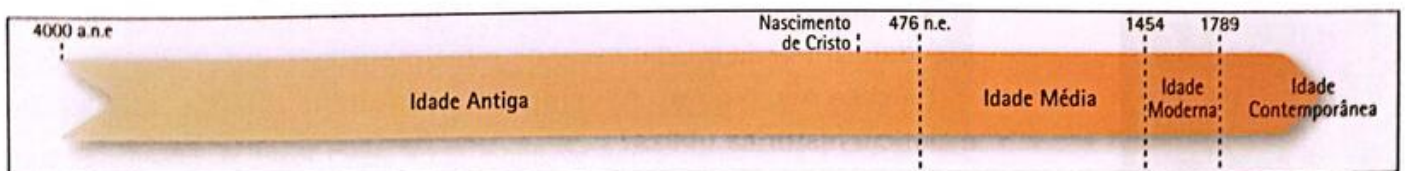
##### Genealógica

Estudos relativos à origem e sucessão de famílias, descrevendo as relações de parentesco entre gerações.

A articulação político-genealógica constitui o método mais antigo de periodização empregue pelo Homem, onde na sua análise observa os limites dos **reinados** e das **dinastias**.

Na periodização clássica da História, existem quatro grandes períodos: a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea.

Nome da época histórica	Idade Antiga	Idade Média	Idade Moderna	Idade Contemporânea
<b>Periodização</b>	Inicia por volta do ano 4000 a. C. ou a.n.e., com a invenção da escrita e estende-se até à queda do Império Romano do Ocidente em 476 d. C. ou n.e.	Vai desde 476 e estende-se até 1453, quando termina a Guerra dos Cem Anos e é tomada a cidade de Constantinopla pelos Turcos-Otomanos.	Vai desde 1453 até 1789, quando eclode a Revolução Francesa.	Inicia-se em 1789 e estende-se até os nossos dias.
<b>Características</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– primeiras sociedades a utilizarem a escrita;</li> <li>– início da arte clássica, da Filosofia e demais ciências;</li> <li>– nascimento e queda das grandes civilizações grega e romana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– também chamada época feudal ou Idade das Trevas;</li> <li>– forte sentimento de medo e insegurança;</li> <li>– perda de importância das ciências e saberes;</li> <li>– populações amuralham-se;</li> <li>– sociedade de ordens: povo, nobreza e clero;</li> <li>– tem 3 periodizações internas: Alta Idade Média (séculos V ao X), Plena Idade Média (séculos XI e XII) e Baixa Idade Média (séculos XIII ao XV)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– início das expansões mercantis e comerciais;</li> <li>– época de furor pelas descobertas ultramarinas, pela novidade, pela ciência;</li> <li>– movimentos protestantes e de reforma católica;</li> <li>– despotismo esclarecido e monarquias absolutas;</li> <li>– questionamento da sociedade de ordens e da monarquia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– fim das sociedades de ordens e do Antigo Regime;</li> <li>– revoluções liberais tentam libertar-se das monarquias absolutistas;</li> <li>– era da industrialização do mundo e corrida às matérias-primas;</li> <li>– primeiras guerras imperialistas e disputa pelas colónias;</li> <li>– as nações unem-se em associações multinacionais;</li> <li>– época de extremos ideológicos: nazismo, socialismo, comunismo.</li> </ul>



[2] A periodização clássica da História.

## O conceito de cronologia

*Os compêndios de História começam e acabam, mas outro tanto não acontece com os fenómenos que neles são registados.*

Robin George Collingwood

[3] Os limites temporais dos fenómenos históricos.

## Vocabulário

### Cronologia

É a ciência cuja função é a de determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos redigindo-os e juntando-os numa sequência lógica.

A palavra **cronologia** é derivada do grego *chronos* ou *cronos* (tempo) e *logos* ou *logia* (ciência). Logo, a cronologia é a **ciência do tempo**.

A cronologia pode ser uma **classificação, lista ou tabela** de acontecimentos ordenados no tempo.

Cronologia dos Estados Marave	
1580	Invasão Zimba (povos guerreiros e canibais) que impuseram pequenas linhagens Marave
1600	O clã Phiri dos Karonga funda os Estados Marave
1601	Gasti Rucere pede apoio aos portugueses devido à invasão Marave
1616	Aparecimento do nome Marave em vários relatos da época

Fonte: Telésfero Nhapulo, *Atlas Histórico de Moçambique*, p. 14.

[4] Exemplo de cronologia em tabela.

A nossa existência está intimamente ligada ao tempo. As **primeiras formas de contagem do tempo** foram feitas pelos primeiros homens que habitaram a Terra, através da constante **observação dos fenómenos naturais**. Eles verificaram que podiam medir o tempo através da passagem do dia para a noite, das fases da Lua, da posição de outros astros, da variação das marés e da duração do crescimento das colheitas agrícolas.

Durante muitas décadas, o trabalho do historiador foi limitado ao uso do **tempo cronológico**. O importante na função do historiador era datar o tempo em dias, meses, anos, décadas e séculos, instituindo uma noção de tempo puramente cronológica.

Hoje em dia, a **contagem do tempo não constitui a principal prioridade da História**, embora seja importante. O tempo cronológico *stricto sensu* não interessa aos historiadores pois a sua passagem não determina as mudanças e acontecimentos (factos históricos).

Se esse não é o tipo de tempo trabalhado na História, que tempo a ciência histórica utiliza?

Hoje em dia, os historiadores utilizam o **tempo histórico**.

Enquanto no tempo cronológico se trabalha com constantes e medidas exactas e proporcionais de tempo, a organização do tempo feita pela ciência histórica leva em consideração outros factores, os eventos, a conjuntura e a estrutura.

O tempo histórico e o tempo cronológico caracterizam-se por muitas diferenças, apesar de ambos serem importantes para o ser humano. Mesmo assim, o historiador utiliza a cronologia do tempo para organizar as narrativas que constrói.



[5] A contagem do tempo foi, durante vários séculos, feita através da observação dos fenómenos naturais, como a sucessão das fases da Lua, que demora 29 dias a completar um ciclo completo.

O tempo cronológico pode ser organizado por referenciais diversos, o tempo histórico também pode mudar de acordo com a sociedade e os critérios que sejam relevantes para o investigador do passado.

Tempo histórico segundo Marc Bloch é a ciência dos homens no tempo		
<b>Estrutura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– é o que é permanente;</li> <li>– localiza-se no tempo longo;</li> <li>– aplica-se a domínios culturais, económicos, políticos, etc.</li> </ul>	Exemplo: a Idade Média
<b>Conjuntura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– é cíclica;</li> <li>– tem média duração;</li> <li>– também pode aplicar-se a domínios culturais, políticos, sociais, etc.</li> </ul>	Exemplo: a Plena Idade Média, em França
<b>Evento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– ocorrência singular;</li> <li>– é o tempo curto.</li> </ul>	Exemplo: casamento de Filipe II de França com a dinamarquesa Ingeborg, por volta de 1193

### A cronologia cristã (ou da nossa era)

A sigla usada no calendário cristão é a. C. e corresponde aos anos anteriores ao nascimento de Cristo. O ano em que Jesus Cristo nasceu é o ano 1.



[6] O nascimento de Jesus Cristo é um momento fundamental para a criação das cronologias de História. No retábulo a *Adoração dos Magos*, de Gentile da Fabriano (século XV), retrata-se os primeiros dias após o nascimento de Jesus Cristo.

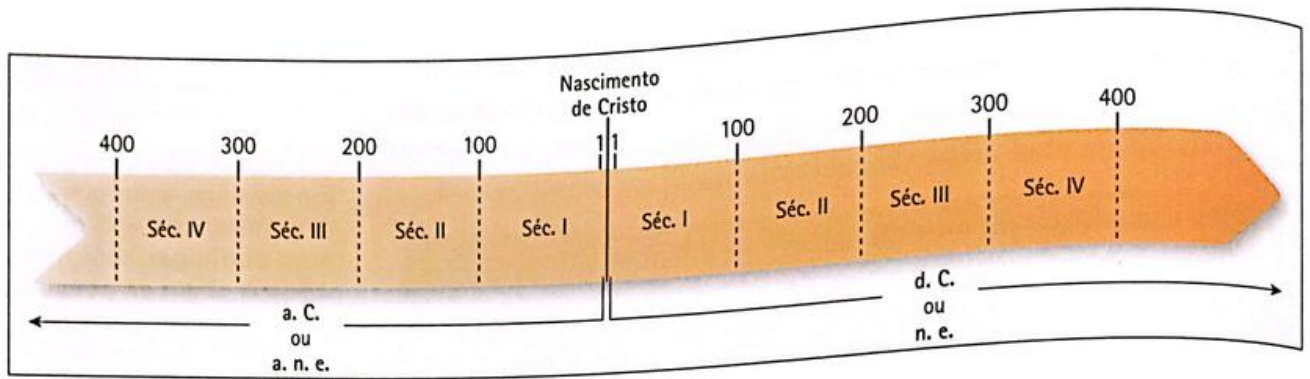
Quanto aos anos posteriores ao nascimento de Cristo pode usar-se a sigla d. C., que significa depois de Cristo, ou n.e., que significa nossa **era**.

Também é comum, sobretudo nas fontes históricas primárias, haver a referência a “anno Domini” (ano do Senhor), que significa ano da era de Cristo, ou seja, d. C..

#### Vocabulário

##### Era

Época iniciada por um acontecimento importante. A Era Cristã inicia-se com o nascimento de Jesus Cristo.

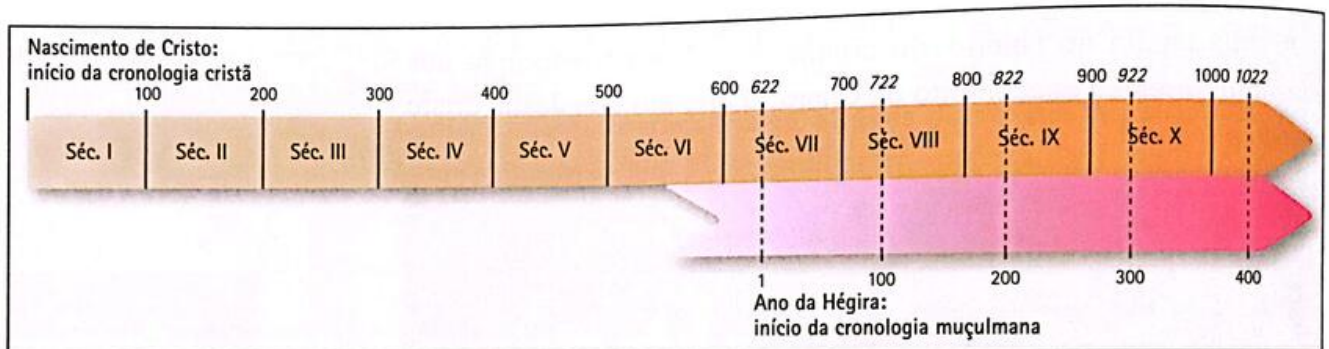


[7] Friso cronológico da Era Cristã.

### A cronologia muçulmana

A cronologia cristã difere da **cronologia muçulmana**. O ano 1 dos muçulmanos corresponde ao ano 622 d. C. dos cristãos.

O ano 1 da cronologia muçulmana é o ano da Hégira. Corresponde ao ano da fuga de Maomé para Medina. Pode também ser chamado de ano maometano.



[8] Friso cronológico: a era cristã e a era muçulmana.

### Exercitando competências

1. Defina periodização.
2. Defina cronologia.
3. Porque se diz que a periodização é sempre relativa e subjectiva?
4. Qualquer proposta de periodização é passível de críticas? Justifique.
5. Antigamente, as primeiras sociedades mediam o tempo pela sequência de fenómenos naturais. Depois passaram a medir o tempo pela sequência ordenada de reinados e dinastias. Concorda com esta afirmação? Justifique.
6. Analise o friso [7]. Podem-se substituir as siglas "a. C." por "n. e."? E o que significam essas siglas?
7. Observe o friso [8].
  - 7.1. O que é o ano da Hégira?
  - 7.2. O ano 922 d. C. é o mesmo que o ano 922 da era muçulmana? Justifique e apresente os cálculos necessários.

### 1.1.2. Proposta de periodização da História de Moçambique

Para uma melhor compreensão da História de Moçambique, apresenta-se em seguida uma proposta de periodização.

A História de Moçambique é normalmente dividida em 6 períodos com características distintas.

Tempo	Nome do período	Características do período
Até aos anos 200/300 n.e.	<b>Período da comunidade primitiva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– sociedade sem exploração e sem classes;</li> <li>– praticava-se a caça, a recolocção e a pesca;</li> <li>– o modo de vida era nómada;</li> <li>– o trabalho estava dividido por idade e por sexo;</li> <li>– a divisão da produção era feita por igual;</li> <li>– os instrumentos de trabalho eram muito rudimentares;</li> <li>– exemplo de comunidade: Khoisan.</li> </ul>
Desde 200/300 até ao ano 800	<b>Período dos povos de língua bantu</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– comunidades de agricultores e pastores;</li> <li>– eram sedentários;</li> <li>– dominavam a tecnologia do ferro;</li> <li>– grande grupo de povos unidos pela mesma língua bantu.</li> </ul>
Desde 800 até 1890	<b>Período da penetração mercantil asiática e europeia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– os árabes chegaram no século IX e instalaram-se em Moçambique, sobretudo no litoral;</li> <li>– o seu objectivo era promover o comércio;</li> <li>– no século XII chegam a Moçambique asiáticos com objectivos também comerciais;</li> <li>– há relatos e depoimentos de Buzurg Ibn Sharhiyar (marinheiro persa) e de Al-Masudi (viajante muçulmano) onde se afirma que há um activo comércio com as “terras de Sofala”;</li> <li>– no século XV foram iniciados contactos com os mercadores europeus, mais especificamente, com os portugueses.</li> </ul>
Desde 1890 até 1962	<b>Período da agressão imperialista</b>	<p><b>De 1890 a 1930 – ocupação e exploração económica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– campanhas de pacificação em todo o território de Moçambique, resultante das medidas tomadas na Conferência de Berlim;</li> <li>– ocupação militar por parte de Portugal e a montagem do Estado (aparelho do Estado colonial);</li> <li>– criação de modelos de exploração económica do território moçambicano;</li> <li>– Centro e Norte de Moçambique são concessionados a companhias majestáticas e arrendatárias para a sua administração, bem como para a exploração dos seus recursos humanos e naturais;</li> <li>– estabelecimento dos acordos com a Rodésia do Sul e a África do Sul para exportação da mão-de-obra para as minas e a construção de infra-estruturas ferroviárias em Lourenço Marques e na Beira.</li> </ul> <p style="text-align: right;"><i>(continua)</i></p>

		<p><b>De 1930 a 1962 – período colonial e fascismo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Portugal esforça-se por estabelecer nas suas colónias a burguesia portuguesa;</li> <li>– começa o processo da eliminação dos direitos soberanos das companhias majestáticas;</li> <li>– a Companhia de Moçambique cessa os seus direitos político-administrativos sobre Manica e Sofala em 1942;</li> <li>– os objectivos da metrópole eram pôr a economia moçambicana ao serviço do Estado Novo (regime fascista português).</li> </ul>
Desde 1962 até 1975	<b>Período da luta de libertação nacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– surgimento de uma frente única de reivindicação pela emancipação de Moçambique, a fundação da Frente de Libertação de Moçambique, que resulta da fusão entre a MANU, UDENAMO e UNAMI;</li> <li>– Setembro de 1964, início da luta armada de libertação nacional e dela surgiram as zonas libertadas, as primeiras formas de administração da FRELIMO em Moçambique;</li> <li>– a política económica portuguesa de portas abertas, cujo objectivo é internacionalizar a guerra em Moçambique;</li> <li>– continuou-se com os planos de fomento;</li> <li>– em 25 de Abril de 1974 dá-se o golpe de Estado em Portugal e uma viragem a favor da descolonização da África portuguesa;</li> <li>– assinatura dos acordos de Lusaka que marcam o fim do sistema colonial em Moçambique. É estabelecido o governo de transição;</li> <li>– em 25 de Junho é proclamada a Independência Nacional.</li> </ul>
Desde 1975 até os nossos dias	<b>Período da República</b>	<p><b>De 1975 a 1994:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– formação do Estado moçambicano, de modelo socialista, orientado por uma economia centralizada, dirigida pelo Estado;</li> <li>– são elaborados vários planos económicos: PEC, PPI, PRE, PRES;</li> <li>– guerra civil;</li> <li>– é elaborada a Constituição de 1990;</li> <li>– fim da guerra civil com a assinatura dos Acordos de Roma.</li> </ul> <p><b>De 1994 aos nossos dias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– eleições livres e democráticas;</li> <li>– implantação de uma democracia parlamentar;</li> <li>– implementação da economia livre.</li> </ul>

Fonte: Luís Filipe Pereira (ed.), *História de Moçambique: Textos para a 10.ª classe (Em regime experimental)*, Maputo: INDE, 1990. (adaptado)

### Exercitando competências

1. Que importância tem a periodização para a História de Moçambique?
2. Dado o carácter subjectivo de qualquer periodização, para si, que outra periodização da História de Moçambique seria possível? Elabore um quadro-resumo, semelhante ao apresentado atrás, para a periodização da História de Moçambique.  
(Note que o quadro-resumo atrás apresentado é uma proposta subjectiva.)
3. Faça uma pesquisa sobre a história da sua cidade ou província e elabore uma proposta de periodização.

## 1.2. As fontes da História de Moçambique

A História de Moçambique é feita com recurso a vários tipos de fontes, mas as fontes orais são as mais importantes. Apesar disso, elas têm, tal como as restantes, muitas limitações.

### 1.2.1. Os tipos de fontes

As fontes da História, inclusive as da História de Moçambique, dividem-se em três tipos:

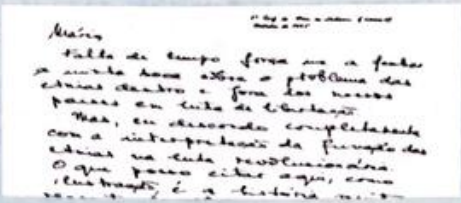


- fontes escritas;
- fontes orais;
- e fontes arqueológicas ou materiais.

#### As fontes escritas

As fontes escritas foram sempre as preferidas dos historiadores para o seu trabalho, sobretudo na corrente positivista.

No entanto, a pesquisa histórica requer o alargamento do seu campo de acção, isto é, tudo aquilo que permanece do passado até ao presente capaz de ser assimilado pelo historiador deverá ser comparado com outros vestígios ou indícios desse passado, num encadeamento lógico, capaz de se incluir numa sucessão. Logo, as fontes escritas não são o único tipo de fontes nem tão-pouco as preferenciais à partida.

Há vários tipos de fontes escritas: manuscritas, impressas e epigráficas.

Tipos de fontes escritas		
Manuscritas	Impressas	Epigráficas
– quando são redigidas com letra manuscrita.	– quando são redigidas em letra impressa.	– quando são gravadas inscrições em pedra e noutros suportes.
Exemplos: cartas, diários, etc.	Exemplo: livros, leis, jornais, etc.	Exemplo: inscrições de vários tipos (dedicatórias, sacras, monumentais, sepulcrais, etc.)
 <p>Fonte escrita manuscrita. Bilhete manuscrito de Eduardo Mondlane para Mário Pinto de Andrade, em 1965, na II Conferência da CONCP em Dar-Es-Salam. O assunto era o problema das etnias na luta de libertação.</p>	 <p>Fonte escrita impressa. O título de constituição da Companhia de Moçambique.</p>	 <p>Fonte escrita epigráfica. Inscrição no pedestal da estátua de Samora Machel, Maputo, Moçambique.</p>

A documentação escrita só apareceu depois da **invenção da escrita** (cerca de 3500 a.n.e.). Assim, durante muitos e longos anos este tipo de fonte não existia. O historiador, sempre que quiser reconstruir a história do passado, sobretudo a anterior à invenção da escrita, deve por isso socorrer-se de outro tipo de fontes (como as materiais).

### As fontes orais

As fontes orais são a transmissão oral de acontecimentos. Podem assumir a forma de **lendas, contos, fábulas**, etc.

Heródoto e outros historiadores da Antiguidade, no desconhecimento dos meios e dos modernos métodos de investigação histórica, utilizavam unicamente as fontes orais.

Assim, a perspectiva temporal destes historiadores era muito curta. Apoiados apenas nos testemunhos directos dos acontecimentos, **não tinham um longo alcance** dos acontecimentos ou factos na reconstituição do passado histórico.

Quando os países não contactaram desde cedo com a escrita, como é o caso da maior parte dos países africanos, não têm um grande acervo de documentação. Nesses casos, as fontes orais são recursos valiosos para se fazer uma reconstrução histórica de sucesso.

Para a reconstituição da **História do nosso país** as fontes orais têm, por isso, um papel relevante e dominante.

Contudo, é preciso um certo cuidado na utilização das fontes orais. A fonte oral deve ser submetida a um tratamento apropriado, no sentido de se apurar a **verosimilhança** histórica.

### Como tratar as fontes orais?

- pode-se, por exemplo, questionar vários intervenientes de um mesmo acontecimento e depois confrontar os resultados;
- sobre o assunto transmitido pela via oral, tentar encontrar fontes escritas;
- sobre o assunto transmitido pela via oral, tentar encontrar fontes materiais;
- reformular as questões colocadas aos transmissores da história oral, colocá-las novamente e confrontar resultados.

### As fontes arqueológicas ou materiais

As fontes arqueológicas são **vestígios materiais de objectos de arte, de animais, de pinturas rupestres** e demais vestígios da actividade do Homem na Terra.



[9] Heródoto de Halicarnasso (484-425 a. C.) foi um eminente historiador grego e é considerado um dos "pais da História".

#### Vocabulário

##### Verosimilhança

Característica do que é verdadeiro.



[10] A tradição oral tem uma importância significativa na transmissão da História do nosso povo. O convívio social propicia a troca de conhecimentos.

Para a datação destes objectos recorre-se, por exemplo, ao método do  $C_{14}$  (carbono-14), um método químico através do qual se determina a idade dos mesmos.

Exemplos de fontes arqueológicas: ossadas, rochas, vestígios de vestuário, gravuras, monumentos, esculturas, etc.

### Dever de todos: preservar o património cultural!



O património cultural é de todos os moçambicanos. Para se conseguir fazer História devemos preservar as heranças do passado, os documentos, os monumentos e as memórias colectivas do nosso povo.

Um povo sem memória não existe!

Vamos promover a moçambicanidade através da elaboração de estudos históricos, da promoção de debates culturais e de investigação científica.

[11] Fonte material: pinturas rupes-  
tres, Chinghamapere, Moçambique.



[12] Fonte material: moeda antiga moçambicana.



[13] Fonte material: vestígios arqueológicos em Manyikeni, Moçambique.

### Exercitando competências

1. Que tipos de fontes conhece?
2. O que distingue as fontes escritas das orais?
3. Uma fonte arqueológica é também uma fonte material. Concorda com esta afirmação? Justifique.
4. Observe a imagem. Que tipo de fonte representa?
5. Sobre uma mesma temática histórica podem-se encontrar vários tipos de fontes. Esta afirmação é verdadeira ou falsa? Justifique.
6. Na História da Europa, para a Idade Moderna, o tipo de fontes dominante são as fontes escritas. O mesmo é válido para a História de Moçambique?
7. A preservação do património histórico não é do interesse do historiador. Concorda com esta afirmação? Justifique.
8. Indique, no mínimo, cinco práticas que podem ajudar a preservar o património cultural moçambicano.



Fonte histórica

### Preservação do Património cultural

Moçambique possui testemunhos da História humana importantes não só para as comunidades locais como também para o resto da Humanidade. A Ilha de Moçambique, classificada como património cultural mundial, as pinturas rupestres, os muralhados (as ruínas swahili, os zimbabwes e as aringas), os locais históricos, as zonas que apresentam uma grande biodiversidade, são exemplos desta riqueza patrimonial e que contribuem para a identificação da personalidade e espaço moçambicanos. Ao Estado e à sociedade moçambicana impõe-se o dever de promover e apoiar iniciativas que visam a preservação e valorização destes bens imóveis.

Neste sentido, o governo define princípios e prioridades de actuação nas áreas de conservação, restauro, apresentação, educação e turismo, inerentes a estes imóveis [...].

Boletim da República – publicação oficial da República de Moçambique, de 10 de Junho de 1997 – 3.º suplemento

1. Imagine-se responsável pela preservação do património cultural da sua província. À luz dos princípios e prioridades definidos pelo governo referidos no documento, elabore um curto texto explicando as acções que desenvolveria no quadro das atribuições do seu cargo.

*Nós não podemos atingir o passado directamente, mas apenas através dos traços, inteligíveis para nós, que ele deixou atrás de si na medida em que esses traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que formos capazes de os interpretar.*

Henri-Irénée Marrou

[14] A importância das fontes históricas na construção do conhecimento histórico.



[15] Fonte arqueológica de difícil interpretação. Por vezes, a indisponibilidade de todas as “peças” não permite ou torna difícil traçar a história completa. É o caso deste amontoado de pedras que fazem parte do museu arqueológico de Manyikeni.

### 1.2.2. As suas limitações

A construção da História de Moçambique foi sempre um grande problema, mesmo para os fazedores da História que conhecem bem o nosso país. Há várias limitações na reconstrução da História de Moçambique que se referem sobretudo à **disponibilidade, credibilidade, acesso e distribuição das fontes**.

Neste sentido, torna-se muito importante que os cidadãos moçambicanos tenham o cuidado e a **preocupação de preservar as fontes** que existem. É só com o conhecimento das fontes que se consegue reconstruir a História de Moçambique!

#### Disponibilidade

As fontes históricas não existem segundo a vontade do historiador. É necessário entender que elas às vezes são **escasas** para determinados períodos e assuntos que são trazidos para o estudo, muitas vezes abundantes para outros e há casos em que elas não existem para a construção de muitos aspectos da vida do passado que o historiador procura conhecer.

Todas as fontes têm as suas limitações. Através delas só é possível obter **uma parte da realidade**. O historiador tem, por isso, de desenvolver um novo trabalho de

pesquisa com vista à busca de novas revelações no longo caminho da procura da verdade histórica.

*As fontes históricas, sejam elas escritas, orais ou de outro tipo qualquer, mostram-nos apenas uma parte da realidade. No entanto, as fontes orais permitem-nos muitas vezes colocar novas perguntas à própria História pela boca do protagonista e reproblematicá-la.*

Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, *História e a Problemática das Fontes. Moçambique, 16 anos de Historiografia*, vol. 1, p. 18

[16] A importância da fonte oral na História de Moçambique.

No entanto, mesmo na História oral há limitações. Por vezes, já passaram tantos anos, décadas ou séculos sobre um acontecimento que muitas fontes já foram **eliminadas da memória colectiva**, foram esquecidas.

## Credibilidade

Qualquer investigação da História do nosso país tem de passar por um trabalho de análise rigorosa das fontes, pois a maior parte delas levanta sérios problemas de credibilidade.

Os criadores das fontes podem **manipular a historiografia da época**. As fontes escritas, como as leis e outros documentos semelhantes, são produzidas por quem está no poder naquele momento. Assim, os historiadores têm de estar atentos a esse condicionalismo e analisar com forte espírito crítico aqueles documentos.

*Com a independência de Moçambique surgiu uma geração de estudiosos nacionais da História deste país que procurou romper com a historiografia herdada do colonialismo, tentando fazer uma reproblematicação (...).*

*As mudanças políticas que se operam presentemente neste país irão certamente criar outras aberturas para determinadas interpretações do devir histórico fundamental da epopeia moçambicana. Não nos podemos no entanto esquecer que, em qualquer época ou período histórico, a classe que está no poder determina um certo tipo de produção histórica, manipulação para a qual os investigadores sociais devem estar sempre atentos.*

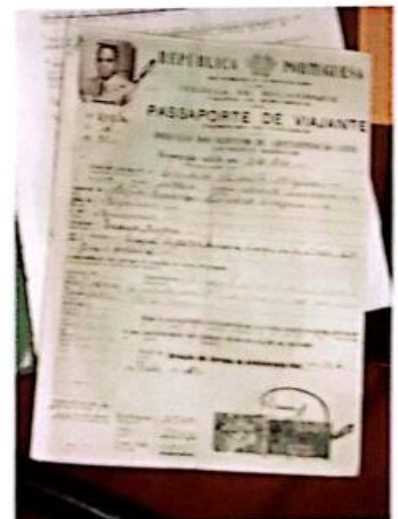
Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, *História e a Problemática das Fontes. Moçambique, 16 anos de Historiografia*, vol. 1, pp. 17-18

[17] A produção de fontes históricas é manipulada pelo poder de cada época.

As fontes materiais, como monumentos, por exemplo, também são construídas de acordo com o **regime em vigor**.

As fontes orais também podem vincular no seu discurso de geração em geração **falsidades ou adulterações históricas**.

Na análise de todo o tipo de fontes, o historiador tem de ser crítico e analítico.



[18] O confronto de várias fontes escritas sobre o mesmo tema ajuda na procura da verdade histórica. Museu da Revolução, Maputo, Moçambique.



[19] Museu da Revolução, Maputo, Moçambique.

## Acesso

Onde estão guardadas as fontes sobre a História de Moçambique? Para o estudo das fontes é necessário saber onde encontrá-las. Para o estudo de fontes escritas, podem pesquisar-se arquivos históricos públicos, bibliotecas públicas e, também, arquivos pessoais ou familiares.

Nos últimos tempos, têm sido desenvolvidos esforços para tornar públicas algumas colecções de documentos e livros, através de sites.

**memoria de africa**

EN | PT

**APRESENTAÇÃO**

**QUEM SOMOS?**

O Portal das Memórias de África e do Oriente é da responsabilidade da Fundação Portugal-África. É um instrumento fundamental e pioneiro na tentativa de potenciar a memória histórica dos laços que unem Portugal e a Lusofonia, sendo deste modo uma ponte com o nosso passado comum na construção de um identidade colectiva aos povos de todos esses países.

**MEMÓRIAS DE ÁFRICA E DO ORIENTE - ESCAPARATE**

**COLECÇÕES MAIS RECENTES**

**COLECÇÕES MAIS VISTAS**

**BIBLIOTECA DIGITAL**

**NOVOS DE ACERTECER**

afrika lusofonia religião  
 economia política economia  
 agricultura sector agrícola  
 sãa tomé e príncipe quinhê-bissau

**angola** emigração história

afrika lusofonia **portugal** história  
 sãa tomé e príncipe cabo verde

**moçambique** história índia

história cultura geral africana  
 literatura afrika meridional  
 colonialismo

**CATÁLOGO**

Registos:	305.799
Títulos:	186.906
Autores:	86.529
Assuntos:	19.942
Editores:	20.462
Colecções:	5.224

**BIBLIOTECA DIGITAL**

Páginas:	311.567
Livros/Revistas:	2.345
Colecções:	35

**NOVIDADES / NEWS**

[CATÁLOGO] | 2011-03-31  
 Foram adicionados em Março 5.672 novos registos bibliográficos pertencentes a instituições em Portugal e na Índia.

[CATÁLOGO] | 2011-02-28  
 Foram adicionados em Fevereiro 3.720 novos registos bibliográficos pertencentes a instituições em Portugal e na Índia.

[CATÁLOGO] | 2011-01-31  
 Foram adicionados em Janeiro 3.165 novos registos bibliográficos pertencentes a instituições em Portugal e na Índia.

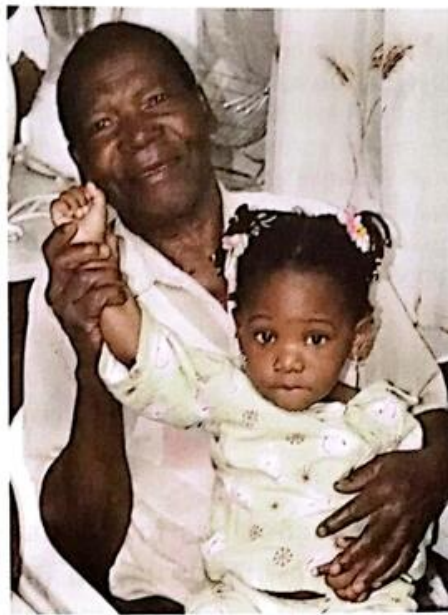
[20] Site com documentação relativa a África e a Moçambique, promovido pela Universidade de Aveiro, Portugal. O site localiza-se em: <http://memoria-africa.ua.pt>

Para o estudo das fontes materiais devem-se visitar campos de arqueologia, museus, monumentos, etc.

Para o estudo das fontes orais devem-se consultar os relatos escritos existentes, mas, sobretudo, devem-se interrogar os próprios moçambicanos sobre os temas do passado.



[21] Portal da Fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique.



[22] Avó e neta, Maputo. Os anciãos são como um livro, são um poço de saber na forma falada. A transmissão de conhecimentos entre gerações é fundamental para a tradição oral.

## Distribuição

Para se escrever a História de Moçambique temos uma igual distribuição das fontes?

Há semelhante número de fontes quer para o Sul quer para o Norte de Moçambique?

Temos fontes para todos os períodos da História de Moçambique? E sobre todas as temáticas? Há fontes para todas as temáticas da História do nosso país?

Não se conhecem respostas satisfatórias para estas questões. No entanto, é certo que para a História de Moçambique há o predomínio dos relatos de etnografia e da Natureza.

*A maioria dos estudiosos da História de Moçambique é unânime e peremptória em reconhecer que a historiografia colonial deixou uma base fragilíssima em termos de estrutura de fonte. A documentação legada é rica em descrições de natureza etnográfica, memória de viajantes e legislação colonial, apresentando tendências para o registo fraco das lutas populares contra o sistema colonial, da introdução desse sistema e do seu impacto na formação social moçambicana, tornando muito difícil uma constituição da História do país (...).*

Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José, *História e a Problemática das Fontes. Moçambique, 16 anos de Historiografia*, vol. 1, p. 17

[23] A falta de fontes sobre “a verdadeira” História de Moçambique (dimensões social e humana da História).



[24] Fonte material etnológica. Peças de caça e guerra. Museu Nacional de Etnologia.

*Item, os homens desta terra [ilha a que chamão Momçombiquy] sam ruyvos e de boons corpos e da seita de Mafamede e falam como mouros e as suas vestiduras sam de panos de linho e d'algodam muito delgados e de muitas cores de listras e sam ricos e lavrados e todos trazem toucas nas suas cabeças com vivos de seda lavrados com fio d'ouro e sam mercado-res e tratam com mouros brancos dos quaes estavam aquy em este logar quatro navios delles que traziam ouro prata e pano e cravo e pimenta e gingivre e anes de prata de muitas perllas (...).*

Álvaro Velho, *Diário da viagem de Vasco da Gama*, vol. 1, ponto 13 (adaptado)

[25] Exemplo de fonte escrita com relatos etnográficos deixada pelos cronistas de Portugal.

As limitações das fontes da História de Moçambique que se apontaram tornam a tarefa do investigador demasiado difícil. Assim, é sempre importante:

- **preservar os vestígios** que existem;
- **recolher ao máximo todos os vestígios** sobre a temática em causa;
- **seleccionar de forma criteriosa** os vestígios quando estes são numerosos;
- **levantar hipóteses** que permitam questionar os "silêncios" das fontes.

*Os historiadores deram-se conta que a restituição integral do passado era impossível: qualquer que seja a densidade dos traços, é inútil esperar poder ressuscitar tudo (...). Isso não é possível. É nisso muito simplesmente que o realismo da História encontra o seu limite.*

Georges Duby

[26] O realismo e os limites da História.

### Exercitando competências

1. Para se escrever a História de Moçambique é necessário muita perseverança na fase de pesquisa e tratamento das fontes. Concorda com esta afirmação? Justifique.
2. Analise os documentos [15] e [16] e comente a questão da disponibilidade das fontes na História de Moçambique.
3. Analise os documentos [14] e [17] e comente a afirmação de forma fundamentada: a escrita da História é também uma questão de interpretação.

**Laboratório do historiador**

- Debate de turma sobre as limitações das fontes históricas moçambicanas.
- Devem formar-se dois grupos, na turma.
  - Cada grupo define um tema de estudo da História de Moçambique.
  - Cada grupo selecciona as respectivas fontes materiais, orais e escritas para o estudo do tema.
  - Cada grupo enumera as limitações das respectivas fontes.
  - Os grupos devem debater, na sala de aula, as limitações das fontes históricas moçambicanas.

**1.2.3. A importância da tradição oral**

As fontes orais são muitas vezes **as únicas fontes** disponíveis para se escrever a História de Moçambique.

As fontes de tradição oral são de **extrema riqueza** para o auxílio e efectiva construção historiográfica de Moçambique. Nas sociedades africanas a memória oral é muito forte, muito rica e veiculada de geração em geração.

*Indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade.*

Ki-Zerbo (dir. de), *História Geral da África*, Unesco, 1982, p. 29

[27] A extrema riqueza da tradição oral para a História.

Em grande parte do continente africano, Moçambique incluído, a transmissão oral dos legados culturais é muito importante. Num continente onde a população é maioritariamente **analfabeta**, a tradição oral tem um papel importante. Para legarem conhecimentos às próximas gerações (literários, musicais, coreográficos, técnicos, etc.), o povo africano desenvolveu uma **grande capacidade de memorização**.

*A boca do velho cheira mal, mas ela profere coisas boas e salutares.*

Provérbio africano

*A tradição oral é tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória.*

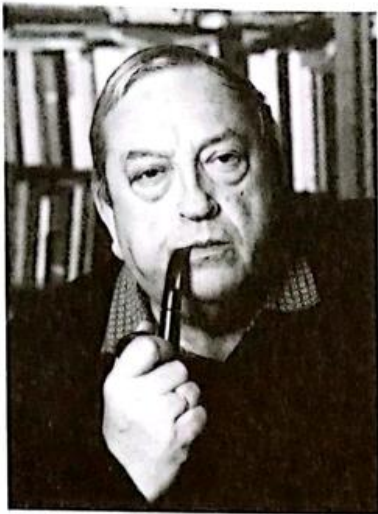
H. Moniot, 1982 (adaptado)

[29] Provérbio africano sobre a riqueza da memória dos mais velhos.

[30] Os conhecimentos e os aspectos imateriais do património cultural dos povos estão armazenados na memória humana.



[28] Moçambicanos a dançarem, Zambézia, Moçambique. A dança é um ensinamento transmitido pela tradição oral, em Moçambique.



[32] Jacques Le Goff, historiador contemporâneo, para além de ser especialista na Idade Média, também estudou as relações entre a História e a Memória.

*A tradição oral é como uma autobiografia das sociedades sem escrita alfabética, é constituída pelos mitos, contos, sistemas de crença, histórias e outros relatos. É, portanto, o registo da memória e o instrumento de transmissão da cultura e da história das sociedades sem escrita.*

Franz Boas (adaptado)

[31] A tradição oral, segundo Franz Boas.

O historiador Jacques Le Goff diferencia cinco grandes momentos distintos de conservação e transmissão da memória colectiva.

### Momentos da conservação e transmissão da memória colectiva (Le Goff)

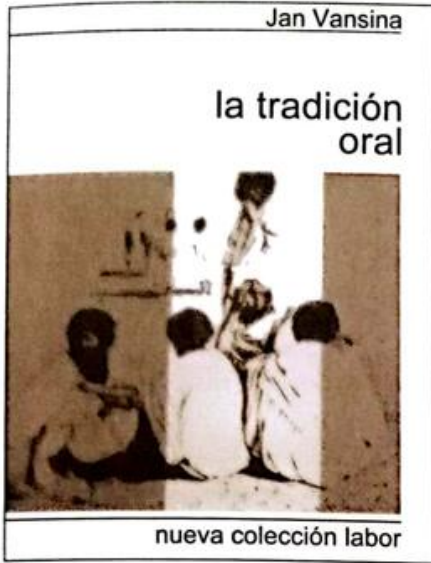
1.º momento	memória oral ou memória étnica, presente nas sociedades sem escrita alfabética;
2.º momento	memória de transição entre a oralidade e a escrita, característica do período Pré-Histórico à Antiguidade;
3.º momento	memória medieval, momento de equilíbrio entre a memória oral e a escrita;
4.º momento	memória escrita (século XVI até aos dias actuais), que predomina a partir da revolução da escrita com a mecanização e seus processos;
5.º momento	memória electrónica (hoje em dia) que se organiza e nos encaminha às fontes através da informática.

Na actualidade, têm-se realizado várias pesquisas, através de trabalho de campo, cujo objectivo é **recolher elementos das tradições orais** pertencentes aos povos que resistiram ao processo de colonização.

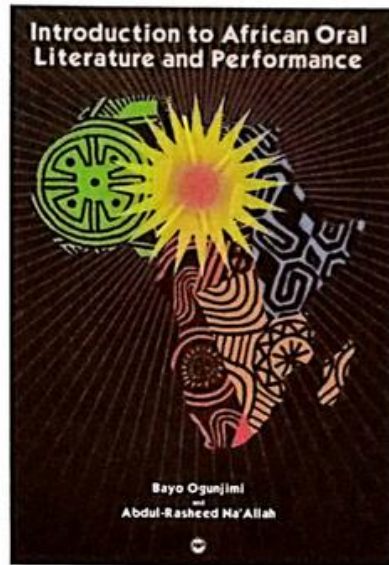
Também têm surgido os **centros de documentação oral** criados em muitos países, cujo objectivo é conservar e desenvolver acervos visuais, sonoros e de documentação da cultura dos povos indígenas africanos.

O esforço de conservar, registar e desenvolver a história oral acontece porque ela apresenta-se para a História de África como uma **fonte integral**. Para além disso, já tem uma **metodologia** bem estabelecida.

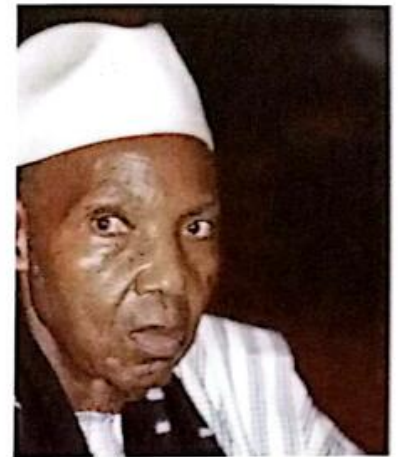
Nesse âmbito devem-se destacar, entre outros, os trabalhos sobre África realizados por Jan Vansina e Ki-Zerbo.



[33] Jan Vansina foi um eminente historiador europeu que atribuiu um enorme valor à história oral. Capa da sua obra *La tradición oral*.



[34] Livro actual sobre a tradição oral africana.



[35] Joseph Ki-Zerbo foi um grande historiador de África que valorizou as fontes orais.

Neste processo de recolha e registo da tradição oral, é necessário um certo grau de segurança na reconstrução da memória dessas sociedades. Portanto, o uso das informações escritas pelos cronistas requer um tratamento apropriado. O tratamento passa por **submeter as fontes à crítica interna e externa** e daí avaliar o grau de interferência dos cronistas na transmissão do relato indígena.

No processo da recolha de informações em que muitas vezes é feita de uma língua para a outra, a maior dificuldade é transferir a tradição oral de uma língua para outra ou de um registo para outro de forma integral sem correr o **risco de cair nas omissões ou deturpações**.

*A tradição acomoda-se muito pouco à tradução.  
Desenraizada, ela perde sua seiva e sua autenticidade, pois a língua é a  
"morada do ser."*

Ki-Zerbo (direção), *História Geral da África*, Unesco, 1982, p. 29

[36] O problema das traduções na tradição oral.

*Os relatos dos viajantes são resultado de um relacionamento entre diferentes instâncias: o ver, o perceber, o interpretar, o expressar e as finalidades práticas da viagem.*

Oliveira, 1980 (adaptado)

[37] O relato dos viajantes é produto de várias circunstâncias. Ao analisar este tipo de fontes, o historiador tem de ter isso em atenção.

### Exercitando competências

1. A tradição oral são só os mitos? Que conclusão tira da análise do documento [31]?
2. Comente, à luz dos documentos [27, 29 e 30], o interesse da tradição oral para a reconstrução da História de Moçambique.
3. Como descreveu Ki-Zerbo o problema das traduções na tradição oral? Analise o documento [36].

### Laboratório do historiador

1. Cada elemento da turma deve elaborar um trabalho individual sobre: "O centro de documentação oral da minha família"
  - Entreviste cada membro da sua família que tenha memórias sobre o passado (o tempo das lutas de libertação; danças e músicas; contos e lendas; etc).
  - Registe os seus relatos e archive-os numa pasta, por exemplo.
  - Selecciona os que parecem mais interessantes ou "suculentos" (usando as palavras de Ki-Zerbo) e apresente-os na sala de aula.
2. A turma deve fazer uma entrevista a uma personalidade sobre "O que guarda na sua memória sobre os tempos da libertação nacional de Moçambique"
  - A turma deve votar na personalidade que quer entrevistar.
  - O professor deve contactar essa personalidade a fim de verificar se deseja ser entrevistada.
  - Todos os elementos da turma devem redigir, pelo menos, uma questão a apresentar à personalidade escolhida.
  - A professora compila as questões seleccionadas numa carta/e-mail, a enviar à personalidade.
  - As respostas às questões deverão ser lidas e analisadas por todos os alunos.

## Recapitulando...

A **periodização** e a **cronologia** têm diferentes funções, mas são ambas importantes para a História porque foram estabelecidas para facilitar a sua transmissão, sobretudo em contextos didáticos.

Enquanto a periodização é a divisão que os historiadores convencionam para determinar épocas, períodos e idades, a cronologia é uma classificação ou lista de acontecimentos ordenados no tempo.

De modo a perceber-se a História de Moçambique, apresentou-se uma **proposta de periodização**. Dividiu-se a nossa História em 6 períodos:

- ▶ período da comunidade primitiva;
- ▶ período dos povos de língua bantu;
- ▶ período da penetração mercantil asiática e europeia;
- ▶ período da agressão imperialista;
- ▶ período da luta de libertação nacional;
- ▶ período da República, que dura até aos nossos dias.

As **fontes da História** dividem-se em 3 tipos: escritas, materiais e orais. Contudo, para a historiografia moçambicana as fontes apresentam várias limitações de disponibilidade, acesso, credibilidade e distribuição irregular.

Num contexto de dificuldades de aceder às fontes, a **tradição oral** desempenha um papel muito importante. Graças à maior capacidade de memorização dos povos africanos, que são maioritariamente analfabetos, a transmissão oral de contos, lendas, danças e músicas assume uma grande importância.

## Avaliação

### Grupo I

- 1 Porque é difícil definir um padrão único e consensual de periodização?
- 2 Como eram feitas as primeiras formas da contagem do tempo?
- 3 Cronologia e periodização são sinónimos? Justifique.
- 4 Complete as afirmações seguintes.

O tempo do historiador, durante muitas décadas, foi limitado à \_\_\_\_\_  
ou seja, o importante era datar os tempos em dias, meses, anos, décadas e séculos,  
instituindo uma noção de tempo puramente \_\_\_\_\_  
As fontes históricas não existem segundo a vontade do \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

- 5 Elabore um gráfico de tempo sobre a periodização da História de Moçambique.
- 6 Defina fontes históricas.
- 7 Defina os principais tipos de fontes históricas e distinga-as.
- 8 Faça uma análise crítica, num texto de no mínimo 10 linhas, sobre as limitações das fontes da História de Moçambique.

“As fontes históricas, sejam elas escritas, orais ou de outro tipo qualquer, mostram-nos apenas uma parte da realidade. No entanto, as fontes orais permitem-nos muitas vezes colocar novas perguntas à própria História, pela boca do protagonista e reproblematicizá-la.”

- 9 Justifique esta afirmação.

“A tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta.”

“A boca do velho cheira mal mas ela profere coisas boas e salutares.”

- 10 Comente estas afirmações à luz da importância das fontes orais na reconstrução da História moçambicana.
- 11 De acordo com a tabela dos momentos da conservação e transmissão da memória colectiva (pág. 26), em que momento se localizam as lendas de origem khoisan?

## Grupo II

Nos parágrafos que se seguem, são colocadas perguntas de escolha múltipla. Responda seleccionando/destacando a alínea correcta.

*Por exemplo:*

0. Qual é a data de fundação da FRELIMO?

- a) 1963. ( )
- b) 1962. (-)
- c) 1964. ( )

- 1 As fontes da História distinguem-se em...
  - a) fontes epigráficas, arquivistas, narrativas ou literárias. ( )
  - b) fontes escritas, orais e arqueológicas. ( )
  - c) restos de objectos de arte, documentos e contos. ( )
- 2 Cronologia é...
  - a) a ciência cuja função é a de determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos redigindo-os e juntando-os numa sequência lógica. ( )
  - b) a arte cuja função é a de determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos redigindo-os e juntando-os numa sequência lógica. ( )
  - c) semelhante à periodização; é a ciência cuja função é determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos redigindo-os e juntando-os numa sequência lógica. ( )
  - d) a divisão do tempo em etapas/fases distintas. ( )
- 3 Pode-se preservar as fontes históricas de Moçambique...
  - a) tratando com desrespeito os locais históricos. ( )
  - b) conservando os locais e as memórias do nosso povo. ( )
  - c) sujando os monumentos. ( )
  - d) não registando as memórias da tradição oral. ( )
- 4 A preservação cultural ajuda a restituir a identidade cultural moçambicana e a engrandecer a moçambicanidade. Esta frase é...
  - a) parcialmente falsa. ( )
  - b) verdadeira. ( )
  - c) falsa. ( )
  - d) totalmente falsa. ( )
- 5 O registo dos testemunhos orais é ...
  - a) um acto administrativo. ( )
  - b) um passo indiferente para a preservação das memórias do nosso povo. ( )
  - c) um passo importante para a preservação das memórias moçambicanas. ( )
  - d) importante para a construção de fontes materiais. ( )

# 2

## **Moçambique: da comunidade primitiva ao surgimento das sociedades de exploração**

- 2.1. As comunidades de caçadores e recolectores: os Khoisan**
- 2.2. Os povos de origem bantu**
- 2.3. As sociedades moçambicanas após a expansão bantu**
- 2.4. O início da diferenciação etnolinguística em Moçambique**

### **Objectivos específicos:**

- Caracterizar a vida das comunidades de caçadores e recolectores
- Relacionar a expansão bantu com a difusão da tecnologia do ferro
- Analisar as diversas teorias sobre a expansão bantu
- Diferenciar as comunidades primitivas das sedentárias
- Explicar a importância da tecnologia do ferro para as sociedades moçambicanas
- Explicar o papel da ideologia nas sociedades moçambicanas
- Diferenciar a linhagem matrilinear da patrilinear
- Localizar no mapa os grupos etnolinguísticos de Moçambique

## 2 MOÇAMBIQUE: DA COMUNIDADE PRIMITIVA AO SURGIMENTO DAS SOCIEDADES DE EXPLORAÇÃO

Nesta unidade vai abordar-se o tema do desenvolvimento das primeiras formas de comunidades até às sociedades de exploração.

Inicialmente, habitaram o nosso território povos nómadas de caçadores recolectores, como os Khoisan. Depois houve várias levadas de ocupação por parte de tribos de língua bantu. Os povos bantu deixaram importantes legados para o desenvolvimento das sociedades futuras. Praticavam a agricultura, a pastorícia e trabalhavam o ferro. Depois da sua sedentarização começaram a formar-se as primeiras sociedades de exploração.

No estudo da História de Moçambique tem de se atender ao facto de as linhagens do Sul do país serem habitualmente patrilineares e as do Norte serem matrilineares. Importa ainda verificar a grande diversidade cultural patente na distribuição dos grupos etno-linguísticos de Moçambique.

### Vocabulário

#### Nómada

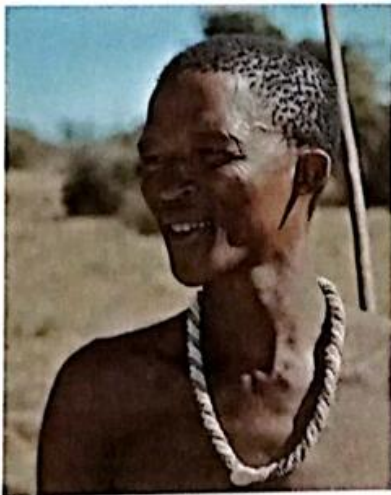
Relativo a pessoa ou povo que se desloca frequentemente em busca de subsistência.

### 2.1. As comunidades de caçadores e recolectores: os Khoisan

Antes de o povoamento bantu em Moçambique, grande parte do território actual de Moçambique era povoado por povos **nómadas**. Uns caçavam e recolhiam bens da Natureza, eram os **san**, e outros eram pastores, os **khoi-khoi**.

Depois, estes dois grupos nómadas juntaram-se e formaram um único grupo, que se chamou **Khoisan**.

Os Khoisan foram os **primeiros povos que habitaram Moçambique** há muitos e longos anos. E os vestígios da permanência no nosso território chegaram até nós sob a forma de pinturas rupestres e artefactos de pedra lascada.



[1] Homem khoisan, na actualidade.



[2] Arte rupestre, Chinhamapere, Moçambique.

*Os Khoisan eram excelentes caçadores, conhecedores dos diferentes métodos de caça e de pesca, viviam em pequenos grupos nómadas, habitando próximo das rochas, nas cavernas ou em cabanas feitas de capim.*

Teléfero Nhampulo, *Atlas Histórico de Moçambique*, p. 4

[3] Descrição dos Khoisan.

Os Khoisan, para além de praticarem a **caça** e a **recolecção**, dedicavam-se também à **pesca**. Os seus instrumentos de trabalho eram talhados em pedra, capim, madeira e osso e tinham formas muito rudimentares.

Socialmente, os Khoisan estavam organizados em **bandos**. E a divisão do trabalho dependia do género e da idade.

A produção, no entanto, era partilhada de forma equitativa por todos os membros do bando ou da comunidade. Nestas sociedades não havia quaisquer formas de exploração, nem económica nem social.

### Vocabulário

#### Bando

Grupo de pessoas que têm objectivos ou propósitos comuns.



[4] Artefacto primitivo para esalar coqueiros.



[5] Tribo de ascendência khoisan, na actualidade.

### Exercitando competências

1. Porque se diz que os Khoisan eram nómadas?
2. Analise o documento [3]. Nas tribos khoisan havia alguma forma de exploração económica? Justifique.
3. Como se organizavam socialmente as primeiras comunidades primitivas?

## 2.2. Os povos de origem bantu

Na Idade do Ferro, vários povos com uma língua comum, o bantu, migraram para Moçambique. As suas migrações aconteceram paulatinamente e foram seguidas de ocupação. Há várias causas que ajudam a explicar estas migrações sucessivas, mas o historiador Martin Hall é quem melhor as sintetiza.

A fixação destes povos fez nascer as primeiras sociedades moçambicanas, com tendência para a criação de riqueza e centralização do poder.

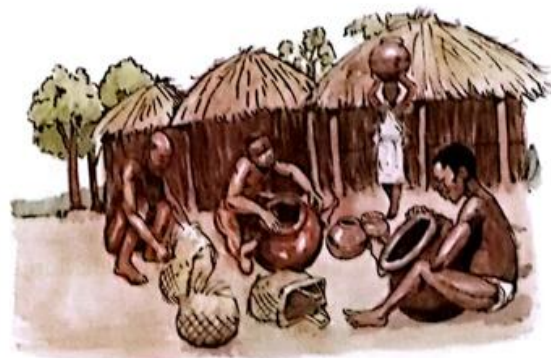
### Quem são os povos bantu?

Os povos bantu eram vários povos unidos pela língua. Não há uma raça ou etnia bantu. Diferem dos povos caçadores recolectores primitivos pois, por exemplo, praticavam a agricultura, a pastorícia e trabalhavam o ferro.

*A palavra "bantu" tem uma conotação exclusivamente linguística e surgiu em 1862, sob proposta do linguista alemão Bleek, para assinalar o grande parentesco de cerca de 300 línguas, as quais utilizavam esse vocábulo para designar "os homens" (singular "muntu"). Não existe, pois, uma "raça bantu".*

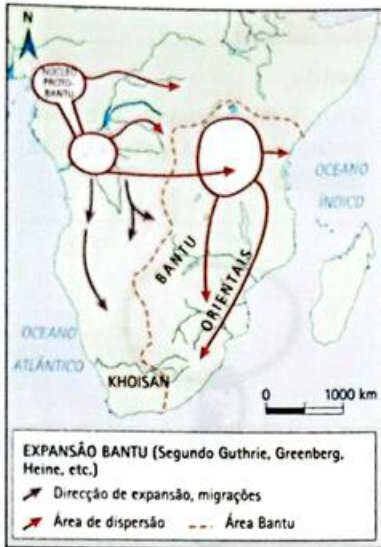
*História de Moçambique, vol. I, p. 12*

[7] O significado de "bantu".

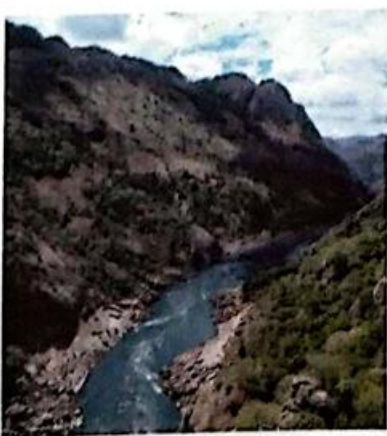


[6] Ilustração de uma comunidade agropastoril bantu.

A Idade do Ferro corresponde ao período em que as sociedades atingem um desenvolvimento material e tecnológico que lhes permite conseguir trabalhar o ferro. Em Moçambique a Idade do Ferro iniciou-se por volta do séculos II e III n. e..



[8] A expansão bantu, segundo Guthrie, Greenberg e Heine.  
 Fonte: Telésforo Nhampulo, *Atlas Histórico de Moçambique*, Plural Editores, 2010, p. 7.



[10] A ocupação bantu fez-se um pouco por todo território moçambicano. No entanto, preferiram fixar-se perto de cursos de água. Encosta do rio Zambeze, Tete.

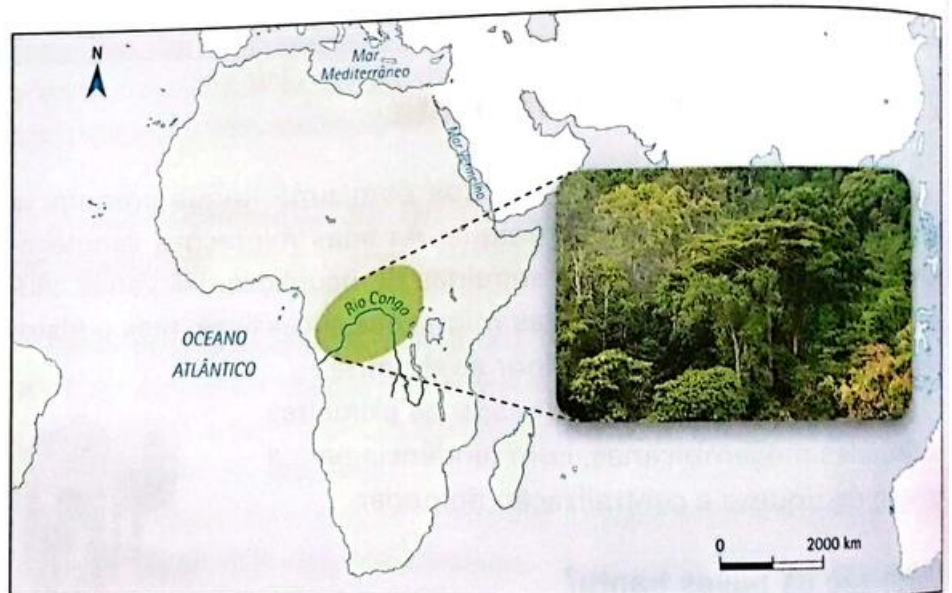
## 2.2.1. A expansão e fixação bantu

Por volta dos séculos II e III n. e., chegaram em vagas sucessivas à região da África Austral os povos bantu, provenientes da orla da grande floresta equatorial congoleza.

As comunidades bantu estabeleceram-se em Moçambique nas bacias fluviais e limites do litoral e nos planaltos e encostas do interior, criando novas formas de organização social, económica e até ideológica.

A expansão bantu foi um processo de milhares de anos e acabou por provocar a fixação dos povos falantes dessas línguas um pouco por toda a África Austral.

Os Bantu, para além de ocuparem terras que eram habitadas pelos Khoisan, ocuparam também terras desocupadas.



[9] Grande floresta equatorial, Congo, na actualidade.

Segundo a teoria do linguista J. H. Greenberg, hoje geralmente aceite, o povoamento bantu da África Austral teria sido iniciado num processo de expansão, encetado na orla noroeste das grandes florestas congolezas, há cerca de três mil anos, para a bacia do Congo e África Oriental, e de uma migração relativamente rápida para o sul. A difusão quase simultânea da nova tecnologia de ferro na zona dos Grandes Lagos e África Austral, entre cerca de 500 a. C. e 0, teria acelerado o processo nos três séculos a seguir.

*História de Moçambique*, vol. I, p. 12

[11] O processo da expansão bantu terá acontecido em fases progressivas, segundo Greenberg.

## Vestígios arqueológicos da expansão e fixação bantu

Os estudos arqueológicos continuam a trazer novos dados sobre a presença de falantes bantu de diferentes tradições no território moçambicano. Por isso, o tema da expansão e fixação bantu é um assunto em aberto que carece de mais estudos e interpretações.

As estações arqueológicas são testemunho da presença de vários grupos populacionais que ao longo das diversas épocas se fixaram no nosso país:

- **Zitundo**, povoamento no Sul de Moçambique, do início da Idade do Ferro, pertencente à tradição matola e ocupado entre os séculos I-III n. e., estando entre os mais antigos registados na África Austral;
- **Manyikeni**, localizado a cerca de 50 km da costa do oceano Índico, pertencente à mesma cultura do final da Idade do Ferro do Grande Zimbabwe, tendo sido habitado entre o século XII e o século XVI-XVII;
- **Campo Universitário**, da Universidade Eduardo Mondlane, local ocupado no início do primeiro milénio por povos da tradição matola.

Nos anos 200 n. e., já há registos de fixação de populações nas planícies costeiras orientais, na Baía de Maputo e Mpumalanga na África do Sul.

*[A expansão bantu foi] um processo notável de colonização no verdadeiro sentido da palavra: a exploração de terras totalmente desocupadas.*

Amélia Neves de Souto,  
Guia Bibliográfico, p. 27

[12] Autores como Amélia Souto defendem que a expansão bantu foi uma autêntica colonização.



[13] Planta do sítio arqueológico de Manyikeni.

### Exercitando competências

1. Analise o documento [7]. Os Bantu são uma raça? Justifique.

### Laboratório do historiador

Visita de estudo sobre os vestígios materiais dos povos de línguas bantu:

- a turma deve enumerar e votar o nome dos sítios arqueológicos que deseja conhecer;
- deve-se organizar a visita de estudo à estação arqueológica ou museu mais votado;
- a turma deve levar meios de registo: folhas, canetas, máquinas fotográficas, etc.;
- cada aluno deve fazer um trabalho escrito sobre a visita de estudo efectuada e apresentá-lo à turma.



[14] Sítio arqueológico de Manyikeni com placa informativa.

## 2.2.2. As causas da expansão

O estudo da Idade de Ferro em Moçambique, ao longo de vários anos, foi sempre realizado com múltiplas interpretações através das poucas informações disponíveis e onde **arqueologia** é, na essência, tida como a única fonte.

No nosso país, embora se realizem vários trabalhos nesta área, persistem lacunas nos diversos estudos até aqui realizados. Mesmo assim, a nossa arqueologia assume um papel importante nas novas descobertas e nos novos debates que se vão realizando.

*Em Moçambique, a única certeza que temos é que a expansão bantu ocorreu como resultado do conhecimento da agricultura e do processo do fabrico do ferro.*

*Evidências desse processo têm sido gradualmente reveladas em diversas estações arqueológicas na Matola, em Xai-Xai, Vilanculos (Chibuene e Bazaruto), Bajone (na Zambézia), Monapo e outras estações arqueológicas na província de Nampula (...).*

*História de Moçambique, vol. I, p. 12*



[16] Mapa das principais estações arqueológicas com vestígios de comunidades falantes bantu, em Moçambique. O sítio arqueológico de Manyikeni (na foto) estava ligado economicamente ao de Chibuene, perto de Vilanculos.

[15] A importância da agricultura e do domínio dos trabalhos em ferro para a expansão bantu e as estações arqueológicas mais importantes no estudo bantu.

As grandes causas da expansão e fixação bantu relacionam-se com:

- o alargamento do deserto do Sara;
- o aumento da população na orla noroeste da Grande Floresta Equatorial;
- a falta de terras cultiváveis nas florestas congolenses;
- a difusão da tecnologia do ferro e das práticas agropastoris.

### 1. O alargamento do deserto do Sara

Nos primeiros séculos na nossa era, começou a acelerar-se o processo de desertificação do deserto do Sara. As populações tiveram de movimentar-se em busca de condições mais favoráveis. Com o clima mais seco e árido e com o problema de terras pouco aráveis, os povos bantu decidiram rumar a sul e a sudeste.

## 2. O aumento da população na orla noroeste da Grande Floresta Equatorial

Na mesma altura, a população proto-bantu começava a ser numerosa. Eram demasiadas famílias alargadas para alimentar e defender. Então, algumas começaram a procurar melhores condições de vida nas terras mais afastadas do deserto, a sul e a sudeste.

## 3. A falta de terras cultiváveis nas florestas congoleesas

A floresta congoleesa, apesar de ter um solo fertilíssimo, tem uma vegetação muito densa e impossível de controlar.

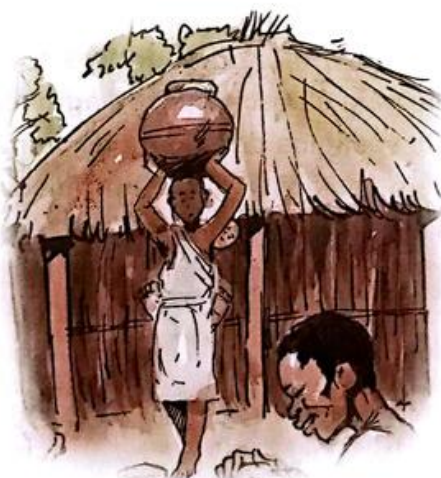
Para a prática da agricultura, sobretudo da sementeira de cereais, os Bantu precisavam de terrenos desbastados e isso, na grande floresta equatorial, era muito difícil de conseguir. E, quando o faziam, o solo tornava-se pouco fértil. Logo, a melhor solução para a falta de terras cultiváveis era migrar para outras latitudes.

## 4. A difusão da tecnologia do ferro e as práticas agropastoris

As populações bantu, tal como as comunidades primitivas (ex.: Khoisan), praticavam a caça, a pesca e a recolocção. No entanto eram conhecedoras da **agricultura, da pastorícia e do uso de ferro**. Estas suas capacidades foram as mais inovadoras e, muito provavelmente, a maior razão da sua expansão. Como praticavam actividades que exigem a ligação a um só local, eram comunidades **sedentárias**.

As aldeias dessas sociedades localizavam-se perto de fontes permanentes de água. As casas eram de **madeira**.

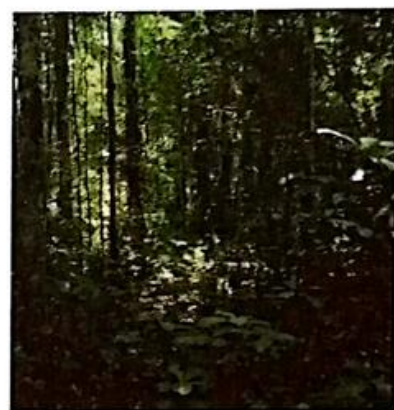
Os produtos produzidos eram variedades de **cereais subtropicais**, tais como: mapira e mexoeira.



[19] Grãos de mapira. A mapira é uma espécie de sorgo ou milho-miúdo, também chamado mapila, usado na alimentação e no fabrico de bebidas fermentadas.



[17] Habitantes da actual grande floresta equatorial, tribo Bagyeli (Camarões).



[18] Floresta equatorial. O solo deste tipo de florestas só é fértil quando tem bastante matéria orgânica para se alimentar. Ora, quando estes solos são desbastados, para a prática da agricultura por exemplo, tornam-se menos férteis.

### Vocabulário

#### Sedentário

Que vive sempre na mesma região.



[20] Plantação de mexoeira. A mexoeira é uma espécie de milho-miúdo (*Pennisetum glaucum*).

### Os Bantu e os Khoisan

O tempo levou os Khoisan e os Bantu a procurarem a convivência. Essa convivência aconteceu essencialmente de duas formas: em relações de trabalho e nas trocas de produtos de caça por produtos agrícolas. O contacto laboral e comercial com os falantes bantu fez com que os Khoisan aprendessem a tecnologia do ferro, as técnicas de cultivo de terras e a criação de animais.



[21] Mapa da expansão da técnica do ferro em África.

*Criavam gado bovino, ovino e caprino em pequenas quantidades. Usavam também alimentos do mar, tais como: peixe, ostras e outros mariscos.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 12*

[22] A pastorícia e a pesca nas comunidades bantu.



[23] Peça em metal (cobre) para troca comercial. Handa que servia de "moeda comercial interna".

Foram os primeiros falantes bantu que trouxeram a arte do domínio do ferro e outros metais para o território actual de Moçambique. O conhecimento do domínio do ferro apresentou várias vantagens aos povos falantes bantu. Começaram a fabricar **utensílios** mais resistentes, mais duradouros e mais eficazes, tanto para a caça, como para a pesca e para a agricultura.

Os vestígios dessa arte do ferro chegaram até aos nossos dias e podem ser observados em museus ou em sítios arqueológicos do nosso país.

Comunidades	Comunidade primitiva khoisan	Comunidade sedentária bantu
<b>Características económicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– caçadores-recolectores;</li> <li>– excelentes caçadores;</li> <li>– conhecedores de diferentes técnicas de caça: armadilhas de formas de covas cobertas de capim, veneno extraído de raízes, de cobras, de aranhas e escorpiões que usavam para untar as flechas;</li> <li>– conhecedores de técnicas de conservação de carne (assada, fumada ou seca);</li> <li>– recolhiam bolbos comestíveis, frutos, nozes;</li> <li>– pesca;</li> <li>– vestiam-se de tangas feitas de pele de animais;</li> <li>– as cascas de ovo de avestruz e tartaruga serviam para carregar e conservar a água;</li> <li>– nómadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– agricultores e pastores;</li> <li>– cultivo do solo ( ex.: mapira e mexoeira);</li> <li>– criação do gado bovino, ovino e caprino;</li> <li>– leite;</li> <li>– usavam celeiros de argila e cestos gigantes para armazenar cereais;</li> <li>– utilizavam os bois como montada e como animais de carga;</li> <li>– dominavam o trabalho do ferro;</li> <li>– faziam esculturas;</li> <li>– peixe, ostras e outros mariscos;</li> <li>– sedentários.</li> </ul>
<b>Características sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– organizam-se em bandos;</li> <li>– divisão natural de trabalho (mulheres = recollecção, homens = caça);</li> <li>– sem hierarquia social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– organizam-se em famílias alargadas, clãs e tribos;</li> <li>– divisão natural (mulheres = agricultura, homens = caça, ferro, etc.) e social do trabalho;</li> <li>– havia hierarquia social.</li> </ul>

**Exercitando competências**

1. Analise o mapa [21] e leia o documento [15] e apresente as principais causas da expansão e fixação bantu na região austral de África.
2. Num texto com cerca de 10 linhas, distinga os Khoisan dos Bantu.

**Laboratório do historiador**

Trabalho individual sobre o ambiente e uso sustentável dos recursos naturais:

- apresentar um trabalho à turma sobre as causas económicas e naturais que motivaram a expansão bantu;
- depois da entrega e consulta dos vários trabalhos, a turma deve debater o seguinte mote: *as primeiras comunidades bantu, motivadas por questões naturais e económicas, promoveram uma sustentabilidade dos recursos naturais.*

O debate deve ser aproveitado como ponto de partida para a realização de pesquisas (consultando, por exemplo, jornais e outros *media*), sobre as migrações na actualidade provocadas por razões ligadas ao ambiente e à má utilização dos recursos naturais. Posteriormente, em turma, deverão ser discutidas e elencadas algumas medidas que, a ser observadas, poderão contribuir para a diminuição deste fenómeno.

### 2.2.3. As diversas teorias sobre a expansão bantu segundo Martin Hall

Sobre a origem e expansão bantu, também foram realizados vários estudos e debates, apesar de no nosso país ainda subsistirem inúmeras regiões inexploradas, isto é, que não sofreram nenhuma pesquisa arqueológica.

Destacam-se as teorias de Martin Hall, grande estudioso e professor universitário, que sintetizou em três aspectos fundamentais as discussões de linguistas, arqueólogos e historiadores sobre a expansão bantu.

#### A primeira teoria: rácica

Há quem defenda que a expansão bantu se deveu a razões rácicas. Segundo estes defensores, a imigração para o Sul de África de uma nova raça, que era tecnologicamente mais desenvolvida, provocou a absorção das demais raças e etnias.

#### A segunda teoria: linguística

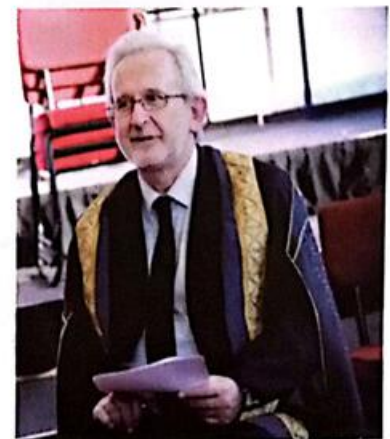
Um segundo aspecto foi a questão das línguas africanas. Segundo Vansina, havia na raiz da expansão um povo ancestral que falava uma língua, o bantu. E o termo bantu é aplicado de forma aleatória quer à raça, quer à cultura, quer à própria língua.

Outro dos dinamizadores desta teoria foi o linguista J. H. Greenberg.

[O trabalho de Martin Hall merece destaque] *na medida em que ele não só sintetiza as diversas opiniões formuladas pelos diferentes investigadores que estudaram o assunto, como tenta apresentar uma visão global de toda a problemática.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 25

[24] O trabalho de Martin Hall sobre a origem e expansão merece destaque.



[25] Martin Hall actualmente é professor universitário.

[Segundo Vansina, citado por Hall], *uma língua comum ancestral significa uma comunidade ancestral comum de falantes, um "povo".*  
*Como resultado, os Bantu cedo se tornaram um termo pseudo-étnico aplicado indiscriminadamente à raça, cultura e língua.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 26

[26] A teoria linguística.

### A terceira teoria: domesticação de fauna e flora e uso do ferro

Há cerca de 6000 anos a. n. e. segundo Hall, a região do Sara começou com o processo da **desertificação** provocando profundas transformações nas relações entre a cobertura vegetal e o clima, influenciando mudanças na pastorícia e na agricultura.

Esta situação obrigou as populações a moverem-se da região do deserto para as regiões de savanas mais a sul (região do Sahel). Esta mudança para a região da savana terá causado o processo da **domesticação de sementes**, como o **sorghum**.

Surgia assim uma **economia mista** (agricultura, pastorícia e trabalho em ferro), que levava as comunidades a fixarem-se em períodos num determinado local, originando as diferentes especializações em ramos de produção, o aumento da produção e a necessidade de uma melhor organização da sociedade (maior controlo social e da sua reprodução).

Nascia assim uma **nova organização política e económica com tendências para a centralização do novo tipo de poder político emergente**.

#### Vocabulário

##### Sorghum

Semente de cereal.

#### Exercitando competências

1. No documento [24] considera-se o trabalho de Martin Hall como uma visão global de toda a problemática relacionada com a expansão bantu. Depois de ler as suas teorias, considera esta afirmação verosímil? Porquê?

#### Laboratório do historiador

Trabalho de grupo sobre as teorias da expansão bantu:

- a turma deve ser dividida em 3 grupos;
- cada grupo deve seleccionar uma teoria de expansão bantu, segundo Martin Hall, e desenvolvê-la num trabalho documentado com fontes históricas e utilizando com rigor a linguagem e os conhecimentos históricos;
- os trabalhos devem, no final, ser divulgados na comunidade escolar.

## 2.3. As sociedades moçambicanas após a expansão bantu

Após a expansão e fixação bantu, desenvolveram-se as primeiras sociedades moçambicanas. Como qualquer sociedade, praticava determinadas actividades económicas, tinha uma estrutura social e política e uma forte ideologia baseada em crenças e adoração a vários espíritos.

### 2.3.1. As actividades económicas

A base económica das primeiras sociedades moçambicanas era a agricultura. Na agricultura destaca-se a plantação de cereais como a mapira e a meixoeira.

Havia, no entanto, outras actividades económicas de grande importância, como a caça e a pesca, a olaria, a tecelagem e a metalurgia do ferro.



[27] Peças de olaria. Museu de História Natural, Moçambique.

A terra era património da comunidade. Todos tinham acesso a ela, mas competia aos membros seniores (**chefias**) a distribuição e o controlo da sua correcta exploração.

Quando a produção era maior do que o necessário para o consumo da comunidade, havia excedentes. Muitas vezes esses **excedentes** eram trocados com outras comunidades por outros produtos, ou por outros valores, como moedas, metais, etc.

Com a constatação de que se podia criar riqueza com a acumulação e posterior venda de excedentes, houve uma tendência para o nascimento das **sociedades de exploração**.



[28] Excedentes agrícolas (fruta) para vender, na actualidade.

#### Vocabulário

**Sociedade de exploração**  
Sociedade economicamente voltada para a exploração dos solos, do comércio e das relações de trabalho.

### Exercitando competências

1. O que entende por excedente agrícola?
2. Qual é a importância dos excedentes das actividades económicas para o nascimento de uma sociedade de exploração?

### Vocabulário

#### Família alargada

Vários elementos com ligações de parentesco, entre ascendentes e descendentes.

#### Clã

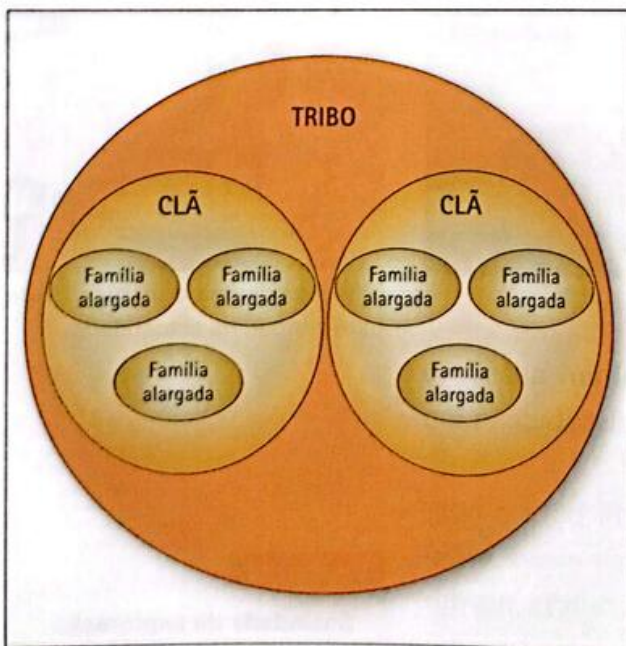
Várias famílias alargadas.

#### Tribo

Conjunto de clãs.

#### Linhagem

Série de gerações de uma família.



[29] Esquema da organização social das primeiras sociedades moçambicanas.

O exercício de tarefas não produtivas por um grupo reduzido da população (chefias) e o aparecimento de excedentes contribuíram para o surgimento da **exploração do Homem pelo Homem**.

### 2.3.2. A organização social e política

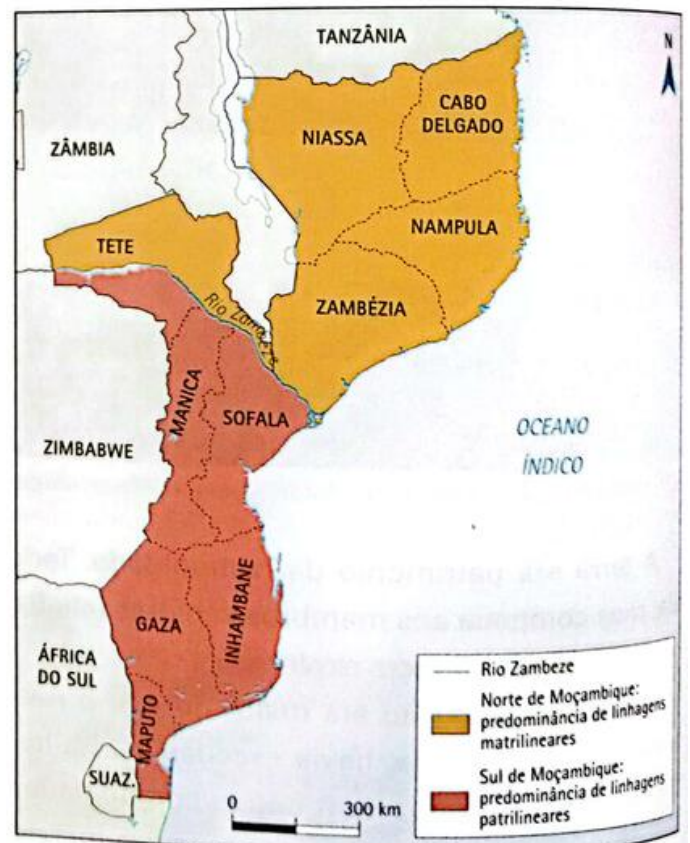
A organização social das primeiras sociedades baseava-se na **família** e isso repercutia-se na organização política.

A sociedade estava organizada em **famílias alargadas**, **clãs** e **tribos**, que desempenhavam um importante papel nas esferas política, económica, religiosa e social.

À frente de cada uma destas famílias alargadas estava um **chefe** e um **conselho de anciãos**. Esses líderes tinham poderes políticos, económicos, religiosos e sociais.

A linha de parentesco, a **linhagem**, que se seguia na construção das famílias alargadas era diferente no Norte e no Sul de Moçambique.

No Norte, as gerações de uma família guiavam-se pela via da mulher, ou seja, eram linhagens **matrilineares**. No Sul, as linhagens eram tendencialmente **patrilineares**.



[30] Regiões de predominância das linhagens patrilineares e matrilineares.

### Tarefas e competências dos anciãos e chefes de famílias

Administração da terra da comunidade	– o solo era património da comunidade; – cabia-lhes a tarefa de garantir a distribuição das machambas por todos os membros das células produtivas de base.
Ideologia e crenças	– execução de tarefas mágico-religiosas.
Tradição	– eram guardiães das experiências e tradições da comunidade.
Alianças	– controlavam as alianças matrimoniais.

### Exercitando competências

1. Analise o diagrama do documento [29].
  - 1.1. Distinga tribo de clã e clã de família alargada.
2. Analise o mapa [30] e comente a seguinte afirmação: a organização política e social das primeiras sociedades não obedecia aos mesmos critérios em todo o território moçambicano.
3. Depois de analisar a tabela acima, pondere sobre o papel social dos idosos nas primeiras sociedades.

### 2.3.3. A ideologia

A ideologia é uma dimensão **importante** a ter em conta no estudo das primeiras sociedades que habitaram Moçambique. Nessas cronologias, por **ideologia** entendem-se essencialmente as crenças mágico-religiosas.

*As crenças mágico-religiosas e outros aspectos ideológicos desempenhavam nessas sociedades um papel importante, constituindo uma arma fundamental do poder, da coesão social e da aparente imobilidade.*

*História de Moçambique, UEM, p. 19*

[31] A importância das crenças no poder e na coesão social das primeiras sociedades.

### Vocabulário

#### Ideologia

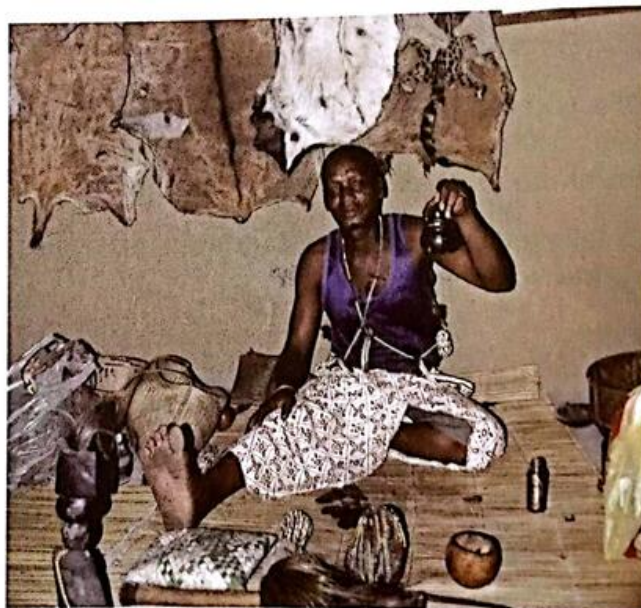
Sistema de ideias, valores e princípios que definem uma determinada visão do mundo, fundamentando e orientando a forma de agir de uma pessoa ou de um grupo social (partido político, grupo religioso, etc.).

## As crenças e o poder

Os chefes das linhagens e os chefes territoriais orientavam as cerimónias da invocação da chuva, pediam aos antepassados a fertilidade do solo, a protecção para a caça e para as viagens, a estabilidade política e o sucesso de todas as actividades económicas. Detinham igualmente o poder de decisão sobre as alianças matrimoniais e políticas. Estes membros seniores, como chefes religiosos, eram considerados os elos de ligação entre os vivos e os mortos.

## As crenças e a coesão social

Grande parte dos **conflitos sociais** nestas comunidades era originada por crenças na feitiçaria, a acção dos feiticeiros e dos curandeiros contra feiticeiros, que resultavam nas coerções morais e políticas e nas dependências familiares. As relações entre as pessoas no seu dia-a-dia, a forma como os homens se relacionavam com a Natureza e as incertezas às quais estavam sujeitos os membros destas comunidades criavam tensões que encontravam expressão figurada na feitiçaria.



[32] Curandeiro na actualidade, Beira, Moçambique.

### Laboratório do historiador

Trabalho individual sobre o tema: *O papel da ideologia nas primeiras sociedades moçambicanas:*

- os alunos devem pesquisar, coligir e analisar por escrito aspectos importantes sobre a ideologia nas primeiras sociedades;
- o trabalho deve reflectir a análise sobre a importância das ideologias em duas perspectivas: a ideologia como forma de poder de elite; e a ideologia como instrumento de coesão social.

## 2.4. O início da diferenciação etnolinguística em Moçambique



Para o estudo da História de Moçambique importa verificar os sistemas de parentesco. Em Moçambique, há uma predominância de filiação patrilinear a sul e de filiação matrilinear a norte. Esta diferença, esta diversidade, só enriquece ainda mais a História de Moçambique.

A sociedade moçambicana é multicultural do ponto de vista etnolinguístico e isso origina uma forte e rica diversidade cultural. O início da diferenciação etnolinguística em Moçambique começou com a fixação dos povos bantu.

### 2.4.1. As linhagens matrilinear e patrilinear

#### Características gerais

Na organização social das comunidades moçambicanas, distinguimos dois tipos de linhagens:

<p><b>Norte de Moçambique</b></p> 	<p>– a predominância da linhagem matrilinear a norte do rio Zambeze.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Isto deve-se à estrutura económica baseada na <b>agricultura</b>.</li> <li>• Como no Norte a agricultura era a actividade económica dominante, as mulheres que eram as responsáveis por tal eram a figura social e económica mais importante.</li> </ul>
<p><b>Sul de Moçambique</b></p> 	<p>– a predominância da linhagem patrilinear a sul do rio Zambeze.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Isto porque havia aí a prática de actividades masculinas relevantes, como a <b>pastorícia</b> e a <b>caça</b>.</li> <li>• Com a chegada de populações de comerciantes muçulmanos, o <b>comércio</b> foi mais uma actividade destinada aos homens e veio a conferir-lhes uma condição económica e social ainda mais privilegiada.</li> </ul>

## Vocabulário

### Endogâmico

Costume ou regra que assenta na defesa do casamento entre indivíduos o mesmo grupo étnico, religioso ou social

### Uxorilocal

O homem com o casamento transfere-se da sua povoação para a da mulher.

### Matrilateral

Refere-se a (parentes) do lado da mãe.

### Lobolo

Dote para legitimar uma união de um homem com uma mulher.

### Virolocalidade

A mulher com o casamento transfere-se da sua povoação para a do marido.

### Muti

Casa em língua changana.

## Características específicas da linhagem matrilinear

<b>Casamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– era <b>endogâmico</b> e <b>uxorilocal</b>;</li><li>– todo o ritual que acompanha o processo do casamento obedece às normas costumeiras. Geralmente, o homem dirige-se a casa dos pais da noiva pedindo-a em casamento. Basta a mulher aceitar, assim como os pais e tio materno consentirem na união e eles passam a viver juntos, sem quaisquer rituais especiais.</li></ul>
<b>Mulher</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– era considerada a possuidora das virtualidades místicas do clã e transmissora do nihimo (família matrilinear ou clã consanguíneo, que se considera descendente de um antepassado comum);</li><li>– na sociedade makua os casamentos entre pessoas do mesmo nihimo não eram permitidos.</li></ul>
<b>Filhos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– pertencem à família da mãe;</li><li>– educação dos filhos assegurada pelo tio materno.</li></ul>
<b>Dote (<i>mahari</i>, em makua)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– são bens ou dinheiro dados à mulher que casa, tem maior significado nestas sociedades.</li></ul>
<b>Actividades económicas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– a caça, a pesca e a construção de casas eram as únicas actividades masculinas relevantes;</li><li>– as mulheres, praticando a agricultura, é que asseguravam o sustento das comunidades.</li></ul>
<b>Transmissão do poder</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– com a morte de um chefe, o poder passa para o sobrinho, filho da irmã mais velha.</li></ul>

## Características específicas da linhagem patrilinear

<b>Casamento</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– <b>lobolo</b> surge como uma indemnização caracterizando a formalidade e estabilidade do matrimónio, ficando o marido e a sua família com a responsabilidade de cuidarem da mulher e filhos. É um mecanismo de estabilidade dos casamentos e de subordinação da mulher em relação ao homem;</li><li>– <b>virolocalidade</b>: há a transferência da mulher para a povoação do marido por ocasião do casamento;</li><li>– propriedade do marido, é designada por <b>muti</b>, constituída por produtos do seu trabalho, casa e os presentes que recebe.</li></ul>
<b>Transmissão de propriedade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– é do pai para o filho mais velho.</li></ul>
<b>Actividades económicas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– a prática da pastorícia era a actividade masculina por excelência;</li><li>– conferia aos homens o acesso a um bem duradouro, principalmente expresso em gado bovino;</li><li>– o gado era o principal meio de pagamento do lobolo e simbolizava o poder económico, ou melhor, representava a capacidade de adquirir esposas.</li></ul>

*O lobolo legitima os filhos nascidos do casamento, bem como os filhos que, porventura, a mulher tenha fora do casamento.*

*Direito à Sucessão e Herança, Departamento de Estudos da Mulher e Género, – CEA, UEM, p. 50*

[33] O lobolo no casamento patrilinear.

### Exercitando competências

1. Analise a tabela da página 47 e comente a seguinte afirmação: o Zambeze era o separador social das linhagens.
2. Na sua família há predominância de linhagem matrilinear ou patrilinear? Justifique, dando exemplos de características mais específicas.

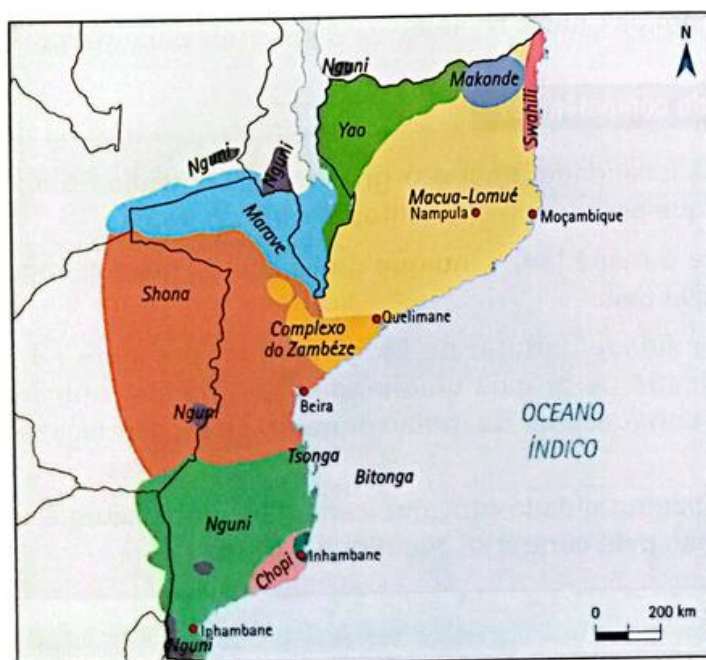
### 2.4.2. A localização dos grupos etnolinguísticos de Moçambique

Moçambique é um país com uma rica **diversidade cultural**. As unidades políticas que se formaram ao longo dos tempos nesta região, bem como as atribuições etnolinguísticas que fazem parte do mosaico etnolinguístico moçambicano, resultam de um longo processo de mudanças e assimilações que tiveram lugar há séculos atrás. Só no **século XVI** começamos a diferenciar algumas mudanças de culturas e identidades, graças a algumas fontes contemporâneas.

#### Vocabulário

##### Diversidade cultural

Coexistência de várias etnias dentro da mesma sociedade ou país.



[34] Os grupos étnicos de Moçambique.

Os nomes de unidades **etnolinguísticas** surgiram em períodos diferentes. Por exemplo: nos finais do século XVI, o nome Makua (makhuwa) já era conhecido, o mesmo em relação ao Tonga no Vale do Zambeze e o Lolo ou Lomué. Outro que nos parece ser mais antigo que os acima mencionados é o Maka ou Manga, pensa-se que é originado pela designação do centro do Islão, Meca (pronunciado Macca).

Os nomes **etnogeográficos**, tais como: Nianja (Niassa), isto é, gente do Lago, e Yao, gente à volta da montanha. Outros regionais que terão aparecido na mesma época são: Mwani, gente da costa, isto na actual província de Cabo Delgado, os quais com alguma frequência durante longo período se confrontaram com os Makonde, gente do interior.

*História de Moçambique, vol. I, p. 20*

[35] Primeiros nomes etnolinguísticos e etnogeográficos.

Alguns nomes tais como Chopi e Ndaú aparecem por volta de 1830, durante a grande depressão do Mfecane. Mas no século XVII já se falava de povo falante da língua Sena, mas não da etnia como hoje se apresenta.

No século XVI, existia, por exemplo, no Sul de Moçambique o grupo Bitonga de Inhambane; os grupos minoritários do Estado de Marave fundem-se com os grupos maioritários; grupos como o Chuabo, Sena e Nyungue surgiram entre os séculos XVI e XIX, identificando-se através do nome da principal povoação no seu território. Chuabo é outro nome para Quelimane e Nyungue para Tete.

*O nome Chona surge no século XIX, entre 1850-1885, e passou a ser empregue em Moçambique no século XX; no mesmo período semelhante ocorrência se verificou com o termo Tsonga ou Ronga (Rjonga), também com o Changana e o Tswa (matswa). Alguns estudos mostram que o termo Ronga já teria existido no século XVII, o Tswa no século XVIII e o Changana no século XX, primeiro como termo político (súbditos do Sochangane, rei do Estado de Gaza), e depois como grupo regional, apesar de se subdividir em algumas variantes.*

*História de Moçambique, vol. I, pp. 20 e 21*

[36] Nomes de grupos etnolinguísticos e a sua evolução.

Ainda hoje, estes grupos etnolinguísticos continuam a falar as suas línguas nestas zonas, com a excepção do **nguni**. Os Nguni (minoría) foram sistematicamente perseguidos e, por isso, adaptaram-se facilmente à maioria, que geralmente era bilingue. Os Nguni do vale do Limpopo fundiram-se com os Tsonga e os Ngoni da Angónia com os Chewa Nyanja.

### Exercitando competências

1. Na sua localidade, qual é o grupo etnolinguístico dominante? Justifique apontando elementos de antropologia.
2. Analise o mapa [34] e indique quais são os grupos linguísticos do nosso país.
3. A diversidade cultural de Moçambique, presente na grande quantidade de grupos etnolinguísticos, na sua opinião é um factor enriquecedor da multiculturalidade moçambicana? Justifique.
4. A multiculturalidade moçambicana não é obstáculo à unidade nacional, pelo contrário. Justifique a frase.

## Recapitulando...

No actual território de Moçambique habitaram povos nómadas de caçadores recolectores, os Khoisan. Eram hábeis caçadores, mas errantes sempre em procura de melhores zonas de caça. Deixaram vestígios rupestres no nosso território.

O processo da expansão e fixação bantu sempre foi um assunto que mereceu vários e acesos debates, onde diferentes especialistas em linguística, história e arqueologia desenvolvem múltiplos estudos sobre esta matéria.

As causas da sua expansão são várias, mas a vivência de uma economia mista (agropastoril e domínio do ferro) parece ser a causa dominante. No entanto, o professor Martin Hall sintetiza com mestria as teorias principais em 3 eixos: a teoria linguística, a teoria rácica e a teoria da domesticação de fauna e flora e uso do ferro.

Segundo alguns estudos realizados, os povos bantu, conhecedores do uso de ferro, deslocaram-se para a região a sul do Limpopo, tendo sido estes povos que difundiram as técnicas do uso dos metais, o que permitiu o desenvolvimento das actividades agrícolas, a cerâmica, etc.

Com a fixação bantu, foram estabelecidas novas formas de organização política, ideológica, económica e social, onde a agricultura constitui a base da actividade económica.

A terra era património da comunidade e as relações de produção levaram ao surgimento e aparecimento do excedente e contribuíram para o nascimento da exploração do Homem pelo Homem. E surgem as primeiras sociedades de exploração.

O longo processo de mudanças e assimilações que tiveram lugar, não apenas entre os primeiros grupos bantu, fizeram nascer as unidades políticas que se constituíram ao longo dos tempos na região austral de África, apresentando diferenças e atribuições etnolinguísticas variadas.

No estudo da História de Moçambique convém atender à diferença predominante, no Norte e Sul do país, dos sistemas de parentesco.

## Avaliação

### Grupo I

- 1 Caracterize a vida das sociedades de caçadores-recolectores.
- 2 As comunidades primitivas movimentavam-se em bandos e as primeiras sociedades são sedentárias e têm por base a família. Concorda com a afirmação? Justifique.
- 3 Faça um quadro-resumo das principais características dos povos bantu antes e depois da fixação.
- 4 Elabore um mapa da expansão bantu e insira também o trajecto da difusão das técnicas do ferro.
- 5 Explique a importância da tecnologia do ferro para as sociedades moçambicanas.
- 6 Explique as formas de organização social e política das sociedades moçambicanas após a expansão bantu.
- 7 Leia o documento e responda às questões.

*O casamento daqui, desta região, envolve pessoas mais idosas da linhagem, isto é, caso o homem se encante por uma mulher, ele dirige o seu pedido ao pai e à mãe da moça e estes por sua vez vão ter com o tio da moça (tio matrilateral) para o informar do pedido. Este tio tem poderes de aceitar ou recusar o pedido. Aceite o pedido, nada mais se faz senão passar a viver juntos. Geralmente não se faz nenhum ritual... Basta o consentimento dos intervenientes, o casal passa imediatamente a viver junto.*

Depoimento de uma viúva do distrito de Murrupula, Província de Nampula, in *Direito à Sucessão e Herança, Departamento de Estudos da Mulher e Género, CEA, UEM,* p. 61

- 7.1. Compare as formas de casamento aqui retratadas com as que conhece.
- 7.2. De que linhagem se fala no documento?
- 7.3. Essa linhagem é predominante em que zona do país?
- 7.4. Porquê?

## Grupo II

Nos parágrafos que se seguem, são colocadas perguntas de escolha múltipla. Responda seleccionando/destacando a alínea correcta.

*Por exemplo:*

0. Qual é a data de fundação da FRELIMO?

- a) 1963. ( )
- b) 1962. (-)
- c) 1964. ( )

- 1 Os Khoisan foram os primeiros povos que habitaram Moçambique há muitos e longos anos. As actividades praticadas por estes povos eram...
  - a) o comércio a longa distância entre os povos da região. ( )
  - b) a agricultura e a criação de animais e a divisão do trabalho era por sexo e idade. ( )
  - c) a caça e a recolção e dedicavam-se também à pesca; os instrumentos de trabalho eram muito rudimentares; socialmente estavam organizados em bandos. ( )
- 2 Os Bantu organizavam-se socialmente em...
  - a) bandos e tribos. ( )
  - b) bandos, tribos e clãs. ( )
  - c) famílias alargadas, clãs e tribos. ( )
- 3 Os Bantu conseguiram domesticar algumas sementes de cereais como a...
  - a) mapira e meixoeira. ( )
  - b) capim e meixoeira. ( )
  - c) mapira e trigo. ( )
- 4 As teorias sintetizadas por Martin Hall são:
  - a) a teoria rácica, a linguística e a da difusão do ferro. ( )
  - b) a teoria linguística, a rácica, a da domesticação de fauna, flora e do uso do ferro. ( )
  - c) a teoria rácica, étnica e social. ( )
- 5 As linhagens patrilineares encontravam-se predominantemente...
  - a) no Norte de Moçambique. ( )
  - b) no Sul de Moçambique. ( )
- 6 Os nomes de unidades etnolinguísticas surgiram em períodos diferentes:
  - a) nos finais do século XVI, o nome Makua (makhuwa) já era conhecido. ( )
  - b) no século XIX, surgia no Sul de Moçambique o grupo Bitonga de Inhambane. ( )
  - c) os grupos minoritários do Estado Marave fundem-se com os grupos maioritários; grupos como o Chuabo, Sena e Nyungue surgiram entre os séculos XVIII e XIX. ( )

# 3

## Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira

- 3.1. Abordagem teórica sobre a origem do Estado
- 3.2. Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira
- 3.3. O ciclo dos escravos (1750-60 – 1836/século XX): aspectos gerais
- 3.4. Os Estados de Moçambique no século XIX

### Objectivos específicos:

- Explicar o processo de surgimento do Estado
- Descrever algumas teorias sobre a origem do Estado
- Explicar o processo de formação dos Estados moçambicanos
- Explicar o papel da ideologia nos Estados moçambicanos
- Caracterizar a forma de actuação do capital mercantil em Moçambique
- Relacionar o processo de desenvolvimento dos Estados moçambicanos com a actuação do capital mercantil
- Explicar a importância do capital mercantil para o reforço da classe dominante
- Explicar a importância do capital mercantil para a desestruturação dos Estados moçambicanos
- Caracterizar as diversas etapas da penetração mercantil em Moçambique
- Diferenciar a actuação do capital mercantil árabe-persa da europeia
- Explicar o surgimento das novas unidades políticas em Moçambique
- Considerar a escravatura como um crime contra a Humanidade
- Analisar o impacto da penetração mercantil europeia (portuguesa) para os Estados africanos
- Explicar a importância do capital mercantil para o reforço da aristocracia dominante

## Vocabulário

### Estado

Estado em latim significa *status*, modo de estar, uma determinada situação ou condição. Segundo o Dicionário Houaiss, o Estado é considerado um "conjunto de instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público, etc.) que controlam e administram uma nação"; país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado. O Estado pode ser visto como uma organização política, social e jurídica regida por uma lei-mãe, a Constituição escrita, representando um território definido, chefiado por um governo com uma soberania reconhecida nacional e internacionalmente. Um Estado é, por outras palavras, *um governo, um povo, um território*.

Na actualidade, o Estado é também uma comunidade independente. Para além de ser um corpo político, administra os negócios públicos e mantém a ordem pública através de um corpo de leis no quadro dos limites da Constituição.

*Quando um grupo se constitui, se destaca e obtém facilidades e privilégios, faz-se uma diferenciação social.*

Leon Pomer, *O surgimento das nações*, 8.ª edição. São Paulo: Atual, 1997, p. 11

[1] A diferenciação social.

## 3 OS ESTADOS DE MOÇAMBIQUE E A PENETRAÇÃO MERCANTIL ESTRANGEIRA

Nesta unidade vai-se estudar o conceito de Estado e os primeiros Estados moçambicanos.

Depois de uma abordagem teórica à concepção de Estado, descrevem-se os primeiros Estados moçambicanos e a penetração mercantil estrangeira. Aí fala-se dos Estados do Zimbabwe, Mwenemutapa, Marave, do ciclo do ouro, do marfim e dos escravos. Depois, passa-se à explicação dos Estados moçambicanos no século XIX. Num momento de ocupação efectiva de África, como foi a reacção dos Estados moçambicanos? Nesse momento descrevem-se alguns Estados, como os Ajaua, os afro-islamizados, os militares do vale do Zambeze e sobretudo do Estado de Gaza.

### 3.1. Abordagem teórica sobre a origem do Estado

O que é o Estado? Quando surgiu o Estado em Moçambique? Que concepções de Estado existem?

#### 3.1.1. O surgimento da diferenciação social

O Estado pode ser visto como um órgão especial que surgiu como resultado da evolução histórica das sociedades. À medida que houve uma diferenciação social, começou a haver um grupo social dominante. O Estado nasce como uma máquina da classe dominante, cujo objectivo é garantir a manutenção do domínio desta classe sobre a sociedade.

Na comunidade primitiva não existia Estado. Todos trabalhavam e o produto final era distribuído de forma igual por todos os membros da comunidade. Não havia nestas sociedades primitivas diferenciação social e, como tal, não havia qualquer classe dominante como o Estado.

Quando as sociedades primitivas se tornaram sedentárias, passaram a praticar a agricultura e a pastorícia e introduziram instrumentos de trabalho mais eficazes nos seus ofícios, provocaram um aumento da produção. Uma parte da produção era absorvida pela própria comunidade, mas havia **excedentes**.

Muitos chefes locais começaram a apropriar-se dos excedentes de produção. E usavam-nos como moeda de troca por outros bens. Foi nesta base que começam a surgir os primeiros sinais de diferenciação social. Ao terem um bem de troca, o excedente da produção, os chefes locais estavam a diferenciar-se dos demais membros da comunidade.

Assim, para defender os seus interesses, os chefes criaram equipas de pessoas para administrar e organizar a sociedade em seu próprio benefício. **É o nascimento do Estado.**

Os homens dividem-se em governados e em especialistas na arte de governar. Estes últimos são os que estão acima da sociedade e se chamam governantes, representantes do Estado. Este grupo de pessoas que governa os outros serve-se com frequência de **instrumentos ideológicos coercivos**: polícia, exército, tribunais, prisão, religião, imprensa, educação, para impor o seu domínio sobre as populações governadas.

### 3.1.2. Algumas teorias sobre a origem de Estado

Desde a Antiguidade até os nossos dias houve vários tipos de Estado.

#### Vocabulário

##### Excedente






O produto que sobra e que pode ser trocado por outros.

Produção remanescente.  
Desperdício.

*O Estado é responsável pela organização e pelo controlo, pois detém o monopólio da violência legítima (coerção, especialmente a legal).*

Max Weber

[2] O Estado para Max Weber.

Tipo de Estado	Características
 <p><b>Esclavagista</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Modo de produção escravagista.</li> <li>– Exploração da mão-de-obra escrava no sector produtivo, sendo esta a principal força produtiva.</li> </ul>
 <p><b>Feudal</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Modo de produção feudal.</li> <li>– A terra é a base da riqueza, sendo a mão-de-obra explorada a dos servos, a principal força produtiva.</li> </ul>
 <p><b>Burguês-capitalista</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Modo de produção capitalista.</li> <li>– Exploração da mão-de-obra assalariada, sendo esta a principal força produtiva.</li> </ul>
 <p><b>Socialista</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Modo de produção socialista.</li> <li>– Centralização da produção, controlo da produção pelo povo através das unidades produtivas, sendo o povo a principal força produtiva.</li> </ul>
 <p><b>Democrático</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Modo de produção capitalista.</li> <li>– Exploração da mão-de-obra assalariada, o Governo é responsável pela gestão da coisa pública, garantindo deste modo a melhoria das condições básicas do povo: saúde, emprego, educação, etc.</li> </ul>

## Vocabulário

### Classe social

Grandes grupos hierárquicos das sociedades da Europa Ocidental, que reflectiam as mudanças ocorridas na estrutura social como as revoluções política e industrial dos finais do século XVIII. Karl Marx distinguiu três classes fundamentais: os latifundiários, possuidores da terra; os capitalistas ou burgueses, os possuidores do capital; e o proletariado ou classe operária, possuidor da sua força de trabalho.

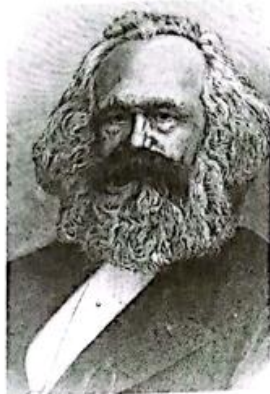
### Marxismo

Sistema doutrinário promovido pelo economista alemão Karl Marx (1818-1883), segundo o qual é a produção dos bens materiais que condiciona, de modo geral, a vida social, intelectual e política.

### Liberalismo

Política segundo a qual convém dar aos cidadãos as melhores garantias contra o arbítrio do Governo, onde está garantida a separação dos poderes: executivo, legislativo e judicial. Na política económica, o Estado não deve intervir. A sociedade é quase que auto-regulada.

## - a concepção marxista



[3] Karl Marx foi o teórico do **marxismo**.

Para os marxistas, o Estado é uma organização do poder político numa sociedade de classes. O Estado é uma máquina reguladora destinada a manter o domínio de uma **classe social** sobre a outra.

Segundo esta teoria, o Estado tem funções do tipo técnico-administrativo e de dominação política.

O Estado surge onde, quando e no grau em que as contradições de classe não podem, objectivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são irreconciliáveis.

*O Estado é o produto e a manifestação do carácter irreconciliável das contradições de classe.*

Lenine

[4] O Estado segundo Lenine, um seguidor do marxismo.

## - a concepção liberal



[5] Adam Smith é considerado o pai do **liberalismo** económico.

Para os liberais, a missão do Estado consiste em eliminar todos os obstáculos que se opõem a uma vida agradável. Isto é, a função do Estado reduz-se a assegurar a manutenção da ordem estabelecida, em que os interesses individuais e o jogo livre dos mesmos constituem o interesse geral.

O liberalismo teve grande expressão na economia. Adam Smith foi um dos grandes defensores do Estado liberal.

*Laissez faire et laissez passer, le monde va de lui même!*

Vincent de Gournay (economista e intendente francês, século XVIII)

[6] Este era o lema do Estado liberal que significa: deixe acontecer, deixe passar, que o mundo anda sozinho.

## - a concepção totalitária



[7] Estaline foi um líder de um Estado **totalitário**, a URSS.

Para os totalitários, o Estado é controlado por uma única pessoa e regula todos os aspectos da vida pública e privada dos seus cidadãos.

O estalinismo e o nazismo são exemplos de totalitarismo. Estaline e Hitler foram os protagonistas de dois Estados totalitários onde a propaganda, o culto do líder, o partido único e o domínio total da economia eram as características dominantes.

### Vocabulário

#### Totalitário

Sistema político em que todas as actividades sociais são dominadas pelo Estado, sem qualquer forma legal de oposição.

*A melhor constituição e forma do Estado é aquela que eleva as melhores mentes da comunidade para posições de liderança e influência.*

Adolf Hitler

[8] Hitler sobre os líderes do Estado.

### Exercitando competências

1. O que entende por Estado?
2. Explique o papel dos excedentes de produção no aparecimento dos Estados.
3. Aponte o nome e as principais características dos tipos de Estado que conhece.
4. Considera possível que três pensadores do Estado tenham três teorias diferentes sobre o mesmo? Analise os documentos [4, 6 e 8] e justifique.

## 3.2. Os Estados de Moçambique e a penetração mercantil estrangeira

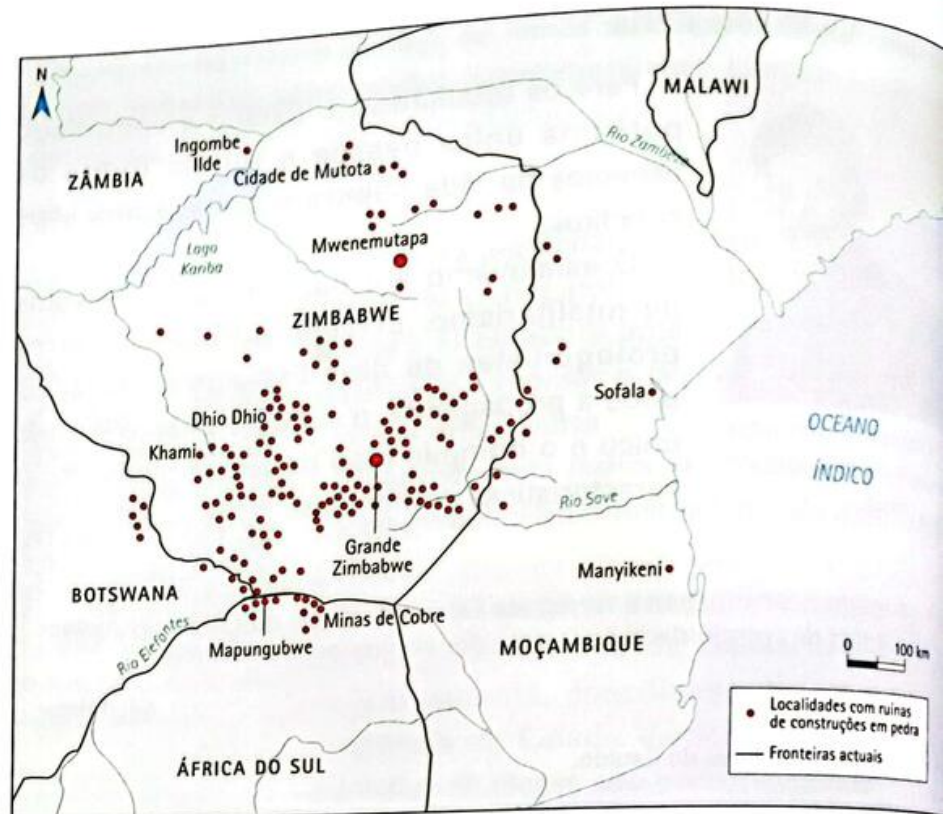
### 3.2.1. O Estado do Zimbabue

O Estado do Zimbabue notabilizou-se pela sua grandeza, onde, para além das habitações dos soberanos nos madzimbabwe, existiam cerca de 150 outras ruínas na região entre os rios Zambeze e Limpopo. É o caso do **Manyikeni**, no actual distrito de Vilanculos, província de Inhambane.

Na capital – conhecida por Grande Zimbabue – concentrou-se grande parte do poder político e económico, onde vivia o rei, ligado a diversos madzimbabwe (pequenas casas de pedra) regionais onde viviam os chefes provinciais.



[9] Ruínas de Manyikeni.



[10] Localização das ruínas da cultura do Zimbabwe.



[11] Ruínas do Grande Zimbabwe.

*As célebres ruínas do Grande Zimbabwe, perto da moderna cidade de Masvingo (que já se chamou Forte Victoria), simbolizam uma das partes mais notáveis dessas transformações. Elas são famosas tanto pela excelência de sua arquitectura quanto pelas teorias extravagantes que cercam sua origem.*

Brian M. Fagan

[12] A grandeza das ruínas do Grande Zimbabwe.

No Grande Zimbabwe havia vários recintos circundados por pedra na planície e na colina e, igualmente, uma grande "cidade de caniço".

### 3.2.1.1. Origem

*O Estado do Grande Zimbabwe nasceu muito antes da tradição oral que lhe sobreviveu; tudo o que dele sabemos deve-se à investigação arqueológica ou a uma informação linguística bastante genérica. Os arqueólogos estabeleceram que os povos de língua shona podem ter sido os responsáveis pelas tradições da Idade do Ferro recente surgidas entre o [rio] Zambeze e o Limpopo.*

Brian M. Fagan

[13] O aparecimento do Estado do Zimbabwe.

Grande parte da literatura histórica diz que o Estado do Zimbabwe existiu, aproximadamente, entre **1250 e 1450**. E tomou o **nome de Zimbabwe** porque, na capital e noutros centros de poder, os chefes faziam rodear as suas habitações de amuralhados de pedra conhecidos por madzimbabwe (singular de zimbabwe).

Nos primeiros séculos da nossa era o planalto do Zimbabwe era habitado pelos **Karanga**, grupo bantu que falava shona. Foram estas **populações karanga que fundaram o Reino do Zimbabwe**, entre os rios Zambeze e Limpopo.

Entre os Karanga do planalto do Zimbabwe desenvolveu-se uma aristocracia no seio das famílias alargadas, clãs e tribos. A população produzia os **excedentes** e os chefes armazenavam-nos e organizavam as tarefas produtivas. Restava-lhes, pois, muito tempo para observar o ciclo da Natureza, o que lhes permitia obter conhecimentos acerca do tempo e prazos das sementeiras. O melhoramento das técnicas agrícolas, com o conseqüente aumento da produção, permitiu aos chefes afastarem-se das tarefas agrícolas e, com isso, formarem uma administração, um Estado.



[14] Madzimbabwe numa colina.

#### Vocabulário

##### Karanga

O nome karanga é usado para descrever uma subdivisão do povo Shona que se encontra no Sul do país; povo que fala um dialecto do shona conhecido como karanga.

Pensa-se que foi um cronista português que terá usado o termo numa carta enviada ao rei de Portugal, onde fazia menção de um reino chamado "ucalanga". Mais tarde aparece em textos portugueses o termo "Mocaranga" que se referia aos povos karanga falantes da língua "shona".

#### Exercitando competências

1. Que povo esteve na origem da formação do Estado do Zimbabwe?
2. Leia o documento [13] e indique a origem linguística do povo que esteve na origem da formação do Estado do Zimbabwe.
3. Os chefes tribais desse povo tinham, por certo, excedentes de produção. Concorda com esta afirmação? Justifique.
4. Quais são as datas prováveis de início e de fim do Estado do Zimbabwe?
5. O que significa "zimbabwe"?
6. Analise o mapa [10] e indique as localidades moçambicanas onde há registos da cultura do Zimbabwe.

### 3.2.1.2. Actividades económicas

As actividades económicas do Estado do Zimbabwe dividiam-se entre a agricultura, a pastorícia, o fabrico do ferro e o comércio.

#### Agricultura

Os Bantu desenvolveram, no século I n. e., as técnicas agrícolas, cultivando a mapira e a meixoeira. Esta actividade era a mais importante de todas e era praticada na sua maioria por mulheres.



[15] Ainda na actualidade, as queimadas são usadas como modo de enriquecer os solos. Queimada em mato, Maputo, Moçambique.



[16] Em escavações promovidas no século XX, foram encontrados 140 000 vestígios de ossos de gado no Grande Zimbabwe. Escavação arqueológica com descoberta de ossos.



[17] O trabalho dos metais era muito praticado no seio das comunidades. E quem detinha objectos de metal era muito respeitado.

O aprimoramento dos métodos usados na agricultura itinerante, em algumas regiões, contribuiu para o aumento da população. Esta situação fez com que as populações adoptassem técnicas de desmatamento e de queimadas mais eficientes, que possibilitavam cada vez mais o repouso da terra. Isto é, permitia a existência de zonas de cultivo por períodos mais longos entre as sementeiras.

A região que sofria uma grande pressão demográfica era o centro, o Grande Zimbabwe. Várias pessoas afluíam ao Grande Zimbabwe devido à sua prosperidade agrícola, mas isso levou a uma necessidade cada vez maior de espaços de cultivo. E o uso excessivo dos terrenos agrícolas fez com que a população tivesse de procurar novos terrenos, num seminomadismo agrícola.

### Pastorícia

A presença de ossos de gado bovino nas ruínas do Grande Zimbabwe leva-nos a pensar que a criação de bois, carneiros e cabras era uma actividade dominante no seio dos membros da aristocracia.

Estes vestígios foram encontrados em muito maior quantidade nas ditas ruínas, perto da área residencial da aristocracia e do chefe supremo. Dá a entender que havia criação de animais em milhares de cabeças de gado. E os camponeses, provavelmente, pagavam os seus impostos em cabeças de gado.

### O uso e fabrico de ferro

No Grande Zimbabwe os habitantes eram bons conhecedores do uso da tecnologia de ferro, daí o grande desenvolvimento de técnicas de fundição.

Os ferreiros adquiriram privilégios especiais e tornaram-se uma camada social importante e respeitada, pois eram eles que produziam enxadas de cabo curto para o cultivo dos campos, as armas para a defesa e a conquista de terras.

O cobre e o ouro também eram trabalhados, mas sobretudo para fins comerciais e para uso da aristocracia. Foram encontradas numerosas minas de extracção de ouro ao longo do planalto do Zimbabwe. Este comércio do ouro, sobretudo com mercadores estrangeiros, fez de **Manyikeni um entreposto comercial de grande importância.**

### O comércio interno e externo

No Grande Zimbabwe, faziam-se trocas de produtos entre as populações das várias aldeias. Entre estas populações, trocavam-se essencialmente: cereais, gado, sal, objectos de adorno (missangas e conchas) e instrumentos de ferro.

Com a acentuada presença persa, indiana, chinesa e árabe na costa nos séculos XI e XII, o comércio oceânico intensifica-se e novos produtos são trocados. Com a chegada destes mercadores estrangeiros, o comércio acabou por se tornar a actividade económica mais importante do Estado do Zimbabwe. O comércio era controlado pela aristocracia, a partir do Grande Zimbabwe, a capital do Estado, e serviu para o reforço e consolidação do poder político.

Estado do Zimbabwe importava:	Estado do Zimbabwe exportava:
– missangas de vidro colorido;	– esferas fundidas em ouro;
– porcelanas;	– missangas de ouro.
– louça vidrada e finas garrafas de vidro.	

### Exercitando competências

1. Quais eram as actividades económicas do Estado do Zimbabwe?
2. Analise a tabela acima e escreva um pequeno texto sobre o dinamismo económico do Zimbabwe.
3. Dê exemplos de culturas agrícolas e de animais criados pelos habitantes do Estado do Zimbabwe.

### 3.2.1.3. A organização político-social

O Estado do Zimbabwe era liderado por um rei. Abaixo deste estavam os velhos, fundadores das famílias que tinham tarefas importantes. A exploração das minas era directamente controlada pelos funcionários do rei. A administração das culturas e gado era feita localmente pelos respectivos anciãos.

As classes dominantes deveriam ter um número aproximado dos mil. A demais sociedade zimbabweana era composta pelos camponeses e exploradores mineiros. Estes constituíam o povo e viviam fora das muralhas.

As **crenças mágico-religiosas** e práticas ideológicas desempenharam, nesta sociedade, um papel importante. A ideologia mágico-religiosa constituía uma arma fundamental do poder, da coesão social e de aparente imobilidade social.

O rei e os chefes das linhagens imploravam aos antepassados, para si e para o seu povo, as chuvas, a saúde, a protecção para a caça e para as viagens. Como elo da cadeia que liga os anciãos mortos aos vivos, o chefe-sacerdote detinha uma função que era uma base de poder.

### Exercitando competências

1. Identifique os membros da sociedade zimbabweana.
2. Explique a função do chefe-sacerdote na sociedade do Zimbabwe.

### 3.2.1.4. Decadência

A decadência do Estado do Zimbabwe teve várias causas e não foi um processo simples e linear.

A queda deste reino teve na sua origem factores de índole político-militar, económica, natural e social.

<b>Causas político-militares</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em 1505, Portugal implanta em Sofala uma autoridade colonial político-militar.</li><li>• Em 1507, Portugal instaura na Ilha de Moçambique uma autoridade semelhante.</li></ul>
<b>Causa económica</b>	As minas de ouro começam a esgotar-se em meados do século XV.
<b>Causa natural</b>	O rio Save (rio que atravessa a meio o Estado do Zimbabwe) começa a secar.
<b>Causa social</b>	Agudização de lutas internas pela ânsia de poder e consequente instabilidade social.

A conjugação destes factores fez com que, gradualmente, a partir do início do século XV, o Estado do Zimbabwe começasse a desintegrar-se.

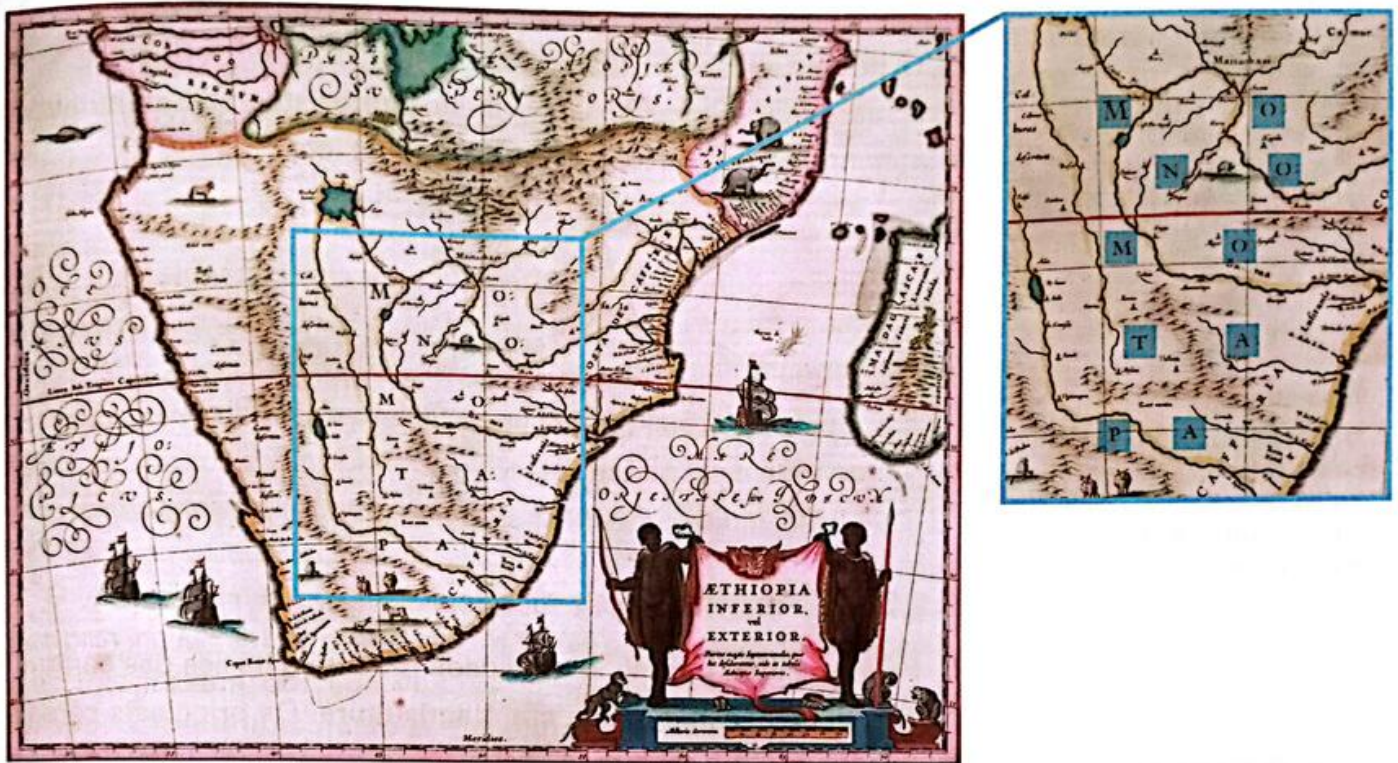
#### Exercitando competências

1. Analise a tabela acima e comente a seguinte frase: a perda do poder económico dos chefes zimbabwianos não foi a única causa que condicionou a queda do Zimbabwe.
2. Indique os outros factores que levaram à queda deste Estado.

#### QUADRO-SÍNTESE DOS PRIMEIROS ESTADOS DE MOÇAMBIQUE: ZIMBABWE

<b>Estado</b>	Zimbabwe
<b>Duração</b>	1250-1450
<b>Organização político-administrativa</b>	Capital (Grande Zimbabwe) e centros locais (madzimbabwe)
<b>Classes sociais</b>	Aristocracia dominante e comunidades aldeãs
<b>Formas de exploração económica</b>	Agricultura, pastorícia, exploração mineira e comércio
<b>Fontes económicas do poder dos chefes</b>	Comércio de ouro
<b>Decadência</b>	Início do domínio colonial português; esgotamento de ouro nas minas; seca do rio Save e agitação social

### 3.2.2. O Estado dos Mwenemutapas



[18] Mapa de 1635, de Willem Janszoon Blaeu, e que mostra bem no meio de África e ocupando parte do território moçambicano o "Monomotapa" (detalhe ampliado).

Quando o Reino do Zimbabwe já estava em queda, começou a erguer-se o Império dos **Mwenemutapas**.

Este Estado foi formado pelo rei Mutola entre 1440 e 1450 e chegou a ter uma extensão máxima territorial que ia desde o deserto do Kalahari até ao Índico e do rio Zambeze ao Limpopo.

A sociedade mutapa era dividida em classes e na economia privilegiou-se o comércio do ouro. Este Estado era, por isso, muito rico e cobiçado pelos estrangeiros.

A organização político-administrativa era complexa e deu origem a vários conflitos dinásticos. Com duas dinastias, a Mwenemutapa e a Changamire, o Estado do Mwenemutapa durou quase 500 anos, até ao início do século XX.

#### 3.2.2.1. Origem

O Grande Zimbabwe foi abandonado pela maior parte dos seus habitantes. Um deles foi um membro dissidente da dinastia do Grande Zimbabwe, chamado Nyantsimba **Mutota**.

Mutota, das tribos Shona e do clã Rozwi, juntamente com os seus guerreiros e familiares fixaram-se e ocuparam a região de Dande, no vale do Zambeze. Esta ocupação ocorre em 1440-1450 e aí formaram um novo reino, mais concretamente entre os rios

#### Vocabulário

##### Mwenemutapa

Mwene significa "chefe" e mutapa "terra conquistada". O mwenemutapa era o chefe das terras conquistadas ou do objecto conquistado.

*Pelo final do século XV, o Grande Zimbabwe começa a ser abandonado por boa parte da sua população. As forças associadas ao poder económico e político deslocaram-se para o Sul e para o Oeste, sob a chefia do poderoso clã Rozwi. As tradições orais registaram o surgimento de um soberano hereditário, o mwene mutapa (senhor do saque), sendo o primeiro **Mutota**.*

Brian M. Fagan

[19] O aparecimento de Mutota.

Há quem diga que Mutota precisava controlar o vasto território do império porque precisava controlar as rotas de comércio de sal. O sal era um produto abundante na costa litoral, mas raro no interior do actual Moçambique.

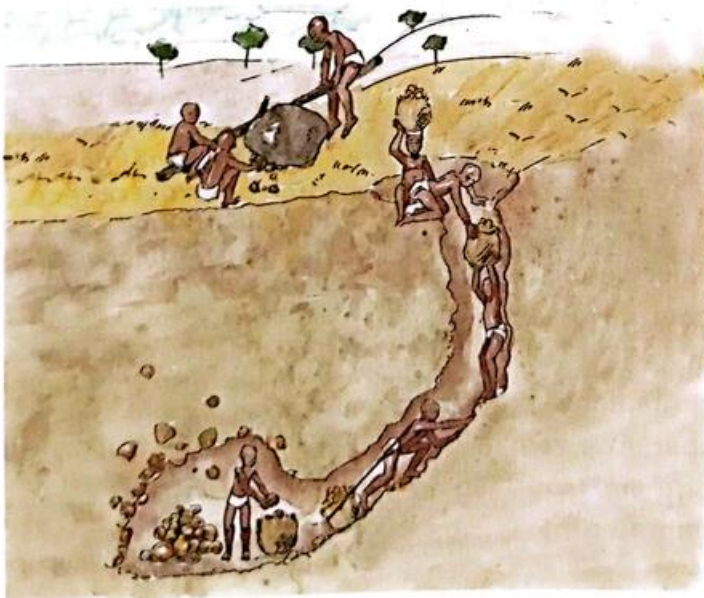
#### Vocabulário

##### Tribo Shona

Tribo composta por vários povos (Manhica, Zezuru, Kalanga ou Karanga, Ndau e Korekore) que falam a mesma língua, o Chishona.



[20] Plantação de arroz na actualidade em Moçambique.



Para consumo interno, a actividade produtiva básica das comunidades rurais mwenemutapa era a **agricultura**. Os principais cereais cultivados eram a mapira, a meixoeira e o naxenim (eleusine). Ao longo dos rios e, sobretudo, na zona costeira, em solos aluvionares, cultivava-se também o arroz. Para a actividade agrícola, o principal instrumento de trabalho era a pequena enxada de cabo curto e a agricultura praticava-se sobre queimadas.

A pecuária, a pesca e a caça, bem como as actividades artesanais, surgiram como complementares da agricultura.

De acordo com os relatos da época, o Império Mwenemutapa era muito rico em ouro. Para consumo externo, o **ouro** era o material mais colhido. Nesse sentido, desenvolviam-se as actividades de

mineração e comércio de metais preciosos. O trabalho nas minas aparecia às vezes como uma imposição do exterior da aristocracia dominante ou dos comerciantes estrangeiros. Era um trabalho perigoso e executado, essencialmente, pelas crianças e pelas mulheres, dado terem corpos mais pequenos para encontrar ouro nas galerias das minas.

Mazoé e Luia. O Império Mwenemutapa era uma **aliança das tribos Shona**, que se agruparam à volta de Mutapa, o chefe da tribo Rozwi.

O núcleo dirigente do grupo invasor que deu origem a essa dinastia constituiu-se desde o início em aristocracia dominante, dominando as populações preexistentes no local.

#### Exercitando competências

1. Analise o documento [19] e refira as circunstâncias em que apareceu o Mutota.

- 1.1. A que tribo pertencia?
- 1.2. Qual era a sua ligação com o Estado do Zimbabwe?
2. A que tribo e clã pertencia?
3. Que ligação tinha esse líder com o Estado do Zimbabwe?

#### 3.2.2.2. As actividades económicas

### 3.2.2.3. A organização político-administrativa

A estrutura administrativa no Império de Mutapa servia para manter a autoridade no interior do estado.

O chefe máximo era o Mwenemutapa, também designado por Mambo. Era o soberano, representante supremo de todas as comunidades, em cuja administração era apoiado por um corpo de funcionários espalhados pelo vasto estado. Esta estrutura contava com as três mulheres do soberano e com funcionários da corte – **mutumes** ou **infices**.

O território estava dividido em unidades que se podem designar por províncias, sob a chefia de um **fumo** ou **encosse**. Estas províncias integravam por sua vez um conjunto de comunidades ou **musha**, à frente das quais se encontrava um **mukuru** ou **muene-musha**.

Os fumos ou encosses, para além de administrarem o seu território económica e politicamente, eram obrigados, em cada ano, a reacender os fogos reais na chama original como símbolo de fidelidade ao soberano mutapa. Isto é, uma vez por ano, o soberano mutapa dava ordens aos chefes territoriais para apagarem os seus fogos reais e rumarem imediatamente para o seu palácio a fim de reacendê-los. Para além desta obrigação, os chefes territoriais a todos os níveis (chefes ao nível da província e ao nível das aldeias) controlavam a produção, o processo de mineração, bem como o de pagamento de tributos.

O instrumento de controlo político mais corrente era o tributo cobrado pelos imperadores mutapa. O **tributo** podia ser cobrado em bens (produtos agrícolas, peles de leão e de leopardo, penas de avestruz, caça de pequeno e grande porte, etc.) ou em trabalho. Todos os chefes territoriais, oficiais, soldados e demais chefes vassallos tinham também a responsabilidade de garantir a cobrança de impostos.

Os **mensageiros** ou **mussambages** eram funcionários do mutapa que tinham por missão estabelecer a ligação entre a casa real e os chefes territoriais, levando informações para junto do soberano e vice-versa.

Os diferentes mecanismos de controlo contribuíram parcialmente para preservar um império centralizado.

*As ruínas de estações próximas ou distantes [do Grande Zimbabwe], por sua vez, revelam [aquando de escavações arqueológicas] objectos de ouro, braceletes de cobre, braseiros, fusos com discos perfurados e contas de vidro. Supõe-se que os chefes exerciam um monopólio sobre o comércio, o que era vantajoso para os comerciantes estrangeiros que viam protegidas as suas actividades e a possibilidade de extrair maiores lucros possíveis.*

Hipólito Sengulane, *Das primeiras economias ao nascimento da economia-mundo*, p. 251

[22] A presença de ouro e metais nos vestígios arqueológicos do Grande Zimbabwe.

*O imperador é senhor absoluto da vida, morte, honra e bem-estar dos seus vassallos, ele era assistido por certo número de chefes que exerciam alguns destes poderes.*

Mudenge, citado em Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 40 (adaptado)

[23] O papel do imperador, segundo Mudenge nos seus trabalhos sobre as instituições do Estado dos Mwenemutapas.

#### Vocabulário

##### Musha

Comunidade aldeã.

##### Província

Conjunto territorial com várias mushas.

## ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO MWENEMUTAPA

Cargo	Descrição/Observação	Função
Mwenemutapa	- imperador	- líder supremo de todo o império
Mambo	- rei e administrador de Estados que compunham o império mwenemutapa; - oriundo da aristocracia invasora descendente de Mutota	- responsável pela defesa, pela paz, relações externas, comércio, cerimónias mágico-religiosas e respectivas festividades do seu reino
Nove funcionários directos do mambo	- 3 mulheres principais - mutumes - infinces	- apoio à administração do mambo - mensageiros - guarda pessoal do mambo
Fumo ou encosse	- dependia directamente do mambo	- administrador das províncias
Mukuru ou muenemusha	- dependia directamente do fumo ou encosse	- administrador das mushas



[24] Mapa do Império Mwenemutapa. Um dos factores de longevidade e fortuna deste império foi localizar-se, sobretudo, em zonas não infectadas pela mosca tsé-tsé.

O mwenemutapa vivia no **núcleo central** que governava directamente entre os rios Mazoé e Luia. Este era rodeado por vários **Estados vassallos** (Sedanda, Quissanga, Quiteve, Manica, Bárue, Shangwe, além de outros mais no interior), dirigidos por parentes dos mwenemutapas.

### O problema das sucessões

No Estado dos Mwenemutapas a questão de **sucessão** constituía um dos grandes problemas. Esta situação era provocada com muita frequência em parte devido ao próprio sistema de sucessão colateral, que produzia mais do que um pretendente à chefia do Estado ou por outras palavras mais do que um sucessor do trono. Estes problemas de sucessão eram um foco de instabilidade, de lutas sangrentas e de fragmentação dos Estados vassallos.

### Exercitando competências

1. Confronte o documento [23] com a tabela da página 68.
  - 1.1. Indique quem era a figura administrativamente mais importante do Estado dos Mwenemutapas.
  - 1.2. Quais eram as suas principais funções?
  - 1.3. Construa um esquema de pirâmide de poder no Mwenemutapa.
2. Analise o mapa [24] e pondere sobre o problema da mosca tsé-tsé com a longevidade do Mwenemutapa.

#### 3.2.2.4. A estrutura socioeconómica

No Estado Mwenemutapa havia claramente uma aristocracia dominante e as comunidades rurais dominadas. A **aristocracia dominante** era composta pelo mwenemutapa, seus familiares, pelos mambos dos reinos vizinhos e a sua administração directa. As **comunidades rurais** de todos os Estados que compunham o grande Império Mwenemutapa eram compostas pelos agricultores, pastores, trabalhadores do ferro e mineiros. Na classe dominante, sobretudo o mwenemutapa e os mambos eram **ricos**. Viviam dos tributos das populações e do comércio externo, sobretudo do ouro.

*O monomotapa obriga os seus negros a cultivarem campos de uma fantástica vastidão. Finalmente aquando da colheita desses enormes campos a perder de vista, consegue obter um volume de produtos suficientemente vasto para viverem perfeitamente à vontade, tanto eles como as suas mulheres.*

J. H. Cunha Rivara, *O chronista de Tisuary*, Nova Goa, 1866-1869, vol. II, p. 66

[26] A agricultura régia do Estado dos Mwenemutapas era bastante desenvolvida e profícua.

Cada comunidade aldeã tinha a obrigação de entregar ao Estado mwenemutapa o equivalente à **produção de 7 dias de trabalho por mês**. Havia ainda uma taxa importante, a **curva**. A curva era geralmente paga pelos estrangeiros e consistia num pagamento em tecidos.

### Exercitando competências

1. Relacione o documento [25] e a sua legenda e o documento [26].
  - 1.1. Que conclusões se podem retirar sobre a estrutura socioeconómica deste império?



[25] "Le grand roy monomotapa". Desenho do século XVIII, onde está retratado um rei do Império Mwenemutapa. Na inscrição Mwenemutapa. Na inscrição pode ler-se: *O grande rei Monomotapa. Muito rico em ouro. Tem vários reis a prestarem-lhe tributo. (...) O seu território é imenso, tem cerca de 2400 milhas. A sua corte localiza-se no Zimbabwe. Tem uma mulher na sua guarda pessoal. Tem um número elevado de elefantes. Os seus súbditos são negros, valentes e rápidos corredores, e tem cavalos velozes. Idólatras, bruxos e ladrões são severamente punidos.* (adaptado)

## Vocabulário

### Ideologia

Sistema de ideias, valores e princípios que definem uma determinada visão do mundo, fundamentando e orientando a forma de agir de uma pessoa ou de um grupo social (partido político, grupo religioso, etc.).

### 3.2.2.5. A ideologia

No Império dos Mwenemutapa, em especial no seio dos Shona-Karanga, o culto forte era dedicado aos espíritos dos antepassados.

No Estado dos Mwenemutapa a religião era considerada como um factor integrador fundamental do sistema político dos Shona-Karanga. A passagem pelas cerimónias mágico-religiosas legitimava o poder do mambo. Esta era uma condição fundamental mesmo que nela se cometessem actos extremos, como o incesto.

*A fim de quebrar todas as ligações com a sua linhagem, para se tornar representante de toda a sociedade, indiferente às rivalidades familiares (o Mambo) comete, no momento da sua entronização, o incesto com uma parente próxima, infringindo desse modo o mais absoluto interdito. Números testemunhos confirmam que a principal mulher do Monomotapa era a sua própria irmã.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 38*

[27] Algumas crenças mágico-religiosas levam o mambo a cometer actos extremos como o incesto.



[28] Chefe religioso shona na actualidade.

Numerosas fontes referem a existência de dois termos que serviam para designar Deus: **Mulungu**, utilizado nas terras costeiras, ao longo do vale do Zambeze e Nordeste do planalto zimbabweano, e **Mwari**, usado a sul do planalto.

Os mambos tinham o direito de invocar a chuva, assim como participavam nas cerimónias dos fazedores de chuva.

### Os espíritos

Os **muzimu** eram os espíritos dos antepassados. Acreditava-se que os muzimu-régios resolviam as doenças dos chefes de Estado.

Os **swikiro** eram espíritos associados ao poder político, especialmente às sucessões.

Uma das garantias de um bom governo e da boa estabilidade social estava nas boas relações com estes dois espíritos.

*Os proprietários das terras, como **Dzivaguru**, eram os fazedores de chuva e celebrantes dos rituais no palácio real mutapa. Esse sistema religioso era retomado nos diversos níveis de administração. A religião constituía um importante mecanismo de controlo social, em particular numa economia dominada pela agricultura. A participação do imperador nos ritos da chuva era considerada essencial para a prosperidade económica do império. Ele organizava, para seus ancestrais, danças mensais da lua nova e grandes festas anuais para apaziguar os seus espíritos ancestrais. Também encontramos referências a músicas que atraíam a atenção dos espíritos para a necessidade de fazer com que chovesse.*

*H. K. Bhila K. M. Phiri e O. J. Kolinga, A Zambézia do Sul: a região do Zambeze, p. 764 (adaptado)*

[29] As crenças mágico-religiosas e a importância da chuva.

## Exercitando competências

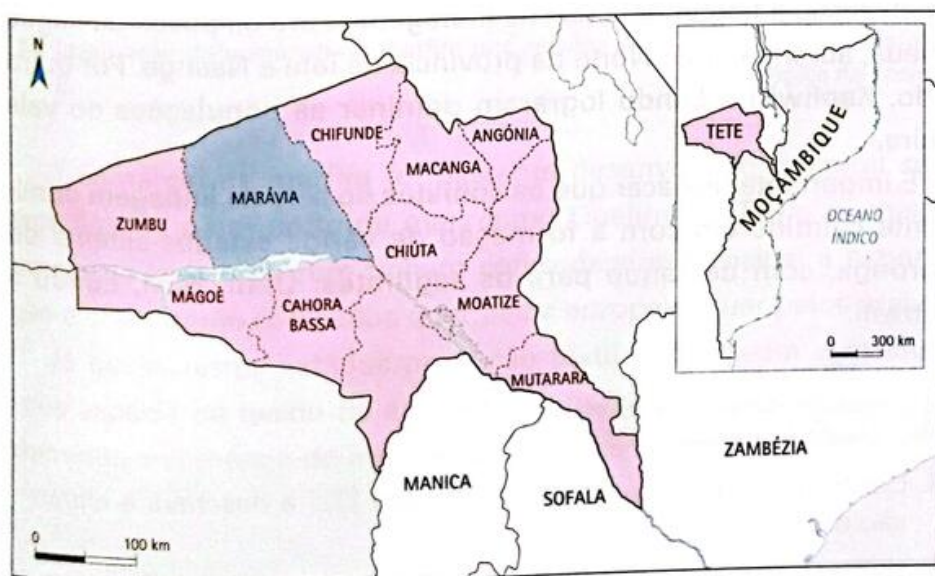
1. Analise o documento [29] e comente a seguinte afirmação: a religião constituía um importante mecanismo de controlo social no Mwenemutapa.
2. Pode dizer-se que a legitimidade do chefe só era reconhecida se este passasse por cerimónias mágico-religiosas? Justifique a resposta.

## QUADRO-SÍNTESE DOS PRIMEIROS ESTADOS DE MOÇAMBIQUE: MWENEMUTAPA

Estado	Mwenemutapa
Duração	1440-1450 até 1917
Organização político-administrativa	Núcleo central; Estados vassalos
Classes sociais	Aristocracia dominante (Mwenemutapa e seus familiares e funcionários próximos). Comunidades aldeãs (agricultores, pastores, ferreiros, mineiros)
Formas de exploração económica	Agricultura, pecuária, trabalho do ferro, mas sobretudo exploração mineira e comércio do ouro
Fontes económicas do poder dos chefes	Exploração e comércio do ouro e tributos das populações aldeãs (produção de 7 dias do mês)
Decadência	Terminou no início do século XX, em 1917, numa batalha contra Portugal. Aí morreu o último mambo, Chioko. Contudo, já desde 1890 que estava num período de decadência.

## 3.2.3. O Estado Marave

O termo marave está ligado à formação **etnolinguística** e pouco se sabe sobre a sua origem. É provável que o termo esteja ligado apenas ao clã Phiri. Na actualidade, um distrito da província de Tete ainda remete para essa ocupação passada, Marávia.



[30] Localização do distrito de Marávia, província de Tete, Moçambique.

Os Maraves eram um conjunto de pequenos reinos que existiram no Norte do Zambeze, zona de Tete, desde o século XVI até ao XIX.

O Estado Undi do chefe Phiri estendia-se desde os rios Luia e Kapoche, território da actual provincia de Tete. Enquanto que Kapwiti e Lundu dominavam a região da actual Morrumbala e Milange, cabia a Karonga o domínio das actuais terras de Niassa.

### 3.2.3.1. Origem

Como não se sabe muito sobre a origem dos Maraves, existem várias teorias sobre a sua origem, expansão e formação.

Os Estados dos Marave formaram-se como resultado da chegada de sucessivas vagas de emigrantes, provavelmente oriundos da região de Luba do Congo e liderados pelo clã **Phiri**, e dos Lundu que viviam em Tete, expandindo-se depois ao longo do rio Zambeze até à costa.

*Os invasores Marave pertencem, nitidamente, a uma vaga de imigrantes surgida por volta de 1500 e partida directamente dessa região ao norte de Catanga que se aponta como núcleo de formação e de erradicação da cultura e das línguas.*

*Os invasores, no seu impulso inicial, desceram até ao vale do Zambeze, retrocedendo ulteriormente para norte, e, após perderem o seu carácter nómada, preferiram maciços montanhosos para local de estabelecimento dos seus "imperadores" e "reis".*

António Rita-Ferreira, *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1958, pp. 61-67 (adaptado)



[32] Invasão e conquista marave, final do século XVI.

[31] A invasão e implantação dos Marave, segundo António Rita-Ferreira.

A linhagem dominante Phiri por volta de 1600 era a dos Karonga. Conflitos e contradições interdinásticos levaram à divisão do clã original e novas linhagens se estabeleceram a oeste, sul e sudeste do território ocupado pelos Karonga.

Por um lado, **Undi** (irmão de Karonga) moveu-se para oeste e estabeleceu a hegemonia da sua linhagem sobre os povos de língua Cheua, abrangendo o Norte da provincia de Tete e Nsenga. Por outro lado, **Kaphwiti** e **Lundu** lograram dominar as populações do vale Shire.

É importante destacar que os conflitos no seio da linhagem dominante culminaram com a formação de vários estados-satélite do Karonga, com destaque para os seguintes: Undi, Biwi, Lundu e Kapwiti.

### Exercitando competências

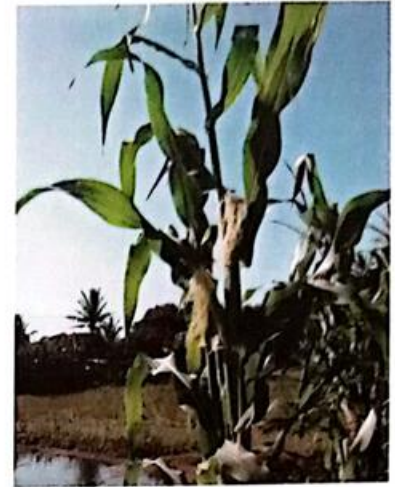
1. Confronte o documento [31] e o mapa [32] e descreva a expansão marave.

### 3.2.3.2. As actividades económicas

O povo marave dedicava-se à **agricultura**, com destaque para a produção da mapira, milho e batata-doce.

Para além dos produtos acima referidos cultivavam também o inhame, feijão, amendoim e bananas. A maior parte das actividades agrícolas era realizada por mulheres, embora houvesse alguma participação masculina. Os homens dedicavam-se mais à criação do gado bovino, caprino e ovino e à caça ao elefante.

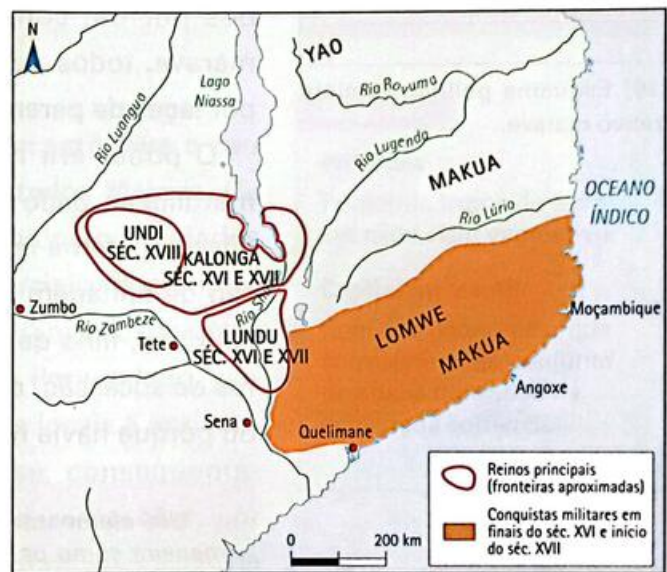
Praticava-se a **metalurgia** para apoiar as actividades agrícola e doméstica. A enxada de cabo curto ainda era o único instrumento usado no trabalho dos campos, de acordo com escavações arqueológicas realizadas. As enxadas produzidas eram comercializadas em regiões como a actual província de Nampula, Sofala, Inhambane e outros postos da costa oriental do Índico. Havia ainda **extracção de metais**, sobretudo do ouro, que mais tarde eram exportados através do porto de Quelimane.



[33] As plantações de milho começaram a fazer-se também nas terras altas a partir do século XVII.



[34] Idealização de comércio de marfim nos séculos XVI e XVII.



[35] Império Marave, séculos XVI e XVII e a localização estratégica do porto de mar de Quelimane.

O comércio de **marfim** foi bastante desenvolvido e lucrou com esta ligação a um porto de mar, como Quelimane. Tanto os metais preciosos com o marfim tinham como destino principal a exportação e eram muito cobiçados quer pelos europeus quer pelos árabes.

Já havia nestes Estados produção têxtil. Fabricavam a **machila**, uma espécie de tecido de algodão muito forte (lona). Este produto dominou o comércio do interior para a troca comercial.



### Exercitando competências

1. Observe os documentos [33 e 34] e indique quais eram os principais produtos produzidos nos Estados Marave.
2. Analise o mapa [35] e comente a frase: o porto de mar de Quelimane foi estratégico para o dinamismo económico dos Marave.



[36] Esquema político-administrativo marave.

### 3.2.3.3. A organização político-administrativa

Na sociedade marave a organização política e administrativa do Estado era muito **complexa**. Na estrutura de base tínhamos o **chefe da aldeia**, conhecido por Fumu ou Mwini-Mudzi, acima desta estrutura encontramos o **chefe territorial**, designado por Mwini ou Dziko. O chefe **provincial** estava acima do chefe territorial e controlava vários territórios, era chamado Mambo, sendo o **chefe supremo** o *Undi*. Os mbili eram um corpo de **conselheiros dos chefes**, auxiliados por um conjunto de funcionários menores. Na sociedade marave, todos os chefes, de diferentes escalões, estavam ligados por **laços de parentesco**.

O poder era hereditário e a sucessão era preferencialmente **matrilinear**, dado que quanto à filiação materna não há dúvidas. A filiação paterna levantava sempre dúvidas. Desta forma, os Marave são de linhagem matrilinear, isto é, o poder passava de tia para o sobrinho, filho da irmã (jamais do irmão). Não obstante, havia guerras de sucessão, ou porque a filiação, ainda assim, era questionada, ou porque havia nomeação directa para cargos de Estado.

*Um elemento também fundamental para a unidade do reino era a maneira como os cargos públicos eram atribuídos. Dizem que o Kalonga nomeara alguns chefes de clãs para altas funções em seu Estado.*

*Os Banda, um grande clã Protochewa, eram guardiões (amastsano) do santuário do kalonga em Mankhamba, enquanto os Mwale, sob a liderança do khome, comandavam os guerreiros do Kalonga.*

H. K. Bhila, K. M. Phiri, e O. J. Kolinga, *A Zambézia do Norte: a região do Lago Malawi*, p. 730

[37] A nomeação para cargos de Estado.

### Exercitando competências

1. Construa um esquema sobre a nomeação para cargos do estado, à luz das informações do documento [36].
2. Como era feita a sucessão de poder marave? Que filiação era privilegiada e porquê?

### 3.2.3.4. A estrutura socioeconómica

A sociedade marave estava dividida entre as **chefias da administração** e os camponeses que cultivavam a terra, criavam o gado, trabalhavam nas minas, caçavam os elefantes. Havia nesta sociedade uma nítida distinção social com base na riqueza económica de cada um.

Os chefes, nas suas diferentes esferas de poder (aldeia, território, província e supremo), eram a população mais rica, quer porque administravam a exploração das produções e o **comércio**, quer porque recebiam **tributos**.

*No caso do Estado de Undi, a classe dominante recebia tributos regulares e tributos rituais (primícias das colheitas). (...)*

*Os chefes recebiam ainda taxas pela resolução de disputas e taxas de trânsito pelo território.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 49*

[38] Os tributos recebidos pela classe dominante.

#### Exemplos de tributos regulares pagos aos chefes Undi

Marfim

Tabaco

Géneros alimentares

Partes de animais caçados

Utensílios de ferro

Cestos

Esteiras

Panos

O **capital mercantil** teve o seu **impacto nos Estados Marave**. Os produtos produzidos nos Estados marave e comercializados sobretudo com os estrangeiros tiveram um duplo efeito. Por um lado, ajudaram as chefias locais a enriquecer e a tornar-se, conseqüentemente, mais poderosas. Mas, por outro lado, foram os responsáveis pelas intrigas internas. São exemplos disso as lutas entre os Karonga e os Lundu e a conseqüente expansão Nyanja.

#### Vocabulário

##### Primícias

Primeiros frutos da terra em cada ciclo vegetativo.

##### Capital mercantil

Conceito económico que corresponde ao conjunto dos bens utilizados na actividade comercial.



#### Exercitando competências

1. O capital mercantil foi uma faca de dois gumes para o bem-estar dos Estados marave. Concorda com a frase? Justifique.
2. Analise o documento [38] e indique os tributos recebidos pela classe dominante.

### Vocabulário

#### Chisumpi

Conjunto de cultos dos Marave dedicados à veneração de espíritos naturais.

#### Muári ou Muáli

Divindade suprema entre os povos de língua shona. Alguns autores dizem que está associado ao culto dos antepassados marave dedicado a entidades supremas.

### Exercitando competências

1. A ideologia tinha um papel residual nos Estados marave. Concorda com esta afirmação? Justifique.
2. Indique o nome e as características das principais divindades adoradas pelos Marave.

### 3.2.3.5. Ideologia

A religião na sociedade marave desempenhava um papel importante em matéria de controlo político. Os **mediuns espíritas** gozavam de um estatuto mais elevado do que os próprios imperadores, pois tinham por função aconselhar o soberano sobre todos os assuntos do Estado.

O culto do **mlira** constitui um dos mecanismos institucionais para assegurar a coesão social do Estado kalonga. Uma vez por ano, na capital do Estado, os Marave celebravam a veneração ritual de **mlira**, o espírito Kalonga, condutor de seus ancestrais ao país de migração provenientes do Norte, reunindo chefes das várias linhagens reais Phiri. Esta manifestação era um ritual de realeza que tinha como função a integração no seio do Estado marave.

Os Marave praticavam cultos ligados à fertilidade das terras, à invocação da chuva e ao controlo das cheias. Estes cultos designados por **Chisumpi** eram dedicados à veneração de espíritos naturais e o **Muári** dedicado a entidades supremas.

### Decadência dos Marave

O declínio dos Marave não foi repentino; foi acontecendo, motivado, essencialmente, por factores comerciais e sociais. A decadência marave começa em meados do século XVII, mas foi acentuada pela "invasão" de mercadores no final do século XVIII.

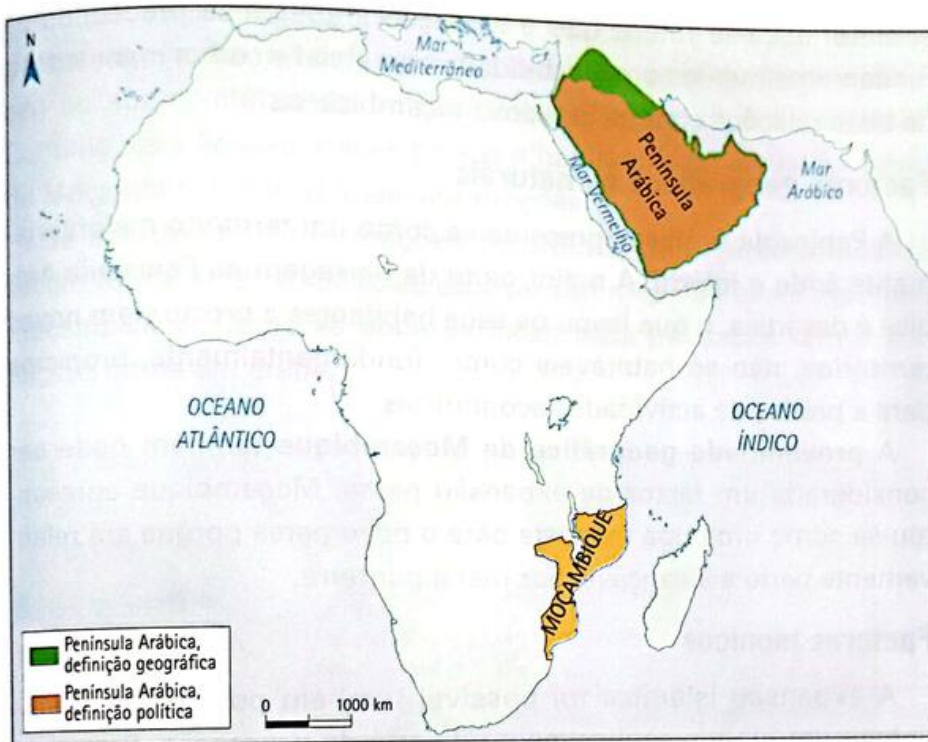
No século XIX as rotas comerciais marave são substituídas pelas rotas dos Ajaua. E o aparecimento dos Nguni, oriundos do movimento do M'fecane, a partir de 1835, com a ocupação de terras maraves, acabou por ditar o fim destes Estados.

### QUADRO-SÍNTESE DOS PRIMEIROS ESTADOS DE MOÇAMBIQUE: MARAVE

Estado	Marave
Duração	1200-1400 (primeiros membros do clã Phiri) Século XVI (império)
Organização político-administrativa	Undi, Mambo, Mwini e Fumu ou Mwini-Mudzi (cargos administrativos de base territorial)
Classes sociais	Classe dominante (chefias territoriais) e classe dominada (agricultores, pastores, mineiros, ferreiros, caçadores de elefantes, etc.)
Formas de exploração económica	Agricultura, pecuária, trabalho do ferro, mas sobretudo exploração mineira e comércio do ouro e marfim
Fontes económicas do poder dos chefes	Exploração e comércio do ouro e tributos das populações aldeãs (rituais, regulares, etc.)
Decadência	Século XIX

### 3.2.4. A penetração árabe-persa

Moçambique foi desde sempre um país rico em diversidade cultural. Há centenas de anos, tal como acontece hoje em dia, o território foi palco de intercâmbio entre povos oriundos de várias partes do Mundo com os povos aqui sediados. Dentre os primeiros povos que estabeleceram contactos com povos de Moçambique contam-se os árabes da Pérsia, ou seja, do Golfo Pérsico.



[39] Os árabes são um povo originário da Península Arábica ou das regiões vizinhas. No mapa pode-se observar a Península Arábica e Moçambique. A proximidade entre os dois territórios é evidente e o transporte mais favorável era por via marítima. Na actualidade, distingue-se o mapa político do mapa geográfico da península. No entanto, a diferença entre os dois não é muita. O mapa político apenas retira ao mapa geográfico parte do actual Iraque. A fronteira geográfica a norte da península é o rio Eufrates.

Como qualquer outro povo do mundo antigo, os árabes não se constituíam como uma unidade compacta do ponto de vista étnico, político e linguístico. A base da constituição do povo árabe-persa está, sem dúvida, numa grande **unidade espiritual**, cimentada fundamentalmente pela religião, o Islão.

Os árabes-persas usufruíram de vários factores de penetração, de ordem técnica, geográfica e económica. Contudo, não podemos esquecer a força da ideologia. Uma das suas grandes motivações era proclamar e espalhar a sua fé, a fé no Islão.

Os contactos com os árabes-persas tiveram repercussões inevitáveis, a nível social, económico e ideológico.



[40] Pintura persa que representa a ascensão de Maomé ao céu.

### 3.2.4.1. Os factores da penetração: geográficos, técnicos, económicos e ideológicos

Os primeiros relatos da penetração árabe em Moçambique datam do **século IX**. Mas quais foram as condições que se reuniram para que a penetração árabe acontecesse? Quais foram os factores da penetração?

De um modo sintético, os factores da penetração foram quatro, geográficos, técnicos, económicos e também ideológicos. No entanto, deve-se referir que a actuação árabe-persa preocupou-se fundamentalmente com a actividade comercial e com a manutenção de boas relações com os Estados moçambicanos.

#### Factores geográficos ou naturais

A Península Arábica apresenta-se como um território maioritariamente **árido e infértil**. A maior parte da paisagem na Península Arábica é desértica, o que levou os seus habitantes a procurarem novos territórios, não só habitáveis como, fundamentalmente, propícios para a prática de actividades económicas.

A **proximidade geográfica de Moçambique** também pode ser considerada um factor de expansão persa. Moçambique apresentou-se como uma boa resposta para o povo persa porque era relativamente perto e alcançável por mar e por terra.

#### Factores técnicos

A expansão islâmica foi possível também porque os Árabes tinham um grande conhecimento da **arte de navegação**. Para além da arte de bem navegar, os islâmicos eram exímios **cartógrafos** e consequentemente conheciam bem a costa leste do continente africano.

Para realizarem uma boa navegação, os Árabes tinham conhecimentos consolidados em **astronomia**.

#### Factores económicos

Os Árabes, tanto em outros tempos como na actualidade, foram sempre bons comerciantes. Moçambique, no século VIII, apresentou-se como um bom mercado tanto para a **venda de produtos árabes** como para a **compra de produtos africanos**.

#### Factores ideológicos

Um dos pressupostos de algumas religiões consiste na sua expansão a fim de cativar e converter mais fiéis. O Islão também teve uma fase de forte expansão inicial, logo após a ascensão de Maomé. Neste sentido, os Árabes expandiram-se para Moçambique também com a motivação de **difundirem o Islão**.

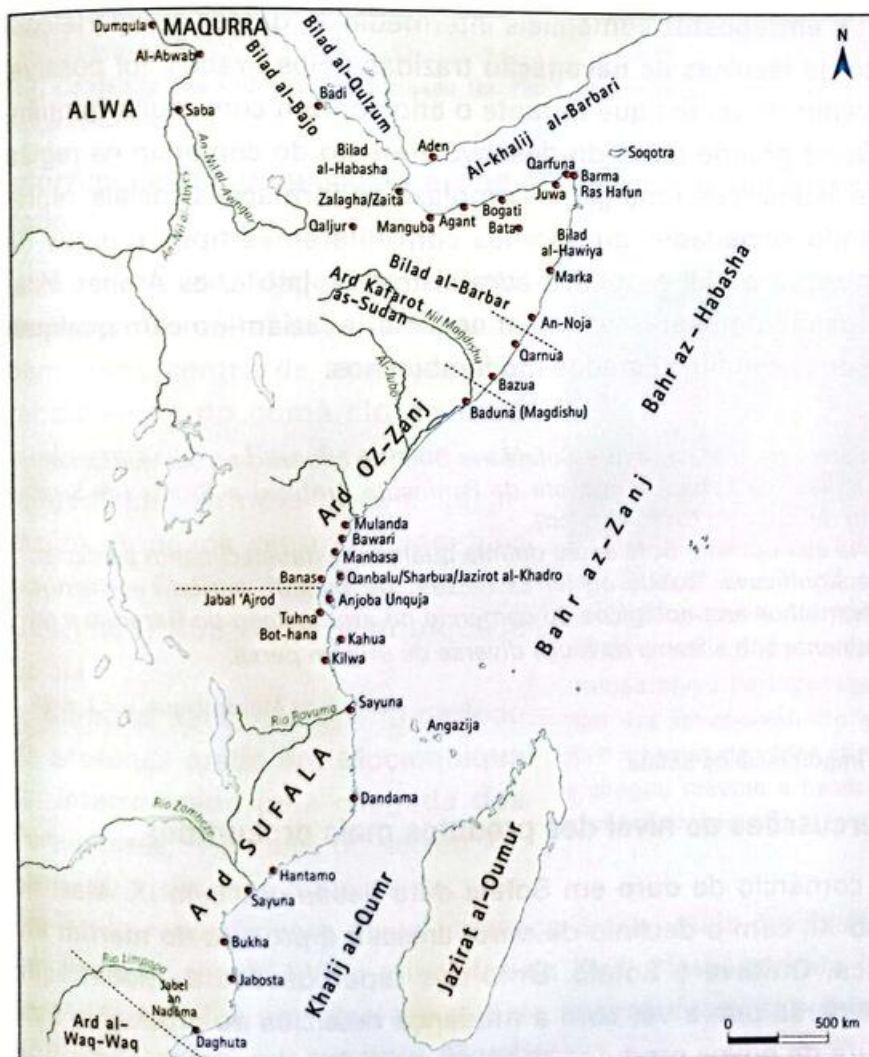
#### Exercitando competências

1. Faça um quadro-resumo sobre as causas da penetração árabe em Moçambique.

### 3.2.4.2. Os contactos ao longo da costa e suas repercussões

Desde o século IX, são reconhecidas marcas de uma lenta e progressiva fixação dos mercadores árabes ao longo da costa oriental moçambicana, motivada essencialmente pela vontade de fazer comércio. Populações oriundas do Golfo Pérsico estabeleceram-se, principalmente, na Ilha de Moçambique e em Quelimane. A presença árabe em território moçambicano não foi inócua. Houve repercussões que, numa primeira fase, tiveram uma expressão comercial. Houve melhorias na arte de navegar, na criação de entrepostos comerciais, na definição dos produtos a produzir/comercializar, no aparecimento de outros povos prontos para o comércio. Contudo, esta ligação árabes-persas e habitantes do actual território de Moçambique teve as suas interrupções.

De acordo com informações recolhidas dos testemunhos do século XII de Al-Idrisi, pode-se esboçar um mapa da costa marítima moçambicana. Como se pode verificar, cada povoação tem o respectivo nome em árabe.



[41] Reconstrução hipotética do mapa da costa de Moçambique e da Tanzânia, segundo informações recolhidas por Al-Idrisi. Os pontos assinalados terão sido locais de contacto e comércio entre Árabes e habitantes locais. Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 25.

## Repercussões na arte de comercializar e de navegar e a importância de Sofala

Numa primeira fase, os mercadores árabes desembarcaram em locais mais a norte, como a Ilha de Pemba, na actual Tanzânia.

*De acordo com o geógrafo árabe Al-Masudi, mercadores islâmicos, cerca de 750 n. e., desembarcaram na pequena Ilha de Kambalu, que hoje se crê ser a pequena Ilha de Pemba, na costa da actual Tanzânia.*

*Masudi, que visitou a ilha em 916, mencionou também que os mercadores de Oman ao viajarem de Ormuz passaram o mar de Zanj até às "terras de Sofala".*

Aurélio Rocha, *Moçambique, História e Cultura*, p. 27

[42] Relatos árabes sobre Moçambique.

Relatos da época falam da existência de uma intensa actividade comercial nas **terras de Sofala** e em toda a África Oriental. O comércio estabelecido entre os Árabes e os habitantes de Sofala foi favorecido por várias circunstâncias.

Apesar da longa distância percorrida pelos barcos, havia uma rede de **entrepósitos comerciais** intermédia. E, graças ao aperfeiçoamento de **técnicas de navegação** trazidas pelos Árabes, foi possível aproveitar os ventos que durante o ano sopram com muita frequência. Outra grande razão do desenvolvimento do comércio na região foi a existência de uma gama complexa de formações sociais, representando sociedades autónomas com diferentes tipos e graus de organização social e político-administrativa. Isto é, os Árabes estavam realmente interessados em negociar e faziam-no com **qualquer chefe** dos primeiros Estados moçambicanos.



[43] Instrumento de apoio à navegação introduzido pelos Árabes.



[45] Os grandes elefantes africanos começaram a ser mais procurados quando se deu maior valor às presas feitas de marfim.

*Escreveu Al-Masudi que Sofala era o limite extremo ao sul visitado por Omanitas (de Oman, a sudeste da Península Arábica) e Sirafis (de Siraf, porto de Xiraz no Golfo Pérsico).*

*Na sua opinião, Sofala não definia qualquer estabelecimento particular, mas significava "baixio ou terras baixas". Do mesmo período existem já testemunhos arqueológicos do comércio no arquipélago do Bazaruto e no continente sob a forma de louça diversa de origem persa.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 26*

[44] A importância de Sofala.

## Repercussões ao nível dos produtos mais procurados

O comércio de **ouro** em Sofala data desde o século IX. Mas, no século XI, com o declínio de ouro, cresceu a procura do **marfim** em Manica, Quiteve e Sofala. Uma das repercussões da penetração árabe-persa tem a ver com a mudança de ciclos de produção. Esta procura de novos produtos criou novos ciclos de produção. Se num

primeiro momento se vivia o ciclo do ouro, passou-se depois para o ciclo do marfim.

É importante referir que, para além dos produtos aqui mencionados, outros eram muito procurados e, conseqüentemente, muito produzidos. Os instrumentos de ferro, de âmbar, de chifres de rinoceronte e de carapaças de tartaruga, mas também os cereais, carnes, frutos e vegetais eram produtos apetecíveis aos Árabes.

### Repercussões comerciais: a chegada de mais povos para comercializar

Para além dos Árabes, em meados de século XII há fontes que salientam o desenvolvimento do comércio com os Indonésios. Os produtos comercializados com os Indonésios eram as peles de leopardo, as carapaças de tartaruga e alguns escravos.



[46] Os chifres de rinoceronte também eram bastante procurados, o que levou ao aumento da sua captura.

*De acordo com Al-Idrisi, comerciantes indianos e chineses também frequentaram a costa oriental africana, comerciando com as ilhas Comores e atingindo pontos no interior, como Siuna, sede do governador de Sofala, porventura a Vila de Sena, situada no Vale de Zambeze.*

Aurélio Rocha, *Moçambique, História e Cultura*, p. 28

[47] Comerciantes indianos e chineses também comercializavam com os povos moçambicanos.

### Interrupções na penetração árabe-persa em espaço moçambicano

No século XII, Mogadíscio (capital da actual Somália) assume-se também como centro de absorção dos rendimentos do comércio de ouro vindo de Sofala. Esta **hegemonia de Mogadíscio** termina com o surgimento de novos centros comerciais no Índico: Quiloa, Komores, Wamizi, Querimba, Ilha de Moçambique e Sofala.

Como se sabe, o primeiro período da presença árabe em Moçambique foi interrompido pela chegada dos **Portugueses**, nos finais do século XV. Mas, dois séculos mais tarde, ver-se-ia um renascimento desta presença árabe, mais precisamente em finais do século XVII e princípios do XVIII. Neste período foram tomadas cidades portuguesas que se encontravam sob domínio português, como, por exemplo, **Mombaça**.



[48] O Forte Jesus de Mombaça, no Quênia, é uma das fortalezas militares mais imponentes construídas pelos Portugueses. Mas não era invencível. No século XVII foi palco de vários combates e chegou mesmo a passar para as mãos árabes.

### Exercitando competências

1. De onde eram originários os Árabes?
2. Analise o mapa [41] e o texto das páginas 79 e 80.
  - 2.1. A que data remontam os primeiros testemunhos da presença árabe no território moçambicano?
  - 2.2. Por onde se fez a penetração: pela costa ou pelo interior? Porquê?
3. Quais as repercussões da penetração árabe no território moçambicano?

#### 3.2.4.3. As marcas da presença árabe nos nossos dias

A influência árabe é sentida pelos moçambicanos da actualidade a vários níveis. Primeiro, ao nível étnico, depois aos níveis social e económico, de costumes, religioso e ético. Contudo, ao falarmos da influência árabe sobre os povos de Moçambique, precisamos sublinhar que ela não foi igualmente sentida por todo o território.

#### Aparecimento da etnia suaili

Entre africanos (dos actuais países do Quênia, Tanzânia e Moçambique) e árabes-persas houve, durante vários séculos, trocas comerciais, casamentos, expansão e conversão ao Islão.

Da fusão, ao longo de vários séculos, de culturas e hábitos de africanos, árabes e persas que cruzavam entre si, nasceu a **civilização suaili**, que deu origem a um novo tipo étnico.



[49] Mulher suaili com traje árabe.

Mais tarde, os indianos muçulmanos também fizeram parte desta civilização.

*No que é hoje a costa de Moçambique surgiram centros suailis de relevo a partir do século XII, com a fixação de aristocracias oriundas de Kilwa, embora pela costa se tivessem disseminado aglomerados "mouros" que mantiveram laços comerciais e religiosos com Kilwa. Eles irão opor-se tenazmente à presença portuguesa na costa de Moçambique e à sua penetração para o interior.*

Aurélio Rocha, *Moçambique, História e Cultura*, p. 29

[50] A presença suaili na costa e a sua relação com os Portugueses. A presença portuguesa constituiu uma séria ameaça ao comércio costeiro dos povos africanos com os Árabes pois crescia cada vez mais o número de comerciantes lusos na costa moçambicana.

#### Mudanças sociais, económicas e de costumes

Hoje, em algumas partes do nosso país, há sinais que mostram o que herdámos da cultura dos povos árabes. Isso é visível, entre outros, nos usos e costumes, na gastronomia, nas línguas e na indumentária.

Estes sinais estão presentes em diversos agrupamentos linguísticos como: o e-Koti; o e-Sangaji; o e-Nahara da Ilha de Moçambique e regiões da costa e fronteiras; o e-Makha, desde Pemba ao Mogincual; e o Qui-mwani, o mais próximo do Qui-shawili original, em toda a costa de Cabo Delgado.



[51] Mesquita numa aldeia moçambicana, Niassa.

Para os povos **Ajaua** ou **Yao** os Árabes eram considerados como um povo mais dinâmico do ponto de vista socioeconómico. Os Yao juntaram-se a eles no sentido de elevarem o seu nível de vida. Na sua vida social, por exemplo, os Yao passaram a adoptar o vestuário árabe, nomes muçulmanos, a saudação quotidiana árabe e a construção civil e militar de tendência árabe (por exemplo, mesquitas).

A partir do momento que as aristocracias locais começaram a fazer comércio com os Árabes ficaram mais ricas e, conseqüentemente, mais poderosas. Esse aumento de poder acelerou o processo de formação e consolidação de **unidades políticas ou Estados**.

### Nível religioso (conversão ao Islão) e ético (tolerância)

Em Moçambique há, por exemplo, vários organismos de inspiração islâmica, tais como: comunidade maometana, comunidade islâmica e liga muçulmana, etc.

O facto de num mesmo país coexistirem pacificamente comunidades que professam religiões diferentes é sinónimo de **tolerância**.

Os Árabes quando chegaram ao território moçambicano não tentaram impor a sua religião. Num primeiro momento, interessava-lhes apenas fazer comércio. A conversão ao Islão foi espontânea e os islâmicos convivem, mesmo na actualidade, pacificamente com moçambicanos de outros credos.



[52] Alunas da Escola da Comunidade Maometana, Maputo.



[53] Crianças de uma escola maometana, Maputo.



### Exercitando competências

1. Elabore um texto sobre as marcas da presença árabe deixadas até hoje no nosso país na sua região.
2. Analise o documento [50] e demonstre que a penetração árabe não foi unicamente religiosa.

### 3.2.5. A penetração mercantil europeia

A penetração mercantil europeia foi levada a cabo essencialmente por portugueses. Os Portugueses, movidos por interesses económicos, sociais e religiosos, ocuparam e colonizaram Moçambique. Numa primeira fase, ocuparam posições costeiras, junto de pontos de comércio, mas, mais tarde, foram para o interior, junto dos pontos de extracção de ouro.

Enquanto que a penetração árabe só ambicionava comercializar com os nativos, a penetração portuguesa foi mais devastadora. Para além de quererem comercializar, queriam também dominar e controlar tanto o comércio como a produção aurífera.

Os árabes, descontentes com a actuação portuguesa, entraram em conflito com aqueles. A relação entre portugueses e mwenemutapas não foi linear. Houve momentos de sã convivência e outros de disputas e inimizade. Os portugueses, a fim de prolongar a sua estadia em Moçambique, firmaram contratos no século XVII que comprometeram a soberania e economia dos Estados moçambicanos.

#### 3.2.5.1. Factores económicos, sociais e religiosos da penetração europeia

A penetração mercantil europeia, sobretudo portuguesa, foi motivada por factores de diferentes ordens. Em primeiro, os portugueses tinham motivos económicos, depois seguiram-se os sociais e finalmente os religiosos.

##### Factores económicos

Os Portugueses viram em Moçambique uma dupla função económica. Por um lado, era um bom local para **escoar produtos produzidos em Portugal**. E, por outro lado, era um local com raras, dispendiosas e apetecíveis **matérias-primas**, como o ouro, o marfim assim como um local propício ao tráfico de escravos. Os portugueses foram provavelmente os primeiros europeus a fixarem-se na costa litoral moçambicana porque precisavam de **ouro**. Quando Vasco da Gama, na viagem de procura do caminho marítimo para a Índia, passou por Moçambique, ouviu falar de um reino no interior muito rico em ouro. Era o Império Mwenemutapa. Com ouro, os Portugueses, especialmente a burguesia comercial, podiam pagar os seus excessos: as especiarias orientais e os produtos exóticos do mercado europeu. Assim, Moçambique transformou-se para os Portugueses numa espécie de **reserva de meios de pagamento das especiarias**. Durante vários séculos o ouro foi o produto mais importante no comércio com os Portugueses, mas quando começou a rarear ou



[54] Mineiro de uma mina de ouro em Manica, Moçambique, actualidade.

quando não o havia em determinada região, os Portugueses voltaram-se para o marfim. O marfim era um produto exótico e caro que os Portugueses levavam para a Europa a fim de comerciar. Depois dos ciclos de exploração do ouro e do marfim, os Portugueses começaram a comercializar escravos.

### Factores sociais

Para a aristocracia dos Mutapas o importante era o desenvolvimento do comércio com os mercadores estrangeiros, pois com estes tinham a garantia para a obtenção de bens de prestígio como tecidos. Por isso, a primeira comunidade portuguesa permanente nas proximidades da capital do Mwenemutapa surgiu logo em 1541.

Numa primeira fase, tanto a penetração como a convivência eram pacíficas; vivia-se um ambiente de coexistência pacífica. Este cenário mudou com a morte do padre jesuíta Gonçalo da Silveira em 1561, altura em que começou o envio de expedições militares para impor à força a presença portuguesa na região. O grande objectivo dos portugueses na região era económico.

### Factores religiosos

Do ponto de vista religioso, os Portugueses pretendiam fazer duas coisas. Em primeiro lugar queriam espalhar a fé cristã e, em segundo lugar, pretendiam enfraquecer o Islão.

A vontade de evangelizar os africanos foi um dos motivos da expansão marítima. O clero, ordem social composta por sacerdotes e outros clérigos, era um dos grandes conselheiros da Coroa portuguesa. Jogando com a sua influência e posição privilegiada, o clero conseguiu convencer os portugueses que a expansão traria muitos convertidos à sua religião. Essa vontade de evangelizar era evidente na pressão que os portugueses fizeram para que se baptizassem os monarcas dos primeiros Estados moçambicanos.



[55] Chegada de Vasco da Gama à Índia.

Chikuyo Chisamarengu, líder mwenemutapa, foi o primeiro a receber um mercador português chamado Fernandes. Fernandes ofereceu ao rei Chisamarengu arroz, pólvora e armas de fogo.

*Os portugueses baptizaram Mavura e este declarou-se vassalo de Portugal.*

*História de Moçambique, p. 56*

[56] Depois do baptismo, os mwenemutapas ficavam a ser, mesmo que não fosse esse o objectivo, vassallos de Portugal.



### Exercitando competências

1. Explique os factores económicos, sociais e religiosos que justificam a penetração mercantil europeia.

### 3.2.5.2. A presença portuguesa e o Estado dos Mwenemutapa (1505-1693)

Quando os Portugueses chegaram a Moçambique, em 1498, ficaram desde logo fascinados pela riqueza em ouro de um reino que havia no interior do território, o Império Mwenemutapa. Contudo, só em 1505 é que os Portugueses se instalaram no nosso território. A presença dos Portugueses no Estado do Mwenemutapa foi marcada por lutas constantes com os Árabes que já cá estavam instalados e, também, por períodos de acordo e desacordo com os monarcas mwenemutapas.

A entrada dos Portugueses no Índico foi desastrosa para os Árabes. Os principais intermediários comerciais dos grandes impérios do Índico eram os Árabes. Quando os portugueses chegaram não só passaram a servir de intermediários comerciais, como ocuparam e dominaram alguns pontos de produção. Foi o caso de Moçambique. No início, os portugueses pareciam só querer comprar ouro e marfim, mas depois percebeu-se que a sua vontade era alcançar as minas e dominar o território.

#### As lutas entre portugueses e árabes

As lutas entre portugueses e árabes, em território moçambicano, eram de teor económico, mas também religioso e político. Os portugueses chegaram a Moçambique com o intuito de dominar os povos, as suas produções e a sua religião.



[57] No centro da imagem, pode ver-se Vasco da Gama e os seus homens a colocarem um padrão com o escudo de armas da Coroa portuguesa em território moçambicano (margens do Zambeze). A colocação de marcos era sinónimo de vitória em nome da Coroa e de uma certa apropriação da soberania do território.

A presença portuguesa data de 1498, quando Vasco de Gama chegou a Inhambane e mais tarde à Ilha de Moçambique. Mas só em 1505 é fundada a primeira feitoria portuguesa por Pêro de Nhaia e mais tarde a feitoria da Ilha de Moçambique, em 1507.

Com o estabelecimento da feitoria de Sofala, os portugueses esperavam controlar todas as vias de escoamento de **ouro** que vinha do interior à costa e, em menor escala, de **marfim**, onde Sofala era o seu local final.

Entretanto, até 1530, os comerciantes portugueses sofreram a **oposição** e a **concorrência feita pelos mercadores suaili**. Estes, percebendo que os portugueses eram uma ameaça ao seu comércio, transformaram **Angoche** no centro de escoamento de ouro, uma estratégia para fugir da presença portuguesa na rota de ouro que ia dar a Sofala.



## O Tratado de 1607 e suas repercussões

A situação política começou a alterar-se a partir de 1590, com a morte do Mutapa Negomo e a sucessão de Gatsi Rusere. Este só conseguiu manter o seu poder graças ao auxílio dos portugueses com quem rubricou um acordo de assistência militar em 1607.

Com este tratado, o Mwenemutapa comprometeu-se a ceder todas as suas minas de ouro, de cobre, de ferro, de chumbo e de estanho aos portugueses.

Contudo, a concretização deste tratado fez com que a produção mineira passasse para as mãos de Portugal. Há quem diga que este foi um acto de traição da soberania dos Mwenemutapas e de venda aos portugueses. Certo é que, depois da assinatura deste tratado, o Império dos Mwenemutapas entrou em decadência.

Em 1624, quando Gatsi Rusere morreu, rebentou uma nova guerra civil no interior do Estado. Numa guerra pela sucessão ao trono entre os filhos Kaparasidze (1624-1629), que tentou impor de novo a autoridade sobre os Portugueses, e Mavura (1629-1652), este aliou-se aos Portugueses vencendo, em Maio de 1629, o seu irmão Kaparasidze. Mais tarde, numa tentativa de recuperar o poder, Kaparasidze levou a cabo uma rebelião contra Mavura, de que saiu derrotado.

Mavura foi baptizado pelos portugueses e, depois do baptismo, assumiu o nome de *Filipe*.

## O Tratado de 1629 e suas repercussões

A luta pela hegemonia comercial só terminaria aparentemente em 1629, altura em que é rubricado o Tratado de 1629.

Em 1629, **Mavura** pediu apoio militar aos portugueses para lutar contra o seu sobrinho Kapararidze. Mavura aliou-se aos portugueses depois de derrotar Kapararidze. Os portugueses com este acordo obtiveram:

- a vassalagem do rei;
- a alienação das minas de ouro e de prata em seu favor;
- a livre circulação, sem pagamento de tributos, dos mercadores portugueses nas terras do mutapa;
- a garantia da expulsão dos mercadores árabes-suaílis do território mutapa;
- autorização para os missionários dominicanos pregarem a sua religião;
- a superação do imposto da curva que os portugueses eram obrigados a pagar aos chefes mutapas.

De salientar que o estabelecimento deste acordo teve repercussões graves. O **comércio com os Árabes** terminou. Aumentou muito o número de comerciantes e de aventureiros portugueses nas terras

*Acudiam sessenta, oitenta mil negros. Abriam uma cova na forma de um poço. Começavam a minar por baixo. Algumas vezes caíu, achando-se em baixo trinta, quarenta mil negros. É tanta gente que concorre, que suprem em dobro os enterrados.*

*História de Moçambique,*  
vol. I, p. 57 (adaptado)

[60] As condições desumanas em que os mutapas mineravam.

do Império do Mutapa. A **exploração dos recursos naturais** do território aumentou bastante. Isso foi visível na extracção mineira, mas também na procura de marfim. A penetração mercantil portuguesa fez com que se operassem mudanças na estrutura social. As populações campestres que dantes se dedicavam ao trabalho agrícola agora eram **desviadas para o trabalho mineiro**. Isto fez com que os campos ficassem por cultivar, tivessem de importar mais víveres e cereais e também que morressem mais pessoas no trabalho mineiro.

Este acordo veio, por fim, abrir a porta à formação de novas unidades políticas, fundadas por mercadores portugueses estabelecidos como proprietários de terras, os **prazos**.

### 3.2.6. Os prazos da Coroa em Moçambique

**O que eram os prazos?** Os prazos foram uma unidade política criada pelos Portugueses em território moçambicano.

Eram terras arrendadas por mercadores à Coroa portuguesa, com o intuito de as explorarem economicamente.

O nome prazo veio do conteúdo dos contratos que a Coroa fazia com os seus mercadores. O termo prazo aparece no século XVII, quando os Portugueses começaram a receber do vice-rei da Índia (em nome do rei de Portugal), por um prazo de tempo (1, 2 ou mais vidas ou gerações). Aos recebedores de um prazo chama-se prazeiros.

Os prazos da Coroa surgem como propriedades estatais, sujeitas a uma renda anual em ouro e constituíam uma verdadeira estrutura militar do capital mercantil. Estas unidades políticas caracterizavam-se cultural e politicamente por assentarem na base de raízes da tradição cultural africana, adaptadas aos interesses administrativos comerciais da época.

#### 3.2.6.1. Formação

Os prazos remontam ao século XVI e terminaram definitivamente só na década de 30 do século XX.

A origem dos Prazos pode remontar à penetração portuguesa no vale do Zambeze, entre Quelimane e Zumbo (uma zona da actual província de Tete), que se verificou desde meados do século XVI quando, de forma espontânea, homens do reino se aventuraram legal ou ilegalmente no comércio. No entanto, só depois de 1618, com a regulamentação da lei sobre concessão de terras, é que a Coroa portuguesa iniciou o processo de reconhecimento dos privilégios e direitos destes primeiros ocupantes portugueses, passando a

#### Exercitando competências

1. A presença dos Árabes no Estado dos Mwenemutapas foi bastante diferente da portuguesa. Concorda com esta frase? Justifique.
2. As lutas entre portugueses e seguidores do Islão eram antigas. Aqui no território moçambicano elas assumiram um carácter económico, mas também religioso e político. Concorda com estas afirmações? Justifique.
3. Porque foram necessários aos mwenemutapas os tratados de 1607 e 1629?
4. Distinga, num quadro-resumo, os dois tratados. Identifique: assinantes, pontos acordados, datas e repercussões.



designá-los de "Prazos da Coroa". A Coroa portuguesa reconhecia por um prazo determinado a posse da terra ocupada a quem a legalizasse, qualquer que tivesse sido a forma da sua obtenção.

As autoridades portuguesas de Lisboa, ao instituírem o sistema de prazos, pretendiam implantar a **dominação colonial em Moçambique** com o incremento do povoamento branco, numa tentativa de ocupar efectivamente os territórios coloniais. Cabia ao **vice-rei da Índia** a atribuição dos prazos e, posteriormente, os contratos eram confirmados em Lisboa. Podiam ser prazeiros tanto portugueses como indianos.

Os prazeiros tinham deveres para com a Coroa:

- reger-se pelas leis régias, assim como na administração do seu território. O capitão-mor (dependente do vice-rei da Índia) era quem zelava por essa aplicação;
- expandir a civilização portuguesa e a fé cristã;
- proteger os habitantes africanos residentes nos prazos;
- pagar o imposto anual (foro), equivalente a 1/10 do rendimento do prazo.

Contudo, no processo da formação dos prazos, surgiram várias dificuldades ou problemas. Na prática, a formação dos prazos funcionou apenas em benefício dos prazeiros contra as pretensões da Coroa portuguesa.

## PROBLEMAS E DIFICULDADES NOS PRAZOS

**Prazeiros eram, por natureza, contrários aos interesses da Coroa**

- a maioria dos prazeiros eram pessoas que cumpriam penas de degredo em Moçambique: criminosos, opositores políticos do regime, desertores do exército.

**Prazeiros eram poucos face às necessidades**

- eram em número reduzido para responder aos interesses da Coroa em termos de divulgação da cultura portuguesa no seio das comunidades africanas.

**Prazeiros eram pouco controlados legal e fiscalmente**

- a impotência das autoridades portuguesas que só se encontravam na costa sem força para obrigar a cumprir com as leis de Lisboa;
- o crescimento do poder dos prazos fora do controlo de qualquer autoridade lusa.

**Prazeiros por vezes eram mais poderosos que a Coroa**

- a aliança dos prazeiros com os chefes locais, muitas vezes feitas via casamento com as filhas dos chefes locais, tornava-os mais poderosos;
- havia um poder quase absoluto dos prazeiros em relação à autoridade portuguesa.

### Exercitando competências

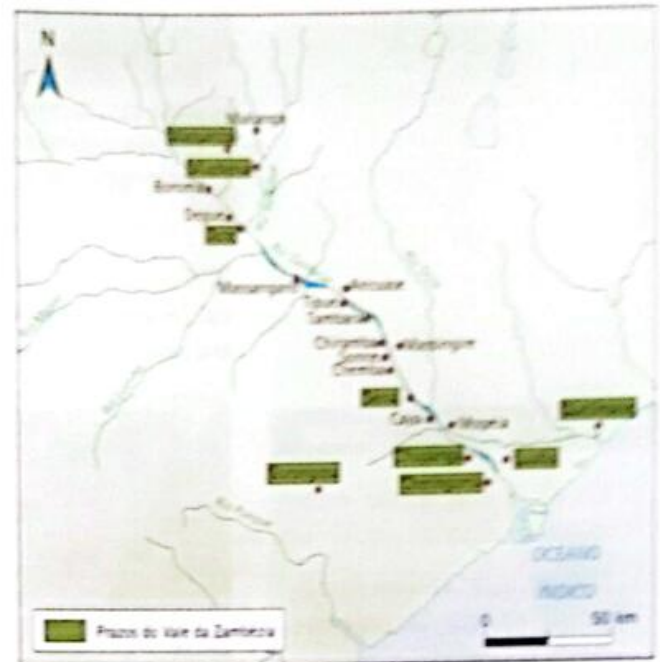
1. Quem nomeava e atribuía os prazos?
2. Quais as origens dos prazeiros?
3. Analise a tabela ao lado e pondere sobre os problemas encontrados na formação dos prazos.
4. Quais os deveres dos prazeiros para com a Coroa?

### 3.2.6.2. Localização

O sistema de prazos desenvolveu-se ao longo do vale do Zambeze, entre Quelimane e Zumbo, de modo a controlar as principais rotas comerciais.

Cada prazo tinha uma área de cerca de cinco léguas quadradas.

Os prazos do vale do Zambeze mais conhecidos foram: Massangano, Massingire, Gorongosa, Makololo, Maganja, Carazimamba, Kanyemba, Makanga e Matakanya.



[61] Principais prazos do vale do Zambeze.

*O prazo moçambicano apenas praticado nas jurisdições de Quelimane, Sofala, Sena e Tete, resulta da combinação das sesmarias do reino com as mercês nupciais por três vidas feitas na Índia.*

História de Moçambique, p. 10

[62] As especificidades dos prazos de Quelimane, Sofala e Sena.

#### Exercitando competências

1. Analise o mapa [61] e indique qual era o rio cujo vale viu nascer os prazos.
2. Os prazos localizavam-se perto das rotas comerciais, obviamente. Concorda com esta afirmação? Justifique.

A légua antiga equivale a 6,6 km na actualidade. Logo, 5 léguas quadradas equivalem a 33 km<sup>2</sup>.

### 3.2.6.3. Base económica

A base económica deste domínio era o comércio mercantil. Isto é, os prazos serviam de bolsas de escoamento de **mercadorias** (ouro e marfim, numa primeira fase, e escravos, depois) aproveitando as condições naturais do rio Zambeze para escoar os produtos até à costa litoral do Índico.

A cobrança de **impostos** também fazia parte da componente económica dos prazos. 1/10 do resultado da cobrança de impostos era pago à Coroa. O mussoco era o imposto mais conhecido e consistia num pagamento em cereais.

A **pilhagem** era também uma actividade económica. O resultado das pilhagens feitas em incursões militares era propriedade do prazeiro.

Os prazos localizavam-se ao longo do rio Zambeze e tinham grandes poderes sobre as populações que viviam nos seus domínios. Os prazeiros lideravam exércitos privados, cujos soldados eram recrutados entre os escravos domésticos e demais elementos da população a-chicunda.

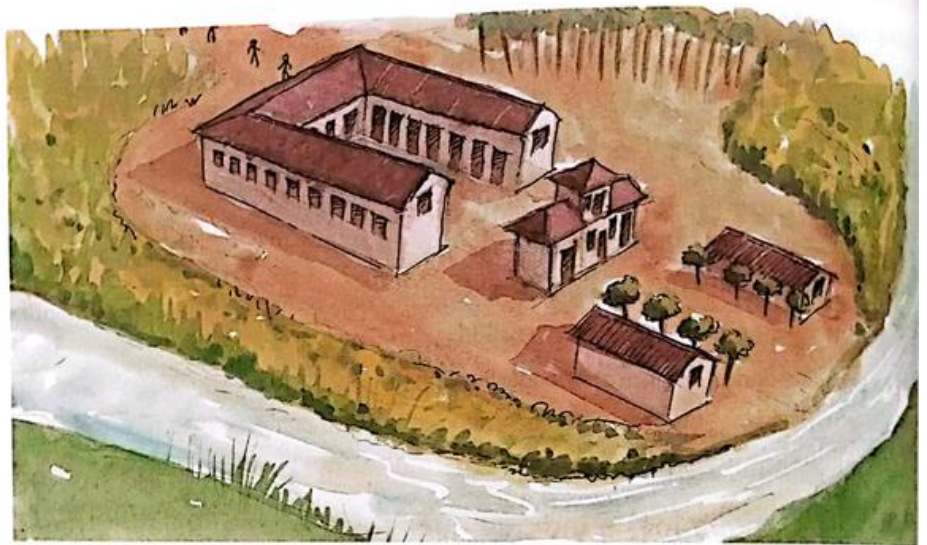
*Os prazos, que muitos historiadores pretendem ver como a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique e, particularmente, no vale do Zambeze, foram essencialmente bases de escoamento de mercadorias – ouro e marfim numa primeira fase, escravos numa segunda – que aproveitaram o rio Zambeze como via natural.*

*História de Moçambique, p. 125*

[63] A principal função dos prazos, para alguns historiadores, é económica. Um prazo era uma base de escoamento de mercadorias como o ouro, o marfim e os escravos.

### Exercitando competências

1. Qual era a base económica dos prazos?
2. Devia o prazeiro encaminhar os impostos para a Coroa?
3. Porque se diz que os prazos eram somente bases de escoamento de mercadorias?



[64] Ilustração do prazo do Marral, Quelimane.

### 3.2.6.4. Estrutura social e aparato ideológico

*Os prazos devem ser como um processo contínuo no qual, os colonos portugueses, mestiços ou indianos, adquiriam reconhecimento como chefes políticos sobre as populações africanas, ganhando estatuto especial que antes só pertencia aos chefes africanos.*

*História de Moçambique, p. 125*

[65] O estatuto social dos prazeiros.

Em termos de organização social, os prazos eram encabeçados pelos **senhores dos prazos** ou prazeiros. Havia ainda **colonos livres** que também viviam nestes domínios.

Os trabalhadores dos prazos eram os **escravos** e os **A-Chicundas**. Os escravos eram bens do senhor dos prazos e, apesar de a **escravatura** ter sido abolida em 1836, os prazeiros continuaram esta actividade até 1900. Os prazos talvez tenham sido a estrutura política mais esclavagista de que há memória em Moçambique.

Os **A-Chicundas** eram o exército dos senhores dos prazos. Os A-Chicundas organizavam-se em pequenas companhias, chefiadas por um sachicunda.

Os prazos contavam ainda com uma outra classe de escravos, os **mussambazes**, que controlavam as actividades comerciais dos prazos.

Tanto os A-Chicundas como os mussambazes nunca chegaram a desligar-se dos seus donos. Esta situação leva-nos a concluir que havia uma grande dependência destes em relação ao seu senhor.

Do ponto de vista administrativo, o prazo continha várias **aringas** (fortificações). E para apoiar o senhor dos prazos na gestão da propriedade havia vários **cargos administrativos**:

- fumos, chuangas, muanamambos, mucazambos e mussambazes.

*Os prazos mais não foram do que a síntese do cruzamento de dois sistemas sociais de produção: um, existente na sociedade Karanga-Chona, com dois níveis, o dos camponeses das mushas, vivendo num regime de relativa autarcia, e o da aristocracia dominante, formada pelos mambos e pelos fumos; o outro sistema, que se sobrepõe ao primeiro – forma específica de sobreposição do capital mercantil à economia natural, era formada pelos prazeiros (mercadores, ex-soldados desertados, fugitivos que cumpriam penas de degredo), elite dominante, e por exércitos de cativos guerreiros, os chamados A-Chicunda.*

*História de Moçambique, vol. I, pp. 58-59*

[66] A sociedade dos prazos.

Do ponto de vista **ideológico**, os senhores dos prazos usavam quase na totalidade as formas nativas de invocação dos cultos. A utilização do **muávi**, o culto aos espíritos, as cerimónias de invocação das chuvas e outras manifestações constituíam os mecanismos que garantiam a reprodução das relações produtivas então existentes.

#### Vocabulário

##### Muávi

Alcalóide forte, extraído da casca de uma árvore de grande porte presente em Moçambique e na África Central. É uma substância que tem influência no correcto funcionamento do coração.

#### Decadência

No início do século XIX, os prazos começam a entrar em decadência provocada por várias razões:

- havia uma fragilidade estrutural institucional latente devido à ausência de legitimidade do poder dos prazeiros;
- deu-se uma crise na produção agrícola pois não havia como responder aos elevados índices de consumo no seio da população;
- os prazeiros começaram a cobrar cada vez mais os impostos à população, como o "mussoco";
- notou-se a concorrência entre diferentes prazos e Estados vizinhos;
- verificou-se a ineficácia da administração portuguesa e a falta de uma força militar para impor o seu domínio;
- o tráfico de escravos já deveria ter sido extinto, mas os prazeiros continuavam a praticá-lo; os prazeiros tiveram de, por vezes, sacrificar ao tráfico os seus próprios camponeses e os seus escravos-soldados (A-Chicundas);

### Exercitando competências

1. A ideologia dos prazos era mais próxima da mwenemutapa do que da cristã portuguesa. Concorda com esta afirmação? Porquê?
2. Analise o documento [66] e reflecta sobre como se organizava a sociedade prazeira.
3. A escravatura nos prazos sobreviveu até ao século XX. Porquê?

- houve secas e fome;
- verificaram-se lutas internas desenvolvidas pelas chefaturas locais;
- as invasões nguni, que se iniciaram em 1832 na região da Zululândia e se estenderam até ao Norte do Zambeze, fizeram com que vários prazos sucumbissem e passassem a integrar o Estado de Gaza.

### 3.2.7. A decadência do Estado dos Mwenemutapas

O grande Estado dos Mwenemutapas entrou em decadência a partir de finais do século XVII (1693/1698). Para esse início de decadência contribuíram diversos factores.

Ao nível político, por um lado, a sociedade Shona começou a sofrer conflitos internos. Por outro lado, a revolta de Changamire Dombo provocou o afastamento e conseqüente represália dos portugueses. Ao nível económico, destaca-se o factor nefasto que o capital mercantil e o ciclo do ouro tiveram na sociedade mutapa.

O Estado Mwenemutapa terminou no início do século XX, em 1917, numa batalha contra Portugal. Aí morreu o último mambo, Chioko. Foi o fim da longa decadência que já se sentia desde meados do século XIX.

#### 3.2.7.1. Os conflitos interdinásticos na sociedade Shona

No século XVI, a dinastia Mwenemutapa mostrava-se como uma monarquia poderosa e unida. Por exemplo, as tentativas portuguesas de controlar o Estado fracassaram. A expedição de Barreto e as que se seguiram foram derrotadas devido à forte unidade que existia no seio da aristocracia dominante do Estado.

Contudo, nos últimos anos do século XVI, começam a surgir **contradições** devido ao comércio mercantil e à necessidade cada vez maior de controlar os locais de extracção do ouro. Foi também neste período que as terras de Mwenemutapa foram invadidas por guerreiros maraves, criando uma debilidade interna e fragilidade na sua estrutura política.

Esta situação fragilizava cada vez mais a sua estrutura política administrativa, mantendo uma supremacia precária sobre os chefes territoriais. Alguns destes chefes mantinham fidelidade ao soberano apenas devido às **ligações afectivas** que mantinham com o monarca, que iam desde os casamentos com a família real até aos cultos dos espíritos dos antepassados.

Os chefes territoriais começam a **faltar ao pagamento do tributo ao poder central** e não prestam contas pelo comércio que desenvol-

veem com mercadores da costa. A exemplo disso temos os Tongas do vale do Zambeze que eram os mais difíceis de controlar, pois deixaram de pagar tributo e outras obrigações ao soberano.

Com a morte do mutapa Negomo por volta de 1590 e com a sucessão de **Gatsi Rusere**, inicia-se uma nova era de relações com os portugueses. Vários chefes rivais aproveitaram a morte do mwenemutapa reinante para desafiar o poder do novo soberano Gatsi Rusere.

Face a esta situação em 1607, o soberano teve de fazer mais concessões aos portugueses em troca de maior apoio, aumentando assim a sua dependência (Tratado de 1607).

*Em 1624, Gatsi-Rusere morreu, dando origem a uma nova guerra civil no interior do Estado entre os seus filhos: Kapararidze (1624-1629) que tentou impor de novo a autoridade sobre os portugueses e Mavura (1629-1652) que se aliou aos portugueses derrotando em Maio de 1629 Kapararidze. Em 1631, Kapararidze monta uma rebelião contra o Mavura, mas é derrotado devido à aliança de Mavura com os portugueses.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 41

[68] Os conflitos na sociedade e na política shona.

### 3.2.7.2. O papel do capital mercantil no Mwenemutapa

O capital mercantil no Mwenemutapa teve um impacto negativo para as comunidades mushas, afectando a economia natural, essencialmente, entre os séculos XVII e XVIII.

A maioria dos camponeses passou a **dedicar menos tempo às actividades agrícolas e mais tempo à mineração**, em benefício dos mercadores portugueses e da aristocracia dominante.

Com a intensificação da mineração em larga escala nas zonas de exploração mineira, os camponeses foram obrigados a trabalhar mais tempo na extracção de ouro. Mesmos os tributos que os camponeses eram obrigados a pagar em géneros, com o aumento da mineração passaram a ser obrigados a pagá-los em **trabalho mineiro**.

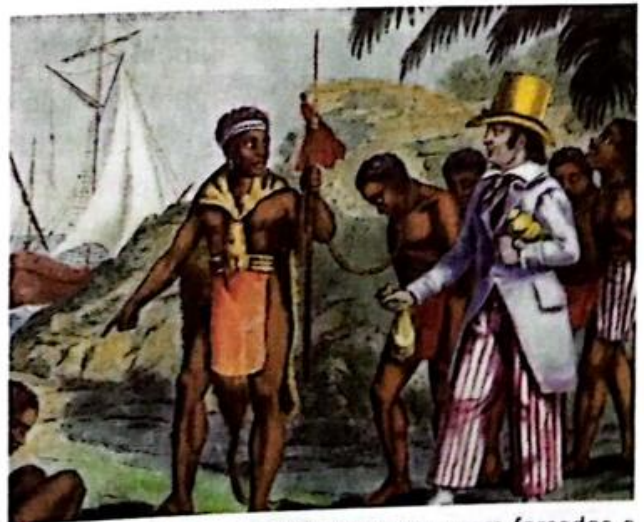
O **trabalho forçado nas minas** veio alterar as relações de produção e de exploração. O comércio mercantil não originou a exploração nestas comunidades, mas fez nascer novas formas de exploração. Antes, as comunidades eram obrigadas a produzir os valores de uso, mas com o capital mercantil o que predominou foi a produção de valores de troca.



[67] Selo zimbabweano comemorativo, editado em 1985, a representar Gatsi Rusere.

### Exercitando competências

1. Observe o documento [67] e refira quem foi Gatsi Rusere.
2. Relacione Gatsi Rusere, Mavura e Kapararidze.
3. Porque eram os Tongas um problema difícil de resolver?
4. Leia o documento [68] e enumere os conflitos da sociedade shona.



[69] Tráfico de escravos. Os escravos eram forçados a trabalhar nas minas de ouro.

*A penetração mercantil fez-se acompanhar do influxo de tecidos adquiridos na Índia e de missanga comprada em Veneza, destinados ao estrato dominante do Mwenemutapa. Esses tecidos e essa missanga perdiam a sua qualidade de mercadorias ao entrarem no Estado e transformavam-se em bens de prestígio, suportes de lealdade política e de submissão. Por outras palavras, os canais por que passavam a circular não eram mais os mercantis, mas os de poder e parentesco.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 57*

[70] Os tecidos: de mercadoria a bem de prestígio.

Esta situação modificou totalmente a vida nas comunidades mughas, originando graves contradições entre a classe dominante representada pelo mutapa, e os dominados, os camponeses. Por um lado, a aristocracia dominante lutava pelo poder e acesso a bens de prestígio e, por outro, os camponeses ficavam cada vez mais empobrecidos e famintos devido ao impacto negativo da acção do capital mercantil. Eram frequentes as revoltas populares contra o mutapa, bem como as de alguns Estados-satélite que eram contrários à presença portuguesa nas terras do império.

#### Exercitando competências

1. O que era o capital mercantil do Estado Mwenemutapa?
2. De que forma(s) o capital mercantil modificou a sociedade mutapa?
3. Confronte os documentos [69 e 70] e reflecta se o impacto mercantil nos Mwenemutapas foi negativo ou positivo. Justifique.

#### 3.2.7.3. A revolta de Changamire Dombo (1693)

Changamire Dombo reforçou o poder do Mutapa reinante e os anos que se seguiram foram de conflitos gerados por guerras civis pelo controlo do poder político do Estado.

O Estado Mwenemutapa sofreu na década de 70 do século XVII um período da estruturação, conhecido por **Mukombwe**. Este período durou até cerca de 1692 e caracterizou-se pela luta pelo fim da dependência em relação a Portugal.

Os mwenemutapas estavam descontentes com as guerras civis constantes e a destruição de feiras comerciais provocada pelos portugueses.

Por volta de 1690, resultante de uma vaga de guerras civis, surgem nos estados mwenemutapas os **Changamiras Rozwii**. E, em 1693, Changamire e o Mwenemutapa estabeleceram uma aliança e expulsaram os portugueses do planalto. Esta ficou conhecida como a revolta de Changamire Dombo.



[71] Ruínas do reino Rozwii, da dinastia Chamgamire, no actual Zimbabué.

*Ao encabeçar a resistência contra os mercadores portugueses, a dinastia Changamire impôs o seu poder, alargado territorialmente, substituindo a velha dinastia do Mwenemutapa em grande parte do planalto zimbabweano.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 61*



[72] A vitória de Changamire foi a derrota do Mwenemutapa.

Contudo, esta revolta teve como consequência a **destruição de possessões portuguesas** – prazos, igrejas – localizadas a sul do Zambeze. Como nem todo o território em conflito era dominado pelo imperador Mutapa, algumas regiões aproveitaram o clima instalado e reclamaram **autonomia**. Os Estados Mwenemutapa começaram a desintegrar-se a favor das autonomias tribais. Sobretudo a dinastia **Changamire** ganhou grande importância e poder depois desta revolta. Por um lado, pôde aumentar o seu território e, por outro, viu a sua riqueza crescer pelo número de minas que doravante possuía.

#### Exercitando competências

1. Quem foi o líder que se aliou ao Mwene-mutapa?
2. Em que data aconteceu a revolta conjunta?
3. Analise o documento [72]. Refira as consequências da revolta.

#### 3.2.7.4. As consequências do ciclo do ouro

Em meados do século XVIII, milhares de camponeses passaram a ser obrigados a **trabalhar mais tempo na mineração em detrimento da agricultura**, base do sustento da população. Esta situação levou à erosão da economia natural das mushas (pequena unidade administrativa da comunidade aldeã) e consequentemente foi minando todo o Império Mwenemutapa.

*Às minas acudiam, milhares de pessoas e, por vezes, os aluimentos, provocados por deficientes condições técnicas de produção, ceifavam a vida de outros tantos milhares.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 57*

[73] Milhares de camponeses trabalhavam nas minas em condições difíceis, o que originava milhares de mortes no processo de mineração.

O trabalho das minas geralmente era realizado no âmbito das relações de parentesco, onde a divisão de tarefas no processo produtivo fazia-se na base desta organização. As condições de trabalho eram **desumanas**. Às mulheres e às crianças cabiam-lhes as tarefas mais duras e perigosas de mineração, como, por exemplo, a penetração nas escuras galerias à procura de ouro.

Entre o campesinato e a aristocracia aumentaram as contradições, o que provocou a **fuga em massa** de pessoas, até mesmo comunidades inteiras para terras distantes. A actividade de mineração que, antes da penetração portuguesa, se fazia nas épocas mortas fora do plantio e das colheitas agrícolas, passou a ser feita também nos períodos agrícolas, o que criou períodos de **fome** no seio das comunidades mushas.

#### Exercitando competências

1. Que alterações provocou nas comunidades o trabalho das minas no período do ciclo de ouro?
2. Analise o documento [73] e comente a frase: o ciclo do ouro viu crescer e decrescer o esplendor do Mwene-mutapa.

### 3.2.8. A presença portuguesa e os Estados Marave (1693-1750)

A presença portuguesa no Marave contribuiu para uma valorização de determinados produtos, como o marfim. Contudo, a exploração do capital mercantil nos Estados Marave foi também o que acabou por levar à sua decadência.

A acção do capital mercantil nos Estados Marave teve um papel que concorreu, numa fase inicial, para o reforço do poder económico das aristocracias dos Estados e, numa segunda fase, para a instabilidade político-militar e económica em quase toda a região. Essa instabilidade, entre outros factores, acabou por originar o declínio dos Estados Marave.

#### 3.2.8.1. O papel do capital mercantil nos Estados Marave

Com o fim do ciclo do ouro e a expulsão dos portugueses das terras do Mwenemutapa, o comércio de marfim ganhou maior expressão com a participação dos portugueses nesta nova actividade mercantil. Contudo, deu origem a conflitos entre os vários Estados Marave.



[74] Presas de elefante utilizadas na produção de objectos de marfim.

A norte do Zambeze, nos territórios situados entre o rio Luangua e Quelimane, a produção de marfim cresceu muito. A sua comercialização baseava-se, sobretudo, na troca de tecidos e missangas por marfim.

O comércio do marfim ao longo do rio Zambeze parece ter sido a base do poder dos chefes Marave, cujo centro se encontrava localizado junto ao rio Chire. Contudo, havia frequentes disputas entre estes chefes pelo controlo do comércio. As aristocracias Phiri, Caronga e Lundu tinham sérios conflitos comerciais.

Todos os seus chefes pretendiam obter os tecidos que davam prestígio a quem os envergava. Pela posse de panos e de missangas, estes chefes garantiam lealdades políticas.

A presença portuguesa e o controlo efectuado pelos árabes com a partida de Angoche terão impedido o afluxo dos produtos dos Phiri vindos do interior. O comércio dos Phiri já datava do século VIII da nossa era, mas era realizado com os povos vindos do Oriente. No sentido de agilizarem o seu comércio, em 1580, há uma progressão dos guerrilheiros Marave em direcção às terras dos Macuas-Lomuá. Aí abriram novas rotas comerciais que ligavam o litoral ao interior. São estas rotas que, mais tarde, serão utilizadas pelos Ajauas no comércio de marfim e, depois, de escravos, de armas de fogo e de álcool.

#### Exercitando competências

1. Observe a imagem [74]. Qual era o capital mercantil marave?
2. Quais os objectos por que eram trocadas as presas de elefante?
3. O capital mercantil marave minou os seus Estados por dentro, nas chefaturas. Concorda com esta frase? Justifique.

### 3.2.8.2. A decadência dos Estados Marave

A decadência dos Estados inicia-se em meados do século XVII, foi intensificada pela penetração de uma geração de mercadores no fim do século XVIII, como Gonçalo Caetano Pereira, o fundador de uma dinastia "prazeira" e do Estado de Macanga. Este chegou a casar-se com a filha do Undi reinante e começou a sua vida como prospector de ouro na mina de Java, utilizando mulheres escravas. O Estado da Macanga acabou por se assenhorar de muitas "províncias" do Estado do Undi.

*História de Moçambique, vol. I, p. 52 (adaptado)*

[75] A decadência dos Marave também esteve ligada aos portugueses.

As causas da decadência dos Estados Marave estão ligadas a questões internas, ao marfim, à influência portuguesa e aos Ajaua.

#### Causas da decadência dos Estados Marave

##### Questões internas

– os vários líderes Marave como os Phiri, os Caronga e os Lundu, ambicionavam ser senhores de grande prestígio. Para tal, usavam os produtos de troca mercantil, os tecidos e as missangas. Contudo, para os poderem receber, tinham de ter marfim para trocar. Desta forma, os Marave disputavam as rotas comerciais ao longo do Zambeze, a fim de obterem mais produtos de prestígio.

##### Marfim: o capital mercantil

– a ganância pelo controlo do produto de maior riqueza levou os vários líderes Marave a lutarem entre si;  
– a abundância de marfim trouxe mercadores estrangeiros ao território que acabaram por minar o próprio comércio.

##### Portugueses

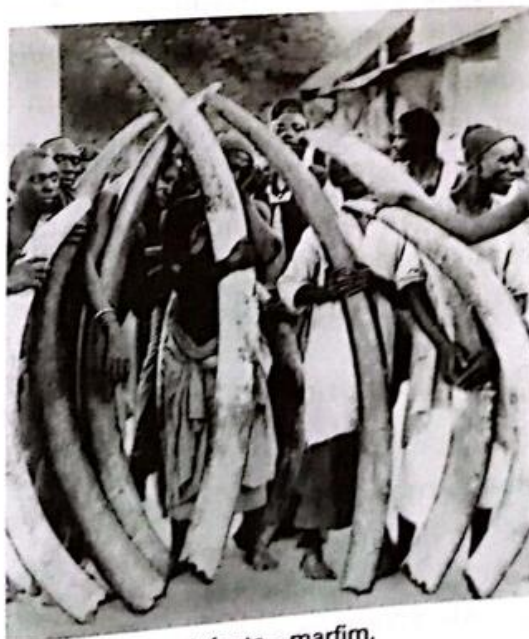
– Gonçalo Caetano Pereira foi um português que casou com uma filha do Undi e que, como dote, recebeu terras nesse Estado. O português acabou por formar um Estado rival ao Undi, o forte Estado militarizado do Macanga.

##### Ajaua

– este Estado chamou a si, cada vez mais, o comércio do marfim e os Marave perderam importância.

### 3.2.9. O comércio do marfim e a expansão colonial

O marfim foi o segundo produto a mover a expansão colonial em Moçambique. Num primeiro momento deu-se a procura exhaustiva de ouro mas, quando este começou a esgotar ou a ser mais difícil encontrá-lo, os colonizadores viram no marfim uma alternativa de sucesso.



[76] Presas de elefante – marfim.

#### Exercitando competências

1. Relacione o documento [75] e o conteúdo da tabela acima com as causas da decadência dos Estados Marave.

O marfim é uma substância rija, calcificada, de origem mesodérmica, que entra, em grande parte, na constituição dos dentes dos mamíferos, e que é também denominada dentina. Esta substância está muito presente nas presas de elefante. Desde 1989 que o comércio mundial do marfim está banido por representar perigo de extinção dos mamíferos que o produzem, como o grande elefante africano.

ANO	MARFIM EXPORTADO PARA ÁSIA	SAÍDA DE OURO
1788	259.555\$550	31.650\$368
1789	189.218\$295	27.380\$096
1790	181.177\$650	30.104\$416
<b>TOTAIS</b>	<b>629.951\$495</b>	<b>89.134\$880</b>

[77] Resumo do movimento da alfândega de Moçambique, de 1781 a 1790. Nota-se que nesta altura o marfim já era mais rentável que o ouro.

Fonte: Corcino Medeiros dos Santos, *Moçambique como centro de articulação do comércio português do Índico Afro-Asiático*, Universidade de Brasília – UnB, p. 14

O ciclo do marfim correspondeu a uma segunda fase do comércio em Moçambique e abarcou o período que vai do **final do século XVII a meados do século XVIII**, 1750-1760. A terceira fase foi a dos escravos, que começou em 1750-1760 e terminou oficialmente em 1836.

O comércio do marfim e o de escravos coexistiram durante um tempo considerável (entre 1760/70-1785), com os Macua e Yao como protagonistas, embora de formas e em graus diferenciados, tendo em conta as suas relações com os comerciantes da costa. No ano de 1785, o comércio de marfim começou a reduzir ou a ser provavelmente desviado para os mercados de Kilwa e Zanzibar.

A produção e o comércio de marfim não eram iguais em todo o território moçambicano. Só havia marfim onde, obviamente, houvesse elefantes e rinocerontes.

A procura e sobretudo o comércio do marfim ocasionaram confrontos entre os seus intervenientes. Por causa do marfim, os Estados e reinos andavam frequentemente em guerra.

No comércio do marfim, a Companhia dos Mazanes, ricos armadores e comerciantes indianos, teve uma grande importância. Mas quando os portugueses verificaram que o lucro do marfim estava a ser desviado para as mãos deles, resolveram separar Moçambique de Goa.

A Makuana, região mal definida, também contribuiu para o comércio do marfim, sobretudo porque apoiava a procura privada daquele bem em todo o sertão.

### 3.2.9.1. As principais zonas do comércio do marfim

O comércio de marfim fez-se intensamente a norte do Zambeze, nos territórios situados **entre o rio Luangua e Quelimane**. Os mercadores vinham de centros comerciais longínquos, mas a maioria provinha de Kilwa e de Mombaça, sendo Angoche a base costeira de partida para o interior das terras dos Phiri-Caronga.



### 3.2.9.2. Os principais intervenientes

No comércio do marfim havia vários intervenientes. Este comércio envolveu os Estados Marave, mercadores suaíli e árabes, as sociedades makuanas, os portugueses, os prazos, os comerciantes baneanes ou indianos e algumas comunidades afro-islamizadas da costa oriental moçambicana. Cada povo assumia diferentes funções, não obstante os conflitos que pautavam as suas relações comerciais.

O marfim representava para alguns Estados Marave a principal fonte de rendimento. Para os **Phiri**, o marfim era uma das suas principais fontes de produção, onde a caça ao elefante se revelava uma actividade importante. Os **Lundu** e os **Caronga** encontravam-se constantemente em conflitos pelo controlo deste mesmo comércio, pois era dele que obtinham bens de prestígio, tais como: panos, missangas e especiarias orientais. Para além dos Phiri-Caronga, os **Lundu** foram os principais produtores de marfim.

Havia duas formas de comprar marfim na região.

A primeira consistia em estabelecer comércio com os Makua e os Yao. Para um comércio regular, devia-se apostar nos **Makua** de rei nos vizinhos. Os Makua eram intermediários neste processo que tinham constante acesso à produção. Para um comércio periódico podia comercializar-se com os mercadores **Yao**, vindos do lago Niassa. Estes, para além do marfim, traziam tabaco e azagaia.

A segunda modalidade era normalmente utilizada pelos **Baneanes**. Consistia em enviar ao interior mercadores africanos, chamados **patamares**, em busca do produto.

Os **portugueses** eram grandes compradores de marfim. Contudo só tinham possibilidade de o comprar a crédito. Em troca do marfim, os portugueses ofereciam missangas, produzidas em Veneza, e tecidos, produzidos na Índia. Ambos os produtos eram comprados a crédito pelos portugueses. Mas os juros do empréstimo eram tão elevados que dificilmente eles conseguiriam fazer render o seu trabalho. Por outro lado, assim que os Baneanes entraram no comércio do marfim trouxeram tecidos a mais baixo preço, o que tornou o comércio português ainda mais difícil.

*Setenta por cento da missanga vinda de Portugal, se bem que fabricada em Veneza, era destinada ao "comércio dos Majaua", como assinalam as fontes portuguesas.*

*História de Moçambique,*  
vol. I, p. 68

[79] Em troca de marfim, os portugueses ofereciam missangas, maioritariamente produzidas em Veneza.

*Sem capital, dependentes do fornecimento de tecidos nas lojas dos mercadores indianos, os mercadores portugueses iam-se endividando.*

*História de Moçambique,*  
vol. I, p. 68

[80] As dificuldades de alguns intervenientes eram a oportunidade de outros. Os portugueses tinham dificuldades, enquanto que os indianos viam o negócio prosperar.

#### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [79 e 80]. Indique os intervenientes no comércio do marfim e as suas funções no mesmo.
2. Caracterize o desempenho dos Phiri, dos Lundu e dos portugueses no comércio do marfim.

### 3.2.9.3. A Companhia dos Mazanes: seu papel

Em 1686, o vice-rei da Índia entregou o monopólio comercial entre a Ilha de Moçambique e Diu aos Baneanes, isto é, à **companhia dos Mazanes**. O domínio indiano no comércio de Moçambique teve lugar precisamente no contexto do conflito luso-árabe. A nobreza sediada em Goa queria livrar-se da interferência dos árabes e suailis no comércio do marfim. Desta forma, o capital mercantil passaria obrigatoriamente por Goa, em vez de se manter em mãos árabes.

*Esta companhia possuía vários privilégios entre os quais o monopólio de artigos de exportação: marfim, âmbar e a carapaça da tartaruga.*

*O seu capital e ligações com o mercado indiano, a sua capacidade de negócio, o seu comportamento e os privilégios recebidos, a protecção dos jesuítas fizeram com que os Baneanes atingissem uma posição importante, como grossistas e retalhistas, no comércio entre Diu, Damão, Goa e Moçambique.*

*Foi assim que começaram a ser impostas restrições e tomadas medidas contra eles.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 120

[81] A ascensão e queda da Companhia dos Mazanes.

A formação desta companhia foi decidida pela administração do vice-rei, em Goa. Era unicamente do **interesse da nobreza** portuguesa instalada em Goa.

Quando se formou a Companhia dos Mazanes, os mercadores indianos instalaram-se em Moçambique. Em 1687 eram apenas 7, mas depois cresceram. Numa fase inicial, instalaram-se na Ilha de Moçambique, mas depois rumaram a oeste. Passaram o *hinterland*, o vale do Zambeze, Inhambane e Lourenço Marques. A pouco e pouco chegavam cada vez mais indianos. Crê-se que o número era elevado; **por cada mercador baneane, havia mais 10 indianos**, como criados ou cozinheiros.

#### Exercitando competências

1. Analise o documento [81] e caracterize a Companhia dos Mazanes.
2. Observe a imagem [82] e descreva quem eram os Baneanes.
3. Quem criou a companhia?

### 3.2.9.4. A separação de Moçambique de Goa (1752): sua importância

Em 19 de Abril de 1752, o rei de Portugal, D. José I, decretou a separação entre Moçambique e Goa.

#### Vocabulário

##### Companhia dos Mazanes

Associação de ricos e prósperos comerciantes indianos, também chamados Baneanes (naturais do Indostão, na Índia), que gozaram do monopólio de abastecer regularmente Moçambique com tecidos e todo o apoio logístico e ajuda oficial às representações portuguesas.



[82] Baneane do século XVII.

*Por me ser presente a decadência do governo de Moçambique, e que será mais conveniente separá-lo de Goa para seu restabelecimento.*

Fritz Hoppe, *A África Oriental portuguesa no tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 63

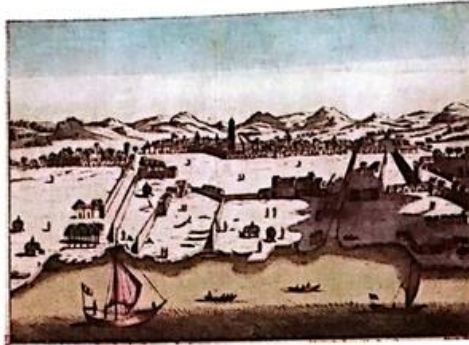
[83] Excerto do decreto da separação de Moçambique e Goa, 1752.

### Exercitando competências

1. Quem foi o monarca que assinou o decreto de que fala o documento [83]?
2. Em que ano foi decretada a separação?
3. Quais os motivos da separação?

Depois da criação da Companhia dos Mazanes, os indianos instalaram-se em grande número em Moçambique. Havia mercadores, mas também toda a espécie de oficiais, como relojoeiros, ourives, barbeiros, etc. A pouco e pouco, todo o comércio a grosso e a retalho, assim como outras esferas da economia, estava nas mãos de indianos.

Os proveitos financeiros do comércio moçambicano ficavam retidos em Goa desde que fora instituída a Companhia dos Mazanes (1686). E havia entre os comerciantes ricos indianos e os governadores portugueses residentes na Índia e em Moçambique uma grande cumplicidade comercial. Os governadores pareciam estar do lado de quem tinha poder comercial, que neste caso eram os mercadores banéanos.



[84] Gravura de Goa no século XVIII, por Johann Christoph Nabholz (1752-1797).

Com o desvio da actividade comercial e praticamente de todo o comércio para as mãos de indianos, não havia rendimentos oriundos de Moçambique que a chegar a Lisboa. Nesse sentido, o rei de Portugal, instalado em Lisboa, decidiu separar Moçambique de Goa e passar a tutelá-lo.

### 3.2.9.5. A makuana

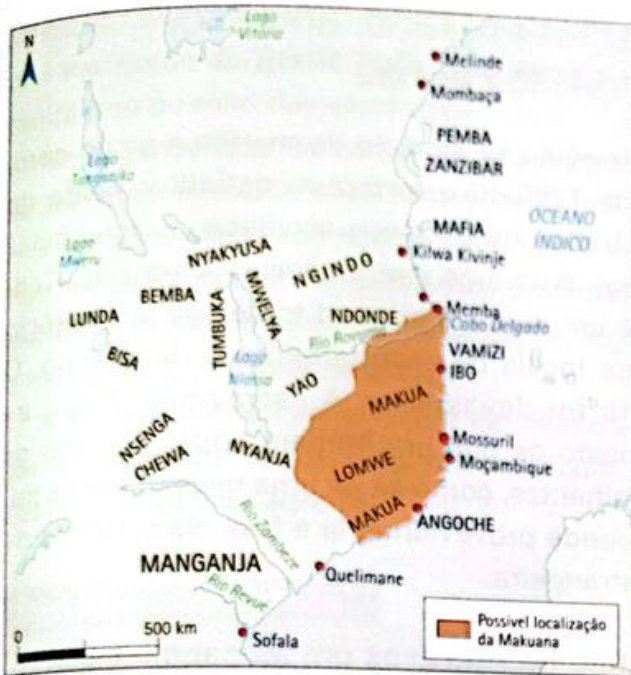
O comércio do marfim não era directo. O local de produção era bem longe do local de comércio. As manadas de animais dos quais eram extraídos as presas estavam no meio do mato, local inacessível à maior parte dos estrangeiros comerciantes. Assim, neste comércio, o trajecto entre o local de produção e o local de venda era assegurado por intermediários. Os makuanas tinham essa função.

A makuana era uma grande extensão de terras, de limites imprecisos. Apesar de imprecisa, o impacto dos seus habitantes no ciclo do marfim foi evidente.

*Estendia-se, aparentemente, do sul do paralelo da Ilha de Moçambique até ao paralelo de Cabo Delgado, apanhando a costa de Zanzibar. O limite norte da makuana seria provavelmente Momba e o limite sul Angoche.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 71*

[85] A imprecisão da localização da makuana.



[86] Possível localização da makuana.

A importância do comércio makuana está no apoio que este prestava aos comerciantes privados. Os Makuanas sempre serviram de principais intermediários no comércio do marfim.

Os muçulmanos indianos e os comerciantes baneanes raramente penetravam no interior. Ao invés, contratavam mercadores locais africanos conhecidos como patamares, que iam ao encontro dos Makuanas para estes lhes entregarem o marfim.

Os patamares negociavam, em nome dos indianos, os tecidos com os chefes locais makuas em troca de marfim. No final das transacções, conduziam as caravanas para a costa, onde estavam os indianos. Os Makuanas eram, portanto, os intermediários que contactavam com os produtores/extractores de marfim.

O comércio do marfim era apetecível para muitos. Durante grande parte do ciclo do marfim, a convivência entre os vários intervenientes foi pacífica, mas depois agravou-se.

O Governo local dos portugueses tentou por várias vezes dominar esse comércio em detrimento dos Makuas. Mas a oposição aos Makuas não era só vinda do exterior. Os Yao também tiveram conflitos com os Makuas por causa da disputa das rotas do marfim.

*Em meados do século XVIII, o comércio do marfim levado a cabo pelos Yao representava cerca de 65-70% de todo o comércio, incluindo o que vinha do rio Sena, Sofala e Inhambane.*

*Esta situação levou a conflitos internos entre os Makuas e Yao que por sua vez conduziram a conflitos inevitáveis entre os makuas e os portugueses durante cerca de 1755 e 1785.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 121

[87] A difícil convivência entre os Makuas e outros intervenientes no comércio do marfim.

### Territórios da Makuana

#### Uticulo

#### Cambira:

– localiza-se provavelmente à volta da lagoa de Camba, perto da Baía de Momba

#### Uocela:

– é provavelmente Uanela, ao norte de Angoche

Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 71



### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [84 e 85] e refira o que era a makuana.
2. Que influência teve a makuana no ciclo do marfim?
3. A relação dos Makuas com os demais intervenientes não foi sempre igual. Analise o documento [87] e justifique a afirmação anterior.

### 3.3. O ciclo dos escravos (1750/60-1836/ século XX): aspectos gerais



[88] Estátua de madeira de um escravo agrilhado. Nota-se na sua expressão um profundo sofrimento.

O ciclo dos escravos seguiu-se ao ciclo do marfim e ao do ouro. Iniciou-se na década de 1750-60 e terminou definitivamente no século XX. O início do tráfico de escravos aconteceu porque havia falta de mão-de-obra nos domínios das potências europeias. Contudo, a breve trecho, de um negócio pontual tornou-se um negócio estruturado, com vários locais de recrutamento e de destino. O impacto da escravatura foi devastador. A escravidão minou as sociedades, no pressuposto de que um homem poderia decidir os destinos de outros semelhantes, como se de uma mercadoria se tratasse. Este ciclo corresponde provavelmente à fase mais nefasta da penetração mercantil estrangeira.

#### 3.3.1. O início do tráfico de escravos em Moçambique

O comércio de escravos na costa oriental africana teve maior visibilidade por volta da segunda metade do século XVIII. Nessa altura, o aumento da procura de escravos ultrapassou a procura de ouro e de marfim.

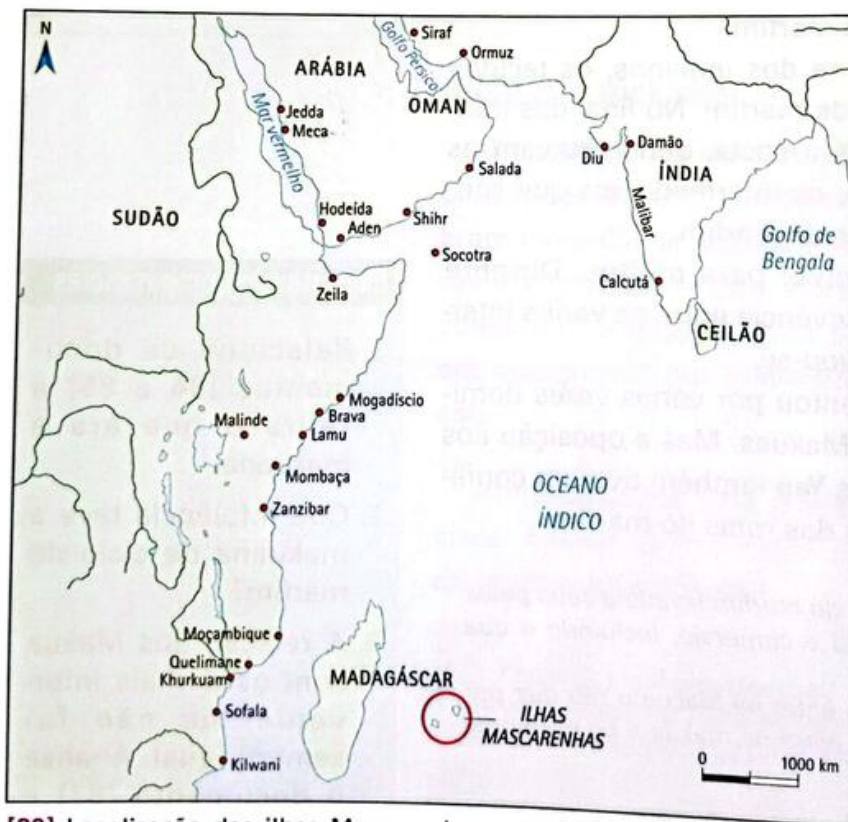
À volta da década de 20 do século XVIII, os franceses aumentaram a procura de escravos para as plantações de açúcar e de café

nas **ilhas Mascarenhas**, no Índico. Os franceses já praticavam a escravatura, mas os seus mercados tradicionais de escravos (Comores, Madagascar) já não respondiam às necessidades.

Esta procura por parte dos franceses constituía uma das primeiras manifestações da comercialização de escravos nesta região. Dez anos mais tarde, por volta de 1730, o comércio com as ilhas Mascarenhas era feito de forma sistemática e muito bem organizado.

Contudo, as autoridades portuguesas opunham-se a este negócio. Tal como os franceses precisavam de mão-de-obra escrava, também os portugueses tinham necessidade dela.

Lisboa chegou mesmo a proibir este negócio com os franceses.



[89] Localização das ilhas Mascarenhas, possessão francesa. É importante referir que o comércio com os franceses trazia para os cofres do Governo local de Moçambique bastantes receitas.

alegando que o mesmo prejudicava o abastecimento de escravos dos mercados do **Brasil**. Pode dizer-se que esta fase inicial é a primeira fase do ciclo dos escravos.

Na segunda fase do comércio escravagista, um número elevado de escravos é levado para funcionar como de mão-de-obra barata nas grandes explorações das plantações de açúcar, café, cacau e nas minas de ouro e de diamantes do **Brasil**. Os grandes promotores deste comércio eram os mercadores negreiros brasileiros, norte-americanos e centro-americanos.

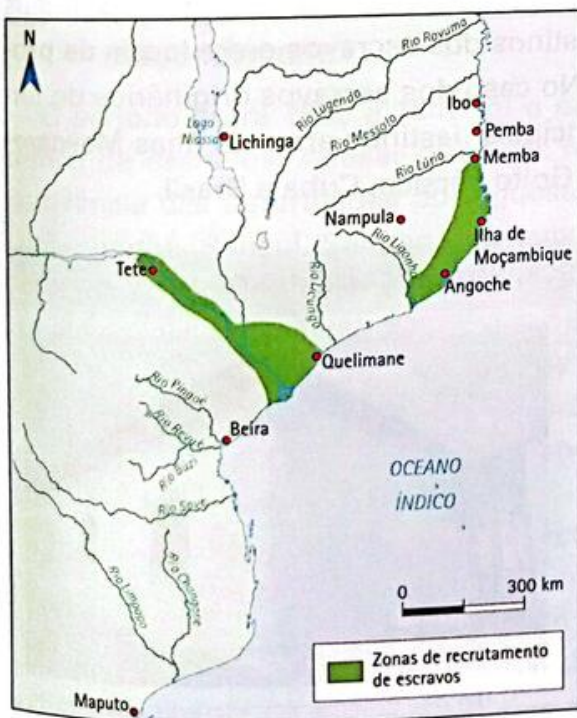
A terceira fase da escravatura vai desde a promulgação da abolição da escravatura, em 1836, até ao século XX. Foi o período clandestino do tráfico negreiro.

### Exercitando competências

1. Como se iniciou o tráfico de escravos em Moçambique?
2. Quantas fases tem o tráfico negreiro?

### 3.3.2. Locais de recrutamento

As áreas de onde partia grande número de escravos eram o vale do Zambeze e a faixa litoral, com grande parte do *hinterland*, do rio Ligonha à Baía de Memba. As populações de origem makua foram as mais utilizadas.



[90] Mapa dos locais de recrutamento de escravos em Moçambique.



[91] Cais de embarque de escravos na ilha de Moçambique.

No Sul de Moçambique este comércio não se desenvolveu devido à proibição imposta pelo soberano do Estado de Gaza, o Manicusse. Este soberano sempre recusou a comercialização de pessoas porque para ele isso não fazia sentido. Houve até mesmo quem de forma privada tentasse desenvolver este comércio nas terras de Gaza e acabou por ser severamente castigado ou morto.

Com o crescimento do comércio de escravos no nosso país, a Ilha de Moçambique, que até então tinha a hegemonia comercial, perdeu-a a favor de Quelimane e Ibo. Estes dois portos tornaram-se detentores do comércio moçambicano porque eram os grandes portos de escravos a partir da segunda metade do século XVIII.

#### Exercitando competências

1. Analise o mapa [90]. Quais eram os locais de recrutamento de escravos em território moçambicano?
2. Onde não se registava o tráfico de escravos por decisão do chefe de Estado?
3. Quem era esse chefe?
4. Quais os portos mais importantes no tráfico de escravos em Moçambique?

### 3.3.3. Destino dos escravos

Os europeus precisavam do comércio de escravos. Os escravos eram mão-de-obra barata para as suas explorações agrícolas, minas e manufacturas. Logo, os destinos dos escravos eram locais de produção de domínio europeu. No caso dos escravos originários do território moçambicano, os principais destinos eram as ilhas Mascarenhas, Zanzibar, Madagáscar, Golfo Pérsico, Cuba e Brasil.



[92] Desenho do interior de uma embarcação negreira. O transporte dos escravos era feito de forma desumana, quer por terra quer por mar.

#### DESTINO DOS ESCRAVOS MOÇAMBICANOS

Continente	Região
África	Ilhas Mascarenhas
	Zanzibar
	Madagáscar
Ásia	Golfo Pérsico
América	Cuba
	Brasil



[93] Um dos destinos dos escravos oriundos de Moçambique era o Brasil. Fotografia de um mercado de escravos no Recife, Brasil.

O transporte dos escravos era desumano e degradante. Havia caravanas que atravessavam as florestas, nas quais os escravos eram acorrentados uns aos outros e obrigados a percorrer longas distâncias a pé, sem terem direito a água nem a comida.

### Exercitando competências

1. Analise a tabela da página anterior.
  - 1.1. Quais eram os destinos dos escravos moçambicanos?
  - 1.2. Os escravos interessavam aos europeus, mas não eram levados em massa para a Europa. Explique esta situação.

### Laboratório do historiador

Investiga como era feito o tráfico dos escravos oriundos do nosso país.

Reúne um grupo de colegas e investiga os seguintes aspectos:

- em que condições humanas era feito o transporte de escravos?
- quais eram os portos marítimos por onde eles eram exportados?
- quais os portos estrangeiros que acolhiam os escravos?
- qual a justificação de Manicusse para proibir o comércio de escravos?
- quem lucrou com o comércio de escravos (entre nativos, europeus, etc.)?

Sempre que possível, aconselha-se a:

- recolher imagens (material fotográfico, imagens disponíveis na Web, imagens de livros, etc.);
- recolher testemunhos orais;
- visitar museus relevantes;
- recolher fontes escritas, oficiais e não oficiais.

### 3.3.4. Impacto do tráfico de escravos para as sociedades moçambicanas

O período entre 1836 e 1842 foi o período da abolição oficial de tráfico de escravos. Apesar disso, os mercadores negreiros com a conivência das autoridades portuguesas e o apoio dos xeicados de Quitangonha, Sancul, Sangage, sultanato de Angoche e dos prazos, continuaram com o tráfico clandestino de escravos. E este manteve-se até ao início do século XX.

O ciclo dos escravos foi uma fase de *caça ao Homem*. E esta caça teve graves consequências para as sociedades locais, sendo a mais importante o facto de se retirar às sociedades a sua mais importante força energética – o ser humano.

O comércio de escravos teve impacto nas sociedades moçambicanas. O seu impacto sentiu-se a vários níveis. Numa fase em que as sociedades moçambicanas estavam em crescimento e desenvolvimento, com fortes e pujantes Estados como o Mwenemutapa, o capital mercantil escravo veio atrasar esse crescimento. Para além do atraso, houve mesmo um desvio terrível, sobretudo a nível moral.



## IMPACTO DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS NAS SOCIEDADES MOÇAMBICANAS

- acelerou o processo da diferenciação social no seio das comunidades;
  - fez surgir uma classe dominante poderosa e outra dominada e subordinada;
- A nível social**
- abriu caminho para uma gradual subordinação da mulher (por exemplo, a residência matrilocal foi substituída pela patrilocal);
  - crescimento do medo das populações;
  - despovoou várias comunidades aldeãs;
  - removeu os aldeãos do trabalho agrícola, o que ocasionou fome, miséria e decréscimo demográfico;
- A nível económico**
- fomentou o endividamento dos Estados moçambicanos, pois grande parte da alimentação teve de ser importada;
  - aumentou a procura de mercadorias de luxo importadas (tecidos, armas e bijuterias);
  - aumento da riqueza de europeus e alguns chefes locais;
  - cresceram os conflitos intraclânicos pelo controlo hegemónico dos recursos e mercados;
- A nível político**
- aumentaram os confrontos com os portugueses que, cada vez mais, queriam chamar a si o controlo do comércio de escravos;
- A nível moral**
- ao haver quem considerasse que os seres humanos eram passíveis de domesticar, utilizar, magoar, aprisionar e vender, deu-se uma enorme degradação dos valores morais e éticos.

### Laboratório do historiador

#### Investiga o impacto económico, social e cultural da escravatura em Moçambique.

A escravatura foi um período hediondo que marcou a História do nosso país. Todo o ser humano tem direito à paz, acesso à cultura, conhecer e usufruir dos Direitos Humanos e viver em clima democrático. O tempo da escravatura nada tem a ver com conceitos como *paz, cultura, direitos humanos* ou *democracia*.

Nesse sentido, elabore um trabalho de pesquisa sobre o impacto económico, social e cultural da escravatura em Moçambique, destacando a violação dos direitos humanos e suas consequências.

Faça uma investigação histórica e tente responder às seguintes questões:

- qual foi o impacto económico da escravatura em Moçambique?
- qual foi o impacto social da escravatura em Moçambique?
- qual foi o impacto cultural da escravatura em Moçambique?

No artigo IV da Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ler-se:

#### Artigo IV

*Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.*

- Porque é a escravatura um atentado aos Direitos Humanos?
- Quais as consequências dessa violação dos Direitos Humanos?

Responda às questões enunciadas por **escrito**. Pode organizar-se uma **conferência** com o tema: *A escravatura em Moçambique: impactos e consequências*



parecimento destes últimos e levaram a que o poder começasse a concentrar-se nas mãos de algumas poucas famílias poderosas da região.

Os Estados desenvolveram-se de diversas maneiras. Alguns eram apenas áreas ocupadas por bandos de soldados A-Chicundas; outros eram domínios ocupados por grandes famílias que criaram, em zonas sob a sua influência, algo parecido com repúblicas militares governadas por capitães A-Chicundas, onde muitos estabeleceram linhas de sucessão na família governante.

*Todos tinham conhecimento de que os aforamentos estipulavam a sua relação de subordinação ao Governo português; todos construíram os seus impérios a partir de povos díspares e diversos que já tinham sido enfraquecidos como resultado das invasões, comércio de escravos e guerras civis; todos procuravam adquirir, pelo menos, alguma legitimidade tradicional; todos prosseguiram vários graus de aculturações que reforçaram as suas posições políticas; todos dependiam grandemente do*

*comércio de marfim e de escravos; todos adoptaram e usaram, efectivamente, armamento europeu para a defesa dos seus estados e expansão das suas fronteiras; todos publicamente aclamaram os seus estados independentes, e pelo menos no início tentaram ganhar o reconhecimento dos portugueses através de negociações pacíficas; todos entraram em intrincados sistemas de alianças com os prazeiros vizinhos e ou comunidades políticas africanas.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 93

[96] As semelhanças entre os vários Estados Militares.

Estes estados eram bastante diferentes entre si, no entanto tinham pontos comuns.

Foi assim que, entre 1820 e 1860, começam a surgir **unidades multiétnicas**, com destaque para as que dominaram quase toda a região de Tete-Sena, apresentando ao nível da sua organização **estruturas mais complexas** do que os prazos, por exemplo.

#### PRINCIPAIS ESTADOS MILITARES OU DE CONQUISTA

Estados	Líderes	Características
Macanga	Gonçalo Caetano Pereira, conhecido por Dombo-Dombo.	Recebeu o território como resultado da ajuda prestada a Phiri nos finais do século XVIII.
Massangire	Paulo Mariano Vaz dos Anjos e Fernando Vaz dos Anjos.	O seu poder estendia-se desde a leste do rio Chire dominando o território a volta de Morrumbala.
Massangano	Joaquim da Cruz, conhecido por Nhaude. Em 1849, António Vicente da Cruz, conhecido por Bonga, travou várias batalhas com os portugueses pela conquista do seu estado.	Os seus domínios estendiam-se da zona que ia das montanhas de Lupata a sul até à confluência dos rios Luenha e Zambeze.
Gorongosa	Manuel António de Sousa, conhecido por Gouveia.	Dominava o Sul do Zambeze, entre Sena e a região ocupada pelos Nguni.
Kaniemba e Mataquenha	Guengue (Dona Júlia da Cruz).	Estendeu-se por toda a região à volta do Zumbo.
Maganja da Costa	João Bonifácio Alves da Silva (1862-1892).	Foi uma instituição zambeziana dos A-Chicundas que se caracterizou por uma coesão política e uma democracia internas que tornaram o Estado com um poderio militar difícil de submeter.
Makololo	Antigos carregadores do explorador Livingstone.	Há referências da sua existência em 1858.

### Exercitando competências

1. Analise o documento [96] e responda às seguintes questões:
  - 1.1. Qual é a origem dos Estados Militares?
  - 1.2. Porque se chamavam Estados Militares?
2. Quais os outros nomes para esta formação político-administrativa?
3. Indique o nome de alguns Estados Militares.
4. Quem foi a Dona Júlia?

#### 3.4.1.2. Base económica

Nos Estados Militares todos viviam da agricultura, pastorícia e caça ao elefante. Mas a grande base económica era o **comércio de marfim e de escravos**.

As relações com o exterior eram feitas sobretudo pela necessidade de armas e munições que estes povos tinham. Em troca de escravos e marfim, os portugueses e outros povos entregavam armas.



[97] Aringa.

O centro económico dos Estados Militares era a **aringa**. A aringa era uma fortificação militar usada pela maioria dos Estados Militares do vale do Zambeze. Além da aringa principal, possuíam uma rede de fortificações mais simples nas zonas limítrofes, que actuavam como primeira linha de defesa contra as incursões do inimigo.

### Exercitando competências

1. Qual era a base económica dos Estados Conquista?
2. Observe a imagem [97]. Indique o nome do centro económico desses estados.

## Vocabulário

### A-Chicundas

Os A-Chicundas eram o exército dos senhores de prazos.

### 3.4.1.3. Estrutura social e aparato ideológico

Estes estados funcionavam como repúblicas militares e eram chefiados por capitães **A-Chicundas**.

Mas havia **hereditariedade** nas chefias. Os Estados Militares de Massangire, Maganja da Costa, Makanga e Massangano estabeleceram uma linha de sucessão da família dominante.

Como forma de garantir a segurança física das suas fronteiras e manter o seu poder, os chefes possuíam fortalezas armadas, chamadas **aringas**, grandes exércitos de A-Chicundas e um vasto arsenal de armas modernas.

*O centro do poder político e económico dos Estados de Conquista era a aringa, que podia ter uma milha de circunferência e podia conter as palhotas de centenas de chefes seguidores. Eram o centro económico do Estado de onde o comércio era conduzido.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 93

[98] A importância da aringa.

### Exercitando competências

1. A força e segurança dos líderes dos Estados Militares baseava-se em quê?
2. Na sociedade destes estados, há reminiscências dos prazos. Quem eram os A-Chicundas e qual era a sua importância?
3. Um Estado destes poderia prescindir das armas? Porquê?

### 3.4.1.4. Decadência

Na década de 60 do século XIX, quando os indianos começam a comprar gergelim, amendoim e coco para as companhias e feitorias de Quelimane, deu-se início ao novo ciclo económico em Moçambique, o ciclo das **oleaginosas**. A partir desta altura, e com o processo de extinção da escravatura em curso, o ciclo dos escravos perde vigor. Doravante, os produtos que saíam com maior frequência dos portos de Moçambique eram as matérias-primas das grandes fábricas europeias, as oleaginosas.

Como o fulgor económico dos Estados Militares estava no comércio de escravos, ao deixar de haver tanta procura deste produto eles perderam a sua força económica. Ao enfraquecer a economia, enfraqueceram a todos os níveis, até que acabaram por ser absorvidos pelas **companhias**.



tir do século XIX, verificou-se um aumento do comércio de marfim e de escravos, cujos lucros trouxeram prestígio e permitiram um reforço do poder dos chefes. Tornou-se, assim, possível a criação de um Estado centralizado do qual emergiram vários grandes líderes que fundaram várias dinastias de que se destacam: Mataka, Makanjila, Mponda, Mtalika, Macemba, Mawinga, Jalasi e Matipwiri.

### Exercitando competências

1. Analise o mapa [100] e indique o nome das províncias actuais onde se formaram os Estados Ajaua.
2. Qual foi a relação entre o capital mercantil e a centralização e crescimento do poder Yao?
3. Indique o nome de, pelo menos, três dinastias de origem Ajaua.



[101] Plantação de mandioca em Niassa, na actualidade.

#### 3.4.2.2. Base económica

Antes do ciclo do marfim e dos escravos, os Ajauas eram povos de agricultores e o sorghum constituía a sua semente principal. A partir da segunda metade do século XIX, introduziram-se novas colheitas importantes, como o milho e a mandioca.

A base da economia era a agricultura de cereais, onde as linhagens matrilineares constituíam a base das unidades de produção. É importante referir que estes povos desenvolviam os sistemas de drenagem e irrigação, principalmente em Mwembe, a grande cidade do grande soberano Mataka I Nyambi (fundador da mais importante dinastia dos Ajauas nos finais do século XIX).

O comércio regional e de longa distância surge durante o período dos séculos XVIII e XIX e desenvolveu-se graças à intensa actividade da caça de elefante que proporcionava muito marfim.

Para além da caça, outras actividades estão ligadas às actividades das populações Ajauas:

- a pesca;
- e o fabrico de instrumentos de ferro (como enxadas, machados, armas, etc.), pois o metal era abundante no território.

*Antigamente os Yao faziam as suas próprias enxadas, porque existia um clã Yao chamado Chisi que começou a construir forjas e fornos. Fabricavam enxadas, machados, facas grandes e pequenas, escopros, brocas, agulhas (próprias para tecer esteiras), facas para cortar peles e toda uma grande variedade de peças manufacturadas em ferro.*

Abdallah, in Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 76

[102] O importante trabalho do ferro feito pelos Ajaua.

Os Yao estabeleceram contactos comerciais com Quíloa, Zanzibar, Ibo, Ilha de Moçambique e, para o interior, com a margem ocidental do lago Niassa.

O desenvolvimento do comércio de **marfim** e, sobretudo, o comércio de **escravos** vão acelerar o aparecimento do Estado centralizado e fortalecer o poder dos chefes.

### Exercitando competências

1. Qual era a base económica dos primeiros Estados Ajaua?
2. Quais os cereais introduzidos mais tardiamente na sua agricultura?
3. Para além da agricultura, que outras actividades contribuíram para o desenvolvimento económico destes estados?
4. O comércio do marfim e dos escravos enfraqueceu os líderes Ajaua. Concorda com esta afirmação? Justifique a sua resposta à luz da centralização do poder do Estado.
5. Zanzibar era um dos portos que comercializavam com os Ajaua. Indique o nome de outras localidades que também o faziam.



[103] Idealização de comércio de escravos num Estado Ajaua.



### 3.4.2.3. A estrutura social e o aparato ideológico

Inicialmente, as sociedades Yao caracterizavam-se pela realização de **cerimónias mágico-religiosas e pela distribuição de amuletos**. Estas cerimónias eram muito importantes por duas razões. Primeiro, porque davam confiança e coragem aquando da realização de missões consideradas perigosas, como as lutas pela captura de escravos. Segundo, porque originavam atitudes e comportamentos que contribuíam para a manutenção e reprodução das classes dominantes. Isto é, funcionavam como legitimadoras do poder reinante.

Contudo, o contacto com a costa trouxe aos Yao mudanças. Dentre elas, a de maior influência foi a conversão ao islamismo de grandes chefes Yao. Foi o caso de Mataka, Mtalica e Makanjila. A islamização da aristocracia dominante fortaleceu ainda mais o poder teocrático destas elites que, pouco a pouco, passaram a ser chamadas xeques, posição relevante na hierarquia religiosa islâmica. Embora nem todos os Yao fossem islamizados, com o tempo, ser Yao passou a ser sinónimo de ser islâmico.

Do ponto de vista social, tome-se como exemplo a organização do Reino Mataka I, que existiu entre cerca de 1806 e 1876.



[104] Estrutura social do Reino Mataka I (1806-1876).

### Exercitando competências

1. Quem estava na base da sociedade Ajaua?
2. Quais os Estados Ajaua que foram islamizados?
3. A conversão ao Islão deu mais ou menos poder aos chefes?

#### 3.4.2.4. Decadência

Os Estados Yao entraram em decadência devido a vários factores conjugados. Ao nível interno, por um lado, tinha lugar grandes lutas pelo controlo das rotas do comércio de escravos entre os Macuas e os Ajaua; por outro lado, deram-se as invasões dos povos Nguni vindos do Sul do rio Zambeze, que provocaram o terror e a destruição dos Ajaua.

A nível externo e já no século XIX, as campanhas de pacificação levadas a cabo pelos portugueses, britânicos e alemães originaram a sobreposição dos Estados Ajaua pelas companhias (a Companhia de Niassa desempenhou um papel importante neste processo).

### Exercitando competências

1. Qual o nome dos povos que provocaram a destruição dos Estados Ajaua?
2. De onde eram originários esses povos?
3. Quem levou a cabo campanhas de pacificação?
4. Qual o nome da companhia que mais contribuiu para a decadência dos Ajaua?

#### 3.4.3. Os Estados afro-islâmicos da costa

A partir do século XII, começaram a aparecer os povoamentos comerciais islâmicos na costa oriental africana, com destaque para três importantes:

- **Sancul**, na baía Mokambo, mesmo a sul da Ilha de Moçambique, entre Lumbo e Mongincual;
- **Sangage**, no rio Metomode;
- e **Quitangonha**, que ocupava uma área da península de Matibane e o Norte da Ilha de Moçambique.

Com a presença portuguesa na baía de Sofala iniciou-se uma nova era que se caracterizou pelo permanente confronto entre estes estados e os portugueses. A relação entre estes dois povos não foi linear nem idêntica em todos os **xeicados** e **sultanatos**.

### Vocabulário

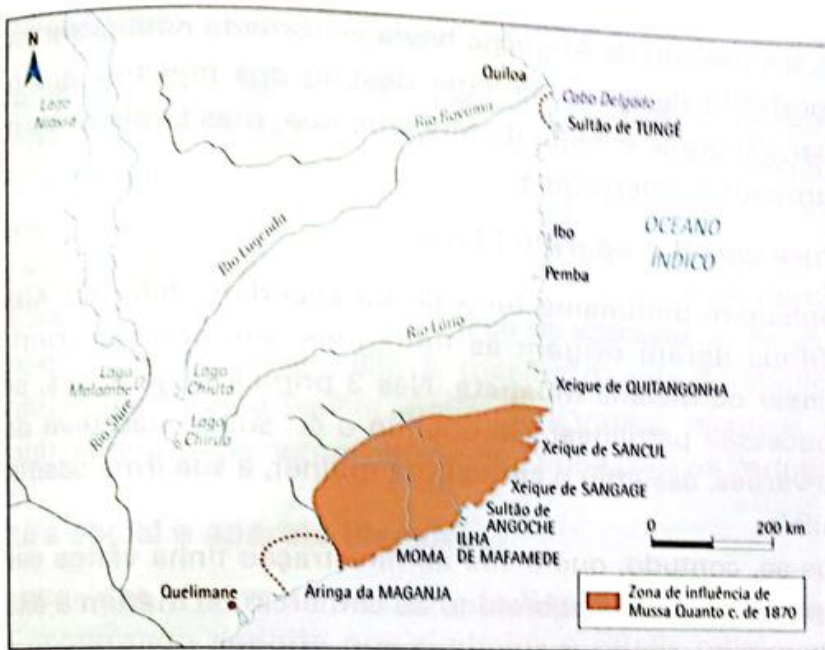
#### Xeicado

Sistema de governo dirigido por um xeque, chefe de tribo árabe.

#### Sultanato

Sistema de governo dirigido por um sultão, título dado a certos príncipes maometanos, senhores poderosos e despóticos.

Aparentemente, os xeicados e sultanatos da costa estavam subordinados à administração portuguesa, mas, na prática, a situação não era essa. A subordinação existia e parecia ser do foro comercial quando as autoridades portuguesas não se envolviam em questões de soberania dos mesmos.



[105] Os estados afro-islâmicos da costa de Moçambique.

### 3.4.3.1. O sultanato de Angoche

#### Formação

Quelimane e a Ilha de Moçambique foram fundados, segundo a tradição "xiraz", pelos refugiados de Quilua, muito antes da chegada dos portugueses.

Os seus chefes expedicionários, conhecidos por **Mussa** e **Hassani**, fixaram-se, respectivamente, na Ilha de Moçambique e em Quelimane. Mussa reconheceu mais tarde que Angoche reunia melhores condições e instalou lá o herdeiro de Hassani (que entretanto morreria), dando origem ao sultanato de Angoche. **Xosa** foi então o primeiro sultão de Angoche.

#### Base económica

Este Estado teve muita importância nas relações comerciais com o Império dos **Mwenemutapa** no século XVI. Mas, em 1511, os portugueses atacaram Angoche, incendiando a povoação, o que causou o declínio nas trocas comerciais entre Sofala e os Mutapa.

#### Vocabulário

##### Tradição "xiraz"

Corrente de pensamento do fim do século XIX e início do século XX.



[106] Três figuras importantes de Angoche. À esquerda, o sultão de Angoche, Ibrahimo de Angoche; no meio, Farelai; à direita, o chefe Guarneia da tribo Imbamela.

### Exercitando competências

1. Desde quando há registos de povoamento islâmico na costa de Moçambique?
2. Como teve origem o sultanato de Angoche?
3. A linhagem do sultanato de Angoche era patrilinear ou matrilinear?
4. Qual era a sua base económica?
5. Analise o documento [107] e refira como se deu a queda do sultanato de Angoche.

Nos anos que se seguiram, os portugueses tentaram sem sucesso bloquear as rotas comerciais do interior. A partir de Angoche, os afro-islâmicos continuaram a comerciar com Melinde, Mombaça, Quíloa e outras regiões, sempre fugindo ao controlo e ao patrulhamento naval imposto pelos portugueses.

No século XIX, com o incremento do tráfico de escravos, o sultanato viveu momentos de grande prosperidade. Em meados do século, o sultanato de Angoche havia-se tornado num grande centro de exportação de escravos, cujo destino dos mesmos era não só Zanzibar, Comores e a Ilha de Moçambique, mas também os mercados europeus e americanos.

### Estrutura social e aparato ideológico

A linhagem dominante foi a de Inhanandare, filho de Xosa. Os seus filhos deram origem às linhagens que compuseram o clã matrilinear de Mwana Moapeta. Nas 3 primeiras gerações, seguiu-se a sucessão patrilinear. Só quando o 4.º sultão não teve descendentes varões, assumiu o cargo uma mulher, a sua irmã casada com Inhamilala.

Sabe-se, contudo, que a sua administração tinha vários cargos e a complexidade ligada sobretudo ao comércio de marfim e escravos assim o exigia.

A fé islâmica era dominante neste sultanato e conferia ao sultão propriedades teológicas importantes.

### Decadência

Este Estado, para além de conflitos com os portugueses, também entrou em conflito com alguns chefes de Estados Militares do Zambeze. O afro-português João Bonifácio Alves da Silva, devido às ambições imperiais que passavam pelo controlo do comércio negreiro e do Estado de Angoche, envolveu-se em grandes disputas com o sultão de Angoche.

Os portugueses só conseguiram dominar totalmente Angoche e outros estados da região em 1910, no período de ocupação portuguesa.

*Face à política portuguesa de "ocupação efectiva", iniciada por Mouzinho de Albuquerque [naquilo que foi conhecido como "campanhas de pacificação"], a qual punha em causa as actividades escravagistas com base em Angoche, organizou-se uma coligação de escravocratas que atacou os portugueses em Outubro de 1896.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 117*

[107] Uma das causas da decadência de Angoche.

### 3.4.3.2. O xeicado de Sancul

#### Formação

Este Estado formou-se no século XVI e terá sido fundado por gentes oriundas da Ilha de Moçambique. Pensa-se que foram expulsos da ilha pelos Portugueses.

#### Base económica

O comércio com o exterior era a actividade económica por excelência. No início, o xeicado vivia do comércio do ouro, depois passou a comercializar o marfim, mas o seu grande negócio eram os escravos.

Em quase todo o período do século XIX, a aristocracia dominante deste Estado esteve envolvida no **tráfico de escravos** ao serviço dos governadores portugueses. Isto é, mesmo depois da abolição da escravatura, o xeque de Sancul continuou a traficar escravos. Para o conseguir, serviu-se da cumplicidade que tinha com os Portugueses.

#### Estrutura social e aparato ideológico

O poder dos chefes do xeicado de Sancul apoiava-se na religião. Encontrando suporte nos símbolos e rituais religiosos ligados ao islamismo, as autoridades defendiam a legitimidade do poder político. A religião era, assim, um factor de coesão social de grupos diferentes e de unidade contra qualquer ameaça ou ingerência externa no poder político. É importante referir que o islamismo, no Xeicado de Sancul, era a religião preponderante e elemento primordial para a mobilização e a organização da resistência contra a invasão externa feita pelos Portugueses.

O sistema de sucessão neste Estado foi feito de **forma alternada entre as várias linhagens** existentes, como forma de contentar famílias rivais. Esta alternância parece ter contribuído para a sua estabilidade.

#### Decadência

Os seus governantes sempre tentaram estabelecer boas relações com as autoridades portuguesas, apesar de existirem algumas contradições. No ano de 1753, o xeque de Sancul foi assassinado por um comandante de



[108] Jardim da Memória, Ilha de Moçambique. Para que nunca se repita a atrocidade da escravatura, construiu-se este jardim na Ilha de Moçambique. Muitos senhores, como os portugueses e os xeques, enriqueceram com o tráfico de escravos, mesmo quando já estava proibido.

#### CRONOLOGIA DOS XEQUES DE SANCUL

Anos	Nome dos xeques
1515-1797	Não há referências
1797-1800	Raja Mohammad Mukusedi
1800-1804	Mutirua Muhammad
1804-1810	Hasan Raja
1810-1822	Uthman Molidi
1822-1832	Raja Mukusedi Muhammad Ali
1832-1841	Burehimu Usufu (regente até 1834)
1842-1862	Hasan Musa Mukusedi
1863-1874	Camakama Molidi
1875-1886	Usufu Hasan ibn Abd Allah "Muntu Umkubu"
1886-1898	Molidi Hasan
1898-1910	Ali ibn Suali Ibrahimu "marave"

Fonte: Sancul in "Wikipedia", <http://ca.wikipedia.org/wiki/Sancul>

uma força portuguesa, durante uma campanha contra os chefes Makua da região que escondiam escravos.

Nos finais do século XIX, com a **ocupação colonial efectiva**, os portugueses começam a impor o seu domínio, o que vai chocar com os interesses dos dirigentes locais, que vêem a sua soberania ameaçada. Assim se iniciam as confrontações armadas entre o xeicado e os portugueses.

Apesar da forte resistência das forças militares do Estado contra as ofensivas portuguesas, o xeque foi obrigado a seguir uma política moderada a partir de 1899. Em 1910, o xeicado de Sancul foi declarado extinto.

#### Exercitando competências

1. Analise a cronologia da página anterior e indique em que século foi formado o xeicado de Sancul.
2. Qual era a relação entre portugueses e o xeque de Sancul?
3. Observe o documento [108] e refira qual era a base económica deste xeicado.

### 3.4.3.3. O xeicado de Quitangonha

#### Formação

O xeicado de Quitangonha surgiu por volta do século XVI e também os seus fundadores são oriundos da Ilha de Moçambique. Estes desde há muito tempo que eram aliados dos Portugueses e mantiveram essa sã convivência até ao século XVIII.

#### Estrutura social e aparato ideológico

O xeicado de Quintangonha, assim como os Estados islamizados da costa, sofreu um processo de islamização, o que fez com que a religião tivesse uma influência moral e cultural na vida das populações e constituísse um elemento ideológico muito forte para a coesão social no seio das comunidades. Também aqui, o poder político dependia, muitas vezes, da religiosidade, encontrando respaldo nos símbolos e rituais religiosos, que contribuíam para a sua legitimação.

A forte união dos povos locais reflectiu-se, por um lado, no estabelecimento, pelos chefes que dominavam os portos do litoral e o comércio no interior, de estratégias de luta comuns. Por outro lado, a grande coesão das estruturas sociais e ideológicas das linhagens contribuiu para transformar as lutas de resistência em autênticas guerras populares.

## Base económica

O aparecimento dos negociantes franceses, a partir de 1755, à procura de escravos para as ilhas Mascarenhas e demais ilhas do Índico, permitiu que o xeicado de Quitangonha ganhasse maior autonomia. Depois de ganhar essa autonomia, começaram a opor-se às imposições portuguesas.

Após essa aliança comercial com os franceses, o objectivo central dos xeques de Quitangonha era o **desenvolvimento e o controlo do monopólio do tráfego de escravos**. Os xeques conseguiram manter a actividade comercial até finais do século XIX, estendendo-se mesmo a sua actividade ao interior da makuana.

## Decadência

Os decretos antiesclavagistas de 1836 e 1842 vieram ameaçar a principal fonte de rendimento deste xeicado. Mesmo assim, a actividade de comércio de escravos continuou, com a venda de escravos a franceses, árabes, suáílis, americanos, para o Brasil e Cuba, não conseguindo os portugueses impedir o seu prosseguimento.

Entre 1903-1904, deu-se o último acto de revolta dos xeques contra os Portugueses. O xeque Mahmud Ahmadi Bwana e as suas forças atacaram o Mossuril que estava sob domínio português e desde então as hostilidades nunca cessaram.

Anos depois, no âmbito da política colonial de ocupação efectiva, os portugueses submeteram o xeicado e transformaram-no num posto militar.

### 3.4.3.4. O xeicado de Sangaje

#### Formação

O xeicado de Sangaje parece ter estado sob o controlo do sultanato de Angoche desde a sua formação. Na tentativa de conseguir uma certa autonomia, os seus dirigentes estabeleceram alianças com os portugueses, com dirigentes de outros estados vizinhos e com mercadores baneanes da Ilha de Moçambique.

#### Estrutura social e aparato ideológico

Tal como nos demais xeicados da costa de Moçambique, neste também se professava o Islão. A islamização influenciou a religião tradicional, a língua, o vestuário, os costumes e tradições.

As formas de sucessão neste xeicado eram definidas via **linha matrilinear**, pelo que se estabeleceram fortes laços económicos e de sangue entre poucas famílias do xeicado.

#### Exercitando competências

1. Em que século foi formado o xeicado de Quitangonha?
2. Em que consistia a sua economia?
3. Qual era a sua relação com os franceses?
4. Que religião dominava neste xeicado?
5. Como se deu a decadência deste Estado?

#### CRONOLOGIA DOS XEQUES DE QUITANGONHA

Anos	Nome dos xeques
c. 1775-1804	Twakali Hija
1804-1817	Salim Janfar
1817-1850	Bwana Sulayman Hajj
1850-1873	Ali Amis Heri
1873-1875	Abd al-Rahman 'Ali Sa'id
1875-1878	Vagas
1878-1884	Ahmadi Abd Allah
1884-1906	Mahmud Ahmadi Bwana
1906-1909	Ben Said Amis

Fonte: *Quitagonha* in "Wikipedia", <http://ca.wikipedia.org/wiki/Quitagonha>

À frente deste combate esteve o xeque Mussa-Phiri, aproveitando uma pequena desavença com os portugueses (prisão de um sobrinho seu), mobilizou os seus soldados e pediu apoio dos chefes makuas do Mongicual e do Mogovolas.

*História de Moçambique,*  
vol. I, p. 121

[109] O último desencontro entre portugueses e o xeicado de Sangaje, em 1912.

*O Estado de Gaza foi um dos maiores estados africanos da África Austral, talvez mesmo o maior no século XIX, pelo menos em termos de extensão.*

Liesegang

[110] A grandeza do Estado de Gaza.

#### Vocabulário

##### M'fecane

Esmagamento ou devastação total.

## Decadência

O último acto de resistência primária contra os portugueses dá-se em 1912. Foi o início do fim do xeicado. Mas este combate não foi a causa da decadência, foi a gota de água numa insatisfação que já vinha de trás.

A principal causa da decadência do xeicado de Sangaje era o processo de ocupação feito pelos portugueses no quadro da ocupação colonial. A penetração dos interesses capitalistas nas terras do xeicado e a consequente introdução de impostos e outras imposições agressivas aumentaram as contradições e criaram as condições para o conflito.

### Exercitando competências

1. Em que século foi formado o xeicado de Sangaje?
2. Onde se localizava este xeicado?
3. Qual era a sua base económica?
4. Analise a fonte [109] e reflecta sobre a influência que os Portugueses tiveram na sua decadência.
5. Faça uma tabela-resumo com as características dos vários estados islamizados da costa de Moçambique, com os seguintes tópicos: formação; economia; sociedade; religião dominante; decadência.

## 3.4.4. O Estado de Gaza

Até ao século XIX, a região entre a baía de Maputo e o Sul de Zambeze nunca tinha sido berço de um grande Estado. Mas foi com a criação do Estado de Gaza. O Estado de Gaza foi criado por um povo que fugia ao movimento do M'fecane, os Nguni. Em três gerações, este Estado fortaleceu-se e foi mesmo considerado um dos maiores da África Austral.

### 3.4.4.1. M'fecane e o Estado de Gaza

O **M'fecane** é um período de lutas e de transformações políticas profundas que tiveram lugar na região da Zululândia no início do século XIX. Foi caracterizado por uma grande invasão em diversas direcções e sobretudo em direcção a Moçambique, como consequência de extenso movimento de migrações Nguni.

São vários os factores combinados que terão contribuído para o M'fecane:

- a região da Zululândia transformou-se numa zona de grandes pressões devido ao aumento populacional, nos finais do século XVIII, que conduziu à falta de terras para o cultivo e pastagem;
- o crescimento comercial na baía de Maputo e o desenvolvimento das ligações comerciais entre a baía e o Natal levava a constantes clivagens interlinhagens pelo controlo das rotas comerciais do litoral para o interior;
- a crise ecológica (facto que provocou anos sucessivos de seca e fome) originou a crise agropecuária, o que levou a conflitos entre as linhagens pelo controlo de terras férteis para a agricultura e pastorícia.

As lutas constantes interlinhagens para controlo de recursos fez diminuir e enfraquecer algumas unidades políticas. Assim, na segunda metade do século XVIII, surgem os principais grupos que saíram fortalecidos da crise: os ngwane de Matiwane; os ndwandwe de Zwide; e os mthetwa de Dingiswayo.

Entre 1816 e 1821, eclodiu um conflito entre os dois reinos, resultando na captura e morte de Dingiswayo, rei dos Mthetwa. Dingiswayo foi sucedido por **Tchaka** da linhagem Zulu, que na altura era o grande chefe militar.

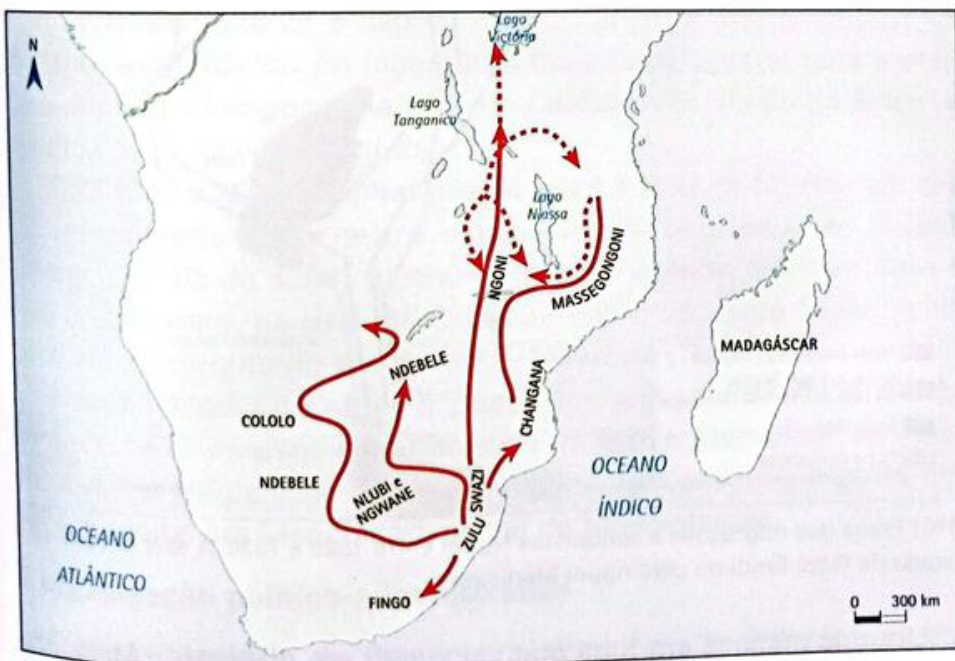
A partir de 1818, Tchaka, conhecido como **Tchaka Zulu**, iniciou campanhas de conquista e submissão não só do reino de Nduandue como de outras linhagens da região da Zululândia. Esta campanha de terror e devastação obrigou à fuga de vários núcleos de resistência, como os Ngunis, que mais tarde formaram outros reinos, como o Estado de Gaza.



[111] Três líderes nguni: Matabeli, Zulu e Angoni.



[112] Idealização de Tchaka Zulu. Um grande e temível líder zulu e responsável pelo M'fecane.



[113] Mapa dos principais movimentos durante o M'fecane.

O M'fecane esteve na origem da formação dos actuais territórios de Moçambique, Zimbabwe, Suazilândia, Lesotho, Malawi, Zâmbia, Botswana, etc.



### Exercitando competências

1. Descreva de forma sintética as consequências do M'fecane segundo Omer Cooper [114].
2. Explique o papel do M'fecane na formação do Estado de Gaza.
3. Defina o M'fecane.
4. Observe o documento [112]. Quem foi Tchaka Zulu?
5. Como se relacionam os Nguni com o Estado de Gaza?

As consequências do M'fecane foram vastas, conduzindo a alterações demográficas e sociais:

- levou a que determinadas zonas ficassem quase desertas (Natal, por exemplo) e a que outras ficassem densamente povoadas;
- conduziu a que diversos fragmentos étnicos ficassem juntos numa mesma nação (nação Basutho);
- fez que o padrão da distribuição da população na África do Sul mudasse radicalmente;
- deu também origem ao surgimento de grandes estados rigidamente organizados em linhas militares com uma grande concentração do poder nas mãos do rei a um grau nunca antes conhecido pelos sistemas políticos tradicionais, como o Estado de Gaza;
- destruição de unidades políticas pequenas;
- introdução de novas táticas de guerra (regimentos de idade militar, amabuto/mabutho);
- introdução de um serviço militar prolongado, novas armas (principalmente a seta de cabo curto) e integração de membros de diferentes tribos numa única comunidade política;
- desenvolveu-lhes o sentido de identidade e realidade comum e contribuiu para o declínio de alguns estados como o Marave e Yao.

Omer Cooper, in Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 28 (adaptado)

[114] As consequências do M'fecane.

### 3.4.4.2. Formação do Estado de Gaza

*O mais importante Estado com que os portugueses se depararam em Moçambique e até na África negra no século XIX.*

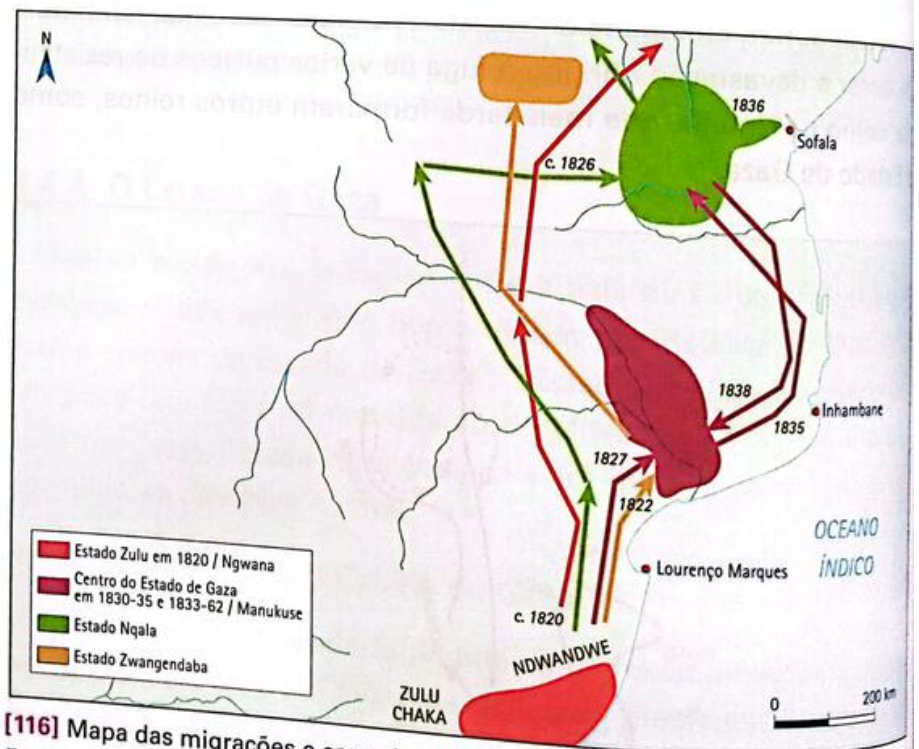
Pélissier

[115] A opinião de Pélissier sobre o grande Estado de Gaza.

#### O nome de Sochangana

Sochangana tinha várias alternativas ao seu nome. A saber:

- Manukuza, em nguni;
- Manukuse ou Manikhosi, em tsonga;
- Manicusse ou Manicuce, em português.



[116] Mapa das migrações e conquistas Nguni entre 1820 e 1838. A azul destaca-se o Estado de Gaza fundado pelo nguni Manicusse.

Um dos núcleos em fuga que vai seguir em direcção a Moçambique que será liderado por Sochangana e fixa-se primeiro em Lourenço

Marques, entre 1822-1827. Depois, rumou mais para norte. Sochangana tinha-se afirmado, entre 1821-23, como líder de um grupo, junto com mais três ou quatro que conseguiram fundar novos estados depois da derrota do Estado Ndwandwe de Zwile. Foi este grupo que formou o Estado de Gaza e em 1850 já dominava a região entre o Zambeze e o rio Incomati. O rei Sochangana governou cerca de 38 anos.

O Estado de Gaza foi provavelmente fundado em 1821 na zona de Tembe, ao sul da actual cidade de Maputo.

O Estado de Gaza teve um período de expansão e organização que durou de 1821 a 1841 ou 1845. Nessa última data já se estende do rio Incomati, no Sul, até ao rio Zambeze, no Norte.

#### O nome Gaza

O Estado de Gaza deve o seu nome ao bisavô de Sochangana que se chamava Mangwa Gaza.

*Muzila é velho dos seus 70 anos, magro de altura regular, feições agradáveis, barba bastante, que usa rapada, e physionomia sympatica.*

*Veste na cinta um pedaço de pano paló e sobre elle alguns pelles de macaco e ao pescoço um lençol azul e branco, amarrado por duas pontas; na mão esquerda uma charuteira de palha coberta de missanga; e na direita uma caixa de prata para rapé. Está débil, e quando anda apoia-se a um pau que lhe serve de bengala.*

António Cardoso, in Gerhard J. Liesegang, *Ngungunyane*, p. 14

*O fundador do império é o já mencionado Sochangana ou Manukuza. Manukuza era filho de Zikode e bisneto de Mangwa Gaza. O nome de Sochangana deu origem ao termo **Changana**, inicialmente utilizado para designar os nacionais (geralmente os aculturados) de um Estado do Incomati ao Zambeze sem distinção da sua origem étnica. E depois, no tempo colonial, um grupo étnico evidenciando alguma influência nguni, daí a aplicação do termo se ir reduzindo.*

*Até cerca de 1950-60, na Beira, toda a gente com orelhas furadas, que incluía os Ndaus e Teve, era ainda conhecida como changana.*

Gerhard J. Liesegang, *Ngungunyane*, pp. 10-11

[117] Sochangana e os changanas.

A guerra civil de 1859-1862 e, nos anos seguintes, as escaramuças no Sul abalaram o Estado a sul e a norte, mas este reorganizou-se, embora sem grande esplendor.

A partir de 1825-27 a capital do Sochangana estava situada na margem esquerda do rio Incomati e mais tarde passou para a margem direita do Limpopo, na zona de Chiduachine, no limite entre os distritos de Chokwé e Chibuto.

Entre 1835 e 1838 a capital passou para a zona de Mossurize, que foi conquistada a um outro estado Nguni chefiado por Ngaba Mbane. Depois de 1838, o centro de Gaza passou de novo para o vale do Limpopo, na zona de Chaimite moderno, onde Sochangana ficou até ao período do seu sucessor Mawewe (1858-1861).

Muzila, depois de obter o poder em 1862, transferiu a capital para a zona dos cursos superiores do rio Buzi e Mossurize, ao norte do rio Save. No período de Ngungunhane, que assumiu o poder em 1884, a capital era Mandlakazi, no sul de Moçambique.

#### A organização político-administrativa

O vasto território do Estado era administrado através de uma política de assimilação adoptada pelos Nguni, na qual os elementos

[118] Relato de António Cardoso que veio numa missão política mandado pelo Governo português, no ano de 1883, sobre o rei Muzila.

#### Exercitando competências

1. Analise o documento [117] e caracterize Sochangana.
2. Indique outro nome possível para Sochangana.
3. Quem foi Muzila e que ligação tinha a Gungunhana?
4. Descreva, num texto de pelo menos 20 linhas, a formação do Estado de Gaza.

da população dominada eram integrados em regimentos nguni e, mais tarde, passavam a servidores como funcionários no exército e na administração do território.

No topo da hierarquia estava o rei ou monarca que era designado por **inkosi**, com funções políticas, militares, jurídicas, económicas e religiosas. Este era auxiliado por um corpo de funcionários. O **hosana**, por exemplo, era responsável pela cobrança dos tributos, distribuição de terras, resolução de litígios, mobilização de regimentos, etc.

O Império ou Estado de Gaza era subdividido em **reinos**, à frente dos quais estava o **hosana**, e o reino, por sua vez, subdividia-se em **províncias** chefiadas por um **induna**. Abaixo deste estava o chefe da povoação, o **munumusana**.

#### RELAÇÃO ENTRE OS CARGOS ADMINISTRATIVOS E O TERRITÓRIO

Cargo	Circunscrição
inkosi	estado ou império
hosana	reinos
induna	províncias
munumusana	chefe da povoação

#### Vocabulário

##### Sistema de casas

Era uma forma usada pelo sistema administrativo do Estado para controlar a colecta de impostos através do número de casas em cada comunidade aldeã. Na altura as casas eram constituídas por pessoas das mesmas famílias e eram uma espécie de famílias alargadas.

A administração do território era feita através do **sistema de casas**, designação dada às áreas tributárias, que representava o modelo de divisão do Estado de Gaza.

#### 3.4.4.3. Base económica

As fontes de rendimento do Estado de Gaza provinham de várias origens:

- da agricultura desenvolvida em quase todo o Estado;
- de tributos pagos pela população em géneros, saques e pilhagens feitos durante as guerras (gado, cativos e outros bens, etc.);
- de alimentos dados à corte pelas chefias locais e pela população, ou tirados por emissários do rei, soldados e outros elementos ligados à classe dos governantes;
- de pagamentos feitos por estrangeiros para facilitar as transacções comerciais;
- da obtenção de licenças de caça, etc.

As populações do Estado de Gaza já conheciam a olaria, a cestaria, a talha em madeira e a metalurgia. A economia deste Estado era adaptada aos recursos existentes em cada zona.

Na sua maioria, os seus habitantes eram criadores de gado bovino, uma actividade extremamente importante para as aristocracias locais dominadas pelos Nguni. Outra actividade económica importante foi o comércio de marfim.

Diferentemente do Norte do país, no Estado de Gaza o comércio de escravos era uma actividade proibida. Há relatos de casos de comerciantes que, na tentativa de desenvolver esta actividade, foram presos e assassinados pelo rei Sochangana.

#### 3.4.4.4. Estrutura social e aparato ideológico

No Estado de Gaza, existia uma nítida divisão em classes sociais. Na estrutura social tínhamos os **nguni puros**, membros da linhagem real, seguidos dos **mabulundlela** (altos funcionários do Estado); depois os **ndau**; seguiam-se os **tonga**; os cativos chamados **tinhoinko** (cabeças) e os membros das chefaturas dominadas.

ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE GAZA

Grupo Cultural	Tsonga e Chopi	Nguni	Chona
Estatuto	Grupos dominados	Grupo dominante	Grupos dominados
Estratificação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Chefes Tongas</li> <li>– Mabulundlela (origem Tsonga e Chopi)</li> <li>– Súbitos tsongas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Alta aristocracia</li> <li>– Média aristocracia (assimilados)</li> <li>– Ndau</li> <li>– Tinhoinko (cativos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ndau chefes Tonga</li> <li>– Súbitos Tonga</li> </ul>

Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 94

A acção do rei era limitada, para as grandes questões contava com a intervenção da rainha-mãe, dos conselheiros, da aristocracia dominante, dos governadores provinciais e dos comandantes militares. O rei simbolizava a unidade do Estado e a lealdade política. Para além dos poderes civis, político e militar, ele era o representante religioso máximo do seu povo, cabendo-lhe a missão de dirigir as cerimónias mágico-religiosas.

*A poligamia praticada pelos reis africanos era sem qualquer forma de dúvida um método extremamente eficaz de integração dos povos conquistados e de unir os diferentes elementos que constituíam uma determinada sociedade.*

[119] A poligamia unia os povos conquistados.

#### Exercitando competências

1. No Estado de Gaza nunca houve escravatura. Comente esta frase à luz da importância dos Direitos Humanos.
2. Identifique as fontes de riqueza do Estado de Gaza.





[120] O imperador Gungunhana e as suas mulheres.

#### Vocabulário

##### Medicinas de guerra

Medicina de guerra é o nome atribuído à cerimónia presidida pelo rei, com rituais nas aldeias dos antepassados dos nguni reinantes (Nodwengu, Chidwachine, Chayimite). Também se designa esta cerimónia de "mbengululu" ou "mbenguyuyu".

*Mas, aquando das lutas sucessórias, os candidatos ao trono eram tantos que aquelas se tornavam difíceis de resolver.*

Newitt

[121] O problema das sucessões.

O **Ubunkosi** constituiu o padrão cultural do Estado de Gaza. Caracteriza-se por incluir algumas instituições de organização política interna (sistema de casa), uma posição especial para mãe do rei, certos rituais como **nkwaya/nqwaya** (hoje **nkway**, que corresponde ao **incwala** dos zulus e swati e que inclui primícias de **nkanye**). Por volta da lua nova do mês de Fevereiro, eram comum a prática de "**medicinas de guerra**" e a realização de festas onde se faziam louvores ao rei nos poemas em língua nguni. Também eram celebradas as festas de monarquia e dos primeiros frutos, geralmente para indicar o início das colheitas.

*Tem Muzilla muitas mulheres e o número de filhos é também avultado, mas os mais importantes são Modongaze/Modungazwe, Mafomane/Mafumane e Como-Como/ Nkomonkomo, que dizem ser quem ele deseja que lhe suceda, e por isso a ver se contentava os outros dois deus-lhes terra e gente.*

*Porém, Mafumane, dotado de péssimos instintos, guerreia constantemente Modongaze, a ponto deste o ter ameaçado com a intervenção dos brancos (portugueses).*

*Quem tem mais probabilidades de vencer é Modongaze que, pela sua bondade, tem sabido conquistar a afeição da parte mais poderosa dos súbditos de seu pai.*

António Cardoso, in Gerhard J. Liesegang, *Ngungunyane*, p. 14

[122] Relato de António Cardoso sobre a sucessão do rei Muzila.

Os problemas de **sucessão** foram sempre a base dos conflitos. Em 1883, Muzila estava velho e quase não governava. Esta situação começava a preocupar a aristocracia pois Muzila tinha muitos filhos.

Em 1884, Muzila morre e, em 1885, **Modongaze** ou **Mundungaze** que passou a chamar-se **Ngunguyane** ou **Ngungunhana** assume o trono na altura da Conferência de Berlim.

#### 3.4.4.5. Decadência

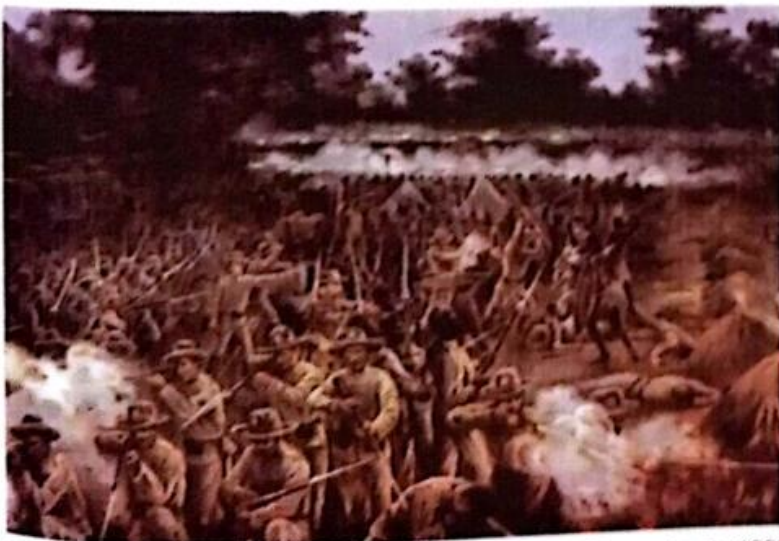
O Estado de Gaza constituía uma **ameaça ao plano colonial** concebido pelos portugueses. O rei Gungunhana várias vezes desafiou o ocupante. Os portugueses tentaram estabelecer negociações com o rei de Gaza com vários objectivos:

- impedir que o rei ganhasse forças no campo militar, prometendo que não atacariam o seu território;
- evitar a sua aliança com a Companhia de Moçambique;
- evitar o estabelecimento de relações com Bristh South African Company de Cecil Rhodes.

O plano português de António Enes, comissário régio em Moçambique em 1895, consistia em:

- fazer surgir pela força o prestígio português nos pequenos regulados;
- fazer alianças com os chefes submetidos ou amedrontá-los;
- cercar Gaza e dominar Gungunhana.

As tropas de Gaza sofreram duas importantes derrotas, a de **Marracuene** e depois a de **Coolela**, mas continuaram a resistir sob o comando de Maguiguane Cossa.



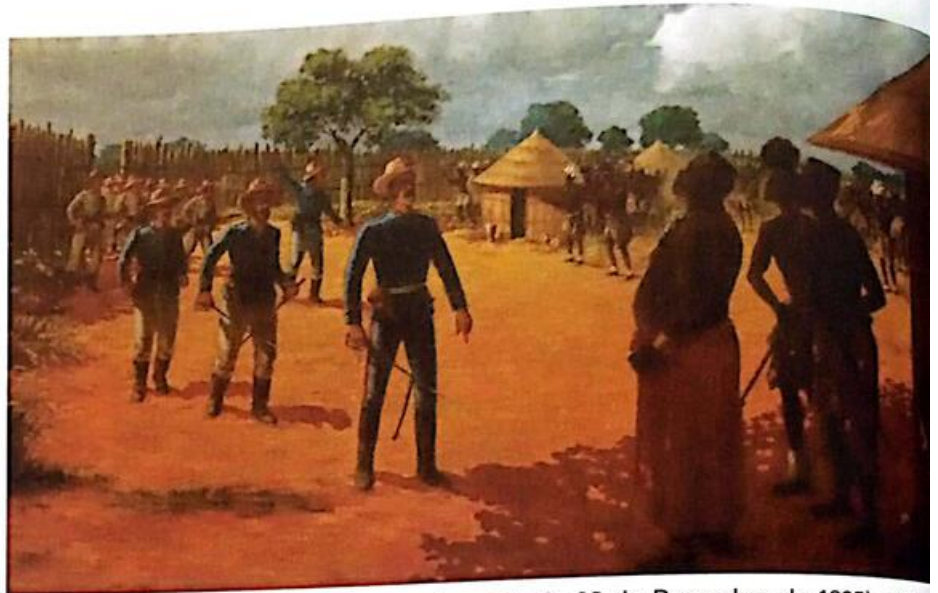
[123] Gravura da Batalha de Marracuene, em 2 de Fevereiro de 1895.

#### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [119 e 120] e comente a afirmação: a poligamia era importante para imperadores com vários povos conquistados.
2. Faça um esquema-resumo da sociedade de Gaza.
3. Qual era a qualidade enunciada pelos portugueses, acerca de Gungunhana, que lhe dava mais competência para ser nomeado imperador?

Esta acção bélica enquadrava-se na política de António Enes, no âmbito das determinações da **Conferência de Berlim** de 1884-85.

Gungunhana foi preso pelo capitão Mouzinho de Albuquerque em 2 de Dezembro de 1895 e deportado para Lisboa e depois para os Açores, onde viria a morrer em 1906.



[124] Prisão de Gungunhana (na madrugada de 28 de Dezembro de 1895), pintura do espólio do Museu Militar de Bragança, Portugal. A bravura de Gungunhana valeu-lhe o cognome de o "Leão de Gaza".

#### Exercitando competências

1. Observe as imagens [123 e 124] e refira as causas da decadência do Estado de Gaza.
2. Qual era o cognome de Gungunhana?
3. Qual era o plano colonial para Moçambique?

## Recapitulando...

A partir do momento em que o Homem começa a tornar-se sedentário, com a descoberta da actividade agrícola e da pastorícia, este introduz novos instrumentos de trabalho na sua acção produtiva, provocando o aumento da produção. Esse aumento originou os excedentes e com eles a diferenciação social, a partir do momento em que os chefes se apropriam deles. Nessa altura, formam equipas de pessoas para administrar e organizar as comunidades. Foi assim que surgiu o Estado. O Estado foi sempre um aparelho que se sobrepôs à sociedade e é composto por pessoas que se ocupam exclusivamente da tarefa de governar e administrar o bem comum.

Em Moçambique, os primeiros estados surgiram como resultado das mudanças económicas e sociais que tiveram lugar desde o 1.º milénio da nossa era. Um conjunto de factores conjugados de natureza económica, social e política esteve na origem dos estados, tais como: Estado do Zimbábwe, Estado dos Mwenemutapa, Estado dos Marave, Estados Ayao, Prazos, Estados Militares do Vale do Zambeze, Xeicados e Sultanatos da Costa e o grande Estado de Gaza.

O período mercantil foi importante no estabelecimento do modo de produção capitalista nas comunidades. A acção do capital mercantil nestas sociedades vai fazer-se sentir com o incremento do comércio oceânico distinguido pelos historiadores em três ciclos: o do ouro, o do marfim e, mais tarde, o dos escravos.

A penetração destes capitais mercantis nas sociedades teve como consequência a acumulação de riqueza das aristocracias locais e as lutas intestinas, mas também criou uma erosão no seio das comunidades locais. Por exemplo, o comércio de escravos destruiu o tecido social das comunidades locais, com a transferência da força produtiva e o empobrecimento das comunidades.

Já no século XIX, os mercadores estrangeiros não se interessavam só em comprar e vender produtos que adquiriam nestes diferentes estados mas começam a interessar-se pela ocupação militar e administrativa e a exploração directa dos recursos naturais e humanos do território de Moçambique. Os estados que existem em Moçambique no século XIX são profundamente militarizados e todos terminaram por imposições da ocupação efectiva decorrente da Conferência de Berlim.

### Grupo I

- 1 Explique o processo do surgimento do Estado em Moçambique.
- 2 Descreva as teorias sobre a origem do Estado que conhece.
- 3 Distinga o processo de formação dos Estados moçambicanos do Zimbabwe, dos Marave e do Mwenemutapa.
- 4 Explique o papel da ideologia nos estados moçambicanos que conhece.
- 5 Caracterize a forma de actuação do capital mercantil em Moçambique sobretudo nos estados anteriores ao século XIX.
- 6 Relacione o processo de desenvolvimento dos estados moçambicanos com a actuação do capital mercantil.
- 7 Explique a importância do capital mercantil para o reforço da classe dominante. Tenha como referência os estados do Mwenemutapa e os prazos.
- 8 Explique a importância do capital mercantil para a desestruturação dos estados moçambicanos.
- 9 Caracterize e periodize as diversas etapas da penetração mercantil em Moçambique.
- 10 Diferencie a actuação do capital mercantil árabe-persa da europeia.
- 11 Explique o surgimento das novas unidades políticas em Moçambique no século XIX.
- 12 Considera a escravatura um crime contra a Humanidade? Justifique a sua resposta.
- 13 Analise o impacto negativo ou positivo da penetração mercantil europeia (portuguesa) para os estados africanos.
- 14 Quem foi o "Leão de Gaza" e que importância teve na luta contra a ocupação colonial?
- 15 Qual é a ligação do M'fecane e Moçambique?

## Grupo II

Nos parágrafos que se seguem, apresentam-se perguntas de escolha múltipla. Responda seleccionando/destacando a alínea correcta.

Por exemplo:

0. Qual é a data de fundação da FRELIMO?

- a) 1963. ( )
- b) 1962. (-)
- c) 1964. ( )

- 1 O Grande Zimbabwe foi um dos maiores estados da África Austral e foi fundado em...
  - a) 1250. ( )
  - b) 1450. ( )
  - c) 1550. ( )
  - d) 1650. ( )
- 2 Qual era a função do Mwenemutapa?
  - a) Chefe da Musha. ( )
  - b) Chefe dos reinos conquistados. ( )
  - c) Chefe supremo. ( )
  - d) Chefe de linhagem. ( )
- 3 A partir de 1505 o comércio do ouro na costa indica que o continente africano já era muito intenso. Quais eram os principais intervenientes neste comércio?
  - a) Árabes-persas e egípcios. ( )
  - b) Portugueses e sudaneses. ( )
  - c) Árabe-persas e suaílis. ( )
  - d) Portugueses e suaílis. ( )
- 4 Os prazos do vale do Zambeze desenvolveram-se entre Quelimane e Zumbo. De entre as várias causas da sua criação há referências de que eles resultaram das...
  - a) ambições expansionistas dos fundadores do Estado do Mwenemutapa. ( )
  - b) terras conquistadas aos chefes por exércitos de mercadores. ( )
  - c) terras doadas pelos chefes portugueses aos africanos. ( )
  - d) relações comerciais estabelecidas com os suaíli. ( )
- 5 Que factor esteve na origem dos Estados Militares do vale do Zambeze?
  - a) A ganância dos comerciantes islamizados em controlar o comércio. ( )
  - b) A invasão dos Marave das terras dos antigos prazos. ( )
  - c) A invasão dos Nguni que provocou a ocupação dos prazos. ( )
  - d) A reorganização dos A-Chicunda para controlar as fontes de ouro. ( )

# 4

## O período da dominação colonial em Moçambique e o Movimento de Libertação Nacional

### 4.1 Colonização e teorias de resistência

### 4.2 O colonialismo português em Moçambique, de 1890-1930

### 4.3 O período do colonialismo português a partir de 1930

### 4.4 O desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional

#### Objectivos específicos:

- Explicar as teorias da resistência africana
- Explicar o papel desempenhado pela economia de tráfico até se chegar à fase imperialista
- Explicar o papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique
- Explicar o processo de delimitação das fronteiras moçambicanas
- Analisar a natureza do duplo poder Estado Colonial/Companhias até 1930
- Explicar as formas de dependência de Moçambique em relação ao capital estrangeiro não português
- Caracterizar a economia colonial em Moçambique
- Caracterizar a actuação do colonialismo português em Moçambique, no âmbito económico, político e social
- Explicar o papel das companhias no contexto da economia colonial
- Caracterizar as formas de exploração da força de trabalho moçambicana nas plantações e minas da África do Sul
- Caracterizar as primeiras manifestações nacionalistas
- Caracterizar o nacionalismo económico de Salazar
- Caracterizar a sociedade colonial
- Caracterizar o ensino colonial
- Explicar o surgimento dos movimentos nacionalistas
- Caracterizar a luta anticolonial
- Destacar o papel de Eduardo Mondlane na fusão das três formações políticas e fundação da FRELIMO
- Descrever o desenrolar da Luta Armada de Libertação Nacional
- Caracterizar a crise do colonialismo
- Explicar o significado da independência nacional

## 4 O PERÍODO DA DOMINAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE E O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Na unidade 4 do nosso manual de História vão abordar-se as temáticas relacionadas com a dominação colonial que terminam com as lutas de libertação nacional. A resistência dos moçambicanos, o nacionalismo económico do Estado Novo, os heróis da libertação nacional e a criação da FRELIMO serão alguns dos tópicos desenvolvidos nas próximas páginas.

### 4.1. Colonização e teorias de resistência

A colonização moderna em África teve lugar desde o século XV até metade do século XX e a Europa foi a sua promotora.

O desenvolvimento da **colonização** nas suas formas modernas resultou, em primeiro lugar, de um progresso das técnicas de navegação. Depois, quando se conheceu terras longínquas alcançáveis por mar, promoveu-se a indústria e o comércio. Por um lado, obtiveram-se as matérias-primas essenciais à indústria e, por outro, dinamizaram-se os mercados ao colocar os novos produtos manufacturados à venda.

Contudo, o fenómeno da colonização moderna, sobretudo a colonização de África e em especial a de Moçambique, está longe de ter sido pacífico, profícuo e consentido. Muitas vezes a colonização foi feita à força, sem efeitos positivos e contra a vontade dos autóctones.

#### 4.1.1. As teorias de resistência segundo Terence O. Ranger

Desde há muito que se debate o fenómeno colonização. Para alguns estudiosos a colonização foi necessária para educar ou fazer evoluir as populações indígenas de modo a alcançarem o nível civilizacional dos povos ocidentais. Esta linha de pensamento serviu para justificar que a raça branca era moralmente superior às outras. Com isto, legitimava-se toda a acção agressiva e de humilhações contra as populações indígenas.

Outros estudiosos são contrários a essa interpretação. Terence Osborn Ranger é um desses intelectuais.

*Colonizar é essencialmente tratar o negro. Esta é a grande força de produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece.*

Frase proferida por Armindo Monteiro (ministro das Colónias do regime de Salazar)

[1] A opinião de um homem favorável à colonização de África.

#### Vocabulário

##### Colonização

Acto de colonizar (criar colónias; invadir; dominar). Ocupação de um território estrangeiro por um poder político-militar. Na Antiguidade Clássica Romana considerava-se a colónia uma propriedade de exploração agrícola rural. Mais tarde, a palavra colónia foi usada para designar um estabelecimento comercial ou agrícola localizado no estrangeiro.

A teoria das resistências africanas do Professor Terence Ranger assenta nos seguintes três aspectos:

1. A resistência africana foi importante na luta contra a dominação estrangeira. Provou que os africanos **nunca se haviam conformado com a ocupação europeia**.
2. A resistência africana, longe de ser desesperada ou ilógica, foi muitas vezes **movida por interesses ideológicos racionais e inovadores**.
3. Os movimentos de resistência não foram insignificantes. Pelo contrário, tiveram **consequências sentidas até à actualidade**.

*Há mais de vinte anos, os movimentos de resistência eram tidos simplesmente como impasses que a nada levaram. Na última década, porém, temos vigorosamente defendido que, por todos os ângulos, esses movimentos se voltavam para o futuro. Do ponto de vista da soberania, pode-se afirmar que eles anteciparam sua reconquista e o triunfo do nacionalismo africano. Na medida em que são depositários de ideologias proféticas, pode-se considerar que tenham contribuído para novos agrupamentos em torno de ideias. Alguns trouxeram consigo o melhor da situação de povos revoltados. Outros instituíram lideranças alternativas, as oficialmente reconhecidas.*

Terence Ranger, 1991

[2] Alguns argumentam que os movimentos de resistência não eram significantes; Terence Ranger, pelo contrário, afirma que tiveram consequências importantes, em seu tempo e têm, ainda hoje, notável ressonância.

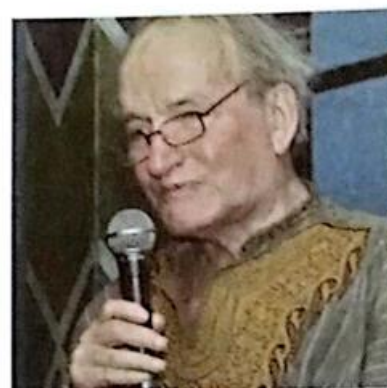
Segundo o professor Terence Ranger, as resistências africanas, ainda que com diferenças pontuais, foram no essencial semelhantes. Foram inconformadas com os europeus, foram inovadoras e consequentes.

### Exercitando competências

1. Analise o documento [3] e refira quem é Terence O. Ranger.
2. Qual é o seu objecto de estudo?
3. As resistências africanas foram conformadas e pouco criativas. Concorda com esta afirmação? Justifique tendo por base os três pontos da teoria de Terence O. Ranger na fonte [2].

#### 4.1.2. A importância e consequências das resistências

Na realidade, o que movia as lideranças africanas a lutarem contra a presença europeia? Porque era importante resistir à colonização europeia?



[3] Terence O. Ranger (1929) é um eminente historiador de África, sobretudo das resistências de África à colonização europeia. Actualmente é professor emérito da Universidade de Oxford, Inglaterra.

Na essência as resistências eram a luta pela defesa da soberania, a protecção da própria cultura, do direito de se autogovernar e da defesa da religião.

A colonização, ao atacar a soberania e a autonomia dos povos africanos, teve várias consequências. Os povos autóctones consideravam os europeus invasores e povos profanos da governação. Esse sentimento de **desconfiança e descrédito** ajudou a fomentar as resistências. As resistências africanas, ao nunca terem sido totalmente suplantadas, possibilitaram a **emergência dos movimentos de libertação nacional** no século XX.

*Prestei atenção à vossa mensagem sem encontrar razões para vos obedecer. Preferia morrer. Não caio a vossos pés pois sois uma criatura de Deus como eu (...).*

*Sou sultão aqui na minha terra. Vós sois sultão lá na vossa. No entanto, não vos digo que me deveis obedecer, pois sei que sois um homem livre. Quanto a mim, não irei à vossa presença; se sois bastante forte, vinde vós me procurar.*

Chefe Yao Matchemba, 1880, in Godfrey N. Uzoigwe, *Partilha europeia e conquista da África*, p. 72

[4] Resposta do chefe Yao Matchemba ao comandante alemão Herman Von Wissman em 1880.

*Estou vendo como os brancos penetram cada vez mais na África; em todas as partes do meu país, as companhias estão em acção (...).*

*É preciso que o meu país também adopte reformas, e estou plenamente disposto a propiciá-las (...). Também gostaria de ver boas estradas e boas linhas férreas (...). Mas meus antepassados eram makombe e makombe quero continuar a ser.*

Makombe Hanga, in Godfrey N. Uzoigwe, *Partilha europeia e conquista da África*, p. 73

[5] Resposta do Makombe Hanga, chefe dos Barué, a um visitante branco ao seu território.

### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [4 e 5] e diga o que entende por colonização?
2. Walter Rodney analisa a questão da soberania das nações africanas no período da resistência à ocupação. Leia o documento e apresente as principais ideias do impacto do colonialismo.

*O carácter determinante do breve período colonial resulta principalmente do facto de África ter sido despojada do seu poder. Até mesmo esse pequeno controlo dos negócios internos se perdeu sob o colonialismo. O poder de agir com toda a independência e a garantia de uma participação activa e consciente na história. Ser colonizado é ser excluído da história. De um dia para outro os estados políticos africanos perderam o poder, a independência e a razão de ser.*

Walter Rodney, in Godfrey N. Uzoigwe, *Partilha europeia e conquista da África*, p. 72

## 4.2. O colonialismo português em Moçambique, de 1890-1930

Após a Conferência de Berlim, realizada em 1885, surgiram novas regras de relacionamento entre as potências europeias e os territórios colonizados. Portugal, a potência europeia, e Moçambique, o território colonizado, sofreram por isso uma mudança de relacionamento.

Houve a delimitação de fronteiras, a ocupação militar, a montagem do aparelho administrativo do Estado colonial e o estabelecimento de um sistema económico colonial.



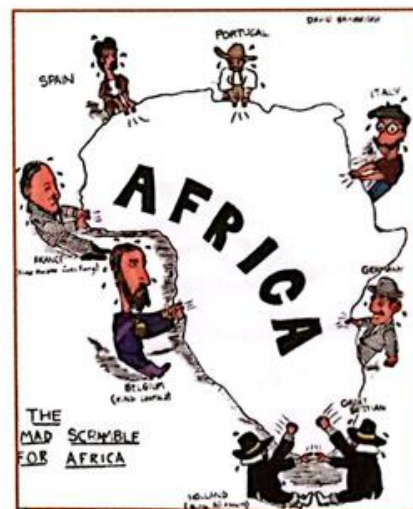
[6] Conferência de Berlim, 1885, convocada por Bismarck para definir a colonização e ocupação efectiva de África por parte dos impérios.

### A 2.ª corrida a África (revisão)

No século XIX, verificou-se o aumento da produção industrial, resultado do uso crescente de máquinas modernas na indústria. Países como a Inglaterra, primeiro, e depois a França, a Bélgica, a Alemanha, os Estados Unidos da América e o Japão, desenvolveram-se graças à Revolução Industrial e à acumulação de capitais. O aumento da produção permitiu a descida dos custos e o consequente aumento dos lucros. Os industriais que acumulavam esses lucros tinham, por isso, capital para poder investir. África surgiu como uma boa hipótese de investimento.

Com o desenvolvimento cada vez maior das indústrias, crescia a necessidade de obtenção de matérias-primas. De modo a facilitar uma ininterrupta produção industrial, esses capitalistas começaram a investir em África, onde iam buscar **matérias-primas**, mas também podiam lá **escoar os seus excedentes industriais**.

Assim, em plena Revolução Industrial, verificou-se uma corrida a África, às suas riquezas naturais e aos seus mercados. Portugal não tinha tanto capital como as demais potências, mas também foi protagonista nesta corrida. E dirigiu-se logo para as suas colónias, das quais se destacaram Angola e Moçambique.



[7] A corrida a África foi retratada de forma cômica neste cartoon. No fundo, todos queriam o seu "bocado" de África.

### Exercitando competências

1. Observe a imagem [7] e explique porque correram os europeus para África.
2. Quem se dirigiu para Moçambique?

## As viagens de exploração

Com a evolução capitalista resultante da grande revolução industrial na Europa, tornou-se inevitável a divisão de África entre as grandes potências coloniais e imperialistas. A expansão e a anexação de territórios em África foram, regra geral, precedidas da realização de viagens de reconhecimento ou de exploração efectuadas por aventureiros e missionários europeus, sob o patrocínio de organizações científicas e filantrópicas.

Na zona do actual território de Moçambique destacaram-se alguns viajantes e aventureiros: David Livingstone, Stanley e Silva Porto.



David Livingstone

– o missionário inglês **David Livingstone** que, entre 1840 e 1873, em sucessivas viagens, deslocou-se ao longo do curso do rio Zambeze, no lago Niassa e na região de Tanganhica, atingindo as nascentes do rio Zaire.



Stanley

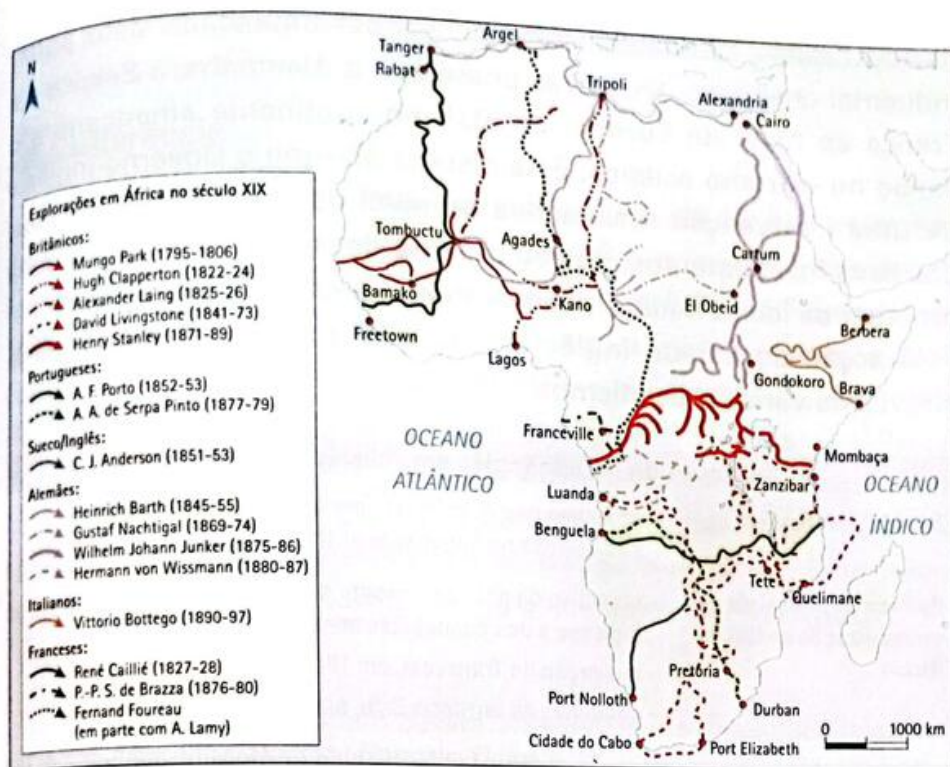
– **Stanley** que em 1871 saiu de Zanzibar em direcção ao lago Tanganhica à procura de Livingstone;  
– atravessou a África Equatorial, da Costa Oriental – Zanzibar à Costa Ocidental – até à foz do Zaire, entre 1875-1877.



Silva Porto

– António Francisco Ferreira da **Silva Porto** (Porto, 24 de Agosto de 1817 – Quito, 2 de Abril de 1890) foi um comerciante e explorador português que se notabilizou no interior de África. Parece ter sido o primeiro a fazer a ligação entre o Alto Zambeze e Angola, entre 1852-53.

Depois de Silva Porto, destacaram-se dois aventureiros portugueses em território moçambicano. Graças ao êxito da expedição de 1877 (Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto exploraram as bacias do Zaire e do Zambeze), **Brito Capelo e Roberto Ivens** foram nomeados para uma segunda viagem, cujo objectivo era encontrar uma via de comunicação entre Angola e Moçambique. Assim, estes exploradores saindo de Moçâmedes atravessaram o continente na zona austral e chegaram a Quelimane sete meses depois.



[8] Mapa de África com as principais expedições de descoberta. Atente-se no território moçambicano, onde Livingstone, Stanley e Silva Porto estiveram à descoberta, ao serviço das potências europeias.

Estas viagens de exploração começaram a interessar a muitas associações que eram designadas por científicas e filantrópicas, criadas com o objectivo de promover a exploração e conhecimento da civilização africana. Destas, o destaque vai para a que se centrou no estudo do território moçambicano, a **Sociedade de Geografia de Lisboa**, criada em 1875.

### Exercitando competências

1. Qual era a função das sociedades geográficas? Indique o nome de uma que se tenha dedicado ao estudo de Moçambique.
2. Observe o mapa [8] e indique o nome de um explorador inglês e de um português que tenham contribuído para o conhecimento geográfico de Moçambique.
3. O colonialismo português em Moçambique teve um grande desenvolvimento com o espírito aventureiro de alguns homens. Concorda com esta frase? Justifique, evidenciando o papel dos exploradores na colonização de Moçambique.

## A Conferência de Berlim (1884-1885)

### - Antecedentes da Conferência

O domínio industrial e comercial por parte da Inglaterra no

período entre 1850-1900 começava a ser ameaçado pelo poder industrial crescente das novas potências: a Alemanha, a Bélgica e a França ao nível da Europa, os EUA no continente americano e o Japão no extremo asiático. Esta disputa obrigou o Governo inglês a ter uma intervenção mais activa ao nível do Estado para a defesa dos seus investimentos, do seu sistema de comércio externo e para proteger os locais de aquisição de matérias-primas, isto é, África.

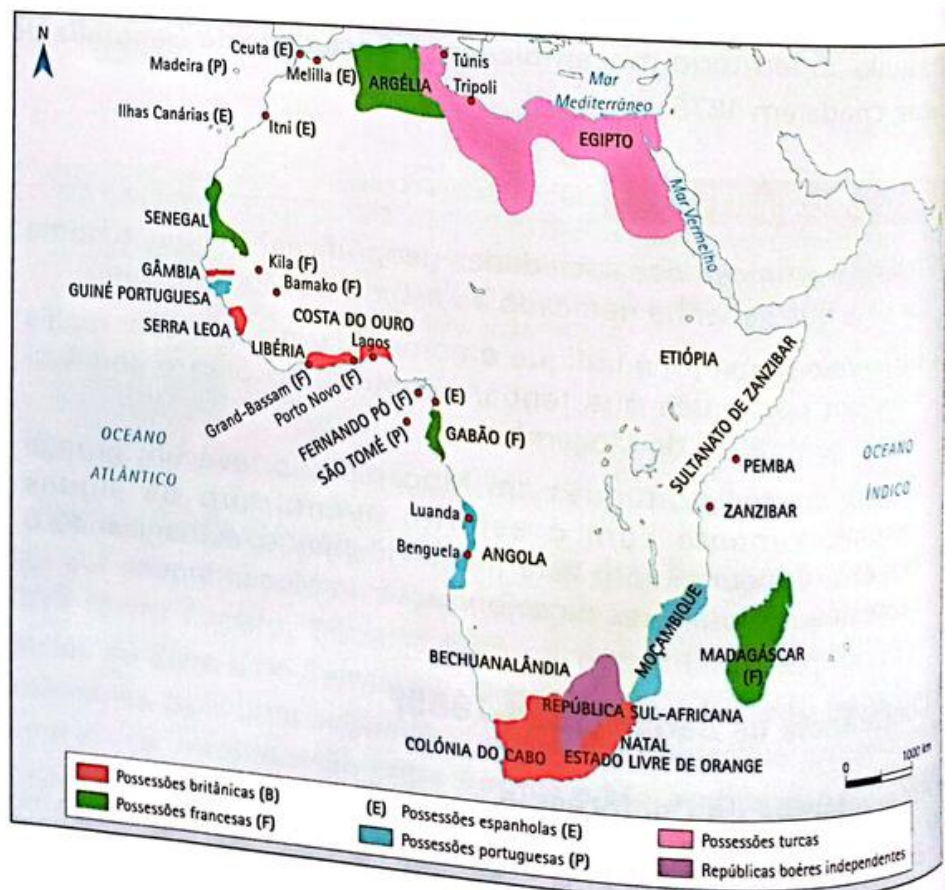
A acção do Estado inglês em relação a África foi manifestada através de vários mecanismos.

### Acção do Estado inglês em relação a África

<b>Acordos internacionais</b>	– objectivo dos acordos: definir os interesses geográficos de cada nação no continente africano;
<b>Política de conquista e reorganização no Sul de África</b>	– objectivo da política: garantir os interesses dos colonos ingleses e dos capitalistas mineiros na África do Sul; – anexação do Transvaal, em 1877; – conquista de território Zulu, em 1879.

Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 16

As tensões entre as potências cresceram com a Alemanha a apoderar-se de algumas zonas estrategicamente importantes na costa ocidental de África, a Namíbia, e na oriental, Tanganhica. Antes da realização da conferência, **Portugal** tinha algumas possessões em África que precisava defender, uma das mais importantes era **Moçambique**.



[9] Mapa das possessões territoriais das potências mundiais em África. Este mapa refere-se a tempos anteriores à realização da Conferência de Berlim (c. 1880).

Foi neste contexto de tensões e pretensões sobre África que se convocou a Conferência de Berlim.

### - A Conferência

A convite do Governo imperial alemão, no dia 15 de Novembro de 1884, em Berlim, as nações colonialistas e imperialistas reuniram-se numa conferência que viria a durar até 25 de Fevereiro de 1885. O objectivo geral desta conferência era arbitrar as questões coloniais entre as várias potências: França, Alemanha, Áustria e Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia. Pode acrescentar-se que o objectivo específico era **definir a liberdade de comércio nas bacias do Congo e do Níger, bem como as novas ocupações de territórios na costa ocidental de África.**

*Acta Geral elaborada em Berlim a 26 de Fevereiro de 1885 entre a França, Alemanha, Áustria, Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia para regular a liberdade de comércio nas bacias do Congo e do Níger, bem como as novas ocupações de territórios na costa ocidental de África.*

*Munidos de plenos poderes, discutiram e adoptaram:*

Art. 1.º - O comércio de todas as nações gozará de uma completa liberdade em todos os territórios que constituem a bacia do Congo e dos seus afluentes. [...]

Art. 9.º - Esses territórios não poderão servir nem de mercado nem de via de trânsito para o tráfico de escravos de qualquer raça que eles sejam. [...]

Art. 13.º - A navegação do Congo é e continuará a ser inteiramente livre para os navios mercantes. [...]

Art. 34.º - A potência que, de futuro, tome posse de um território nas costas do continente africano situado fora das suas possessões actuais, ou que, não as tendo, venha a adquiri-las, acompanhará a Acta respectiva dum notificação dirigida às outras potências signatárias da mesma Acta.

Art. 35.º - As potências signatárias da presente acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios por elas ocupadas nas costas do continente africano, a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos.

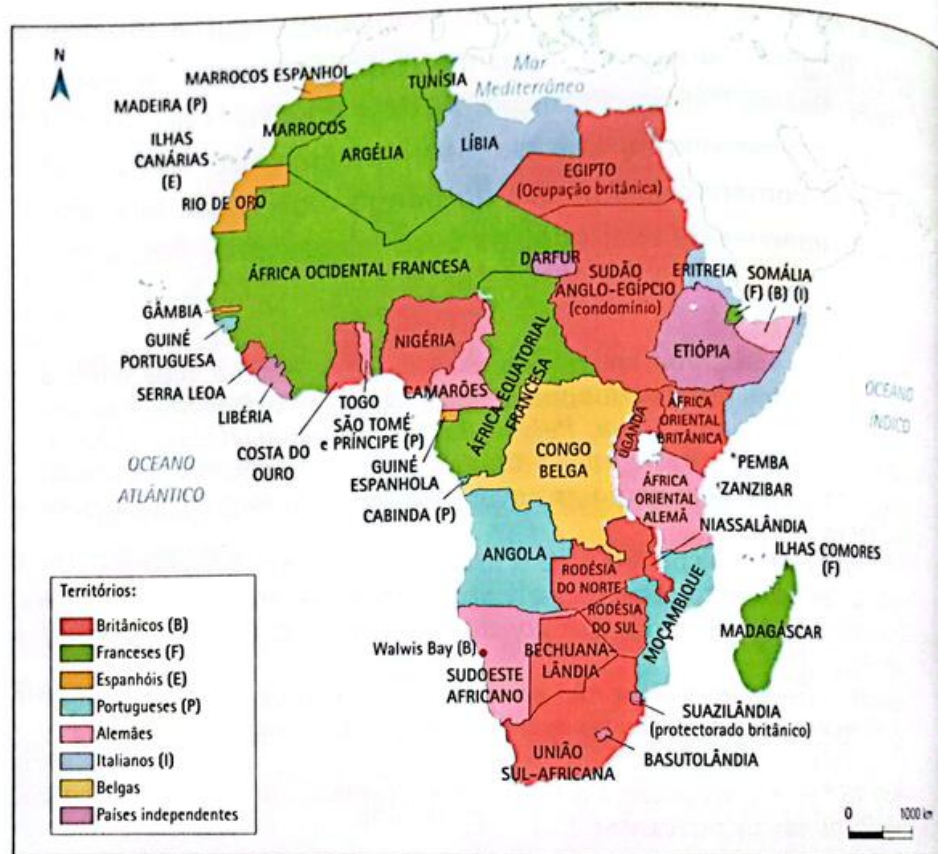
Jules de Clerq, *Recueil des traités de la France* (adaptado)

[10] Acta da Conferência de Berlim com as principais deliberações.

Após a realização da Conferência de Berlim, as potências obrigaram-se a proteger por meio do uso de autoridade os seus territórios. Com isto determinaram o início da **ocupação efectiva** (art. 35.º). As potências só tinham direito às terras que efectivamente pudessem proteger e tutelar. Para além disso, determinou-se que as bacias do Congo e Níger eram internacionais.



Ao serem obrigadas a ocupar e defender os seus territórios, as potências voltaram-se para as colónias a fim de as ocuparem e se possível estenderem-se às regiões limítrofes. Portugal não foi excepção. Prontamente, a monarquia portuguesa tentou ocupar o mais possível as suas colónias, sobretudo as mais ricas, Angola e Moçambique. Em 1914, menos de vinte anos depois da Conferência de Berlim, as potências já se tinham apoderado de quase toda a África.



[11] Mapa das possessões territoriais das potências mundiais em África, depois da Conferência de Berlim, c. 1914.

### Exercitando competências

1. Explique as razões que levaram à realização da Conferência de Berlim de 1884-85.
2. Quais foram as nações representadas na Conferência?
3. Quem convocou a Conferência?
4. Leia o documento [10] e aponte as principais deliberações da Conferência.
5. A Conferência de Berlim não esteve relacionada com a ocupação efectiva de Moçambique. Concorda com esta frase? Justifique, explicando o princípio de ocupação efectiva e a acção de Portugal durante e depois da Conferência de 1884-85.
6. Confronte os mapas [9 e 11]. Que diferenças se evidenciam? A colonização traduziu-se numa verdadeira corrida?

### 4.2.1. O papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique

Portugal foi desde sempre um país com baixa demografia. Sempre foi manifesta a dificuldade em povoar as terras conquistadas. E, depois da Conferência de Berlim, na qual Portugal se obrigou a ocupar efectivamente Moçambique, esse problema agudizou-se.

A presença portuguesa em Moçambique, antes da Conferência, por volta de 1870, limitava-se ao vale do Baixo Zambeze e a uns poucos povoados costeiros. Os chefes locais, isto é, os xeques swahili, os reis africanos e os senhores dos prazos independentes exerciam o poder político nas suas áreas administrativas com pouca preocupação pela presença da soberania portuguesa na região.

A situação alterou-se depois de realizada a Conferência de Berlim de 1884-1885. Portugal teve de tomar medidas urgentes que lhe garantissem o cumprimento do aprovado na Conferência, caso contrário poderia perder as suas terras.

Segundo as deliberações de Berlim, Portugal:

- devia, em primeiro lugar, **penetrar** nas áreas reclamadas;
- e, em segundo lugar, devia promover um **desenvolvimento económico** concreto nos territórios coloniais.

Para fazer face a este grande desafio, a política **imperialista** portuguesa assumiu dois aspectos:

- 1 - devia continuar com as acções conducentes a concretizar a ocupação efectiva através de **expedições militares** contra os reinos africanos, estados militares e prazos;
- 2 - tinha de continuar com programas de **desenvolvimento económico** da colónia de Moçambique.

Para Portugal, esta tarefa representou um grande problema devido à situação financeira que vivia. O Estado português em 1891 declarou a **bancarrota**, o que o inviabilizava de fazer quaisquer investimentos.

Como forma de atrair investimentos de capitais para o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e levar a cabo um desenvolvimento de uma agricultura de plantação, Portugal teve de conceder **2/3 do território moçambicano a vários capitalistas e às companhias de exploração**. Esta foi a única forma encontrada por Portugal para promover a exploração e a administração do território de Moçambique.

Sob o controlo directo do Estado só ficaram a actual província de Nampula e o Sul do rio Save, parte de Tete e da Zambézia. A exploração económica destas zonas de Moçambique consistiu na **exportação de mão-de-obra para as minas da África do Sul**, sobretudo do Transvaal.



#### Vocabulário

##### Imperialista

Referente ao imperialismo.

##### Imperialismo

Forma de política exercida por um Estado com o objectivo de se expandir, através de aquisição territorial ou do domínio económico, político e social sobre outros estados; tendência para dominar.

##### Bancarrota

Situação de uma empresa ou Estado que, por não ter capacidade para pagar as suas dívidas e para cumprir as obrigações contraídas, deixa de ser viável financeiramente; falência.



No final, os portugueses acabaram por vencer, fruto das seguintes razões:

- as intrigas, os conflitos e as clivagens entre diferentes reinos e estados moçambicanos favoreceram os portugueses que falavam a uma só voz;
- o exército português tinha armamento tecnologicamente mais avançado, sobretudo a partir de 1895;
- o exército português tinha recursos financeiros e alianças com outros povos que lhe permitiam recrutar colaboradores para as missões militares em Moçambique (tropas de Angola, Inhambane, Lourenço Marques e Norte de Moçambique, e ainda o reforço de trinta mil soldados Nguni, além do auxílio da Rodésia e Niassalândia).



[14] A espingarda de repetição Kropatchek, comprada pelos portugueses aos austríacos, terá sido uma das mais-valias no campo de batalha. Era um engenho mortífero, adaptado ao uso no hemisfério sul e era o topo das armas de guerra de então. Crê-se que era esta a arma de fogo usada pelo regimento de cavalaria de Mouzinho de Albuquerque aquando da prisão de Gungunhana.

No meio de campanhas de pacificação sangrentas, convém destacar a **resistência dos Namarrais**. Apesar da grande ofensiva de Mouzinho de Albuquerque em 1896, os Namarrais só seriam vencidos em 1913. Os prazos também tiveram a mesma bravura e foram igualmente difíceis de vencer. Massingir sucumbiu em 1897, Gorongosa em 1897, Maganja da Costa em 1898 e Macanga em 1902.

Outro bravo Estado era o **Estado de Gaza**. Este foi destruído completamente entre 1895 e 1897, quando o guerreiro Maguiguane, general do exército Nguni e fiel de Gungunhana, foi morto pelas tropas portuguesas. Marcava o fim da resistência no Sul de Moçambique. A partir desta data o Sul de Moçambique deixou de ser um problema militar.



[15] Estátua equestre de Mouzinho de Albuquerque, em Maputo.



[16] Alto-relevo representando a queda do Estado de Gaza e a prisão de Gungunhana, Museu Militar de Moçambique, Maputo.



[17] Alto-relevo representando Mouzinho de Albuquerque e o seu exército em acção, Museu Militar de Moçambique, Maputo.

### Detalhes de algumas campanhas militares em Moçambique

Território	Descrição
No Norte de Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> <li>– sofreram uma forte resistência dos quatro estados islâmicos da costa: Sancul, Sangage, Quitangonha e Angoche (local que constituiu o principal centro de resistência);</li> <li>– conflitos violentos com reinos Macua;</li> <li>– a resistência das populações do planalto dos Macondes; depois da 1.ª Guerra Mundial, sofreu um revés devido à acção da Companhia do Niassa (na sua campanha de imposição da sua autoridade começou a prender alguns chefes locais macondes);</li> <li>– a resistência dos Macondes em 1920 foi aparentemente o último foco da resistência em Moçambique.</li> </ul>
O território de Lourenço Marques até ao Pungué	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Onde os negros manobram à ordem de Manicusse ou de alguns dos seus sucessores.*</i></li> <li>– ocupação realizada nos sertões de Lourenço Marques, Inhambane e Sofala, zona que estava sob o controlo de Manicusse.</li> </ul>
O território formado pelo vale do Zambeze e terras limítrofes	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Onde a luta se dá à volta de povoações fortificadas, as aningas, onde os indígenas se refugiam, tomando as operações a forma de guerra de cerco.*</i></li> <li>– a situação na região do vale do Zambeze era muito complexa pois havia uma variedade de etnias, sistemas políticos, regimes económicos, constituído por estados africanos mais ou menos independentes ou mesmo conquistados (Barué, Manica, Monomotapa, etc.), os prazos e as feitorias-fortalezas portuguesas (Quelimane, Sena, Tete);</li> <li>– a submissão da região da Zambézia foi muito difícil para Portugal, apesar de ter empreendido numerosos combates, mas sem sucesso;</li> <li>– as formações políticas locais que mais problemas causaram a Portugal foram Barué e Maganja da Costa;</li> <li>– até 1902, Barué foi um Estado poderoso com uma grande capacidade militar. Em Julho do mesmo ano, as forças portuguesas com mais de dois mil homens invadiram o reino, mas após uma forte resistência são subjugados em parte devido à superioridade militar portuguesa; contudo, a resistência continuou até 1917, até que Barué é completamente derrotado.</li> </ul>

\* Fonte: Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, pp. 159-162

### Exercitando competências

1. Interprete a tabela acima e pondere se os povos de Moçambique resistiram todos da mesma forma face à invasão portuguesa.
2. Indique os motivos da vitória final das tropas portuguesas.
3. Destaque a acção de resistência de pelo menos dois povos moçambicanos face ao invasor. Explique a acção desses povos e relacione-a com o conceito de bravura.

#### 4.2.2.2. A delimitação das fronteiras moçambicanas

Com a necessidade de aplicar o princípio da **ocupação efectiva do território**, a delimitação de fronteiras tornou-se uma questão de legitimação por parte de Portugal sobre a posse dos territórios em África, depois da Conferência de Berlim de 1884-85. E assim começou o início de uma verdadeira **corrida para África**, neste caso específico para Moçambique.

As expedições ou **viagens de exploração** realizadas por geógrafos e aventureiros ao serviço de Portugal a partir de 1888 tinham como um dos objectivos alargar o território português e suas zonas de influência para o interior de Moçambique. Ao alargar o território moçambicano, as suas fronteiras foram necessariamente alteradas. No entanto, a delimitação das fronteiras não foi uma questão linear nem simples.

A fronteira sul de Moçambique ficou resolvida em 1872, quando Portugal e a Inglaterra concordaram em enviar à arbitragem do Presidente da República Francesa a questão da posse de Lourenço Marques.

A fronteira entre **Moçambique e a Suazilândia** foi delimitada em 1888, tendo a comissão formada chegado a um acordo com relativa facilidade, apesar das contestações apresentadas pelo rei Swazi contra a delimitação na Cumeada dos Libombos.

O primeiro tratado que estabelece os limites territoriais entre **Moçambique e a República de Transvaal** é assinado em Pretória no ano de 1869, entre Portugal e o Transvaal. Foi estipulado que o limite sul da baía de Lourenço Marques se estenderia entre toda a baía e se prolongaria para oeste até atingir os montes Libombos e seguindo a cadeia destes montes (a delimitação de fronteiras acordada em 1891 seguiu este traçado).

Quanto à região de **Manica na zona central e à região de Niassa**, o traçado das fronteiras foi mais difícil e complexo, pois havia múltiplos interesses económicos em disputa nos grupos financeiros e políticos. A zona entre o Limpopo e o Norte de Tete foi o território de grande litígio nos anos de 1890 e 1891, onde os portugueses disputavam o controlo da mesma com os Ingleses. Este conflito obrigou a uma forte reacção britânica, o Ultimato inglês, apresentado a 11 de Novembro de 1890. Este ultimato abalou Portugal e as suas instituições, o que obrigou as autoridades portuguesas a iniciarem um diálogo com a Inglaterra a fim de redigir um acordo de fronteiras na região de Manica e Niassa. As tensões nesta região agravaram-se devido às fortes pretensões de Cecil Rhodes que, com a sua companhia – Bristish South African Company-BSAC – cobiçava enormes áreas do rico território de Manica.

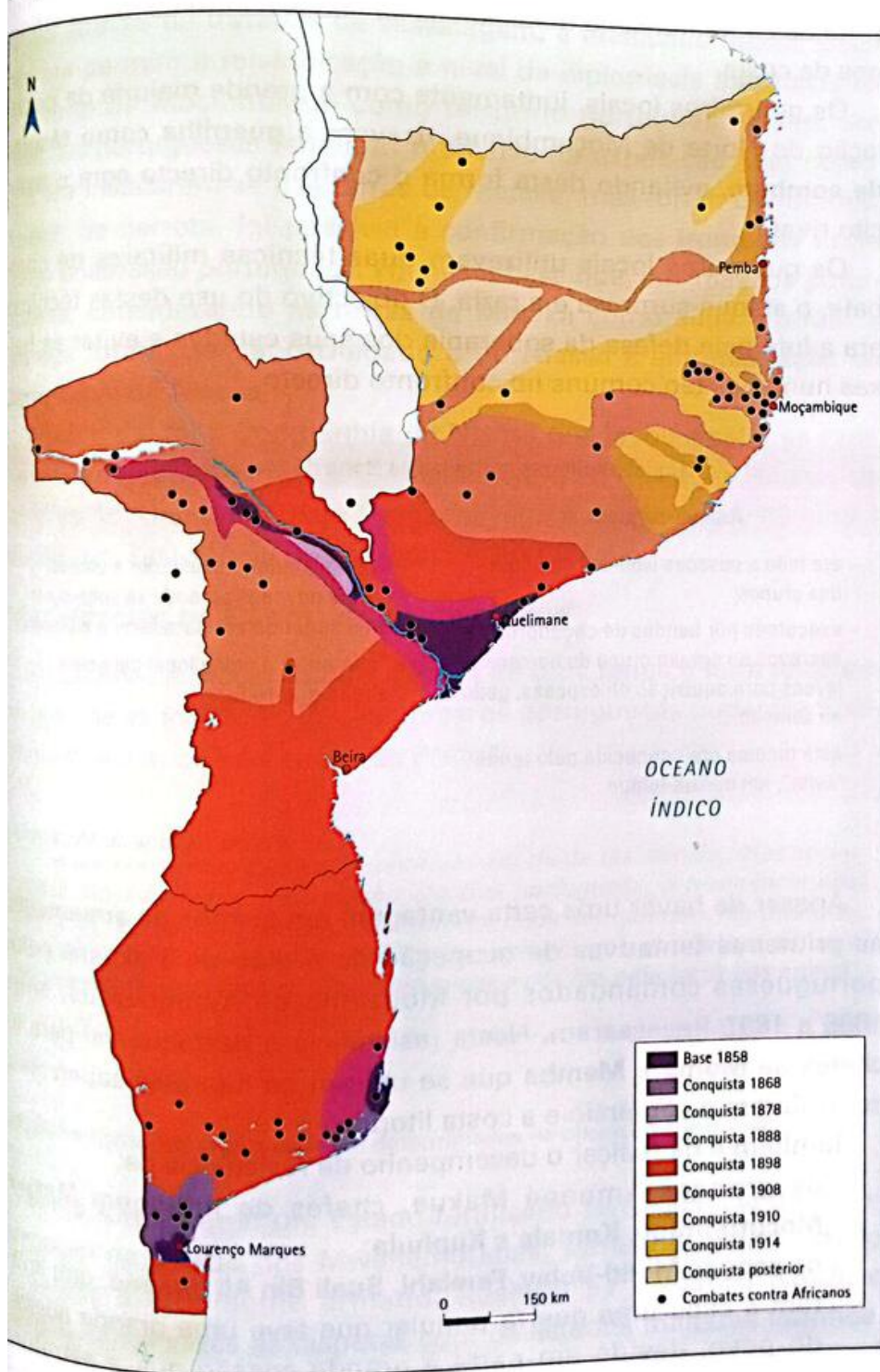


[18] Graças à intervenção do Presidente francês, Edme Patrice Maurice, conde de Mac-Mahon, a 24 de Julho de 1875 Portugal sai com vantagens desta contenda.



### 4.2.3. As resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique

Os portugueses a partir de 1895, dez anos depois da Conferência de Berlim e em resposta ao princípio de ocupação efectiva, iniciaram as **campanhas de pacificação** em todo o território de Moçambique. O processo de ocupação de África não foi fácil. Os bravos povos africanos resistiram e os moçambicanos não foram excepção. Contudo, convém distinguir as várias resistências registadas em Moçambique.



#### Vocabulário

##### Campanhas de conquista e pacificação

Nome dado por António Enes às violentas incursões militares sobre as colónias portuguesas, desde as últimas décadas do século XIX até aos anos 20-30 do século XX.

*Na realidade, sempre houve uma resistência através de toda a África negra. E mesmo quando a ordem parecia reinar oficialmente prosseguia a resistência sob outras formas.*

Ki-Zerbo, *História da África Negra*, vol. II, p. 98

[21] Sempre houve resistência ao colonialismo e ocupação de África.



[22] António Enes, ministro da Marinha e do Ultramar de Portugal, responsável político pelas campanhas de pacificação.

[23] Mapa de Moçambique sobre a progressão e conquista colonial – 1858-1918 – traçados aproximados. Fonte: René Pélissier

## – Resistências no Norte de Moçambique

As resistências no Norte de Moçambique foram fortes e violentas, mas acabaram por ser vencidas, quer por confrontos, quer por alianças com chefes locais.

No Norte de Moçambique, as campanhas de ocupação militar portuguesa começaram nas possessões costeiras: **Ilha de Moçambique, Mossuril e a ilha do Ibo.**

Os portugueses até 1864 detinham alguma vantagem em relação ao controlo do comércio de escravos na região, resultado de uma série de campanhas bem-sucedidas lançadas contra os reinos africanos da costa.

Os guerreiros locais, juntamente com a grande maioria da população do Norte de Moçambique, usavam a **guerrilha como técnica de combate**, evitando desta forma o confronto directo com o exército rival.

Os guerreiros locais utilizavam duas técnicas militares de combate, o ataque-surpresa e a **razia**. O objectivo do uso destas técnicas era a luta pela defesa da soberania dos seus estados e evitar as baixas humanas tão comuns no confronto directo.

Técnicas militares utilizadas no Norte de Moçambique	
Ataque-surpresa	Razia
<ul style="list-style-type: none"><li>– era feito a pessoas isoladas ou pequenos grupos;</li><li>– executado por bandos de caçadores de escravos ou por um grupo de homens jovens para aquisição de esposas, gado ou alimentos;</li><li>– esta técnica era conhecida pelo termo “wita”, em makua-lomue.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>– era um ataque devastador a uma ou várias povoações, onde se voltava por uma segunda vez para fazer a pilhagem;</li><li>– “otiman” é o nome local para esta acção guerreira.</li></ul>

Fonte: *História de Moçambique*

Apesar de haver uma certa **vantagem em termos de armamento**, as primeiras tentativas de ocupação da região de Makuana pelos portugueses comandados por Mouzinho de Albuquerque, entre 1896 e 1897, fracassaram. Nesta resistência o destaque vai para os chefes de **Moma e Membra** que se uniram na luta pela soberania e controlaram o comércio e a costa litoral.

Também é de realçar o desempenho de resistência de:

– os grandes Amuene Makua, chefes de linhagem Makua: **Mocutu-munu, Komala e Kuphula;**

– os xeques **Molid-Volay, Farelahi, Suali Bin Ali Ibraimo**, que levaram a cabo uma guerra popular que teve uma grande adesão do povo, devido em parte à grande coesão que a estrutura

social e ideológica de linhagem dava a essas uniões guerreiras, estabelecidas em resultado das alianças **clânicas**.

Apesar das lutas locais, os portugueses obtiveram resultados positivos contra as resistências também porque conseguiram alguma **colaboração de alguns chefes tradicionais** que estavam em conflito com os estados escravagistas da costa. Em 1905, graças ao novo plano de ocupação militar, muitas unidades políticas foram destruídas (reinos afro-islamizados e **chefaturas** locais).

No processo de ocupação militar de Cabo Delgado e Niassa, os portugueses primeiro tentaram obter alguma aliança com os chefes locais através de **tratados de vassalagem**; a finalidade destes tratados era permitir a reivindicação a nível da diplomacia internacional do Norte de Moçambique como território português. Assim, em 1890, os portugueses tentaram montar uma expedição cujo objetivo era instalarem-se nas terras de Mataka, mas foram derrotados. Apesar da derrota, foi possível a confirmação das fronteiras norte como possessão portuguesa. Foi nesta base que, em 1891, os portugueses, considerando as terras de Mataka como suas, fizeram a entrega formal de Cabo Delgado e do Niassa à administração da **Companhia do Niassa**.

A partir daí foi a Companhia do Niassa que levou a cabo as campanhas de ocupação contra a resistência de Mataka no Niassa, de Mwaliya no Meto, em Cabo Delgado, região de Namuno, Balama e Montepuez, resistência dos Macondes no planalto.

### - Resistências no Centro de Moçambique

No Centro de Moçambique, depois de uma **longa e dura resistência dos chefes locais**, as forças militares portuguesas puderam finalmente dominar os senhores dos Prazos.

*Se considerarmos a longa e contínua história da resistência pelas sociedades moçambicanas à ocupação efectiva portuguesa, a resistência dos senhores dos estados do vale do Zambeze pode ser globalmente interpretada como uma recusa frontal ao intruso colonizador, em defesa de uma soberania que esse intruso pretendia negar e pôr fim pela força das armas.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 261*

[24] Os senhores dos prazos estavam determinados na oposição aos invasores.

**Barué** surgiu como um Estado fortificado na sequência da desagregação do Estado dos Mwenemutapas, tornando-se um Estado poderoso e fortemente armado. Resistiu às invasões Nguni e ganhou várias vezes as disputas com os estados militares vizinhos.

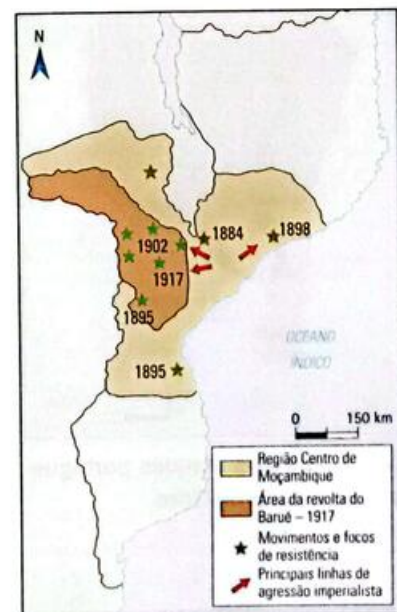
### Vocabulário

#### Clânicas

Conjunto de famílias com um antepassado comum, que se sentem solidarizadas por esse vínculo. Em quantidade de membros é superior à família alargada e inferior à tribo.

#### Chefatura

Pequena unidade territorial centralizada no chefe local, elemento da linhagem dominante. A indigitação pode ser feita por eleições ou nomeação directa. O chefe que dirige a chefatura tem autoridade sagrada e amplos poderes políticos, económicos, religiosos e até sexuais. Pode-se dizer também "chefado".



[25] Mapa das resistências do Centro de Moçambique.

Notabilizou-se na actividade de resistência anticolonial. Porém, o seu ponto fraco eram as constantes e sucessivas crises de sucessão. Entre 1870 e 1892, Barué esteve sob o controlo de Gouveia, chefe do Estado de Gorongosa.

A razão que ditou o fim da independência do Estado de Barué em 1902 foi o ataque perpetrado pelos portugueses com vista à eliminação da mesma. O Barué representava uma séria ameaça aos interesses portugueses na região, dado o apoio e o incitamento das formações sociais vizinhas na luta contra o avanço das forças coloniais. Tais estados eram o Torwa, o Sena, o Gorongosa e o Mbuyumatsenga.

No Centro de Moçambique, destacaram-se ainda vários líderes na resistência à ocupação colonial, nomeadamente: Macombela, Hanga, Macossa, Mbuya, Nongue-Nongue, Cadendere, Mataca.

*O exemplo da rebelião dos Barué constitui uma perigosa ameaça, dado que as vastas populações que residiam no território da companhia de Moçambique mal respeitavam o prestígio do Governo português e não têm receio do seu fraco exército. Dia a dia, a população indígena torna-se mais renitente no pagamento dos impostos e no fornecimento do trabalho forçado, considerando a situação dos Barué muito mais indesejável.*

Extracto da Acta da Sessão do Com. Adm. de 17-09-1901, A.H.M., in História de Moçambique

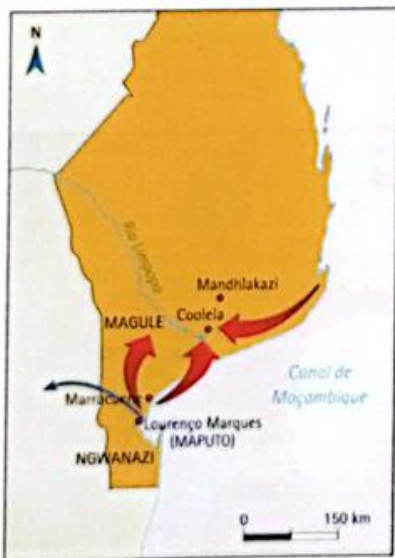
[26] A resistência dos Barué.

## - Resistências no Sul de Moçambique

No sul do território de Moçambique a autoridade portuguesa só se tornou efectiva após a derrota do **Estado de Gaza** entre 1894-1897, culminando com a prisão do rei Gungunhana e dos seus colaboradores.

Numa primeira fase, António Enes tentou enfrentar os Vátua do imperador Gungunhana pela diplomacia política e económica. Gungunhana e o seu antecessor Muzila tinham firmado contratos com a British South Africa Company e também com a metrópole de Portugal. Mas anos depois foi a força das armas que levou ao início do fim de Gaza.

A 2 de Fevereiro de 1895, deu-se a **batalha de Marracuene**, onde os chefes locais se insurgiram contra os portugueses. Depois da derrota dos chefes locais, estes refugiaram-se nas terras de Gungunhana. Quando o imperador, o **Leão de Gaza** como era chamado pelos militares portugueses, se recusou a entregar os seus chefes, os portugueses avançaram sobre as suas terras.



[27] Mapa dos ataques portugueses ao Estado de Gaza.

### Cronologia da resistência de Gaza, Sul de Moçambique

Data	Acontecimento
1895	- batalha de Marracuene
8 de Setembro de 1895	- batalha em Magul, onde estava refugiado o chefe Nuamantibjana
Outubro de 1895	- esquadilha portuguesa entra no vale do Limpopo e submete Xai-Xai
7 de Novembro de 1895	- batalha de Coolela
28 de Dezembro de 1895	- Gungunhana é capturado por Mouzinho de Albuquerque em Chaimite

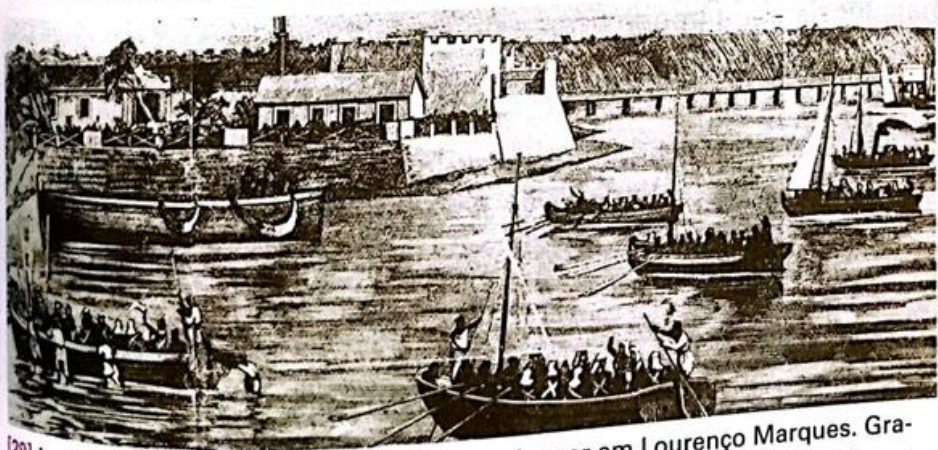


[28] A elite do Estado de Gaza. Da esquerda para a direita: Gungunhana, seu filho Godide, Molungo e Zixaxa, em 1899. Este último foi um dos líderes que lutaram contra os portugueses.

### Exercitando competências

1. Portugal depois da Conferência de Berlim levou a cabo um processo de ocupação efectiva no Norte de Moçambique. Aponte algumas acções de conquista militar portuguesa no Norte de Moçambique.
2. Identifique as razões do fracasso da resistência dos estados e reinos da Região Norte de Moçambique.
3. Mencione a grande causa que ditou o fim do Estado de Barué.
4. Elabore uma tabela-resumo das resistências no Norte, Centro e Sul de Moçambique contra a conquista militar portuguesa. Deve apontar nomes dos principais resistentes, datas e acontecimentos relevantes, causas do insucesso, etc.

### 4.2.4. A montagem do Estado Colonial



[29] António Enes com a sua comitiva a desembarcar em Lourenço Marques. Gravura de época, 1894. Com António Enes chegaram também outros funcionários ao serviço de Lisboa, como Aires d'Ornelas.

A montagem do Estado colonial em Moçambique não foi simples nem linear. No início debateu-se com resistências e depois surgiram problemas de ordem administrativa e económica. António Enes e Aires d'Ornelas são duas das figuras que mais contribuíram para a montagem deste aparelho de Estado. Contudo, a montagem do

## Vocabulário

### Comissário

Membro de uma comissão, pessoa que exerce temporariamente funções especiais de administração ou organização de um território. O comissário régio era nomeado pelo monarca e actuava em nome dele.

*Os comissários eram dotados de poderes até essa data apenas detidos pelo poder executivo.*

[31] A importância da função dos comissários régios.



[32] Aires d'Ornelas, militar e político português, destacou-se nas batalhas contra as resistências no Sul de Moçambique, sobretudo em Marracuene e Coolela. Pormenor do anverso da nota de cem escudos do Banco Ultramarino.

Estado colonial não foi alheia à queda da monarquia e ao início do Estado Novo em Portugal.

A primeira reforma administrativa de Moçambique veio de António Enes enviado como **comissário** régio para Moçambique. A sua tarefa era tornar efectiva a ocupação portuguesa e a autoridade em todo o espaço territorial de Moçambique. Enes defendia a necessidade de mudanças no sistema de administração colonial no território, apoiando-se na proposta de descentralização.

*É em Moçambique que Moçambique deve ser governado.*

António Enes

[30] A opinião de Enes sobre a chave de sucesso para governar Moçambique.

## - Descentralização, leis do trabalho forçado e do regime de trabalho contratado

Para Enes os concelhos deviam ser substituídos por circunscrições civis ou **comandos militares**, mas apenas nas zonas onde ainda se registavam focos de resistência.

Havia uma necessidade crescente de encontrar uma forma de tirar o maior proveito possível dos recursos existentes na colónia. Para isso, foi necessário que as autoridades portuguesas locais tivessem amplos poderes para impor a autoridade e a lei aos nativos, isto é, estabelecer a administração efectiva. E ainda criar mecanismos para o aproveitamento dos organismos políticos tradicionais locais, para impor a força do chefe local africano e a obrigação geral do pagamento de impostos, criando leis do trabalho forçado e do regime de trabalho contratado. A Lei do Trabalho concebida por António Enes foi o primeiro passo para a unificação administrativa colonial.

Foi no final do século XIX, no âmbito das chamadas campanhas de pacificação, que se definiram duas figuras fundamentais na montagem do aparelho de Estado colonial. Foram instituídos os **comissários régios** e as **companhias majestáticas**, ambos detentores de amplos poderes.

## - A reorganização administrativa de 1907

A reorganização administrativa de 1907 de Aires d'Ornelas, um dos grandes obreiros da administração colonial em Moçambique, apresentou novas propostas que sugeriam, entre outras coisas, ampliação dos poderes do governador, embora com alguns limites. E deliberou um novo dispositivo legal com uma nova estrutura administrativa.

### A nova estrutura administrativa promovida por Aires d'Omelas

Provincia divide-se em cinco distritos:

- Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique;
- com sistema de administração das populações indígenas.

Concelhos:

- divididos em freguesias, nas zonas pacíficas;
- distritos militares, nas zonas com resistência.

As **circunscrições** eram dirigidas por um administrador colonial português. Estas formas de administração constituíam as **unidades administrativas rurais fundamentais** e impostas em áreas habitadas por populações africanas.

Estas áreas eram divididas em **postos**, sob controlo de um chefe de posto português, o funcionário administrativo mais próximo da população rural. Este chefe de posto controlava através de chefes africanos, os **régulos**. O régulo tinha funções ambíguas. Por um lado, estava do lado e a proteger o seu povo, mas por outro tinha de prestar contas à metrópole.

As funções dos régulos eram essencialmente:

- colectar os impostos;
- controlar o processo de recrutamento da força de trabalho para as plantações;
- dirigir o trabalho de **chibalo**;
- manter as vias de comunicação;
- julgar os casos de pequena instância (milandos);
- proteger o seu povo;
- assegurar o controlo da produção agrícola.

### - Outros contributos para a montagem do aparelho de Estado colonial

Todo o sistema administrativo criado tinha bem marcada a divisão entre negros e brancos. Lourenço Marques ganhou nesta reforma administrativa o estatuto de **capital da província** da colónia de Moçambique.

No processo da montagem do Estado colonial, criou-se uma **secretaria para os assuntos nativos** que se especializou na inventariação e catalogação da mão-de-obra para fora e dentro do território de Moçambique.

Foi introduzida a **carreira administrativa sistemática** pela qual foram atribuídos amplos poderes aos governadores. No entanto, esses governadores precisavam de ter um conhecimento dos usos e costumes indígenas e a prática de serviço no interior do território. Isto é, os governadores tinham de conhecer em profundidade Moçambique, as suas gentes e os seus costumes.

### Vocabulário

#### Circunscrição

Limite da extensão de um corpo ou de uma superfície; linha que limita uma área por todos os lados.

#### Chibalo

É o trabalho obrigatório para fins públicos como a construção de estradas e obras públicas, trabalhos nas fazendas e propriedades dos colonos, usado como trabalho forçado para o pagamento de impostos cobrados aos africanos.

## Vocabulário

### Intendência

Administração de um serviço público ou grande estabelecimento.

Foi criada em 1902 a **Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração**, cuja função era a coordenação de todos os assuntos relacionados com os indígenas. Algumas funções desta intendência:

- a inventariação da mão-de-obra;
- julgar e punir todos aqueles que fugissem do trabalho;
- fazer a gestão da força de trabalho;
- administrar a justiça, etc.

Houve um grande esforço por parte das autoridades administrativas coloniais de legislar um conjunto de regulamentos laborais destinados aos negros, naquilo que chamavam "a obrigação moral e legal dos nativos trabalharem". Foram **os códigos de trabalho de 1890, 1899, 1911, 1914 e 1920**.

O Estado colonial também organizou metodicamente os seus **aparelhos repressivos** na administração, no exército, na polícia, nos tribunais e nas prisões. A função destes aparelhos repressivos da administração colonial era garantir, pela violência, a disponibilidade da força de trabalho através de recenseamentos, impostos, etc.

### - A República em Portugal e o Estado Novo e as suas implicações no aparelho de Estado colonial

Com o fim da monarquia constitucional em Portugal, em 1910, foi implantado o regime republicano. A nova **Constituição portuguesa de 1911** recomendou a descentralização para as províncias ultramarinas e o estabelecimento de leis especiais que servissem ao Estado de civilização de cada uma delas.

Com a chegada ao poder do **Estado Novo**, a política de montagem do aparelho de Estado colonial mudou completamente. Com o **Acto Colonial (1930)**, o Estado Novo **centralizou** o poder, acabou com o conceito de autonomia provincial e com toda a legislação promulgada até então. No fundo, o Acto Colonial traduziu-se numa centralização do poder concentrada no ministro das Colónias, em detrimento da acção da Assembleia Nacional e dos governos coloniais.

## Exercitando competências

1. Justifique a afirmação de António Enes, no documento [30].
2. Observe a tabela da página anterior e indique quais foram os contributos da reorganização administrativa de 1907 de Aires d'Ornelas.
3. Qual era a função do Departamento da Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração?
4. Um dos grandes objectivos da montagem do Estado colonial foi controlar a mão-de-obra dos negros, apesar do nível de resistência das populações. Concorde com esta frase? Justifique.
5. A política colonial da recém-República e do Estado Novo parece ter sido oposta. Concorde com esta frase? Justifique.
6. Explique a função dos régulos e a sua importância local no sucesso da administração colonial.

#### 4.2.5. A economia colonial: características gerais

A **economia colonial** em Moçambique foi caracterizada por diferentes formas de actuação. As mais importantes foram a **colecta de impostos** e o **desenvolvimento das actividades especulativas**, tais como a concessão de terras para as actividades agrícolas, mineiras e construção, baseadas na apropriação privada da terra.

A colecta de impostos compreendia o **imposto de palhota** e o **imposto de mussoco** que juntos formavam o imposto indígena de todo o território. Para além destes impostos, eram também cobrados os impostos das companhias (exemplo: imposto de Manica e Sofala e o da Companhia de Moçambique).

*O imposto de palhota servia para forçar a população a ganhar dinheiro através da venda dos seus produtos ao comércio rural ou da venda da sua força de trabalho. Metade do mussoco (o imposto pagável na Zambézia) era cobrada em trabalho a partir de 1890. A cobrança do imposto era uma das tarefas principais do administrador e dos seus subordinados. O dinheiro cobrado contribuiu largamente para as despesas da nova rede administrativa colonial (vencimentos, edifícios, estradas, etc.).*

*História de Moçambique, vol. II, p. 2*

[33] Os impostos e a economia colonial em Moçambique.

O desenvolvimento de uma **agricultura capitalista** foi possível graças à actuação das companhias, sobretudo da Companhia de Moçambique que, com a sua política concessionária, atraía capitais e colonos para Moçambique, na base de uma exploração de mão-de-obra barata. Houve também um desenvolvimento considerável de **pequenas indústrias-satélite**, tais como as do açúcar e algodão, bem como o desenvolvimento de actividades baseadas na **comercialização dos excedentes agrícolas** da produção comercial.

produto/ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Açúcar	70	86	70	69	64	83	72	74
Amendoim	35	23	25	26	33	13	25	30
Milho	34	29	35	12	13	8	11	9
Copra	19	20	22	22	24	30	33	34
Sisal	5	6	10	12	13	15	18	20
Algodão	0,18	0,25	0,19	0,15	1,1	1,5	1,9	1,8
Caju	4	4,9	6,5	10	9	11	13	26
Chá	54	55	53	106	51	86	122	148

Fonte: *História de Moçambique, vol. II, p. 38*

#### Vocabulário

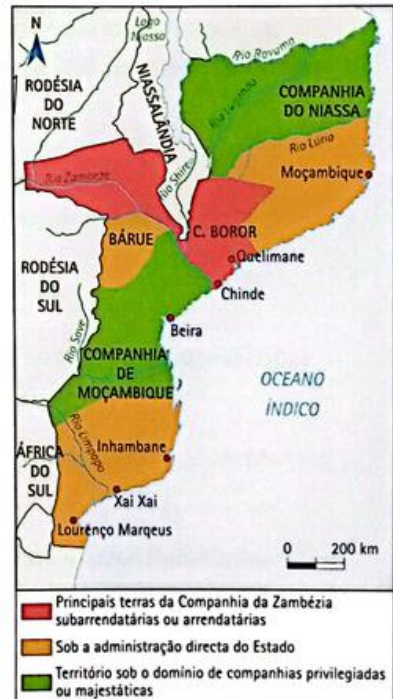
##### Economia colonial

Conjunto de actividades desenvolvidas pelos habitantes das colónias para a metrópole obter a satisfação das suas necessidades. Drenagem da riqueza das colónias a favor da metrópole.

##### Mussoco

O imposto de mussoco podia ser pago em géneros, em dinheiro, mas houve épocas em que teve de ser pago em trabalho.

O mussoco não era um simples mecanismo fiscal. Foi usado grandemente pelo colonial-capitalismo como meio para produzir periodicamente a mão-de-obra necessária ao trabalho.



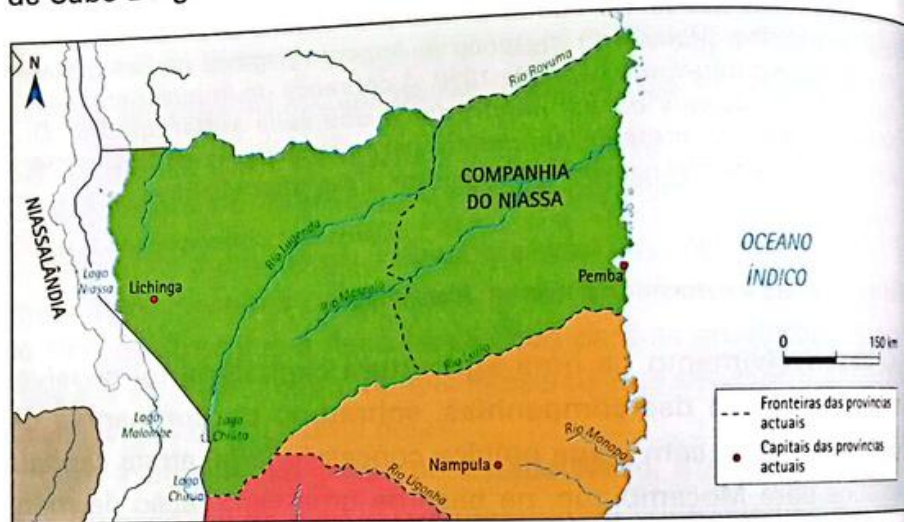
[34] Divisão de Moçambique entre as grandes companhias majestáticas (privilegiadas), arrendatárias (ou subarrendatárias) e o Estado português.

### Exercitando competências

1. Defina mussoco.
2. Analise o documento [33] e distinga mussoco de imposto da palhota.
3. A economia colonial assentava em cobrança de impostos e exploração dos recursos naturais da terra moçambicana. O fomento da economia local, o ensinar a fazer, não era a ambição dos colonizadores. Concorda com esta frase? Justifique.

#### 4.2.6. O Norte e a Companhia do Niassa

O Norte de Moçambique foi explorado por uma companhia privilegiada, a Companhia do Niassa, que abarcava os actuais distritos de Cabo Delgado e Niassa.



[35] A Companhia do Niassa tinha uma extensão de mais de 160 mil km<sup>2</sup>.

*O sistema de organização de grandes companhias é o único que presentemente pode ser aplicado com vantagens aos nossos domínios ultramarinos. Este tipo de concessões originou grande controvérsia dentro do círculo governamental português, tendo sido oficialmente rejeitado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1890.*

[36] A controversa criação das companhias.

*Às companhias majestáticas foi-lhes dado direitos soberanos: de administração, direito de lançar, colectar e gastar impostos portuários, de propriedade, de serviços, de saúde, de palhota e capitação, direitos alfandegários, de ter um serviço postal, direito de aluguer de subconcessões, de construir infra-estruturas de transporte (caminhos-de-ferro), direitos de passar licenças comerciais, de possuir forças militares e policiais, etc. Com todos estes poderes elas tornaram-se realmente verdadeiros estados dentro do Estado.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 160

[37] A majestade das companhias majestáticas.

A companhia majestática de Niassa obteve a sua **carta de exploração** em Setembro de 1891, por um prazo de 25 anos. Anos mais tarde, esse prazo foi estendido a 35 anos.

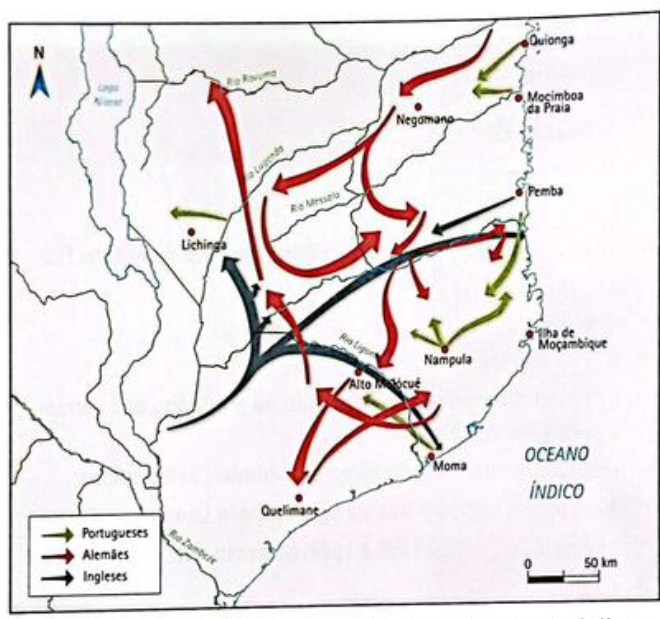
#### 4.2.6.1. A periodização da história da Companhia do Niassa e principais acontecimentos

A história da Companhia do Niassa pode-se dividir em quatro períodos, de acordo com o grupo financeiro que a explorava e as actividades que desenvolvia. Abaixo apresenta-se uma proposta de periodização da Companhia do Niassa.

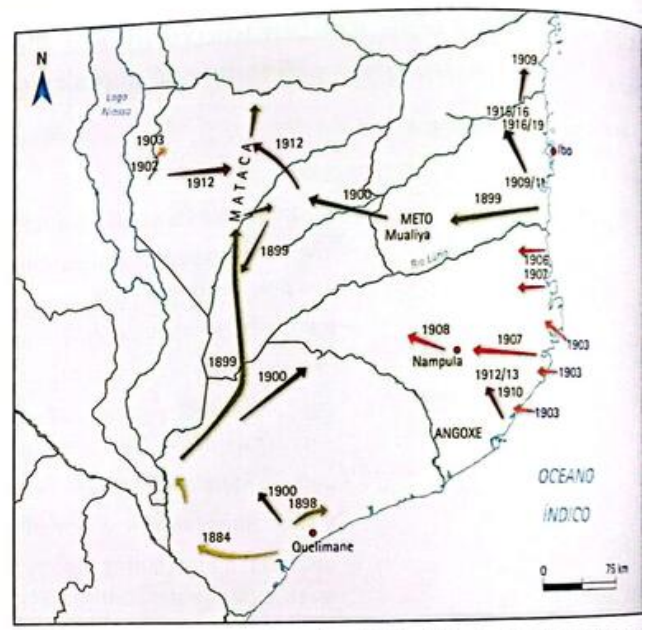
Proposta de periodização da Companhia do Niassa

Período	Cronologia	Descrição
1.º período	1891-1898	<ul style="list-style-type: none"> <li>– a companhia foi criada em 1891;</li> <li>– inicialmente explorada por um grupo financeiro português responsável por promover projectos fracos para a companhia;</li> <li>– a principal preocupação era ocupar as terras;</li> <li>– tentou promover a agricultura, mas sem grande sucesso;</li> <li>– em 1892 e 1893, o grupo português, com dificuldades financeiras, financiou-se e acabou por vender a maioria das acções da companhia a ingleses e franceses;</li> <li>– com os ingleses e franceses, a partir de 1894, dá-se início às efectivas actividades económicas;</li> <li>– a sede financeira da companhia era inicialmente em Lisboa e depois passou para Londres;</li> <li>– contudo, a companhia era um sorvedouro de capital e, entre 1894 e 1898, os accionistas tiveram de se refinar em Londres e Lisboa.</li> </ul>
2.º período	1899-1913	<ul style="list-style-type: none"> <li>– fase de domínio da exportação de mão-de-obra para a África do Sul;</li> <li>– durante esta fase, a companhia mudou de accionistas maioritários por três vezes;</li> <li>– consecutiva venda das suas acções;</li> <li>– em 1897, a maioria das acções é comprada pelo grupo Ibo Syndicate;</li> <li>– sediou-se a companhia na vila de Ibo;</li> <li>– recomeça a vontade de ocupar terras aos reinos locais e, nesse sentido, promovem-se várias expedições militares;</li> <li>– houve grande resistência dos reinos locais, como os Ajaua;</li> <li>– devido à falta de dinheiro e ao custo elevado destas expedições, o abandono da ocupação foi o caminho mais comum;</li> <li>– em 1899 foi comprada pelo grupo Ibo Investment Trust;</li> <li>– em 1903 foram feitos os primeiros contactos com a WENELA (Witwatersrand Native Labour Association);</li> <li>– mas a companhia, sobretudo pelos custos elevados das expedições militares, dava pouco lucro e a IIT resolve vendê-la;</li> <li>– em 1908 foi adquirida pela Nyassa Consolidated que tinha como accionistas maioritários os proprietários mineiros da África do Sul;</li> <li>– a NC viu o potencial de mão-de-obra que a companhia tinha e tratou de a negociar com a WENELA;</li> <li>– a exportação de mão-de-obra para Sul foi o fraco aproveitamento que fizeram da companhia;</li> <li>– com a chegada do capital da NC, avançaram com mais campanhas militares de ocupação;</li> </ul>

3.º período	1914-1918	<ul style="list-style-type: none"> <li>- entre 1913 e 1914, em plena I Guerra Mundial, um consórcio bancário alemão comprou a maioria das acções;</li> <li>- devido à eclosão da I Guerra, a exploração não foi profícua;</li> <li>- houve vários confrontos entre as potências imperialistas nos territórios moçambicanos;</li> <li>- em 1917, os ingleses confiscaram as acções da companhia dos alemães.</li> </ul>
4.º período	1919-1929	<ul style="list-style-type: none"> <li>- no final da I Guerra Mundial a ocupação do território era quase plena, no entanto, o desenvolvimento económico era nulo;</li> <li>- os accionistas pareciam desinteressados no seu próprio negócio;</li> <li>- houve greves e contestação social;</li> <li>- em 1929, Salazar não renovou o contrato de exploração e a Companhia do Niassa acabou.</li> </ul>



[38] Mapa das movimentações das tropas imperialistas, portuguesas, alemãs e inglesas, no Norte de Moçambique, no 3.º período, entre 1914-1918, em plena I Guerra Mundial.



[39] Mapa da ocupação colonial do Norte de Moçambique. A ocupação colonial no Norte do país foi lenta e desigual. Os povos autóctones deram luta ao invasor.

**Exercitando competências**

1. Construa um friso cronológico sobre a Companhia do Niassa.
2. Caracterize sumariamente cada um dos períodos da História da Companhia do Niassa.
3. A I Guerra Mundial não teve impacto na companhia. Concorda com esta frase? Justifique e tenha em atenção o mapa [38].
4. Analise o mapa [39]. A ocupação colonial do Norte de Moçambique foi rápida e homogênea. Concorda com esta frase? Justifique e tenha em conta a ocupação colonial promovida ao longo dos quatro períodos da história da Companhia do Niassa.

**4.2.6.2. O papel dos grupos financeiros**

Durante 38 anos (de 1891 a 1929), a Companhia do Niassa esteve nas mãos de vários grupos financeiros. O Estado de Portugal concessionou a sua exploração económica e a promoção da ocupação

aos seguintes grupos capitalistas: um grupo de capital português; um grupo de capitais franceses e ingleses; o Ibo Syndicate; o Ibo Investment Trust; o Nyassa Consolidated; um consórcio alemão; um grupo de capital inglês.

Mas qual foi o desempenho destas estruturas económico-financeiras na zona de Niassa e Cabo Delgado?

Em 38 anos, a administração da companhia mudou sete vezes de mãos e, conseqüentemente, de estratégia económica e social. A constante troca/venda das acções da companhia entre os capitalistas ocasionou focos de instabilidade entre os povos dominantes e os dominados. Nunca houve um pensamento estratégico a longo prazo para a zona ocupada pela companhia. A **instabilidade governativa** existiu desde a da sua criação.

Os grupos financeiros desempenharam o papel de **ocupadores à força da terra cedida**. Os confrontos com os reinos locais foram severos.

A par de terem ocupado à força as terras do Niassa e Cabo Delgado, os grupos financeiros **desestruturaram as sociedades locais**. Muitos reinos desapareceram e outros milhares de habitantes fugiram para terras fora da alçada dos invasores.

*Se antes de 1919 cerca de 100 mil pessoas tinham fugido para a Niasalândia, calcula-se que entre 1920 e 1930, como reacção à brutal política repressiva da Companhia do Niassa, mais de 300 mil moçambicanos terão emigrado em grupos familiares para o vizinho Tanganica e para a Niasalândia.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 238*

[41] A acção repressiva dos grupos financeiros levou ao despovoamento do Norte de Moçambique.

A exportação de mão-de-obra para o Sul protagonizou um **abandono do trabalho no campo**. Os moçambicanos não tinham tempo nem mão-de-obra para plantar as suas terras, quer para produzir produtos para vender quer para subsistirem. Quando a subsistência das populações foi posta em causa começou a haver **fome**. A fome foi durante décadas um problema endémico das províncias do Niassa e de Cabo Delgado.

De um modo geral, o desempenho dos grupos financeiros foi fraco, até mesmo medíocre. Nunca houve um pensamento concertado da exploração económica do território, houve bastante emigração para zonas limítrofes, fomes e violência na ocupação dos territórios.



[40] Título de acção da Companhia do Niassa.

*Quando a companhia conseguiu mais dinheiro é que reencetou as acções militares de ocupação, sendo o território do chefe Mataka sistematicamente violado e as aldeias destruídas.*

*História de Moçambique, vol. I, p. 233 (adaptado)*

[42] A ocupação efectiva promovida pelos grupos financeiros.

### Exercitando competências

1. Quem foram os grupos financeiros que detiveram a Companhia do Niassa?
2. Relacione os documentos [41 e 42] e reflecta sobre o desempenho dos grupos financeiros na administração da companhia.



[43] O imposto da palhota era um imposto, geralmente, cobrado em géneros para exportação (borracha, café, goma, cera e marfim); em 1926, mais de metade das exportações provinha de produtos pagos pelo imposto da palhota. A punição pelo não pagamento deste imposto era queimar a palhota do infractor.



[44] Selos da Companhia do Niassa.

#### 4.2.6.3. As formas de exploração desses grupos financeiros

Na sua fase inicial a companhia expressou-se publicamente como defensora do desenvolvimento da economia da região, mas a sua influência não se espalhou mais do que alguns pontos isolados da costa. O acontecimento mais importante foi a introdução do **imposto de palhota** em 1898. A partir de 1909 a Companhia passou a ser fornecedora de força de trabalho migrante, com a exportação de mão-de-obra para as minas sul-africanas, entre outros destinos.

Entre 1919 a 1929, a Companhia depois de ter mudado de gestões virou-se para o **aumento do nível de cobrança do imposto de palhota** como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os abusos que sempre cometera.

Ao longo das quatro fases da companhia, a exploração não foi nem profícua para os accionistas nem para os seus habitantes. Pelo contrário. Em três décadas, a companhia acumulou prejuízos financeiros e sociais. A época em que teve resultados mais positivos foi quando exportou mão-de-obra, mas isso durou pouco tempo. Com uma forte carga fiscal sobre os habitantes, muitos emigraram, abandonando as terras ao abandono e deixando de contribuir com o imposto da palhota, revelando-se estas algumas das consequências de uma exploração económica mal dirigida.

As **principais formas de exploração económica** da companhia eram: a cobrança do imposto da palhota; a emissão de selos; monopólio de taxas aduaneiras e alfandegárias; o comércio de armas de fogo; a exportação de esponjas, corais, pérolas e âmbar; utilização do imposto do mussoco pago em trabalho efectivo; o uso de milhares de homens para efectuarem transportes de longa distância; a exportação de mão-de-obra para as minas da África do Sul.

Os principais mercados dos produtos de exportação eram Zanzibar, França e Holanda.

#### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [43 e 44] e refira as formas de exploração da Companhia do Niassa.
2. O que era o imposto da palhota?

#### 4.2.6.4. O declínio da companhia

As terras da companhia eram, de todo o Moçambique, as menos promissoras para a agricultura. E a área não estava estrategicamente posicionada de modo a captar o capital estrangeiro necessário. Os Yao, os Macua e os Maconde, na altura da sua constituição viviam fora da sua influência directa e sempre resistiram à penetração da companhia. As expedições militares para conter estes povos eram constantes e também dispendiosas.

A adopção da política de cobranças compulsiva do imposto da palhota conduziu ao despovoamento. Por volta de 1922, a fuga para a Niassalândia foi complementada com fuga de grupos de Yao e Macua para o Tanganica, em resposta à nova política de impostos. Sem gente e sem dinheiro, a companhia estava votada ao fracasso. Em 1929, Salazar não renovou a concessão e extinguiu a companhia.

#### 4.2.7. Os prazos e a Companhia da Zambézia

##### 4.2.7.1. A acção do Estado colonial e a transformação dos prazos em plantações

Segundo António Enes, o mestre da colonização em África, era necessário **tornar as terras dos prazos mais rentáveis para a Coroa**. A fórmula encontrada foi passá-las para as mãos das companhias agrícolas e agro-industriais.

[O decreto de 1890 deixava claro a necessidade do] *desenvolvimento da agricultura industrial na terra dos prazos e para isso converter o imposto do mussoco em meio indirecto de obrigar quem o paga e quem o cobre a aplicar-se à exploração do solo porque a Zambézia "agriculturada e retalhada em propriedade particular, ficará mais sujeita à autoridade da Coroa do que ocupada militarmente".*

*O objectivo de todas as reformas que se façam no sistema de prazos deve pois ser o de transformá-los em fazendas agrícolas, pelo trabalho e pelo aforamento.*

Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 210 (adaptado)

[45] Explicação do decreto de 1890, sobre a transformação de prazos em fazendas.

Foi na base do decreto de 1890 que grandes extensões de terra das províncias nortenhas da Zambézia e de Tete foram entregues a indivíduos e a empresas privadas.

Como já vimos anteriormente, a falta de capitais por parte dos capitalistas portugueses levou as autoridades portuguesas a transferirem os direitos de exploração a grandes companhias estrangeiras. Sem capital, Portugal nunca conseguiria assegurar a ocupação efectiva de territórios tão vastos como Tete e a Zambézia. A criação de companhias acabou por ser a estratégia possível, no entanto, demorou bastante tempo a operar em pleno.

##### 4.2.7.2. O surgimento da companhia

Na sequência do decreto de 1890, criaram-se várias companhias arrendatárias. Uma delas foi a Companhia da Zambézia.

#### Laboratório do historiador

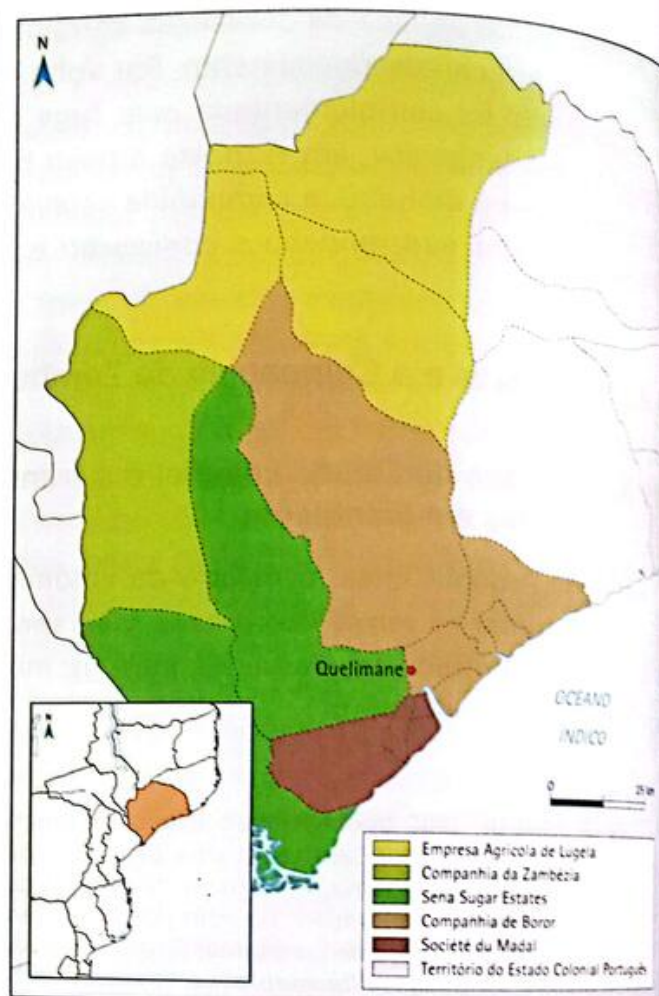
Elabore um trabalho de pesquisa sobre a Companhia de Niassa tendo em conta os seguintes aspectos:

- os objectivos da sua formação;
- as concretizações dos grupos financeiros;
- as consequências para as comunidades locais. Se possível, consulte familiares que tenham memórias da companhia.

#### Exercitando competências

1. Quem foi o mentor legal das companhias?
2. Analise o documento [45] e refira qual era o objectivo do decreto de 1890.

Tabela das Companhias da Zambézia		
Nomes das companhias	Fundação	Prazos e datas de compra, arrendamento ou subarrendamento
Zambézia	1892	Massingire, Andone, Anquaze (1897) e Timbué (1900)
Boror	1898	Boror, Macuse, Licungo, Tirre (1898) e Nameduro (1899)
Société du Madal	1904	Madal (1903, pelos predecessores Gonzaga, Bovay e C.), Tangalane, Cheringone (1903), Maindo (1904) e Inhassunge (1916)
Empresa Agrícola do Lugela	1906	Lugela, Milange (1906) e Lómué (1910)
Sena Sugar Estates	1920	Maganja d'Aquém Chire (1894, pela predecessora Companhia do Açúcar de Moçambique); Luabo (1911, pela segunda predecessora Sena Sugar Factory) e Marral (1911, SSF)



Fonte: *História de Moçambique*, vol. I, p. 255

[46] Mapa das companhias arrendatárias na Zambézia. As que mais se destacam são a Companhia da Zambézia e a do Boror.

### Exercitando competências

1. Num mapa de Moçambique, localize a Companhia da Zambézia.
2. A extensão da Companhia da Zambézia foi sempre a mesma. Concorda com esta frase? Justifique.
3. Qual foi a influência do decreto de 1890 na criação da Companhia da Zambézia?

A Companhia da Zambézia foi constituída em 1892 com direitos arrendatários. A sua área até 1894 cobria cerca de 100 mil hectares de terra, que foram entregues à chefia de Paiva de Andrade. O seu território ficava a norte da Companhia de Moçambique, ocupando as terras de Chire, a fronteira com a Niassalândia e a Rodésia do Norte (Zâmbia), às quais se juntavam as terras da margem direita do Zambeze, entre o Zumbo e o Luenha (idêntica à actual província de Tete).

Ao longo dos anos, a companhia apoderou-se de áreas territoriais no curso do Zambeze. Acabou mesmo por ficar na posse de vários prazos da Coroa, quer em Tete quer em Quelimane. Por volta de 1897, incluiu os prazos de Massingir, Milange, Lugela e Lómué. A companhia, para além da posse das terras dos prazos no quadro da legislação de prazos de 1890, passou também a controlar toda a força de trabalho e os recursos naturais no seu território, bem como o monopólio do mercado sobre a produção camponesa.

### 4.2.7.3. O impacto do mussoco e do trabalho nas plantações para a população camponesa

O mussoco foi o principal responsável no atraso das forças produtivas no seio das comunidades camponesas locais. Devido à sua prática, houve várias mortes na região da bacia do Zambeze e foi a principal causa da fuga da mão-de-obra local para regiões distantes.

*O mussoco que havia sido estabelecido na base da legislação laboral de 1890 com o seu pagamento metade em dinheiro e metade em trabalho rural, em 1899, para além de ter sido elevado de \$800 réis para 1\$200 réis, obrigava o camponês a cumprir um terço em trabalho rural, equivalente a uma semana de trabalho.*

Gerhard Liesegang, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10, p. 88

[47] O mussoco foi um imposto de capitação pago em trabalho, em espécies ou em dinheiro, nas terras dos prazos, e serviu de mecanismo para a acumulação capitalista colonial. Este imposto foi muito violento para as populações locais.

A **destruição das forças produtivas** locais continuou quando a companhia introduziu a exploração das propriedades destinadas às plantações, sendo os principais alvos os camponeses locais.

Para além dos problemas de mão-de-obra local, alguns arrendatários da Companhia da Zambézia confrontaram-se com **aspectos negativos**, tais como: fraca densidade populacional, falta de vias de comunicação e transportes, carência de culturas e minerações lucrativas.

Havia **várias formas de pagar o mussoco**: do simples pagamento em género até aos **trabalhos forçados**, como o transporte de cargas pesadas às costas durante vários quilómetros. A violência e a injustiça do mussoco acabaram por levar muitos habitantes da Zambézia a emigrar para regiões menos exigentes.

*A Companhia da Zambézia e seus arrendatários, incapazes de dinamizar a sua acumulação com a exploração agrícola ou mineira, enveredaram pela coerção e cobrança do mussoco, provocando a fuga da população para a Rodésia do Sul, onde as condições eram melhores, embora não maravilhosas.*

*Para estes êxodos contribuíram significativamente as pressões exercidas sobre a população para o trabalho de construção de estradas, cobrança de impostos, comércio fraudulento e transporte de cargas às costas, até aos vapores no Zambeze ou, mesmo, até à costa do Índico, com baixos salários ou como forma de pagamento do mussoco.*

Gerhard Liesegang, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10, p. 88

[48] A violência e a injustiça do pagamento do mussoco.

#### Exercitando competências

1. O que era o mussoco?
2. Analise o documento [47] e indique como se podia pagar o mussoco na Zambézia?
3. O mussoco era um imposto predial ou *per capita*?
4. Analise o documento [48] e explique a violência e a injustiça imputadas ao mussoco.

#### Laboratório do historiador

Elabore um trabalho de pesquisa sobre a Companhia da Zambézia, tendo em conta os seguintes aspectos:

- a sua formação;
- os seus objectivos;
- o papel do mussoco;
- as consequências para as comunidades locais.

## 4.2.8. O Centro e a Companhia de Moçambique

### 4.2.8.1. A origem da Companhia de Moçambique

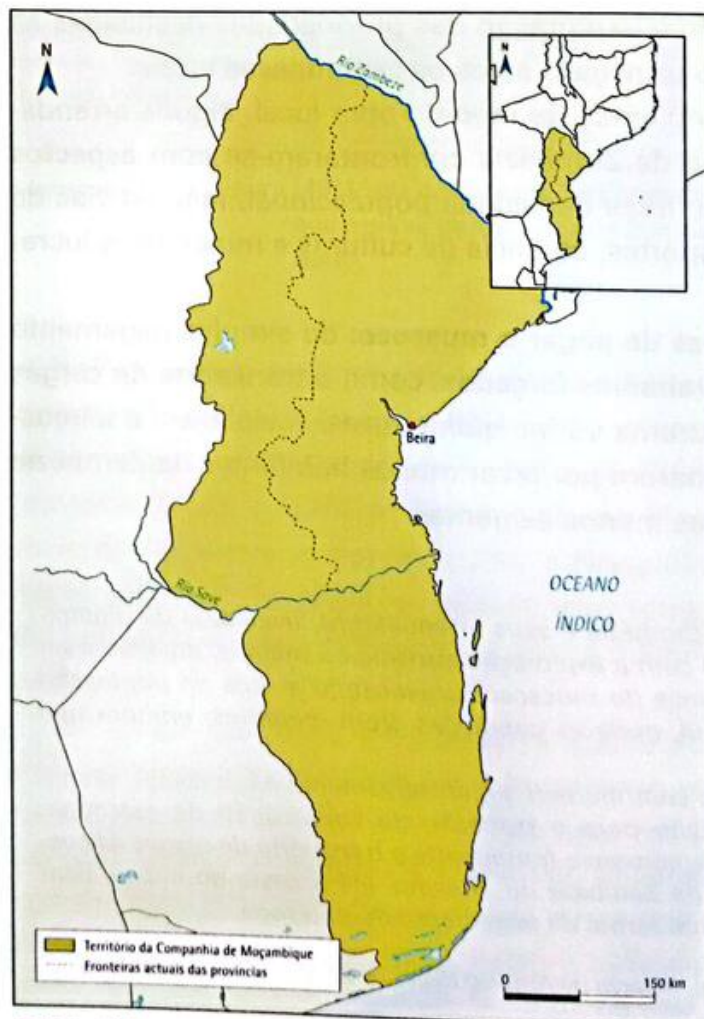
Uma das mais importantes companhias foi a Companhia de Moçambique, que precedeu outras companhias relevantes, tais como a Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambèze (1878-1879) e a Companhia de Ophir (1884).

Em 1888 é constituída a Companhia de Moçambique dotada de direitos de exploração mineira. O seu capital inicial era de 200 mil libras e era chefiada por **Paiva de Andrade**, coronel ao serviço da Coroa portuguesa em Moçambique. Os direitos de concessão da companhia foram grafados numa carta concessionária, onde se determinava como período de duração da exploração **45 anos**; isto é, o contrato teria o seu fim no ano de 1942.

Em 1891, foram-lhe dados direitos majestáticos, passando a ser uma companhia majestática de administração e exploração. Depois foi definitivamente vocacionada para actuar nos territórios de **Manica e Sofala**.



[49] Título de 50 acções nominais da Companhia de Moçambique.



[50] Território da Companhia de Moçambique.

O português Paiva de Andrade foi a figura mais notável no processo do desenvolvimento desta companhia. A partir de Fevereiro de 1891, um diploma legal português definiu a **área e pressupostos administrativos importantes** sobre a companhia.

- área: entre os prazos do Zambeze a norte e o rio Save a sul;
- sede na capital portuguesa, Lisboa;
- corpo directivo maioritariamente português;
- o Governo teria o direito de revisão dos estatutos;
- facilitação na compra de quotas de não-portugueses;
- a companhia podia fazer subconcessões de exploração.

O facto de a companhia poder fazer subconcessões originou a entrada de **capital estrangeiro** nos seus capitais. Ao arrendarem subconcessões, os estrangeiros ganhavam cada vez mais poder. Um cidadão inglês muito influente de nome **Albert Ochs** começou a ter maior controlo sobre a companhia. Durante a década de 90 o domínio da administração inglesa na companhia era maioritário.

**Exercitando competências**

1. Que ligação tem Paiva de Andrade com a Companhia de Moçambique?
2. Indique os pressupostos administrativos de criação da companhia.
3. Como entrou o capital estrangeiro na companhia?

**Laboratório do historiador**

Elabore um ensaio histórico sobre "A prisão de Paiva de Andrade e o reforço do poder da Companhia de Moçambique". Neste ensaio, deve evidenciar:

- o papel de Cecil Rhodes e do Reino Unido;
- o problema da delimitação das fronteiras;
- o dilema da Coroa portuguesa: reforçar as companhias ou ceder ao poder económico da época?
- o desempenho de Paiva de Andrade e do seu compatriota Manuel António de Sousa.

**4.2.8.2. O sistema tributário: o mussoco e o imposto da palhota**

A população africana sofreu grandes abusos por parte das autoridades de várias companhias. A Companhia de Moçambique não foi excepção. Esta detinha o monopólio sobre todo o processo da produção africana e promovia o trabalho forçado, os baixos salários, a retenção de uma percentagem das receitas das mercadorias produ-

zidas pelas populações africanas, a imposição do imposto da palhota sobre a população. Mas, apesar da acção repressiva da companhia, as populações locais sempre ofereceram uma forte oposição à exploração e à dominação.

A institucionalização do regime de impostos no território marcou o início de um processo de transformação da economia camponesa de subsistência para a economia virada para o mercado. O regime de impostos obrigatórios foi um dos instrumentos fundamentais de compulsão do campesinato para o trabalho assalariado e foi uma das principais fontes directas de obtenção de receitas por parte da companhia.

Nas plantações, os trabalhadores forçados estavam organizados em grupos chamados ensacas e o seu chefe era o shecunda.

O **imposto de mussoco** foi usado pelo colonial-capitalismo como meio para produzir periodicamente a mão-de-obra necessária ao trabalho. O mussoco não era um simples mecanismo fiscal de impostos aos trabalhadores, que estes pudessem resgatar com o produto da venda de alguma mandioca, de coco ou peixe; era, também, a obrigatoriedade de trabalho nas plantações.

**O mussoco garantia o que o capital precisava:**

- a mão-de-obra;
- a produção de sementes para a exportação;
- a produção de alimento para os trabalhadores;
- a acumulação de capitais.

O mussoco não era uma instituição nova nas relações sociais no Norte do rio Pungoé. Inicialmente, os camponeses através do mussoco, **renda em géneros**, canalizavam parte dos seus excedentes agrícolas para a elite prazeira, sendo, muitas vezes, utilizados para a alimentação dos A-Chicundas. Para além de alimentos, o mussoco cobrava-se também em produtos exóticos para a exportação: marfim, mel de abelha, etc.

Com a penetração crescente do capitalismo colonial, o mussoco passou a ser cobrado em trabalho e, depois, em **dinheiro**, o que mostra uma profunda mudança nas relações sociais de produção.

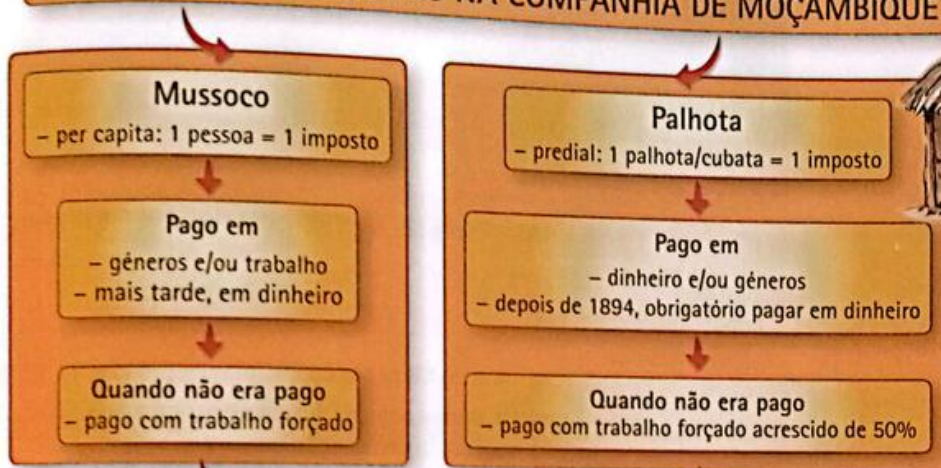
No início, em 1890, o imposto da palhota podia ser cobrado em dinheiro ou em géneros. A partir de **1894**, passou a ser cobrado obrigatoriamente em dinheiro. O não cumprimento desta obrigação era punido com trabalho forçado durante o número preciso de dias para que se perfizesse o quantitativo do imposto acrescentado de 50%. Como o salário era quase fictício, esta medida tornou-se, de facto, um mecanismo de angariação de mão-de-obra gratuita. Conclusão, o mussoco e o imposto de palhota constituíram os mecanismos de dominação do capital sobre o trabalho.

Os proprietários de palhotas ou cubatas situadas no interior do território ficavam obrigados ao pagamento do imposto anual de \$900 réis por palhota ou cubata, utilizada como habitação.

Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de Julho de 1892

O imposto da palhota foi introduzido ao abrigo do decreto de 9 de Julho de 1892 e aprovado à luz do Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de Julho de 1892.

### IMPOSTOS FUNDAMENTAIS NA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE



**Consequências**

- existência de trabalho forçado
- poucas terras dos aldeãos cultivadas por falta de mão-de-obra
- desestruturação das famílias locais e da sociedade
- pobreza e fome
- existência de mecanismos de dominação do capital sobre o trabalho



[52] Esquema do impacto do mussoco e do imposto da palhota.

A cobrança destes impostos só foi possível porque foram implementados bons instrumentos de controlo das populações: a **caderneta indígena** e os recenseamentos da população. O regime de caderneta individual indígena imposto pelas autoridades coloniais e o aperfeiçoamento do **recenseamento colonial** permitiram à companhia um maior controlo sobre a população, levando à obtenção de maiores receitas como resultado da cobrança de impostos.

#### Exercitando competências

1. Redija um texto de 20 linhas, no mínimo, sobre o imposto da palhota e o mussoco e as suas consequências na sociedade da época.
2. Analise o esquema [52] e explique porque era necessário haver um controlo das populações.
3. Como era efectuado esse controlo?

### Vocabulário

#### Concessionária

Que obteve uma concessão ou privilégio.

#### Farms

Propriedade agrícola; exploração pecuária.

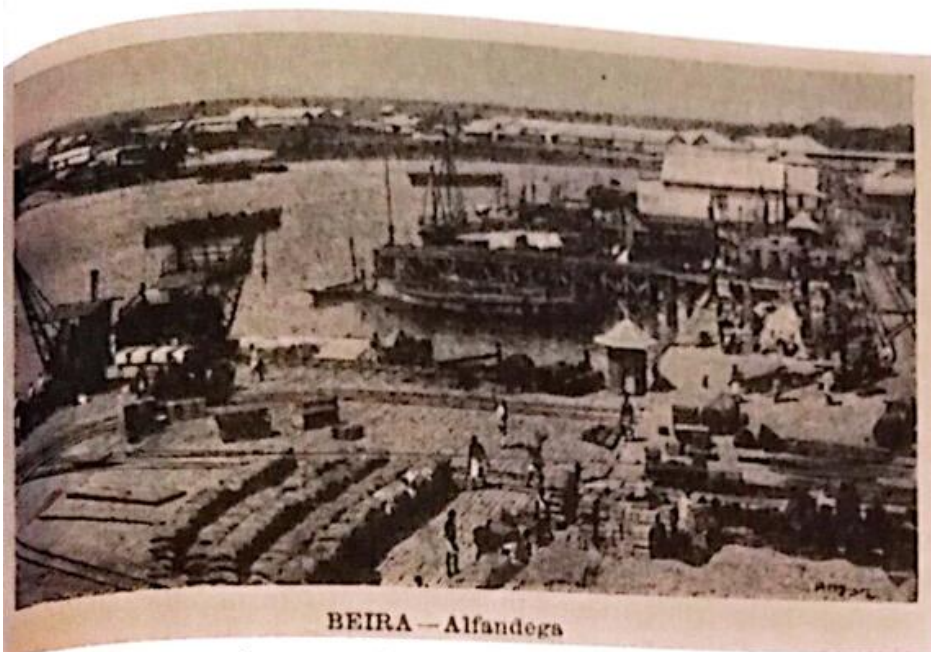
### 4.2.8.3. A política concessionária

A Companhia de Moçambique desenvolveu a política **concessionária**, baseada no direito de posse sobre a terra segundo a Carta Concessionária. Deste modo, para a companhia, o **arrendamento da terra** às empresas subsidiárias ou aos colonos era uma actividade especulativa que proporcionava uma **elevada rentabilidade**.

O direito de posse sobre a terra proporcionava à Companhia um benefício indirecto, quer dos lucros obtidos do desenvolvimento das explorações agrícolas e mineiras dos arrendatários, quer das taxas normais do arrendamento.

A companhia fazia diferentes tipos de concessões: mineiras, de infra-estruturas dos transportes, agrícolas e de construção.

Concessões da Companhia de Moçambique	
Tipo de concessão	Descrição
Concessões mineiras	<ul style="list-style-type: none"><li>– na zona de Macequece iniciaram a prospeção e exploração de ouro;</li><li>– assim, várias sociedades começaram a adquirir <i>cailms</i> (terrenos para as acções de exploração mineira);</li><li>– a companhia instalou naquele local uma delegação do Serviço dos Negócios Indígenas, de modo a facilitar a obtenção da mão-de-obra barata;</li><li>– como forma de prestar assistência financeira às empresas mineiras criou-se o Fundo de Crédito Mineiro.</li></ul>
Concessões nas infra-estruturas dos transportes	<ul style="list-style-type: none"><li>– cedência de exploração à <i>The Beira Railway</i>, sociedade constituída por capitais ingleses (<i>British South Africa Company</i>), da construção das <b>linhas de caminho-de-ferro</b> que ligam a Beira a Macequece;</li><li>– construção do <b>Porto da Beira</b>, em 1925, por <i>The Port of Beira Development Corporation</i>;</li><li>– esta obra foi concluída em 1929, proporcionando <b>vantagens para a companhia</b>: aumento das receitas resultantes da cobrança de impostos aduaneiros sobre a importação e exportação, bem como o trânsito de mercadorias para as Rodésias e a Niassalândia; dinamizou a agricultura colonial, bem como a exploração mineira, e facilitou o escoamento da produção camponesa.</li></ul>
Concessões agrícolas	<ul style="list-style-type: none"><li>– só no período 1895-96 é que surgem algumas concessões com uma significativa importância;</li><li>– concessões a destacar: concessão de Marromeu, Búzi e Moribane, pertencentes à Sociedade Açucareira da África Oriental; concessão do prazo de Gorongosa à Companhia de Gorongosa; arrendamento do prazo de Chupanga à Companhia de Luabo; etc.;</li><li>– produção agrícola virada em parte para uma <b>economia de plantação</b>: produção de culturas para a exportação, como a sacarina, o coqueiro, a borracha, o algodão e também para o desenvolvimento de <b>farms</b> com culturas de milho, fruticultura e horticultura, que serviam para abastecer os centros urbanos e vilas e também para exportação.</li></ul>



BEIRA — Alfandega

[53] Porto da Beira cuja concessão de construção foi feita à *The Port of Beira Development Corporation*.

### Exercitando competências

1. O que entende por política concessionária?
2. Quais as vantagens em concessionar terras para exploração?
3. Aponte pelo menos uma desvantagem da política de concessão.
4. Que tipo de concessões foram feitas na Companhia de Moçambique?
5. Descreva cada um dos tipos de concessões da Companhia de Moçambique.

#### 4.2.8.4. A política laboral

As autoridades coloniais portuguesas viam no trabalho africano um dos maiores recursos que as colónias possuíam e um recurso cujo valor podia ser facilmente arrecadado.

As autoridades portuguesas com a abolição da escravatura vêem-se num dilema no que diz respeito à gestão e controlo de mão-de-obra, pois era preciso garantir a força de trabalho necessária para continuar com a exploração. Assim, foram elaborados instrumentos legislativos que preconizavam o controlo da força de trabalho sem recorrer a um sistema de escravatura aberto.

O Código de Trabalho apresentado por António Enes, em 1899, defendeu a justeza legal da força de trabalho africano, conhecido pelo nome de **chibalo**, onde todos os camponeses africanos eram obrigados a procurar e a adquirir pelo trabalho os meios que necessitavam para a subsistência e para elevar o seu nível de vida.

*Não há que ter escrúpulos em obrigar, forçar esses rudes negros de África a trabalhar, a civilizarem-se a si mesmos através do trabalho.*

António Enes, 1899

[54] Para Enes, obrigar os negros a trabalhar não era motivo de vergonha, muito pelo contrário, era uma obra de civilização.

O domínio e exploração do trabalho assalariado nas plantações, *farms*, explorações mineiras e outros sectores da economia colonial constituíam formas de desenvolvimento do **capitalismo colonial**.

Assim, o **trabalho assalariado** para os camponeses não constituía a única fonte de sobrevivência, pois tinham as suas **machambas**, onde cultivavam alimentos para si e suas famílias.

Enquanto os camponeses tivessem a sua terra para cultivar, não se interessavam pelo trabalho assalariado. O campesinato não tinha uma motivação para as solicitações de trabalho assalariado. Por isso, a Companhia de Moçambique teve de utilizar outros **métodos para garantir o fornecimento de mão-de-obra** a preços baixos. Sem esta mão-de-obra era impossível garantir o desenvolvimento da economia colonial. A primeira medida tomada, como forma de garantir o trabalho assalariado, foi a institucionalização do **imposto em dinheiro**. Assim, os camponeses eram obrigados a trabalhar para obterem o dinheiro para o pagamento de impostos.

A principal **legislação de trabalho** aprovada pelo Governo português para o território foi:

- o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas no Território da Companhia de Moçambique*;
- o *Regulamento para o Fornecimento de Indígenas a Particulares no Território de Manica e Sofala*;
- e o *Regulamento para o Recrutamento de Indígenas de Manica e Sofala*.

Estes regulamentos assentavam em **três aspectos essenciais**: a institucionalização do trabalho forçado; o sistema de controlo rigoroso da força de trabalho; e a interdição de recrutamento para serviços fora do território.



[55] Machamba de arroz na actualidade, Moçambique.

## Aspectos essenciais dos regulamentos sobre o trabalho na Companhia de Moçambique

### Institucionalização do trabalho forçado

- obrigava todas as pessoas em idade activa a prestarem o trabalho assalariado;
- o camponês era obrigado ou a vender de forma coerciva a sua força de trabalho ou a dedicar-se a culturas viradas para a exportação em benefício do capital estrangeiro;
- esta situação criava, no seio do núcleo familiar, uma grande instabilidade, pois prejudicava o desenvolvimento da economia familiar de subsistência.

### O sistema de controlo rigoroso da força de trabalho

- cada trabalhador devia ser portador de um **certificado** onde estivesse patente o tempo de serviço prestado à companhia e as datas de início e de termo do contrato;
- entre 1926-27 é instituído o regime de **Caderneta de Identificação Indígena** para os indivíduos do sexo masculino com idade aparente ou provada superior a 14 anos;
- desde então, todos os indivíduos eram obrigados a circular com esta caderneta individual;
- na caderneta registavam-se os contratos de trabalhos cumpridos e a sua história criminal;
- os chefes de circunscrição e os seus subordinados, régulos ou inhacuacua, chefes de povoação ou fumos, sipaios e outros auxiliares foram obrigados a implementar rigorosamente este regime de caderneta;
- o **recenseamento colonial** passou também a constituir um instrumento de controlo do pagamento dos impostos e do trabalho forçado.

### Interdição de recrutamento para serviços fora do território

- o recrutamento da mão-de-obra devia ser feito dentro do território da companhia;
- a emigração clandestina era proibida;
- para impedir a fuga dos trabalhadores para fora do território foi imposto um policiamento rigoroso nas fronteiras;
- a aplicação destas medidas serviram para a companhia reduzir o problema da falta da mão-de-obra, mas promoveu o pagamento de salários baixos, mesmo aos trabalhadores classificados como “voluntários”;
- consequências destas medidas: fugas para os países vizinhos ou outras zonas da colónia; adopção por parte dos camponeses de nomes falsos; falta de mão-de-obra e a revolta de Barué de 1905 e 1917 contra a presença colonial.

Para fazer face à crise de mão-de-obra, João Pery de Lind, em 1911, criou a Repartição do Trabalho Indígena, RTI, cuja finalidade era a centralização da procura e da oferta de mão-de-obra. João Pery convenceu os *farmeiros* a aceitarem trabalhadores provenientes dos distritos de Moçambique, Tete e Zambézia, além da mão-de-obra recrutada localmente.

Com o Estado Novo foi decretado a 6 de Dezembro de 1928 o Código do Trabalho Indígena, que impunha como **dever moral** para cada cidadão procurar trabalho, mas era contrário ao trabalho obrigatório para fins exclusivamente privados.

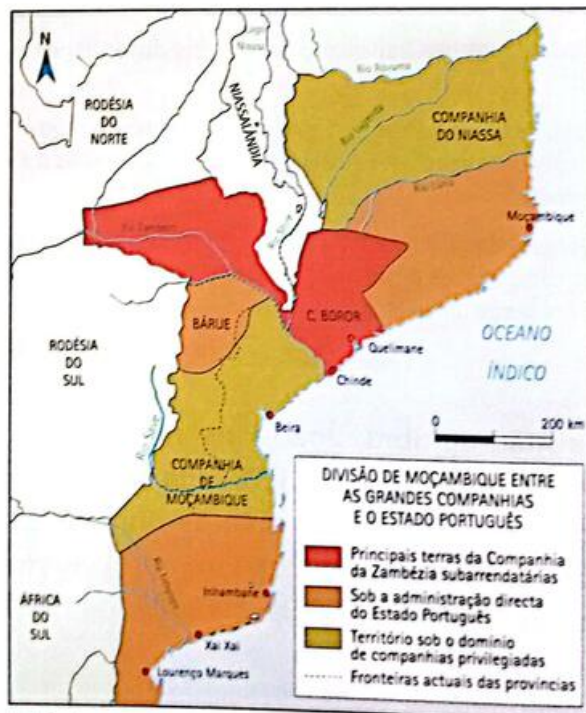
### Exercitando competências

1. Explique o que defendia o Código de Trabalho apresentado por António Enes.
2. O novo decreto de 6 de Dezembro de 1928 impunha um novo dever aos trabalhadores. Qual era esse dever e como se intitulava esse diploma?
3. A Companhia de Moçambique desenvolveu com o Estado colonial um conjunto de medidas severas como forma de controlar a mão-de-obra.
  - 3.1 Quais foram essas medidas?
  - 3.2 Aponte consequências derivadas da implementação destas medidas.

## 4.2.9. O Sul e o trabalho migratório

### 4.2.9.1. A situação política e económica do Sul do Save em 1880

Uma das principais características do sistema colonial português era o seu carácter de **dependência em relação ao capital estrangeiro**. Em 1880, essa dependência continuava, sobretudo, nos territórios que o Estado português tinha de administrar, como a zona abaixo do rio Save.



[56] A sul do rio Save, em 1880, localizavam-se territórios sob a administração directa do Estado português. Eram territórios que hoje corresponderiam, *grosso modo*, a Inhambane, Gaza e Maputo.

Portugal transformou-se num Estado dependente e a economia moçambicana numa economia de prestação de serviços. Moçambique era a principal reserva de força de trabalho para o mercado da África Austral e um campo aberto ao investimento internacional.

A partir de finais do século XIX, a mão-de-obra moçambicana e a sua exportação para os centros mais avançados da acumulação capitalista na África do Sul tornou-se uma das características mais importantes da história colonial do país.

O recrutamento da mão-de-obra moçambicana para a África do Sul foi confiado à **WENELA**, organização da câmara das minas que detinha o monopólio do recrutamento em Moçambique. Este monopólio foi obtido por meio de um acordo secreto com as autoridades portuguesas em 1901 e confirmado mais tarde na Convenção de 1909. Esta organização proporcionava à indústria mineira um fornecimento constante de trabalhadores, bem como o controlo sobre o número de trabalhadores recrutados, em conformidade com as necessidades de cada momento.



[57] Trabalhadores negros, brancos e chineses numa mina na África do Sul, em 1890-1900.



### Exercitando competências

1. Portugal era dependente política, mas sobretudo economicamente, das outras potências. Concorda com esta afirmação? Justifique.
2. Atendendo ao mapa [56], porque era essa dependência evidente a sul do Save?
3. Observe a imagem [57] e justifique a frase: a sul do Save residia a mão-de-obra necessária às minas de outras potências.

#### 4.2.9.2. Os acordos sobre o trabalho: 1867, 1897, 1901, 1909 e 1928

A partir de 1867, com a crescente saída de mão-de-obra moçambicana para a África do Sul, Portugal sentiu necessidade de regulamentar o sector. Nesse sentido publicou alguns acordos sobre o trabalho.

## Acordos sobre o trabalho

Ano	Descrição
1867	Os governos de Natal (África do Sul) e de Portugal estabeleceram um acordo que permitia a saída voluntária de trabalhadores, a partir de Lourenço Marques por via marítima; – foi alargado em 1875 no sentido de permitir aos moçambicanos trabalharem na província do Cabo.
1897	O primeiro estatuto regulamentado sobre a migração de trabalhadores para o Transvaal foi estabelecido pelo governador colonial de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque. Este estatuto estabelecia a função de curador, cujo titular tinha como competências dirigir e controlar os “nativos” moçambicanos na África do Sul. – neste mesmo ano foi criada a Witwatersrand Native Labour Association, WENELA.
1901	O recrutamento de trabalhadores moçambicanos foi interrompido quando começou a guerra Anglo-Bóer (1899-1902). Segundo os novos regulamentos assinados pelos ingleses, depois de estes terem assumido o controlo do Transvaal, e como resultado de pressão por parte dos colonos em Moçambique, o período de contrato foi limitado a um ano. Foi permitido à WENELA gerir o monopólio de recrutamento no Sul de Moçambique.
1909	Nesta data foi oficialmente assinada a primeira Convenção entre Moçambique e o Transvaal e o recrutamento de mão-de-obra. A Convenção estabelecia o seguinte: a) a manutenção de uma “zona de competência” da parte de Lourenço Marques em relação à área do Rand; a garantia de que 50% do tráfego dessa área passaria pelo porto de Lourenço Marques; o estabelecimento de uma comissão mista para a coordenação dos dois sistemas ferroviários; e o sistema de tarifas ferroviárias; b) a formalização do acordo prévio que estabelecia o monopólio de recrutamento da WENELA; um sistema de pagamento diferido de salários (mas numa base voluntária); a possibilidade de o Governo português poder cobrar os impostos nas minas; o direito a receber uma taxa por cada mineiro recrutado, a ser paga pelas minas; os contratos teriam a duração de 12 meses, mas renováveis.
1928	Este acordo que devia vigorar durante dez anos incluía os seguintes pontos principais: a) mantinha em vigor todos os acordos anteriores no que diz respeito ao porto de Lourenço Marques, nomeadamente o que estabelecia que 50% das importações por mar dirigidas à “zona de competência” do Rand, e que seriam feitas através de Lourenço Marques; b) o período de contrato era de 12 meses, extensíveis por mais 6 meses, e era proibido voltar a empregar os trabalhadores antes destes terem passado, pelo menos, 6 meses em Moçambique, depois de cada contrato; c) estabelecia um sistema de pagamento diferido obrigatório, nos termos do qual uma parte dos salários era entregue à Curadoria e pago aos trabalhadores depois do seu regresso a Moçambique; d) estipulava que o número de moçambicanos nas minas fosse reduzido para 80 mil mineiros até 1933. Impôs o repatriamento compulsivo depois desse período e proibia a celebração de um novo contrato durante os seis meses seguintes.

### Exercitando competências

- Redija um texto, no máximo com 20 linhas, sobre as principais preocupações dos acordos laborais firmados entre 1867 e 1928.

### 4.2.9.3. A entrada do Sul do Save na economia-mundo

A entrada do Sul do Save na economia-mundo fez-se de várias formas e a vários ritmos.

As unidades políticas a sul do Save até 1880 eram politicamente independentes do sistema colonial português. Antes da conquista e dominação colonial, os estados africanos estabeleciam relações comerciais com o capital asiático e europeu através de pequenos estabelecimentos portugueses em Inhambane e Lourenço Marques, situados ao longo da costa e alguns no interior. Os Estados mais pujantes eram Gaza e Maputo. Estes Estados fizeram parte da economia-mundo ao estabelecerem contactos com mercadores estrangeiros, essencialmente **na caça ao elefante e produção de oleaginosas.**

Na segunda metade do século XIX, a economia do Sul de Moçambique começou a ser profundamente influenciada pela **expansão da economia capitalista** que se verificava nas colónias britânicas do Cabo e do Natal e nas repúblicas bóers do Transvaal e Orange.

Com o fim da caça ao elefante e da exportação do marfim em larga escala, novas actividades se desenvolveram, tais como:

- o aumento da exportação de milho;
- a exportação de peles de animais destinadas aos mercados de Natal;
- a exportação de amendoim para Marselha;
- Lourenço Marques tornou-se um local de trânsito de muitos homens de negócios e dos recrutadores de mão-de-obra para as minas da África do Sul;
- o crescimento de empreendimentos comerciais, incluindo a construção de lojas, armazéns e hotéis;
- a abertura das minas de diamantes em Kimberley, dando início à exportação de mão-de-obra para as minas.



[58] Minas de Kimberley, em 1872.

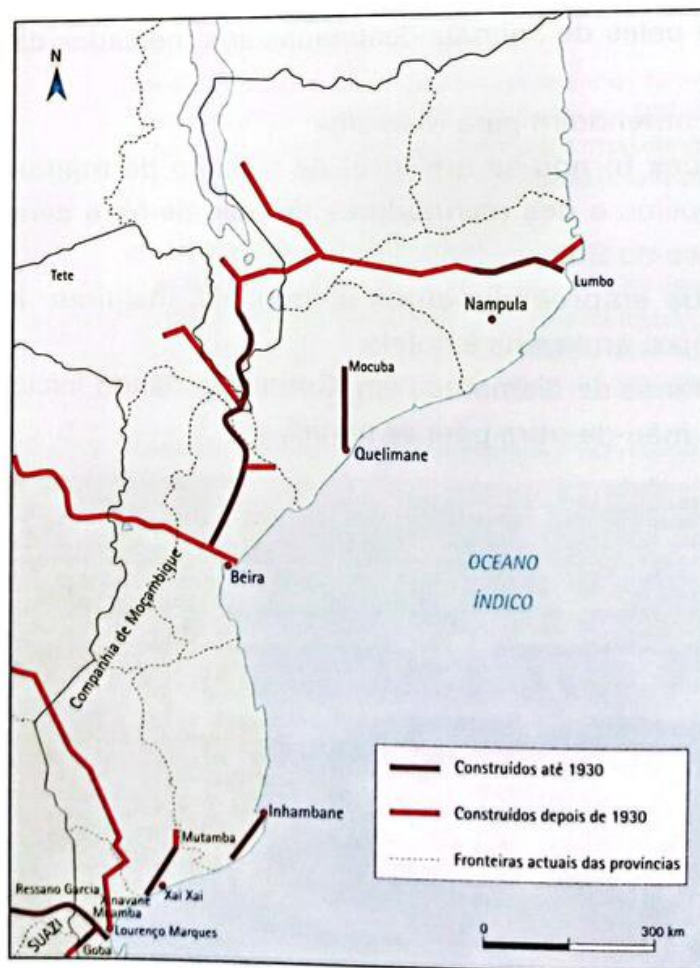
O Sul de Moçambique, na altura do desenvolvimento capitalista das actuais províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, transformou-se na principal reserva de **mão-de-obra**, quer para o mercado interno em crescimento quer para a África do Sul.

### Exercitando competências

1. O Sul do Save nunca precisou do colonizador português para ser bem-sucedido no comércio internacional. Concorda com esta frase? Justifique.
2. Uma das "minas" do Sul do Save era as suas gentes. Concorda com esta frase? Justifique.
3. Qual foi a importância da África do Sul na entrada do Sul do Save na economia-mundo?

#### 4.2.9.4. As vias de comunicação

Toda a economia colonial de Moçambique dependia de dois factores importantes: a utilização da mão-de-obra africana (para uso interno ou para exportação) e a cobrança de impostos aos camponeses. Mas para a colónia crescer economicamente e ser completamente dominada pelo invasor era necessário implementar um bom sistema de comunicações. A via-férrea foi a opção escolhida, por excelência. Contudo, também se registou um interesse substancial em desenvolver os portos e algumas estradas térreas.



[59] Mapa da rede ferroviária de Moçambique.

A ideia da construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transvaal foi objecto de discussão pela primeira vez em 1870, no domínio e influência britânicos e Lourenço Marques garantia-lhe a libertação por via marítima. Para Portugal, a construção do caminho-de-ferro era importante porque serviria de corredor de acesso ao interior, facto relevante na implementação do princípio da ocupação efectiva.

Outra linha de comunicação importante era a linha que ligava Beira à Rodésia. Os trabalhos da sua construção iniciaram-se em 1892, com a construção da linha férrea Beira-Macequece e, em 1897, com a construção da linha férrea entre Beira e Umtail. Esta linha começou a funcionar oficialmente somente em 1898.

#### Cronologia das principais vias de comunicação de Moçambique

1871	Início da construção da estrada de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal
1887	Início da construção da linha férrea Lourenço Marques-Transvaal
1892	Início dos trabalhos de construção da linha de caminho-de-ferro Beira-Macequece
1897	Linha férrea Beira-Umtali entra em funcionamento (via reduzida)
1901	Linha de caminho-de-ferro, via normal, entre Beira e a Rodésia do Sul encontra-se em expansão
1912	Linha de caminho-de-ferro Suazilândia chega a Goba
1929	Conclusão da construção do porto de Maputo

#### Exercitando competências

1. Que acções foram desenvolvidas para melhorar o sistema das vias de comunicação em Moçambique nos finais do século XIX e princípios do século XX?
2. Relacione a cronologia acima com o mapa [59] e identifique o meio de transporte e via de comunicação mais privilegiados.
3. Qual a sua importância para a economia a sul do Save?

#### 4.2.10. A política social

##### 4.2.10.1. A estrutura social

O processo de colonização do território de Moçambique foi dinamizado pela burguesia colonial aliada à burguesia estrangeira.

O objectivo principal era a exploração de recursos usando a força de trabalho local, os camponeses. A convivência destas camadas sociais não foi pacífica, pois os camponeses mantiveram sempre a sua resistência activa contra a ocupação colonial, através de fugas maciças, revoltas, greves, etc.

#### A estrutura social de Moçambique no início da ocupação efectiva

<b>Burguesia</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– colonial e estrangeira;</li><li>– fomentou o colonialismo capitalista.</li></ul>
<b>Camponeses</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– garantiam a força de trabalho nas plantações, transportes, minas e comércio rural;</li><li>– com o pagamento dos seus impostos forneciam grande parte dos rendimentos ao Governo;</li><li>– constituíam o principal consumidor de grandes quantidades de produtos de indústrias portuguesas e europeias.</li></ul>

Com o desenvolvimento da economia colonial em Moçambique, emergiram outras camadas sociais secundárias, que tiveram um papel importante na vida política e económica da colónia. Por exemplo, a **burguesia comercial local** sediada em Lourenço Marques interessada na sua maioria pelo crescimento das importações e exportações de produtos. Mais tarde, surge a **burguesia agrícola local** composta por colonos que, no processo de ocupação de terras, foram expulsando os camponeses dos melhores terrenos.

No Sul de Moçambique esta nova burguesia local entrava sempre em **conflito** com a burguesia da Europa e o Estado colonial, bem como com a burguesia mineira inglesa.

#### Exercitando competências

1. Com o avançar do capitalismo colonial, a estrutura social de Moçambique tornou-se mais complexa. Concorda com a frase? Justifique-a à luz do conhecimento que tem sobre as várias camadas da população na época.
2. A burguesia vivia em conflitos com quem e porquê?

#### 4.2.10.2. A emergência do proletariado urbano

A integração económica de Moçambique no **complexo económico da África Austral** esteve na origem da emergência do **proletariado** urbano. A construção e desenvolvimento dos portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e Beira foram impulsionados não só pelos capitais estrangeiros como também pelo crescimento dos aglomerados populacionais urbanos. A estes locais convergiam obrigatoriamente e voluntariamente milhares de pessoas à procura de trabalho, oportunidades de negócios e melhores condições de vida.

#### Vocabulário

##### Proletariado

É a classe operária. Pertencem ao proletariado todas as pessoas que não detêm meios de produção, produzem mais-valia e vivem essencialmente de um salário em troca da sua força de trabalho. Divide-se em industrial, agrícola, dos transportes, de construção, das minas, dos portos e das pescas.

*História de Moçambique,*  
vol. I, p. 494

As construções nos centros urbanos exigiam a utilização de muita mão-de-obra, recrutada muitas vezes em regime de trabalho obrigatório. A necessidade de manutenção de diversas actividades exigia cada vez mais mão-de-obra assalariada, bem como a fixação de mais colonos portugueses nos centros urbanos; por exemplo, a par da construção de centros urbanos, havia a necessidade de mão-de-obra para serviços paralelos, como obras públicas, turismo, remoção de lixo, trabalho doméstico, etc. Assim, surgiram as camadas sociais de **semiproletários urbanos**.

No porto e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, por volta de 1912, o número de trabalhadores ultrapassava os 26 mil e, em 1928, era cerca de 37 mil entre africanos e não-africanos. O porto de Lourenço Marques foi o principal centro embrionário do proletariado urbano e constituía um importante empregador dessa mão-de-obra.

Contudo, esta camada de proletariado urbano em emergência apresentava uma instabilidade acentuada, pois na sua maioria eram trabalhadores não qualificados, agrupados numa base étnica e regional.

Os salários serviam para pagar os impostos liquidados em dinheiro, para o sustento da família e para o pagamento do **lobolo**.

O proletariado urbano pouco a pouco vai tomando consciência da exploração e isolamento de que é alvo, o que originará greves e manifestações.

### 4.2.10.3. A luta do proletariado urbano

Os centros urbanos da Beira e Lourenço Marques, por serem os mais ricos em proletariado, registaram várias greves e manifestações. Contudo, mesmo na luta dos trabalhadores havia diferenças entre negros e brancos.



[60] Construção do porto de Lourenço Marques em 1892.

#### Exercitando competências

1. Defina proletariado por palavras suas.
2. Qual foi o sector que viu emergir os proletários?
3. E qual foi a cidade mais importante na emergência do proletariado urbano?

As principais greves dos anos 20	
Ano	Descrição da greve
1916	Greve do pessoal branco dos transportes urbanos
1917	Greve dos ferroviários brancos
1919	Greve dos estivadores negros
1920	Greve dos ferroviários brancos Greve do pessoal branco dos transportes urbanos
1921	Greve dos estivadores negros
1923	Greve do pessoal branco dos transportes urbanos
1925	Greve geral contra a Companhia Majestática da Beira

Embora não houvesse organizações sindicais no seio dos trabalhadores negros moçambicanos, a luta destes esteve sempre presente, manifestando-se de diferentes formas.

Os exemplos mais reportados foram as greves dos trabalhadores assalariados da Beira e Lourenço Marques. A greve da Beira foi uma consequência, segundo jornais da época, da crise económica mundial que afectou Manica e Sofala. Após 1928, a baixa de cotação para os principais produtos agrícolas provocou a falência de muitas propriedades agrícolas dos colonos e despedimentos em massa dos trabalhadores das grandes plantações. Verificou-se também um declínio das exportações e importações para a Rodésia do Sul e uma redução do tráfego ferroviário de Manica e Sofala. Esta situação ocasionou o excedente de mão-de-obra, levando a que os salários baixassem, o que preocupava ainda mais os trabalhadores. A Companhia de Moçambique também sofreu com a crise, pois viu os seus rendimentos declinarem. Na Beira, os serviços assalariados dos diferentes ramos de actividades insistiam em exigir a diminuição de impostos cobrados pela companhia.

#### Laboratório do historiador

Elabore um trabalho de pesquisa e síntese histórica sobre uma greve de trabalhadores negros e uma de trabalhadores brancos:

- pesquise imagens e textos em jornais, revistas, livros e *sites* da Internet;
- indique os objectivos das greves;
- registre as suas conquistas;
- analise e confronte as diferenças entre ambas.

#### 4.2.10.4. A I Guerra Mundial e a crise económica e social da década de 20



[61] Richebourg, França: cemitério militar português onde se encontram sepultados os portugueses mortos em La Lys.

Com o início da I Guerra Mundial, em 1914, os problemas económicos de Portugal começam a ser mais evidentes. O sector financeiro ressentiu-se logo e promoveu-se a **desvalorização da moeda**, o escudo português. Esta situação resultou no aumento do custo de vida, na queda de salários, no agravamento dos impostos, etc. Para Moçambique, registaram-se aumentos do mussoco e do imposto da palhota. Em algumas zonas do território, principalmente no Sul, estes impostos passaram a ser exigidos em libras (moeda inglesa que na altura era usada no mercado sul-africano e rodesiano), tanto ao trabalhador migrante como aos demais trabalhadores locais.

Foi neste período que se agravaram os **problemas de recrutamento de mão-de-obra**, fonte de obtenção

das receitas em libras. A administração colonial levou a cabo acções violentas que passavam pelo aprisionamento de pessoas e rusgas nas aldeias, como forma de garantir mão-de-obra para as companhias, obras públicas e também para ingressarem nas fileiras de combate por Portugal. A I Guerra Mundial exigiu a utilização de recursos materiais e humanos dos países em confronto e também das suas colónias.

*Estima-se, provisoriamente, em 100 mil o número de moçambicanos recrutados obrigatoriamente. Estes recrutados destinavam-se a engrossar o exército português, que operava no Norte de Moçambique contra as forças alemãs vindas do Tanganica.*

*História de Moçambique, vol. II, p. 23*

[62] A I Guerra Mundial era alimentada também por exércitos forçados de moçambicanos.

### Exercitando competências

1. Analise o documento [62] e redija um texto, no mínimo com 10 linhas, sobre as consequências da I Guerra Mundial na economia e sociedade moçambicanas da década de 20.
2. Quais foram as medidas encetadas pela administração colonial para controlar os problemas económicos e sociais?

## 4.2.11. As primeiras formulações nacionalistas

As primeiras formulações **nacionalistas** surgem no âmbito da nova dinâmica da política colonial e da crise económica mundial do pós-I Guerra Mundial. Às populações de Moçambique era-lhes negado o exercício dos direitos políticos e o único caminho era, consequentemente, a luta pela emancipação.

O nascimento do nacionalismo moçambicano, bem como a contestação ao colonialismo europeu, manifestava-se nas associações, na imprensa e na poesia, na linha de um movimento mais amplo de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou de **pan-africanismo**.

### 4.2.11.1. Diferença entre nacionalismo europeu e africano

Os movimentos nacionalistas foram despoletados na Europa e nos EUA. A primeira revolução liberal de cunho nacionalista foi a Revolução Americana em 1776. Depois, as ideias revolucionárias

### Vocabulário

**Nacionalismo**  
Preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence; patriotismo; movimento político que reclama o direito de um povo de constituir uma nação.

**Pan-africanismo**  
Tinha como objectivo a união dos povos de África na luta pela promoção da identidade cultural e na emancipação africana.

nacionalistas espalharam-se à Europa e a Revolução Francesa foi a sua expressão máxima, em 1789. Depois dos EUA e da Europa, os movimentos nacionalistas difundem-se pela América Latina, Ásia e no século XX chegam a África.



[63] Pintura a óleo sobre a Revolução Americana, *Surrender of Lord Cornwallis at Yorktown*.

Mas o que distingue os nacionalismos europeus dos de África?

### Esquerda *versus* direita

Os movimentos nacionalistas estão ligados tanto a facções políticas de **esquerda** como da **direita**, tendo dado origem a regimes fascistas e de direita na Europa, mas também a movimentos autonomistas e de esquerda, tanto em África como na Ásia.

### Racistas *versus* autonomistas

O nacionalismo, embora mais concentrado nas identidades históricas e culturais dos povos, foi também usado pelos sectores **pró-racistas** para sustentar as diferenças étnicas que estiveram na base dos movimentos fascistas, neofascistas ou os sectores nacionalistas conservadores, que defendem certas formas menos radicais de racismo. Em África o nacionalismo era um movimento, um sentimento de busca pela autonomia da **opressão colonialista**.

### Liberdade e prosperidade para todos

No início dos movimentos nacionalistas, como na Revolução Americana, o desejo era a liberdade aliada à necessidade de engrandecimento e prosperidade. Nos últimos movimentos nacionalistas africanos, esse desejo mantinha-se. Os povos do mundo sempre sentiram a necessidade de serem livres, mas prósperos e ricos.



[64] Nkrumah, líder ganês, e MaoTsé-Tung, líder comunista chinês.

### Exercitando competências

1. Construa e complete uma tabela-resumo com as principais diferenças entre os nacionalismos europeu e africano.
2. Quais eram as necessidades comuns aos dois nacionalismos?

#### 4.2.11.2. O papel das associações: o Grémio Africano, a Liga Africana e a Associação Africana de Moçambique

Foi permitido a uma pequena **minoría** de indivíduos instruídos, negra geral mulatos e assimilados, alguma actividade de carácter político, associativa e sindical. Foi assim que, na década 30, começou a surgir um surto de críticas contra aspectos do colonialismo português.

Neste período começaram também a aparecer vários movimentos associativos e alguns jornais de contestação, apesar de vigorar a Lei da Imprensa de 1926, que impunha cautela e diminuta liberdade de expressão.

Em 1920, foi legalizado o **Grémio Africano** de Lourenço Marques, que era tido como a **mais importante organização da oposição moderada**. Nessa altura mudou de nome para **Associação Africana da Colónia de Moçambique**.

Esta organização foi dirigida desde a sua criação pelos irmãos Albasini e era composta por mulatos e negros assimilados. Entre as personalidades ligadas ao Grémio, para além dos irmãos Albasini, destacavam-se Estácio Dias, Karel Pott, Francisco Benfica, etc. Esta organização surgiu como um instrumento da valorização cultural e promoção intelectual da comunidade negra. Contudo, na essência, era pela **defesa dos mulatos e assimilados e contra a discriminação racial**. Devido à sua fraca capacidade económica, o Grémio dependia dos fundos do Estado para o exercício das suas actividades. O jornal *O Brado Africano* constituía a expressão mais activa e prática desta organização.



[65] Karel Pott é o mulato ao centro, com a criança ao colo, a sua afilhada portuguesa.

*Assentando baterias...*

*Todo aquele que não luta pelo seu Direito condemna-se voluntariamente a ser capacho dos outros. Parar é morrer (...) Ante o Altar do Dever prostremo-nos pois e façamos por nos fazer ouvir nas nossas queixas, nos nossos brados, nas nossas suplicas! Programa... Para quê a explanação aqui de um programa, se todos sabem ao que vimos e o que queremos? Vamos seguir a mesmíssima senda que encetamos ao fundar O Africano em 1908.*

João Albasini, Editorial de "O Brado Africano", 1918-12-24

[66] *O Brado Africano* foi o grande momento dos irmãos Albasini. Texto do editorial de lançamento do jornal, firmado por João Albasini.

Em 1930, **Karel Pott** é indicado como director do jornal *O Brado Africano* e, em 1932, foi eleito presidente do Grémio Africano, tendo imprimido uma forte dinâmica ao movimento de contestação, que pouco a pouco foi assumindo o seu **carácter nacionalista**.

O Grémio Africano de Lourenço Marques, entre 1931-32, foi seriamente abalado por divergências internas de carácter racial e ideológico: a ala radical dos assimilados negros defendia a promoção de acções enérgicas contra as barreiras raciais de que eram vítimas, mas os mulatos não concordavam pois estes tinham acesso mais fácil à educação e ao emprego, defendendo deste modo posições mais moderadas.

Sobre o pan-africanismo recordem-se os conteúdos da 11.ª classe.

Gradualmente, começam a surgir outros grémios por todo o país:

- Grémio Africano de Quelimane, fundado em 1925; só em 1931 viu os seus estatutos aprovados;
- Grémio Africano de Moçambique, surgiu de um grupo de pessoas na ilha de Moçambique em 1924-25, mas só em 1930 foi oficialmente conhecido por Grémio Luso-Africano da Ilha;
- Grémio Africano de Manica e Sofala, surgiu em 1932 na Cidade da Beira; nos seus estatutos defendia a protecção moral e material dos africanos e dos seus membros.

As divergências internas do Grémio Africano foram aproveitadas pelo regime para dividir os mulatos e os assimilados e fragilizar a sua acção reivindicativa. Foi assim que se consumou a divisão entre ambos: os negros saíram do Grémio e formaram o **Instituto Negro-filo**, cujos estatutos foram imediatamente aprovados pelo regime colonial em Março de 1932. As figuras mais importantes do Instituto foram: Brown Dulela, João Manuel e Enoque Libombo.

Em 1910 nascia a **Liga Africana**, que chegou a patrocinar a 2.ª parte do Congresso Pan-Africano, realizado em Lisboa em 1923. A Liga era um movimento político e social que buscava a igualdade de direitos entre os moçambicanos e foi influenciada pelo Pan-Africanismo de Nkrumah, Burghardt du Bois, etc.

#### Laboratório do historiador

Redija um trabalho de pesquisa sobre as primeiras formulações nacionalistas em Moçambique, tendo em conta os seguintes aspectos:

- os factores internos e externos;
- o surgimento das associações e o seu papel;
- os desentendimentos e as divisões raciais.

#### Exercitando competências

1. Leia a fonte [66] e refira como se intitulava o jornal editado pelo Grémio Africano.
2. Quem foi o seu primeiro editor?
3. O que era a Liga Africana?
4. O que era a Associação Africana da Colónia de Moçambique?
5. O que tinham estas associações em comum?

#### 4.2.11.3. O papel da imprensa

A imprensa moçambicana serviu para denunciar abusos e veicular a literatura de constatação. Em 1868, foi publicado em Moçambique o jornal **Progresso**, o primeiro jornal não oficial. O tempo da sua publicação teve uma curta história, mas deu início a um período

bastante combativo. O **Proletário** surge em 1912. Era um jornal criado por militantes residentes em Moçambique e estava ligado ao Partido Socialista português. Esta publicação defendia as ideias de igualdade, fraternidade e justiça, uma luta acesa no sentido de despertar a consciência operária entre os colonos brancos. Seguiram-se outras publicações: o **Ferrovário**, 1915-16; o **Germinal**, 1914-18; o **Simplex**, 1911-13, entre outras.

Nos anos 1910-11, a Lei da Censura de João Belo, então Ministro das Colónias, tornou a situação mais grave e previa acções duras de repressão contra o movimento sindical e os seus jornais. Face à presente lei, os jornalistas tentaram responder legalmente com a alteração de nome dos jornais. Por exemplo, o jornal **O Emancipador** tomou em 1926, ano de publicação da famigerada Lei de Censura, nomes como **Emancipador Amordaçado**.

**Alfredo de Aguiar** foi o precursor do movimento de contestação ao sistema colonial através da imprensa. Em Quelimane, onde se radicou, este angolano dedicou-se à actividade jornalística, criando vários jornais.

No período de contestação ao regime colonial, destacaram-se duas figuras do mundo jornalístico: os irmãos Albasini, que lutavam pela **dignidade do negro** e pela terra natal Moçambique.

*Rimo-nos com gosto todavia por ver e constatar o pavor daqueles que se valem da cor para afastar os concorrentes, por temerem, talvez, o desaire de se verem preteridos pela cor.*

João Albasini, *Africano*, 1915

[67] Em 1915, no jornal *Africano*, Albasini reivindicava iguais vencimentos para os portugueses e para os africanos usando os subterfúgios do humor para cobrir a revolta, mas também para a tornar mais incisiva.

O **Brado Africano**, o **Africano**, o **Emancipador** foram jornais que desde a sua fundação sempre se colocaram do lado dos trabalhadores e eram contra as imposições e humilhações coloniais, os baixos salários, a miséria e a discriminação.

### Exercitando competências

1. Quais eram os principais objectivos da imprensa nesta época?
2. Mencione o papel dos irmãos Albasini no processo da formação do nacionalismo moçambicano.

As dificuldades materiais e as próprias leis impediam uma acção activa do movimento operário branco em Moçambique, mas estes procuraram sempre que possível agir aproveitando todas as possibilidades que se lhes ofereciam, como era o caso da publicação de jornais.



#### 4.2.11.4. As manifestações literárias e artísticas

Até ao fim da II Guerra Mundial eram pouquíssimos os escritores que se consideravam pertencentes à literatura moçambicana. Não havia um grupo coeso capaz de se identificar como uma instituição literária a funcionar em pleno.

O *Livro da Dor*, uma colectânea de contos, escrita por João Albasini, foi publicado em 1925 e é considerado a obra inaugural da literatura moçambicana. Nos anos 30, poemas dispersos de Rui de Noronha são publicados em livro.

*É tempo de pagar impostos aos portugueses  
Os portugueses que comem ovos.  
E as galinhas  
Troca-me essa libra inglesa...*

Excerto de poema de Rui de Noronha

[68] Versos de Rui de Noronha que falam dos impostos.

De 1945-48 a 1963, foi um período de intensiva formação da literatura moçambicana. Pela primeira vez, uma consciência grupal instala-se no seio dos escritores, influenciados em parte pela Negritude.

O período de 1964 até 1975 foi o período que coincidiu com o início da **luta de libertação nacional** pela via das armas e a Independência Nacional, e foi aqui que Moçambique assistiu ao nascimento de muitos escritores moçambicanos, muitos inspirados na poesia que se chamava de **combate** e numa literatura que reflectia a época conturbada da luta armada de libertação nacional. Luís Bernardo Honwana publica em 1964 a obra *Nós matámos o cão tinhoso*. Também se revelaram nesta época intelectuais e artistas tais como Eugénio Lisboa, Rui Knopfli, Orlando Mendes, Heliodoro Baptista, Leite Vasconcelos, Rui Nogar, Guilherme de Melo, etc.

Após a independência, durante algum tempo, de 1975 a 1982, assistiu-se sobretudo à divulgação de textos que tinham “ficado nas gavetas” ou se encontravam dispersos. Surgem também jovens escritores, com destaque para Ungulani Ba Ka Kossa, Mia Couto, Hélder Muteia, Pedro Chissano, Juvenal Bucuane, Paulina Chiziane e outros.

#### As artes, a canção, música e danças populares

As populações moçambicanas, negando a cultura do colonizador, desenvolveram um conjunto de manifestações de carácter cultural e de contestação face à dominação. Recorreu-se a estas formas de expressão, por um lado, por serem **incompreensíveis ao coloniza-**

#### Vocabulário

##### Luta de libertação

Movimentos políticos e sociais com vista à libertação de um povo que se encontra subjugado.

*Nós matámos o Cão Tinho*so insere o leitor em estruturas sociais violentas através de uma extraordinária capacidade de persuasão que envolve e move o leitor numa superior energia afetiva com o que é narrado



[69] Mia Couto, um dos brilhantes escritores do pós-Independência.

...e, por outro lado, porque eram imunes à censura colonial, pois os colonos ao desprezarem a língua e a cultura do povo negro, não tinham capacidade de lhes atribuir o seu real valor.

As artes plásticas, a canção, a música e as danças na época colonial, durante longos anos, serviram como formas de **expressão popular de repulsa e de denúncia das humilhações raciais** e a repressão colonial a que a maioria do povo estava sujeita. A maior parte das manifestações artísticas exprimia a angústia das populações face à arte repressora colonial.

*Os contos que se narravam no ambiente familiar, as canções dos camponeses e trabalhadores nos campos e portos, as obras de arte plástica (escultura e máscaras), a pintura e a literatura oral e escrita, como meios de transmissão de valores culturais da sociedade, constituíam as formas de crítica social e de protesto ao colonialismo.*

*História de Moçambique, vol. II, p. 222*

o) O protesto na arte dos moçambicanos.

### Exercitando competências

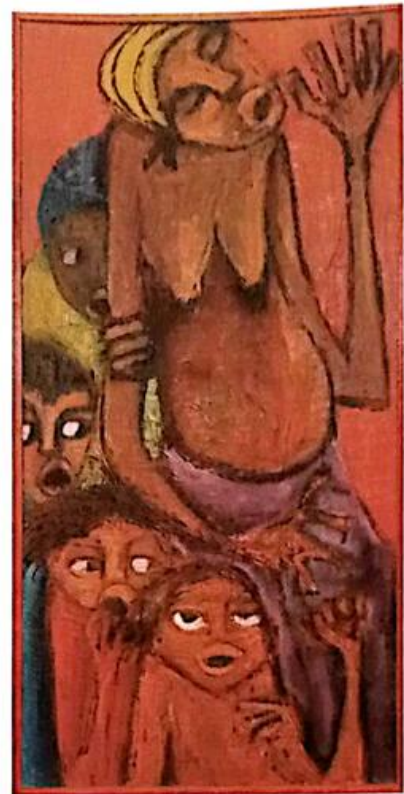
Relacione os documentos [68, 70 e 71] e explique porque é que a canção, a música e as danças na época colonial durante longos anos serviram como formas de expressão popular de repulsa e de denúncia das humilhações raciais e da repressão colonial.

### Laboratório do historiador

Toda a turma deve participar na elaboração de uma exposição/jornal/blogue intitulado "A luta artística do meu país":

- a turma deve dividir-se em grupos de 2 pessoas;
- cada grupo deve escolher o artista contestatário do colonialismo que pretende estudar;
- sobre essa personalidade, deve-se recolher o máximo de recursos possíveis (textos, imagens de obras, recortes de jornais, etc.);
- no final, toda a turma deve compilar a informação e criar uma exposição, ou um blogue, ou um jornal impresso sobre esta temática.

Nota ao professor: este trabalho pode ter alguma interacção com outras disciplinas, como Português, por exemplo.



[71] Pintura a óleo de Bertina Lopes, cognominada pelos colonialistas como a "pintora revoltada". *Olhos brancos de farinha de milho*, 1961. Museu Nacional de Arte, Maputo.

### 4.3. O período do colonialismo português a partir de 1930



[72] General Gomes da Costa, líder militar do golpe de Estado de 1926.

Após a implantação da República em Portugal em 1910, agravou-se o clima político e económico. As dificuldades económicas e a instabilidade política, social e militar eram constantes. Esta situação arrastou Portugal para o golpe de Estado encetado pelo general Gomes da Costa em 28 de Maio de 1926. Depois da criação da República, implantou-se a **ditadura militar** em Portugal.

Em 1928, António de Oliveira Salazar foi chamado para o cargo de ministro das Finanças. Em 1930, foi nomeado ministro das Colónias. E em 1932 era eleito para a presidência do Conselho de Ministros, cargo que ocupou ininterruptamente até 1968. A chegada de Salazar ao poder, sobretudo à pasta das Colónias, marcou uma viragem no colonialismo português. Deu-se início ao Estado Novo que marcou para sempre a História de Moçambique.

O **Estado Novo** edificado por Salazar foi, essencialmente, um modelo de Estado corporativista, conservador, colonialista e repressivo. Só com a crise colonial colocada abertamente no início dos anos 70 é que se lançaram as bases para a implantação democrática em Portugal. Mas até à liberdade Salazar instalou um governo de compromisso e arbitragem, estabelecendo alianças com a burguesia fraca mas em ascensão e os grandes proprietários fundiários bem estabelecidos. As razões desta aliança estão nos grandes objectivos do Governo de Salazar que assentavam no desenvolvimento de uma forte componente agrária. Foi assim que se consolidou a burguesia portuguesa e que se permitiu a Portugal acumular algum capital. Mas a grande mudança que Salazar promoveu foi colocar Moçambique e outras colónias portuguesas no ultramar ao serviço dos interesses metropolitanos (nacionalismo de Salazar). Com o Estado Novo, houve uma centralização no controlo das colónias e estas passaram a estar sempre ao dispor do Estado.

Durante o Estado Novo pode-se traçar uma periodização acerca da atitude colonialista de Portugal face a Moçambique.

Periodização do colonialismo português em Moçambique durante o Estado Novo e principais atitudes coloniais	
Datas	Descrição geral
1930-1937	Reforço do colonialismo
1938-1944	Reestruturação da sociedade moçambicana
1945-1961	Contestação dos moçambicanos em relação à situação colonial

## Exercitando competências

1. Faça uma análise do seguinte documento à luz da frase "As colónias passaram a estar ao serviço de Portugal, com o novo colonialismo dos anos 30".



[73] Cartaz colonialista – "Portugal não é um país pequeno".

#### 4.3.1. A conjuntura política e económica e os marcos de viragem

A partir do momento que Salazar integrou o Governo de Portugal, houve uma viragem política e económica em relação a todas as colónias, sobretudo Moçambique.

##### 4.3.1.1. O nacionalismo económico de Salazar: características gerais

Toda a política colonial do período do Estado Novo estava orientada para **colocar ao serviço da economia da metrópole a economia das colónias**. Moçambique era uma das mais ricas colónias de Portugal e as suas matérias-primas e as suas gentes foram incorporadas no sistema económico-financeiro português. Essa era a visão do **nacionalismo económico** de Salazar.

As causas do nacionalismo económico foram, essencialmente, as seguintes:

- acabar com o caos administrativo e económico que se vivia em Portugal e nas colónias;
- acabar com o domínio do capital estrangeiro não-português, sobretudo com a hegemonia inglesa;
- necessidade de obrigar as colónias ao fornecimento das matérias-primas e ao consumo de produtos portugueses.

Esta nova política era baseada num forte protecçãoismo económico e num aproveitamento dos recursos das colónias. Salazar pôs fim às concessões das companhias, legislou profundamente sobre o comércio colonial, forçou o trabalho de determinadas culturas, tudo no sentido de proteger o império ultramarino.

#### Vocabulário

##### Nacionalismo económico

Sistema económico-financeiro a fim de pôr ao serviço da economia da metrópole as economias das colónias.

As colónias eram parte integrante do Estado Português e restaurava-se assim a ideia de um **Império Colonial Português**, no contexto do Acto Colonial e na Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1930.

*Entre outras acções figuraram a centralização administrativa e política, a redução dos direitos das companhias não portuguesas, o estabelecimento de uma zona monetária portuguesa e a promoção da cultura do algodão.*

*Assim, os anos 1930-1937 foram fundamentalmente um período de transição, que apontava já para a plena implementação do nacionalismo económico português nos períodos seguintes.*

*História de Moçambique, vol. II, p. 35*

[74] O nacionalismo económico.

### Exercitando competências

1. Analise a fonte [74]. Como se caracterizou o nacionalismo económico português aplicado a Moçambique?
2. Dê exemplos concretos da política económica de nacionalismo económico implementada em Moçambique.

#### 4.3.1.2. O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português

O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português foram importantes instrumentos da política portuguesa a partir de 1930. Ambos constituíam uma espécie de orientação para a gestão política dos territórios ultramarinos.

##### Artigo 2.º

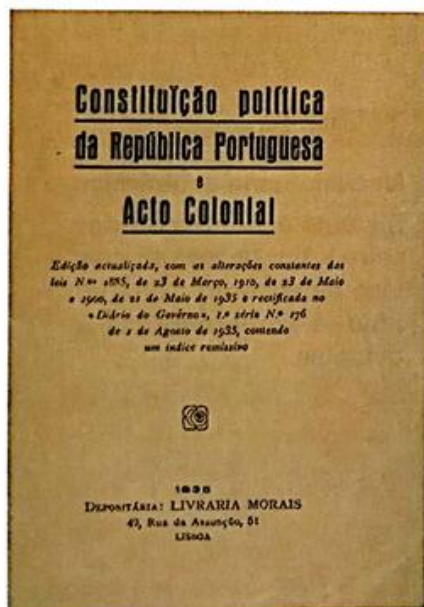
*É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.*

##### Artigo 3.º

*Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português. O território do Império Colonial Português é o definido nos 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição.*

##### Artigo 8.º

*Nas colónias não pode ser adquirido por governo estrangeiro terreno ou edifício para nele ser instalada representação consular senão depois de autorizado pela Assembleia Nacional e em local cuja escolha seja aceite pelo Ministro das Colónias.*



[75] Publicação do Acto Colonial e da Constituição de 1933.

**Artigo 22.º**

*Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.*

Acto Colonial, in *Diário do Governo*, 1.ª série, 11 de Abril de 1933

[76] Alguns artigos relevantes do Acto Colonial de 1930.

No seu conteúdo, o Acto Colonial defendia:

- os direitos fundamentais da nação portuguesa;
- os direitos históricos sobre as suas colónias;
- as condições dos indígenas;
- o estatuto de "colónia";
- os artigos que orientaram a administração ultramarina portuguesa e as relações que a metrópole devia estabelecer com as colónias.

Estes documentos definiam como competência exclusiva do Estado a administração e a **cobrança de impostos** e mesmo a exploração dos **portos**. Definiu-se ainda o estatuto especial dos **indígenas**, como base para o recrutamento da força de trabalho para as empresas capitalistas.

A presente política colonial passou a guiar-se pelo princípio de que as **colónias deviam ser as principais reservas de fonte de matérias-primas** para a metrópole e mercados para as manufacturas portuguesas. Perante este cenário, Moçambique apresentou-se como importante **fornecedor de matérias-primas** (algodão para a indústria portuguesa) e **consumidor do vinho e têxteis portugueses**, bem como destino da massa de camponeses empobrecidos em Portugal.

A economia das colónias segundo o Acto Colonial passou a fazer parte da economia da metrópole. Assim, a administração das colónias devia estar sujeita ao **mandato directo e efectivo de Lisboa**, assegurando, desta forma, os interesses da burguesia portuguesa.

No geral, a publicação e implementação destes diplomas deram a Portugal **maior poder sobre a colónia de Moçambique**, tornando cada vez mais presente o capital português.

As dificuldades impostas ao capital estrangeiro e a **diversificação de fontes externas de capital reduziram sobremaneira a hegemonia da Inglaterra** sobre a colónia de Moçambique e abriu espaço para a entrada de outros capitais externos.

*A organização económica dos territórios portugueses depende da organização económica habitual da Nação Portuguesa, e ela deve por consequência ser integrada no conjunto da economia mundial.*

Constituição Portuguesa de  
1933

[77] A economia colonial faz parte da economia da metrópole, vontade já transposta para a Constituição Portuguesa de 1933.

### Exercitando competências

1. Qual foi o impacto para Moçambique, na prática, dos diplomas Acto Colonial e Carta Orgânica do Império Colonial Português?
2. Analise o documento [77].
  - 2.1. Qual é o n.º do artigo que retira a autonomia formal a Moçambique?
  - 2.2. Qual é o n.º do artigo que limita a entrada de capital estrangeiro em Moçambique?
  - 2.3. Como são nomeados os moçambicanos e demais nativos das colónias?

#### 4.3.1.3. A crise de 1929 e suas repercussões em Moçambique

A crise de 1929 que estalou em Nova Iorque com o *crash* bolsista atingiu todo sistema capitalista mundial. Esta crise foi originada pela superprodução, isto é, a produção ultrapassou o consumo, tendo afectado o sistema financeiro que começou a ressentir-se, diminuindo os créditos e provocando uma reacção em série no sistema económico mundial. Esta crise gerou muito desemprego, o fecho de fábricas e a redução da produção.

Todas as colónias dos países capitalistas foram muito atingidas com a **redução da procura de matérias-primas** e a **diminuição drástica dos preços de venda**. Como se pode ver no gráfico do valor e volume de vendas moçambicanas, ainda que o volume de vendas não tenha descido de forma acentuada, o valor pago por essas matérias-primas atingiu níveis baixíssimos, que só foram repostos oito anos mais tarde.



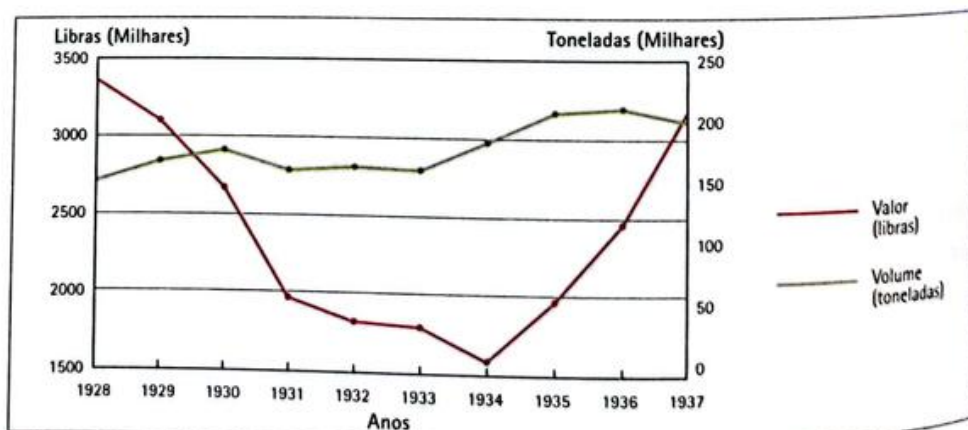
[78] Capa de jornal americano a relatar a crise que assolava Nova Iorque e se espalhou ao resto do mundo, em 1929.



[79] A confusão social instalou-se em Nova Iorque, epicentro da crise de 1929.



[81] O algodão tinha sido a aposta do nacionalismo económico de Salazar e felizmente pouco sofreu com o *crash* de 1929.



[80] Valor e volume de vendas de produtos moçambicanos, entre 1928-1938.

Para o caso de Moçambique, os produtos mais afectados foram: – o amendoim, milho, copra, açúcar e sisal.

Os únicos produtos agrícolas de exportação que conseguiram manter os preços foram o caju e o algodão.

## Exercitando competências

1. Analise o gráfico [81]. As tendências das linhas do volume e do valor das vendas são idênticas? Justifique.
2. Relacione as fontes [78 e 79] e caracterize o *crash* de 1929.
3. Quais foram as consequências práticas para a economia moçambicana da crise que começou nos EUA?

#### 4.3.1.4. O capital comercial no quadro da agricultura forçada: o caso do algodão, arroz e chá

*Um estudo histórico do modo da divisão da terra e da orientação da produção mostram-nos o seguinte: antes da invasão portuguesa, as terras em Moçambique, da mesma maneira como as da maior parte da África anterior à invasão branca, nunca foram propriedade privada dos imperadores, dos reis ou dos agricultores, dos chefes tribais, embora estes tivessem de pagar um tributo. A terra foi sempre propriedade colectiva do povo, do reino ou tribo e o sistema de repartição do terreno era feito segundo as necessidades do grupo familiar.*

*Portugal e Capital Multinacional em Moçambique, vol. II, p. 33*

[82] O fim da propriedade colectiva em Moçambique.

O Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português impuseram às colónias o papel de fornecedoras de matéria-prima e manifestou-se ainda a declarada intenção de cultivar certos produtos em detrimento de outros.

#### Caso do algodão

Moçambique tornou-se um fornecedor de matéria-prima para Portugal, sobretudo de algodão. O algodão era produzido em regime desumano de trabalho forçado, sem qualquer dispêndio do capital em salários. A promoção da cultura de algodão em trabalho forçado permitiu que os industriais portugueses usufruissem de alguns benefícios, tais como:

- o fornecimento certo de boa e barata matéria-prima;
- o Governo fornecia as sementes à população camponesa e comprava-lhes toda a produção do algodão colhido;
- a penetração do produto final nos mercados coloniais e europeus com preços competitivos;
- o Governo devia fazer concessões de terras algodoeiras a empresas que assumissem o compromisso de construir uma fábrica de descaroçamento do algodão e um armazém.

Principais decretos que regulamentam a obrigatoriedade e processo de cultura do algodão em Moçambique:

- Decreto n.º 11 994, de 29 de Agosto de 1926;
- Decreto n.º 35 844, de 1946.



[83] Colheita do algodão, Moçambique, período colonial.

Ao serem **obrigados a cultivar o algodão**, os camponeses tinham pouco tempo para o cultivo de culturas de subsistência. A prazo, os camponeses deixaram de ter culturas para se alimentarem a si e às suas famílias. A fome instalou-se sobretudo nas zonas onde a cultura daquela planta era mais abundante, como Cabo Delgado, Nam-pula, Norte da Zambézia, Norte de Manica e Sofala (Chemba).

O processo de cultivo do algodão também não era justo. Geralmente, as sementes era dadas aos camponeses; estes semeavam-nas numa terra alugada ao Estado e colhiam o produto; o produto era vendido sempre ao Estado (companhia) a um preço baixo; as condições de trabalho eram péssimas e havia fome, pois não restava tempo para tratar das culturas de subsistência; por ano, tinham ainda de pagar os seus impostos e rendas da terra. Ao serem obrigados a cultivar o algodão, os moçambicanos perderam o uso livre da terra, passaram fome e a estar mais dependentes do capital português para pagar as suas rendas e impostos. Instalou-se um ciclo **vicioso** vantajoso apenas para o colonizador.

A cultura obrigatória do algodão trouxe **consequências graves para as comunidades**:

- fome no seio das comunidades;
- camponeses que protestavam contra o cultivo do algodão;
- camponeses que fugiam das zonas de cultivo do algodão para os territórios vizinhos;
- os camponeses juntavam pedras nos sacos de algodão para aumentar o peso e consequentemente o valor a receber por ele.

Face à resistência dos camponeses, as autoridades reforçaram a vigilância, organizando e controlando o processo de cultivo.

### Caso do arroz

Com a crise pós-II Guerra Mundial, que ocasionou o descontrolo dos circuitos comerciais mundiais no que diz respeito à importação do arroz do Sudeste Asiático (via Singapura), aumentou a necessidade da produção de arroz para abastecer as necessidades alimentares da população urbana portuguesa.



[84] Plantação de arroz na actualidade, Moçambique.

Assim, o Governo colonial decidiu criar **círculos orizícolas**, em 1942, com poderes iguais à Junta do Algodão. Os concessionários da junta deviam distribuir as sementes, fertilizantes e sacos, tendo cada homem moçambicano de cultivar um hectare e cada mulher 1/2 hectare. A cultura do arroz baseava-se na pressão exercida pelos administradores, sipaios e capatazes sobre os camponeses. O arroz devia ser vendido pelo camponês apenas ao concessionário a um preço baixo fixado pelo Governo.

Esta situação também criou muita revolta no seio dos camponeses e muitas fugas de camponeses que preferiam emigrar para outras zonas onde não se praticava esta cultura.

### Caso do chá

Apesar da crise mundial provocada pelo *crash* bolsista de 1929, o consumo de chá não baixou. O chá, a par do algodão e do caju, foi um dos produtos que mais valorizou, sobretudo devido às seguintes razões:

- na Zambézia, na década de 30, havia condições económicas e administrativas propícias para a plantação de chá;
- havia muita mão-de-obra disponível;
- havia ajuda estatal no fornecimento de mão-de-obra;
- em 1933, firmou-se o Acordo Internacional de Chá (AIC), que limitou a produção dos principais produtores, dos quais Portugal colonial não fazia parte;
- nesse acordo foi feita ainda a concertação de preços.

Moçambique começou por usar os férteis terrenos da Zambézia na produção de folha de chá e, fruto do AIC de 1933, conseguiu impor-se num mercado tão exigente.



[85] Duas marcas de chá preto de Moçambique: Chá Zelly e Chá Li-Cungu.

### Vocabulário

#### Orizícola

Referente à cultura de arroz.



### Exercitando competências

1. O Governo colonial decidiu criar círculos orizícolas em 1942 com poderes iguais à Junta do Algodão. Quais eram esses poderes?
2. Quais foram as consequências da intensificação do cultivo forçado do algodão e do arroz em Moçambique?
3. Observe as imagens do documento [85]. Como se explica o sucesso da cultura do chá moçambicano em contexto de crise?

#### 4.3.1.5. A continuação da exportação de mão-de-obra e da dependência em relação ao capital estrangeiro



[86] Ponte de Dona Ana, província de Tete. Uma ponte construída com capitais britânicos.

As finanças portuguesas, apesar de terem sido ligeiramente equilibradas por Salazar, continuaram a depender dos capitais estrangeiros, sobretudo dos capitais britânicos.

Mesmo que o Acto Colonial condenasse a **venda de mão-de-obra** para outros países, essa actividade manteve-se na clandestinidade, mas com a anuência do regime. Havia também introdução do capital estrangeiro feito às claras. Foi o caso da **construção de algumas infra-estruturas**, como a ponte ferroviária do rio Zambeze, entre Sena e Mutara.

*Com a ajuda diplomática britânica, Portugal obteve um empréstimo de 17 milhões de dólares do Banco de Importações e Exportações, sediado nos EUA, que pagava cerca de 80% das despesas de construção, e que constituiu cerca de 36% do total das despesas do I Plano de Fomento.*

*História de Moçambique, vol. II, p. 164*

[87] A dependência do capital externo no I Plano de Fomento.

Mas havia mais casos de introdução de capital estrangeiro em Moçambique. Era o caso das **taxas e impostos alfandegários** fruto da utilização do porto e caminhos-de-ferro. Esses capitais constituíam importantes receitas para Moçambique.

#### Exercitando competências

1. O nacionalismo de Salazar defendia a limitação da intervenção do capital estrangeiro nas colónias. Então como se justifica o conteúdo do documento [87]?

#### 4.3.2. A política social: a crescente importância da colonização mental

Desde a colonização dos finais do século XIX e mais especificamente depois da chegada de Salazar ao poder em Portugal, desenvolveu-se uma política social para promover a colonização mental. O colonizador percebeu que havia duas formas de formar as consciências dos colonizados. Uma era através da religião e a outra era por meio da educação, sobretudo a educação escolar. O principal objectivo da colonização mental era convencer o indígena a tornar-se um trabalhador barato na economia colonial e cada vez mais português na língua e na fé.

### 4.3.2.1. O papel das missões católicas

Antes de 1930, a política das missões religiosas era ditada pelo pensamento de **António Enes**.

*Podem ir para lá [Moçambique] padres, mas lá é que hão-de aprender a ser missionários. Não se aprende a catequizar negros sem nunca ter visto um negro. Não se adquirem habilitações para influir no estado social dos povos africanos sem conhecer os caracteres, os costumes, as línguas, o modo de ser intelectual e moral. É pois em Moçambique que, na minha opinião, se deve educar o clero destinado às igrejas e missões de Moçambique. Não quer isto dizer que se faça lá toda a educação deste clero, mas sim a educação especial, prática e teórica, que o padre precisa de adquirir para ser missionário.*

António Enes, in *Guia Bibliográfico*, pp. 301-304

[88] O papel das missões católicas, na opinião de António Enes (comissário régio para Moçambique, no seu relatório sobre a Igreja na colónia).

Para além das propostas acima descritas no documento, Enes defendia também a elaboração de um plano para a criação de uma **Congregação das Missões Portuguesas da África Oriental**, uma instituição que, subordinada ao Governo português e à diocese de Moçambique, tinha como fim congregar, formar e habilitar pessoal para os serviços eclesiásticos. A verdadeira missão destes missionários era:

- fazer a divulgação da propaganda religiosa e moral;
- formar o professorado primário.

No início do século XX, viveu-se um período de crise na relação entre o Estado Português e a Igreja. Com o fim da monarquia em Portugal e a proclamação da República em 1910, a ligação entre o Estado e Governo sofreu um revés, pois a nova república era abertamente laica e anticlerical. Uma das medidas tomadas foi a instituição da **separação da Igreja do Estado (1911)** e a aplicação em 1913 das suas disposições às colónias.

A partir de 1926, com a implementação da ditadura militar e, sobretudo depois de 1930 com a **promulgação do Acto Colonial**, teve lugar uma mudança no papel das missões católicas nas colónias. Nesse documento, as missões eram os instrumentos de civilização dos indígenas e influência nacional nas colónias.

Em 1940, deu-se uma formalização da aliança entre a Igreja Católica e o Estado Português ao mais alto nível. O Governo central de Lisboa e o Vaticano assinaram o **Acordo Missionário**. Neste acordo estabeleceu-se o seguinte:

- a atribuição de subsídios para as missões;
- as missões podiam fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos e hospitais;
- nas escolas indígenas era obrigatório o ensino da língua portuguesa, devendo as línguas indígenas serem usadas no ensino da religião conforme os princípios da Igreja.



[89] António Enes foi o comissário régio para Moçambique que redigiu o relatório sobre a Igreja na colónia.



[90] Fotografia de alunas e Irmã de um colégio salesiano em Moçambique, época do Estado Novo.



DOUTOR ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR

**DOUTOR ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR**  
**SALVADOR DA NAÇÃO PORTUGUESA**  
 No dia da Rainha-Santa Isabel, a 4 de julho de 1937, pelas 10<sup>h</sup> 25<sup>m</sup>, foi miraculosamente salvo dum infamíssimo atentado contra a sua vida.

**PRECES**

v. Haja paz, ó Deus, pelo vosso poder  
 e. E abundância nas nossas terras.

v. Pelos merecimentos e preces da Rainha-Santa Isabel  
 e. Sêde propício, Senhor, ao vosso povo.

v. Oremos pelo nosso Chefe Salazar  
 e. O Senhor o conserve, e lhe escoda longa vida, e lhe dê felicidade sobre a terra, e não o abandone jámas às cidades dos seus inimigos.

P. N. — A. M. — G. P.

Concedemos 50 dias de Indulgência a quem recitar devotamente estas preces. — Podem imprimir-se.  
 Coimbra, 23 de julho de 1937  
 † Arcebispo de Coimbra

[91] Durante o Estado Novo verificou-se uma estreita parceria entre a Igreja e o Governo. Nesta imagem vê-se que o bispo de Coimbra dava indulgência de 50 dias a quem rezasse pelo ditador.

Em 1941, pelo *Estatuto Missionário* clarifica-se o acordo e delibera-se o seguinte: o Estado garante à Igreja Católica no Ultramar o livre exercício da sua actividade sem impedimentos; os bispos recebem salário equivalente ao dos governadores distritais; os arcebispos recebem um vencimento igual ao dos governadores-gerais; é proibida a atribuição de subsídios a outras igrejas que não fossem portuguesas e católicas.

Entre 1930 e 1937 houve uma **expansão das missões católicas**. A partir de 1930 era necessário tornar a população moçambicana mais portuguesa através do ensino da língua e cultura portuguesas e as missões deviam ocupar-se deste papel.

### Exercitando competências

1. Leia o documento [88] e analise como evoluiu o papel da Igreja, sobretudo das missões, em Moçambique, na época colonial?
2. Qual foi o papel das missões durante a I República Portuguesa?
3. Analise a tabela ao lado.
  - 3.1. Entre 1930 e 1937 houve expansão das missões?
  - 3.2. Porque considera que isso aconteceu?

**Expansão das missões católicas entre 1930 e 1937**  
 (dados em números absolutos)

	1930	1935	1937
Missões	30	42	50
Filiais	108	157	188
Missionários	34	53	66
Auxiliares	234	342	408

Fonte: *História de Moçambique*, vol. II, p. 47

#### 4.3.2.2. A natureza do ensino

Antes de 1845 a educação dos filhos da burguesia mercantil cristã esteve entregue, por certos períodos, a padres, professores particulares e professores pagos pelo Estado que substituíam as escolas. A educação dos rapazes era complementada com o encaminhamento para escolas no exterior. As filhas não recebiam qualquer educação escolar complementar.

As primeiras mudanças educacionais com o envolvimento do Estado foram introduzidas pelo decreto de 14 de Agosto de 1845 de Joaquim José Falcão. Deste modo foram estabelecidas as escolas públicas nas províncias ultramarinas. Assim, o decreto de Falcão uniformizou a educação formal e dividiu o ensino primário em dois graus: o primeiro grau, a ser ministrado nas escolas elementares; e o segundo grau, que ficaria circunscrito às escolas principais a instalar nas capitais das províncias.

Um facto muito importante é que esta legislação não tinha nenhuma distinção legal entre africanos e europeus, estando de acordo com os princípios liberais de igualdade que proibiam qualquer discriminação.

Mais tarde, foi promulgado o decreto de Rebelo da Silva, em 1869, que acrescentou ao anterior alguns pontos: sujeitou todo o ensino público à superintendência e fiscalização das autoridades responsáveis; definiu melhor as atribuições da inspecção; ampliou a competência e o número de vogais do conselho inspector; o grau elementar de instrução primária foi dividido em duas classes; separaram-se os sexos nas escolas; e, nas escolas principais, foram introduzidas novas disciplinas, entre elas o ensino de línguas estrangeiras, o inglês e o francês.

Anos mais tarde, com o agudizar do colonialismo sobre Moçambique, nota-se claramente a intenção de **promover a colonização mental através da educação escolar**. Essa colonização mental só foi possível graças ao crescimento do número de escolas oficiais e católicas. Nestes anos também se notou um decréscimo do número das escolas protestantes e maometanas.

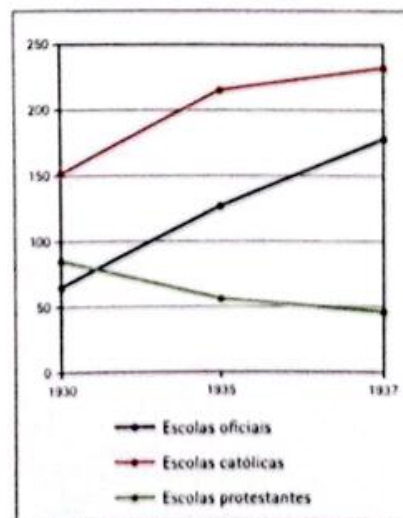
*Devemos antes pensar em fazer de cada criança um operário, um profissional, capaz de ganhar a vida labutando no campo ou na oficina, porque as condições da actual luta social, por toda a parte, e as necessidades desta colónia exigem que se dê hoje à criança uma educação menos vistosa mas mais prática, menos senhorial mas mais utilitária, menos intelectual mas mais manual e criadora de riqueza e do conforto de todas as classes.*

Azevedo, 1920

[92] Os objectivos da educação escolar colonial foram claramente formulados em várias cartas pastorais e documentos oficiais, com destaque para esta de Azevedo datada de 1920.

Em Moçambique, o ensino colonial dos africanos tinha os seguintes objectivos:

- formar elementos da população que actuariam como intermediários entre o Estado colonial e as massas;
  - e inculcar uma atitude de servilismo nos africanos educados.
- No período entre 1929 e 1930 foi redigida uma legislação que aprovava uma série de regulamentos e programas do ensino. O seu objectivo era o mesmo: formar a consciência dos indígenas, aperturá-la, torná-la mais civilizada.



[93] Gráfico: aumento do número de escolas rudimentares, sobretudo católicas e oficiais, entre 1930-1937.



[94] Uma típica sala de aula salazarista, com toda a propaganda colonial afixada nas paredes.

[O ensino deve] *conduzir gradualmente o indígena da vida selvagem para a vida civilizada, formar-lhe a consciência de cidadão português e prepará-lo para a luta da vida, tornando-o útil à sociedade e a si próprio.*

Diploma n.º 238 de 17 de Maio de 1930, in, Amélia Neves de Souto, *Guia Bibliográfico*, p. 315

[95] Excerto de um diploma de 1930 sobre a função do ensino rudimentar.

### Exercitando competências

1. Analise o gráfico [93]. Como evoluiu o número de escolas entre 1930 e 1937?
2. Relacione os documentos [92 e 95] e defina os objectivos do ensino dos africanos na época colonial.

### Laboratório do historiador

Qual é a opinião da turma sobre o impacto do colonialismo na educação nos moçambicanos?

1. Pesquise informações sobre o tema (ex.: testemunhos orais de familiares e amigos; bibliografia).
2. A turma deve organizar uma sessão de esclarecimento sobre o tema: *A educação como poder colonial.*
3. O professor deve orientar os trabalhos, num espírito de liberdade e incentivo.

### 4.3.3. Alterações na política colonial

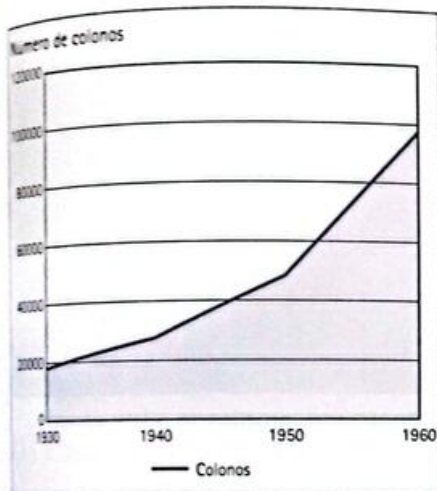
A política do Estado Novo visava favorecer a burguesia metropolitana portuguesa. Face a isso, no período da II Guerra Mundial e após a guerra, Portugal encontrou nas colónias um terreno fértil para os seus investimentos, numa altura em que vivia um período de relativa estabilidade devido em parte à acumulação de reservas públicas e ao afluxo de matérias-primas provenientes das colónias.

#### 4.3.3.1. O crescimento da população colona

Assim, começaram a surgir grandes monopolistas portugueses que estudavam as possibilidades de canalizar investimentos para as

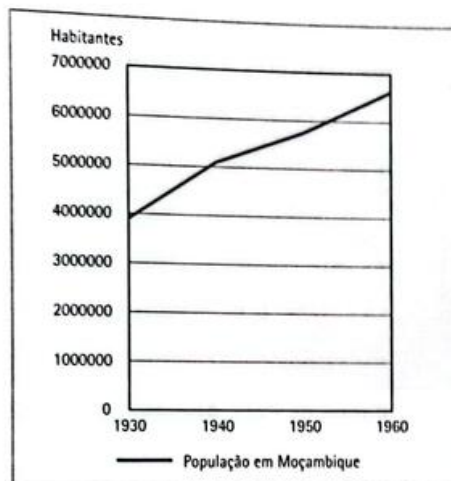
colónias como forma de rentabilizar os seus investimentos. A industrialização de Portugal levou a uma rápida **proletarização de uma massa enorme de camponeses portugueses** que, permanecendo em Portugal sem emprego, constituíam uma camada potencialmente perigosa para a estabilidade social e política. Assim, o Governo procurou **canalizar esta massa para as colónias** onde se converteriam numa camada leal ao Governo, não só no desenvolvimento económico das colónias, como na manutenção da autoridade colonial.

A vaga de povoamento colono pelo Estado foi incrementada no período entre 1945 e 1960, quando a II Guerra terminou e o clima económico mundial começou a florescer. Nessa altura começou uma verdadeira campanha de montagem de colonatos.



[96] Gráfico: População colona em Moçambique, de 1930 a 1960.

Fonte: Tabela in *História de Moçambique*, vol. II, p. 165



[97] Gráfico: População total em Moçambique, 1930 a 1960.

Fonte: Tabela in *História de Moçambique*, vol. II, p. 165

### Exercitando competências

1. Confronte os gráficos [96 e 97].
  - 1.1. Como decorreu a evolução da população total em Moçambique entre 1930 e 1960?
  - 1.2. E como decorreu a evolução da população colona na mesma época?
  - 1.3. Justifique a evolução da população colona em Moçambique durante o período após 1930.

#### 4.3.3.2. Colonatos

Os colonatos eram locais ou regiões de ordenamento e fixação dos colonos europeus. Podiam ser **propriedades rurais ou aldeias inteiras** constituídas por uma população branca portuguesa, com o

objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal. Nestas propriedades cada família portuguesa tinha direito a 25 ha de terrenos para cultivo e 25 ha para pastos.

A presença colona foi precedida da **expulsão de camponeses africanos** das suas terras. Em alguns locais ou regiões eram admitidos os africanos como trabalhadores do colonato com o pretexto de lhes virem a ser ensinados os hábitos portugueses de trabalho rural.

Os colonatos desenvolveram-se, fundamentalmente, em áreas agrícolas de grande fertilidade, nos principais vales fluviais, como os do **Limpopo e Revué**, e nas terras altas de **Lichinga e Montepuez**.

Exemplos de colonatos:

- Colonato do Limpopo (Gaza);
- Colonato de Revué e Sussundenga (Manica);
- Colonato de Nova Madeira (Niassa).



[98] Colonos de Cela, Angola.



[99] Colonato moçambicano, vista aérea.

### Exercitando competências

1. Defina colonatos por palavras suas.
2. Dê exemplos de nomes de colonatos no território moçambicano.
3. Havia mão-de-obra indígena a trabalhar nos colonatos? Justifique a sua resposta.

### Vocabulário

#### Plano de fomento

Planificação de um conjunto de investimentos orientados para determinadas áreas da economia. Em Portugal ultramarino, os planos de fomento foram pensados a 5 anos.

#### 4.3.3.3. Os planos de fomento: primeiro plano (1953-1958), segundo plano (1959-1964)

Na época da II Guerra Mundial, Portugal reforçou o processo da **acumulação de capital**. Essa acumulação foi feita essencialmente pela **burguesia**. Com esse capital disponível, e alguma ajuda externa, Portugal lançou **planos de fomento** a 5 anos um pouco por todo o território ultramarino.

**Portugal não participou na II Guerra Mundial** pois nunca se definiu nem pelo lado dos Aliados nem pelo lado do Eixo; no final, a sua

posição era ambígua face aos blocos em conflito. Esta situação permitiu a Portugal o **reforço do seu comércio externo** e o fluxo constante de divisas, provenientes, sobretudo, do comércio com as suas colónias. Depois da II Guerra terminar, a indústria portuguesa cresceu rapidamente, embora o país continuasse a ser essencialmente uma nação agrária e profundamente analfabeta. Contudo, havia uma burguesia detentora do capital que conseguiu crescer, aumentando o seu poderio industrial e bancário.

Os investimentos de capital eram feitos de forma distinta:

- os investimentos governamentais eram alocados, na forma de empréstimos reembolsáveis a curto prazo, para financiar a construção de infra-estruturas, como caminhos-de-ferro e portos;
- os investimentos privados apostavam para a comercialização e criação de pequenas e médias indústrias de transformação de produtos agrícolas para exportação.

Salazar e o seu Governo sentiram ser necessário de concertar esforços e ter uma política económica única para aplicação do investimento disponível. Nesse sentido, criaram os **planos de fomento**. Os grandes objectivos da promoção dos planos de fomento para Moçambique eram: **facilitar a exploração de recursos de Moçambique e a fixação de colonos**.

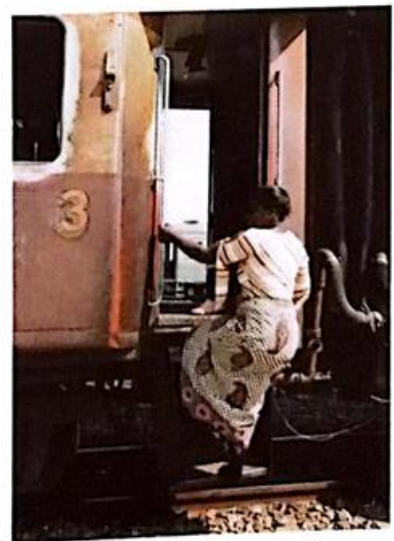
## O I Plano de Fomento

O I Plano de Fomento vigorou entre os anos **1953-1958**. Foram investidas elevadas somas em dinheiro para a **construção de infra-estruturas** como: caminhos-de-ferro, portos, transportes aéreos.



[100] Ramais ferroviários que confluem à estação ferroviária de Maputo.

O I Plano de Fomento: conjunto de investimentos públicos orientados para a construção de infra-estruturas.



[101] Moçambicana a subir para o comboio na estação ferroviária de Maputo.

- Alguns exemplos de obras concretizadas no âmbito deste plano:
- os 300 km da linha férrea de Lourenço Marques-Malvéria (actual Chicualacuala, perto da fronteira com o Zimbábwe);
  - a fixação sistemática de colonos no vale do Limpopo;
  - a construção da ponte principal rodoviária sobre o Limpopo;
  - a preparação dos terrenos, abertura, irrigação e enxugue;
  - a assistência técnica e financeira à colónia;
  - o ordenamento do espaço;
  - e a criação de propriedades agro-industriais.

## O II Plano de Fomento

O II Plano de Fomento deu prioridade à estratégia de investimento, mas com entrada da iniciativa privada.

O II Plano de Fomento vigorou entre 1959 e 1964. No essencial foi uma continuidade do I Plano, virado para investimentos públicos mas com a novidade de incluir **investimento privado** também.

*Tinha investimentos programados, basicamente, para os seguintes sectores:*

- povoamento com o prosseguimento da obra do colonato do Limpopo e novos programas para a fixação de colonos para as culturas de tabaco e do chá;
- comunicações e transportes;
- aproveitamento de recursos, concretamente, no fomento agrário, florestal, pecuário, hidroagrícola e hidroeléctrico;
- conhecimento científico do território, com estudos a realizar no que se refere a cartografia geral e estudos geológicos (mineiros e pedológicos).

*História de Moçambique, vol. II, p. 167*

[102] O programa do II Plano de Fomento.

Depois destes planos de fomento, a metrópole promoveu ainda mais alguns. Mas os dois primeiros são os mais importantes para a história de Moçambique. Convém ressaltar que o objectivo destes planos não era fomentar o apoio aos moçambicanos. O objectivo era, sim, facilitar e promover a instalação de colonos portugueses em Moçambique.

*Na totalidade, podemos afirmar que mais de 75% dos investimentos tinham essa finalidade (...): a criação de condições de formação de "centros de colonização" e de melhoramento dos já existentes.*

*História de Moçambique, vol. II, p. 167 (adaptado)*

[103] O objectivo dos planos de fomento.

**Exercitando competências**

1. Analise o documento [103]. Aponte as razões que levaram Portugal a enveredar pela elaboração dos planos de fomento.
2. Em que é que consistiu o I Plano de Fomento (cronologia e programa)?
3. Analise atentamente o documento [102]. Em que consistiu o II Plano de Fomento (cronologia e programa)?

**4.3.4. O nacionalismo moçambicano**

O nacionalismo moçambicano deve muito aos movimentos estudiantis e aos contributos das artes, poesia, imprensa e missões protestantes.

**4.3.4.1. Os factores do nacionalismo moçambicano**

O grande factor do nacionalismo moçambicano era a insatisfação do seu povo em relação ao colonizador. Moçambique estava ocupado há anos por estrangeiros, cerceado nas suas liberdades e liderado contra a sua vontade. E, desde 1930, a repressão colonial sobre os moçambicanos crescia, mas as revoltas populares também.

Os factores do nacionalismo moçambicano enquadram-se no processo da luta anticolonial. Esta luta desenvolveu-se sob várias formas, entre as quais se destacam: a resistência empreendida por vários grupos sociais e políticos contra a ocupação e exploração económica colonial; os movimentos de contestação social no sector produtivo; as greves e manifestações proletárias nos principais centros urbanos (Beira e Lourenço Marques); a formação de movimentos políticos dentro e fora do país e o seu acompanhamento cultural e intelectual.

Mas o nacionalismo moçambicano nasceu como uma continuação da resistência das populações contra a ocupação colonial e manifestou-se, principalmente, ao nível das igrejas separatistas, das associações, da imprensa e da poesia, num movimento crescente de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou de pan-africanismo.

As missões cristãs não portuguesas e protestantes que, a partir de 1880, se estabeleceram em Moçambique fizeram crescer as contestações. A Igreja Católica e as autoridades coloniais portuguesas viam as acções destas missões como subversivas e muito perigosas. As missões protestantes não só aprenderam as línguas locais







[107] Noémia de Sousa, um dos membros do MJDM.



[108] Armando Guebuza foi um dos membros deste núcleo; foto actual.

#### Vocabulário

##### Lusitanidade

Qualidade de ser português ou lusitano.

##### Lusitano

Habitante ou natural da Lusitânia, vulgo Portugal.

Alguns dos seus dirigentes foram: Sobral de Campos (antigo consultor jurídico da Confederação Geral de Trabalho e de outros organismos operários portugueses, radicado em Moçambique), Sofia Pomba, Raposo Beirão (advogado), João Mendes, Ricardo Rangel e **Noémia de Sousa** (poetisa).

Vigiado pela polícia e limitado pelas divisões raciais impostas ao movimento, o MJDM viria a ser reprimido no período de 1948-1949, quando seus principais dirigentes foram presos e condenados. Mas a semente da contestação havia sido lançada. Assim, em princípios de 1949, formou-se em Lourenço Marques, com cerca de 20 membros, o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), integrado no Centro Associativo de Moçambique (CAM).

#### – O Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM)

O objectivo do núcleo era **fomentar a unidade e camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade intelectual, espiritual e física, para melhor servir a sociedade.**

Nos primeiros anos da sua existência foi considerada pelas autoridades coloniais como uma organização nacionalista embrionária. Daí ter sido policiada e, sob influência da direcção colaboracionista do Centro Associativo, passou a restringir a sua actividade a acções socioculturais entre a pequena camada estudantil negra constituída pelos filhos das famílias que integravam o Centro.

Na segunda metade da década de 50, a contradição entre o colaboracionismo do Centro e a tendência nacionalista da NESAM agudizou-se. A NESAM voltou a ser uma plataforma de discussão e comunicação não só sobre o problema da **educação discriminatória**, mas também do **nacionalismo e independência**.

Alguns dos seus dirigentes foram: Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hunguana, Josina Muthemba, Pascoal Mocumbi, Jorge Tembe, entre outros.

Devido às suas ideias, o núcleo viria a ser banido em 1965.

#### – O papel da Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos

Em Lisboa existia a Casa dos Estudantes do Império, uma associação legal, que tinha por objectivo integrar os estudantes provenientes das colónias e inculcar-lhes o espírito de **lusitanidade**. A grande mais-valia desta casa não foi, por certo, o objectivo a que ela se propunha, mas o facto de os **estudantes de várias etnias africanas se poderem reunir livremente**.

Mais tarde, o Centro de Estudos Africanos foi formado pelos afri-

canos saídos da Casa dos Estudantes do Império. O centro promovia reuniões semanais e clandestinas, para a análise da questão do colonialismo em África. Por esta associação passaram pessoas como: Marcelino dos Santos, Noémia de Sousa, Mário de Andrade e também Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

As movimentações nacionalistas dos estudantes africanos a operar fora de Moçambique conseguiram criar condições para a realização da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, em 1961, em Casablanca.

### Exercitando competências

1. Mencione os grandes objectivos da NESAM.
2. Qual foi o contributo da Associação dos Naturais de Moçambique para a formação do nacionalismo africano?
3. Porque é a Casa dos Estudantes do Império importante para a História de Moçambique?
4. Como surgiu o Centro de Estudos Africanos e em que consistia?



[109] Marcelino dos Santos, um dos membros da Casa dos Estudantes do Império, que depois ajudou a fundar o Centro de Estudos Africanos.

## 4.3.5. A luta anticolonial

Se nas cidades surgiam movimentos de contestação, também no campo as populações se revoltavam contra o sistema colonial. A contestação e resistência acabaram por levar à formação das primeiras formações políticas moçambicanas, a UDENAMO, UNAMI E MANU.

### 4.3.5.1. A resistência no campo

No planalto de Mueda desenvolveu-se um movimento rural que conseguiu aproveitar temporariamente o sistema económico colonial e as circunstâncias específicas locais. De que forma? Os macondes do Norte de Moçambique criaram sociedades algodoeiras.

*A organização, criada por um grupo misto de camponeses, comerciantes e professores de Mueda, tem sido considerada como representativa dos esforços nacionalistas. Embora dedicada a desafiar a ordem preva-  
lente, a organização foi também uma instituição que procurou integrar-se na economia colonial, conferindo  
aos seus promotores a possibilidade de um melhor negócio com as autoridades portuguesas e com as empre-  
sas de comercialização do algodão. Constituiu um esforço organizativo para afastar o bloqueio imposto pelo  
Estado Colonial à expansão económica desse grupo de macondes ricos.*

Adam Yussuf, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 14, p. 20

[110] Estas sociedades constituíram, na prática, uma ameaça potencial ao regime colonial, no distrito, e contribuíram para as tensões do planalto, nos inícios de 1960. Este movimento foi muito influenciado pelos acontecimentos ocorridos no Tanganica.

Neste contexto, em 1957, surgiu em Cabo Delgado a Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM), dirigida por Lázaro Kavandame (presidente), João Namimba (vice-presidente), Cornélio João Mandanda e Raimundo Pachinuapa (secretários). Inicialmente constituída por 12 membros, no decorrer do tempo este número foi-se alargando, tornando-se uma potencial ameaça política, uma base para possíveis contestações ao regime. É preciso destacar que a **SAAVM foi a primeira forma organizada de tipo unitário no planalto de Mueda**, o primeiro centro de discussão e de difusão da ideia de independência no meio camponês, situação que vai favorecer mais tarde a actuação da FRELIMO.

O ponto alto da resistência no campo deu-se no quarto encontro entre o presidente da SAAVM e o governador da província de Cabo Delgado. No dia **16 de Junho de 1960**, o governador avisou os membros da SAAVM que, dado ter havido várias reclamações em relação à sua existência, decidira prender os porta-vozes da MANU (que apoiavam a independência da província), Faustino Vanomba e Kibiriti Diwane. Esse foi o mote da revolta que se seguiu. Ao verem os seus compatriotas algemados e serem levados para a cadeia, os moçambicanos tentaram impedir o arranque do carro. Mas as tropas portuguesas abriram fogo. E aconteceu assim o massacre de Mueda em 1960. **Este massacre mudou para sempre e de forma irreversível a forma de os moçambicanos verem os portugueses. A partir daqui, tudo mudou**, no campo e na cidade.

Para além da criação de mecanismos fiscais e económicos de protecção, a comunidade rural protestava de outras formas, tais como: cozendo sementes; diminuindo o ritmo de produção; fugindo para os países vizinhos.

#### Exercitando competências

1. Que ameaça está documentada no texto [110]?
2. Que luta específica ocorreu no planalto de Mueda? Em que consistiu?

#### 4.3.5.2. A formação das primeiras organizações nacionalistas: Convenção do Povo de Moçambique; União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI); União Africana Nacional de Moçambique (MANU)

Por volta de 1960 havia três organizações nacionalistas que, com meios pacíficos, tentavam obter a independência. Elas tinham como militantes-base os imigrantes moçambicanos nos países vizinhos e operavam, por isso, sob um perfil regional e clandestino quando se deslocavam a Moçambique.

Nos finais da década 50 é constituída na África do Sul a **Convenção do Povo de Moçambique**. São poucas as informações existentes

em relação à actividade desta organização. Sabe-se somente que os seus líderes foram Tomás Nhantumbo, de Madender, Dr. Agostinho Ilunga (representava o partido na Suazilândia) e Dinis Menjane, de Manjacaze e residente em Durban.

## Terminou na Boa Hora o julgamento dos dois moçambicanos

LISBOA, 1 (Lusitânia). — No Plenário Criminal da Boa Hora, terminou o julgamento dos moçambicanos Diniz Menjane ou Diniz Mossossote, de 30 anos, e de Tomás Betulane Nhantumbo, de 31 anos, que organizaram na África do Sul um movimento denominado «Convenção do Povo de Moçambique» que tinha por fim principal separar da Mãe-Pátria aquela província. Foram condenados a 4 e 2 anos e meio de prisão respectivamente, a 15 anos de suspensão dos direitos políticos, e a medidas de segurança por um período de 3 anos, depois de cumpridas as sentenças. Presidiu o desembargador Silva Caldeira.

### PRINCIPIOU na Boa-Hora o julgamento de dois moçambicanos acusados de crime grave contra a integridade da Pátria

LISBOA, 27 (Lusitânia). — No Plenário Criminal da Boa Hora começou o julgamento dos moçambicanos Diniz Menjane ou Diniz Mossossote, de 30 anos, natural de Manjacaze, residente em Durban, África do Sul, e Tomás Betulane Nhantumbo, de 31 anos, natural de Madender. Ambos são acusados de crime grave contra a integridade da Pátria. Os réus organizaram na República da África do Sul, um partido ou movimento denominado «Convenção do povo de Moçambique», que tinha e fim principal de separar a Mãe Pátria daquela Província e viviam ambos na clandestinidade, sendo possuidores de documentos falsos, relacionados com a identidade que usavam, respectivamente os nomes de Dennis Tulus Molley e Thomas Barlow. Segundo o despacho de pronúncia, o mote previsto para separar a Província da Mãe Pátria era a violência e fraude e luta de terroristas. Os réus colaboravam com o dr. Agostinho Ilunga, já condenado. Tinham relações com os Negócios Africanos de Gana, com o chamado «Bureau of African Affairs», movimento com sede em Gana.

A sessão da tarde de hoje foi preenchida com um demorado interrogatório aos réus e inquirição dos declarantes e das testemunhas de acusação.

[111] Extracto da reportagem da época sobre o julgamento dos dirigentes da Convenção do Povo de Moçambique, Lisboa 1962-02-84.

Os nacionalistas do Sul e Centro de Moçambique formaram, na Rodésia, a **UDENAMO** (União Democrática Nacional de Moçambique). A **UNAMI** (União Nacional Africana de Moçambique Independente) tinha o seu apoio principal entre os moçambicanos das províncias de Tete, Zambézia, mas operavam através do Malawi. Os imigrantes, especialmente da província nortenha de Cabo Delgado, formaram a **MANU** (Mozambique African National Union). Na MANU existia também o núcleo dos camponeses que tinham tentado criar as suas próprias formas para a produção de algodão (SAAVM).

Desde a década de 50, a situação no Norte de Moçambique tinha-se tornado fonte de grande preocupação para a administração colonial portuguesa devido a vários factores:

- o movimento dos Mau-Mau no Quénia contagiava as consciências dos moçambicanos na diáspora;
- as acções conducentes à independência da Tanzânia levaram a que muitos moçambicanos que lá residiam ansiassem pela independência;

### MANU

Inicialmente era a sigla de Maconde African National Union e mais tarde de Mozambique African National Union.

- a administração colonial não era muito forte no Norte de Moçambique (era sobretudo feita por funcionários públicos e serviços residuais e o grosso do colonialismo português estava implantando no Centro e sobretudo no Sul de Moçambique);
- os macuanos tinham imensa capacidade de luta;
- havia uma enorme insatisfação das populações rurais que, para além de terem de cultivar a monocultura, começaram a ter de pagar a água.

*Quando a MANU apareceu nós [Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda] confiámos nela porque era um movimento que vinha para nos libertar, mas no decorrer do processo verificámos que não havia indivíduos capazes de dirigir o movimento. Os elementos que existiam eram ladrões porque enganavam as populações e comiam o dinheiro, tal como descobrimos depois. A preocupação desses líderes era roubar o dinheiro das pessoas. O massacre de Mueda não teria ocorrido se os líderes tivessem tido a calma necessária.*

Depoimento de Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda, in Adam Yussuf, *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 14, p. 27

[112] Considerações sobre a MANU.

Ainda que imperfeito, o surgimento destas organizações significou um passo em frente na **construção de um movimento nacionalista**. Elas colocavam como objectivos a luta anticolonial e pela independência, ao invés de simples ajuda entre grupos. As suas actividades estavam influenciadas pelo clima político dos territórios que os albergavam, as colónias britânicas. Entretanto, mostrou-se impossível criar um diálogo com Portugal e o sistema das Nações Unidas não oferecia quaisquer caminhos possíveis.

### Exercitando competências

1. Componha uma tabela-resumo sobre as três forças políticas mais importantes a partir dos anos 50 em Moçambique. Indique os países onde se formaram, os nomes dos políticos mais relevantes, a sua acção e outros elementos que considere importantes.
2. Aos olhos do autor da notícia documentada em [111], qual era o objectivo da Convenção do Povo de Moçambique?
  - 2.1. Qual era o nome dos réus?
  - 2.2. Qual foi a sua sentença?
3. Analise o documento [112] e comente a frase: ainda que imperfeito, o surgimento destas organizações significou um passo em frente na construção de um movimento nacionalista.

### 4.3.6. A fusão dos três movimentos e a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Os três movimentos, MANU, UDENAMO e UNAMI, uniram-se em 1962 e formaram a FRELIMO, nome escolhido pelos três movimentos pela sua forte sonoridade libertadora: Frente de Libertação de Moçambique.

Porque sentiram a necessidade de se unirem? Estava agendado para se realizar em Dar-es-Salam, na actual Tanzânia, em 1962, o Congresso das Nações Africanas. Os movimentos moçambicanos foram convidados a participarem, mas tinham de falar a uma só voz. Então, foi necessário unirem-se e elegerem um líder com carisma político e vontade de independência.

#### O I Congresso da FRELIMO

O I Congresso da FRELIMO foi o início da sua história formal. Realizou-se em Dar-es-Salam, entre 23 e 28 de Setembro de 1962, e lá foram elaborados os primeiros Estatutos e Programa da FRELIMO. Definiram-se ainda os órgãos que deviam compor a organização. A FRELIMO estava aberta a ouvir a opinião de todos no Congresso. E juntos elegeram o seu líder que os movimentos já haviam pensado, Eduardo Mondlane.

O Congresso, depois de examinar as necessidades da luta contra o sistema colonial português em Moçambique, declarou a sua firmeza na condução do processo da luta até à obtenção da independência total e completa de Moçambique. Para isso, teve de adoptar algumas resoluções importantes, tais como:

- desenvolver e consolidar a estrutura organizacional da FRELIMO;
- promover a unidade de todos os moçambicanos;
- iniciar e acelerar o treino de quadros militantes para o arranque da luta;
- cooperar com organizações nacionalistas africanas, de colónias portuguesas e amigas;
- envolver a mulher no processo de luta;
- criar mecanismos para levar a mensagem de engajamento na luta a todas as regiões do país;
- criar condições para pedidos de apoio junto dos países amigos de Moçambique e defensores desta luta.



[113] Eduardo Mondlane era moçambicano, mas estava já radicado nos EUA, a trabalhar como docente numa universidade e a trabalhar também nas Nações Unidas. Porque era um esclarecido, um estudioso, um bom falante em línguas estrangeiras e um profundo conhecedor dos meandros políticos internacionais, foi escolhido para liderar a FRELIMO.



[114] Josina Machel foi a líder da Liga Feminina da FRELIMO.

#### Exercitando competências

1. O que significa FRELIMO?
2. Porque foi constituída a FRELIMO?
3. Quem foi Mondlane? Líder ou fundador da FRELIMO?
4. Relacione a MANU, UNAMI e UDENAMO com a FRELIMO.
5. Quais foram as resoluções iniciais da FRELIMO?

## Laboratório do historiador

Elabore um texto histórico sobre “FRELIMO e a sua importância como frente única na resposta ao colonialismo”. Para tal:

- pesquise fontes primárias e secundárias;
- documente-se com testemunhos escritos, orais, etc.;
- a elaboração deste texto visa dois objectivos:
  - a. aprofundar os seus conhecimentos sobre a história da Frente de Libertação de Moçambique, destacando o percurso dos três movimentos, MANU, UDENAMO e UNAMI;
  - b. realçar a importância da criação da frente única de luta nacional em 1962.

## 4.4. O desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional

Depois de muito se debater a forma de libertar Moçambique, o Congresso da FRELIMO optou pela luta armada. Em 1964 foi dado início à luta armada pela independência que começou pelo Norte do país.

*No início era só conversa, conversa, conversa, mas depois era preciso fazer outra coisa.*

Janet Mondlane, in *A Guerra* (documentário da RTP), 2009

[115] Janet Mondlane diz que Eduardo, seu marido, no início, tinha sido sempre favorável à resolução diplomática do conflito, mas os portugueses não aceitavam conversar e foi necessário agudizar o protesto com recurso à luta armada.



[116] Com o desenrolar da guerra da libertação, foram surgindo nas províncias do Norte de Moçambique onde a FRELIMO experimentou as formas de organização de um Estado popular: incremento da agricultura em moldes colectivos e a criação de escolas para alfabetização das populações. Essas zonas serviam também de locais de preparação de novos combatentes da FRELIMO. O lema era “estudar, produzir, combater”.

*Em VOSSO NOME, A FRELIMO proclama hoje, solenemente, a insurreição geral armada do Povo Moçambicano, contra o colonialismo português, para conquista da independência total e completa de Moçambique.*

*O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.*

*Declaração do desencadeamento da luta armada de libertação nacional feita pelo Dr. Eduardo Mondlane, líder da FRELIMO, in *Datas e documentos da História da FRELIMO*, p. 39*

[117] O início da luta armada.

Durante os primeiros anos da luta armada foram libertadas **zonas no Norte de Moçambique**, mas essas zonas estavam limitadas às províncias de Niassa e de Cabo Delgado.

### O II Congresso da FRELIMO

O II Congresso da FRELIMO realizou-se nas zonas libertadas da província de Niassa, tendo participado cerca de 170 delegados e

observadores nacionais e internacionais. O Congresso modificou as estruturas da organização, adaptando-se à nova fase da luta de libertação nacional, com a actualização dos estatutos e do programa.

*A FRELIMO fez um congresso do movimento, o primeiro desde a sua organização em 1962, no Norte de Moçambique, distrito do Niassa. Foi um risco. Mas tais eram as pressões públicas que se tinham levantado, por motivo da crise interna, que assim se fez.*

*O Congresso principiou e continuou a salvo. Um avião de reconhecimento português só localizou a assembleia nas florestas do Niassa na última tarde. Quando os bombardeiros vieram no dia seguinte, tudo se dispersara.*

Basil Davidson, in Armando Pedro Muiuane, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, 3.ª edição, p. 94 (adaptado)

[118] Relato do historiador Basil Davidson, que assistiu ao II Congresso da FRELIMO.

Este congresso foi caracterizado por divergências entre as duas alas que se formaram com o agudizar das contradições no seio do movimento.

#### Divergências no seio da FRELIMO



ALA DE MONDLANE  
(moderada) defendia:

- a modernização do movimento;
- a forte mobilização do povo para a guerra;
- a adopção da política de clemência em relação aos soldados portugueses prisioneiros;
- a participação da mulher na política;
- a criação do exército popular.



ALA DE NKAVADAME  
(radical) defendia:

- queriam a separação com a actual liderança da FRELIMO;
- não concordavam com a liderança de Mondlane;
- eram macondes e, por isso, lutariam sem clemência pelo seu território;
- o Congresso realizou-se sem a participação do Nkavadame e seus correlegionários.

Foi feita uma tentativa de avançar sobre a **Zambézia** que teve de ser interrompida. Depois de 1968 surgiram também zonas libertadas na província de Tete. No entanto, a guerra de libertação nunca chegou a abranger mais do que 30% da área de Moçambique.

A ideologia da Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, foi-se afirmando no processo da luta, como uma luta entre tendências e uma acumulação de mudanças nas mentalidades das pessoas, assim como na organização social real.

#### • Algumas etapas

A primeira etapa da luta de libertação nacional vai desde o início da luta armada a 25 de Setembro de 1964 até ao início da operação "Nó Górdio" (Julho de 1970), onde os guerrilheiros faziam as emboscadas contra as fortificações do exército português junto aos quartéis e acampamentos militares portugueses.

Na segunda etapa, os guerrilheiros da FRELIMO, face à ofensiva-surpresa dos portugueses, contrariaram a ofensiva lançando ataques no Norte de Tete, enquanto estes se concentravam nas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, obrigando o exército português a mudar de estratégia, o que levou ao descalabro da "Operação Nó Górdio". A FRELIMO sob a liderança de Samora Machel venceu os portugueses nesta pesada ofensiva.



[119] Guerrilheiros da FRELIMO.



[120] Emboscada às tropas portuguesas, Moçambique, 1965.



[121] Kaulza de Arriaga (à direita) e outros militares, durante a "Operação Nó Górdio", em Mueda.

*Derrota final da ofensiva militar portuguesa denominada "Nó Górdio" lançada pelo general fascista Kaulza de Arriaga contra as forças da FRELIMO.*

*Nesta ofensiva, iniciada em Maio, Portugal, segundo os seus próprios comunicados, utilizou cerca de 35 000 a 50 000 soldados, além de caçadores especiais e comandos, equipados com 15 000 toneladas de armamento. Um grande número de aviões a jacto, bombardeiros e helicópteros, carros blindados e carros antiminas foram mobilizados. Os bombardeiros realizavam-se com uma média de 16 a 20 aviões e helicópteros em cada operação.*

Armando Pedro Muiuane, *Datas e Documentos da História da FRELIMO*, 3.ª edição, p. 157

[122] A "Operação Nó Górdio" foi intensa em meios logísticos e humanos e durou cerca de 36 dias.

#### • O início do fim da luta pela independência

Eduardo Mondlane foi assassinado em 1969, por meio do rebentamento de uma bomba armazenada num livro, e Samora Machel, passados alguns meses, assumiu a liderança da FRELIMO.

A luta armada passou a ser liderada por Samora Machel, e a partir de 1970 a actividade militar da FRELIMO aumentou significativamente. Mas o fim da luta armada foi beneficiado pelo fim da comissão de Kaulza de Arriaga e pelo 25 de Abril de 1974.

### Os heróis da luta armada de libertação nacional

Neste período destacaram-se figuras heróicas moçambicanas, como Eduardo Mondlane, Samora Machel, Josina Machel, Tomás Issa, Filipe Samuel Magaia, Mateus Sansão Muthemba, John Manyanga, José Macamo, Paulo Samuel Nkankomba e Francisco

#### Laboratório do historiador

Elabore uma biografia sobre "Um herói/Uma heroína da independência".  
Para tal:  
- seleccione o herói ou heroína que pretende estudar;  
- pesquise fontes primárias e secundárias;  
- documente-se com testemunhos escritos, orais, etc.;  
- todos os trabalhos da turma devem ser compilados numa obra colectiva e apresentada à comunidade escolar.

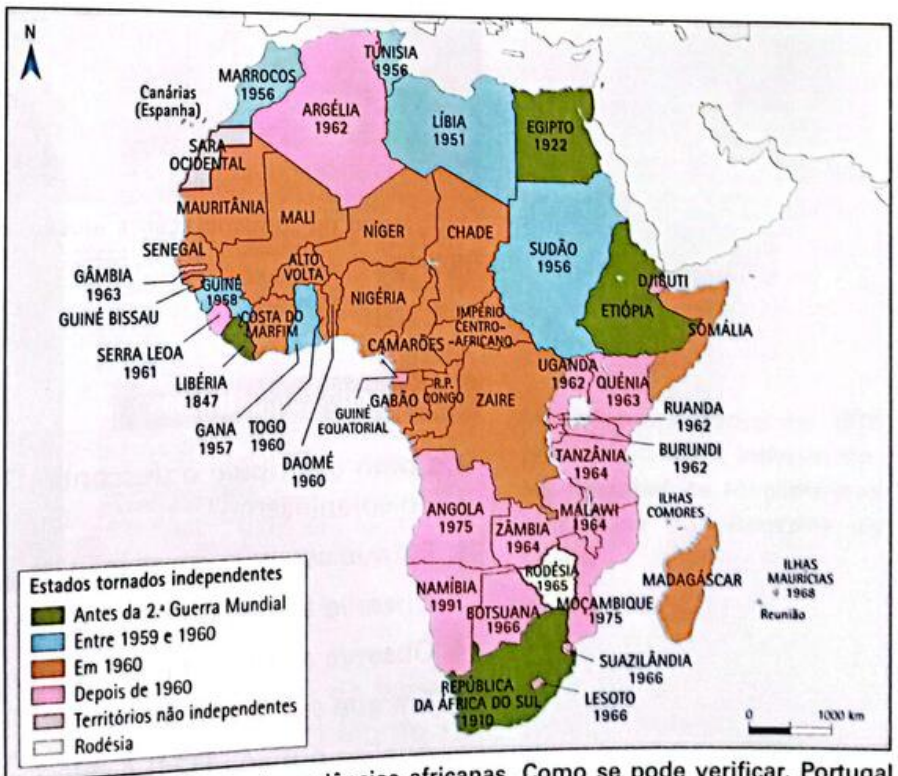
#### Exercitando competências

1. Confronte os documentos [115 e 117]. Como foi decidida a via armada para a luta de libertação nacional?
2. Porque não foi seguida a via diplomática?
3. Em que sentido foi feita a luta armada (Norte-Sul; Este-Oeste; Sul-Norte)? Justifique porque ocorreu assim.
4. Qual era a política desenvolvida nas zonas que iam passando para o domínio da FRELIMO?
5. O que foi o "Nó Górdio", segundo as fontes [121 e 122]?
6. Enumere nomes de heróis da luta nacional.

### 4.4.1. A crise do colonialismo português

Depois da vitória sobre os portugueses durante o "Nó Górdio", a FRELIMO ganhava cada vez mais força. Todas as colónias começavam a libertar-se do jugo dos portugueses. A pouco e pouco, os movimentos de libertação nacionais das colónias portuguesas faziam o mesmo que os das colónias de outras potências industriais. As colónias tornavam-se independentes.

Mas o colonialismo português já estava em crise há muito tempo, tal como o regime pesado do Estado Novo. O país estava mais pobre desde que entrara na guerra colonial, e não eram só os recursos económicos que rareavam, as pessoas também. A Guerra Colonial viu morrer muitos portugueses e em cada morto ou doente havia uma família descontente e revoltada com o regime.



[123] O mapa das independências africanas. Como se pode verificar, Portugal foi o país que manteve mais colónias sob o seu jugo por mais tempo.



[124] Paulo VI recebe 3 africanos: A Igreja está do lado dos países que sofrem; e ofereceu a cada um exemplar, em latim e português, da encíclica *Populorum Progressio*.



[125] Marcello Caetano era o rosto de um Estado que já pouco tinha de Novo. Era este estadista que estava no poder quando se deu a Revolução dos Cravos.

O descontentamento era generalizado. Até a Igreja deixara de apoiar, ou deixou de não contestar, a atitude do regime. Paulo VI recebeu, a 1 de Julho de 1970, três líderes de movimentos de libertação africanos: Marcelino dos Santos, de Moçambique, Agostinho Neto, de Angola, e Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta notícia caiu como uma bomba em Portugal. Por um lado, o Governo de Marcello estava contra esta visita e, por outro, o povo católico começava a cimentar as suas dúvidas em relação ao regime.

Desde que Marcello Caetano tomou posse do Governo do Estado Novo notava-se a decadência do regime. Essa **decadência acabou por levar à sua queda**. As guerras coloniais já duravam há mais de uma década e Portugal era, no início da década de 70, um país pobre, inculto, atrasado e sem esperança para os jovens. O descontentamento das populações e dos militares, sobretudo os de baixa e média patentes, levou à queda do regime em 1974, no 25 de Abril. A crise do colonialismo chegou ao fim e o Governo Provisório logo se apressou a negociar as descolonizações.



[126] Mural de comemoração e alusão ao 25 de Abril e Movimento das Forças Armadas.

### Exercitando competências

1. Como contribuiu o descontentamento da população para o fim do colonialismo?
2. Porque estava a população descontente?
3. Observe a imagem [126]. Quem foi Marcello Caetano?
4. Observe a imagem [127]. O que foi o 25 de Abril?
5. Em que ano ocorreu?
6. Analise o mapa [124] e refira em que ano ocorreram as descolonizações das colónias de Portugal.

## 4.4.2. A Independência Nacional

### 4.4.2.1. A República Popular de Moçambique

Depois do 25 de Abril de 1974, deixou de haver Estado Novo para negociar. Por isso, os moçambicanos passaram a ter como interlocutores os membros do MFA, Movimento das Forças Armadas que havia ganho a revolução portuguesa. As negociações com o MFA permitiram terminar a guerra, depois da assinatura dos Acordos de Lusaka.

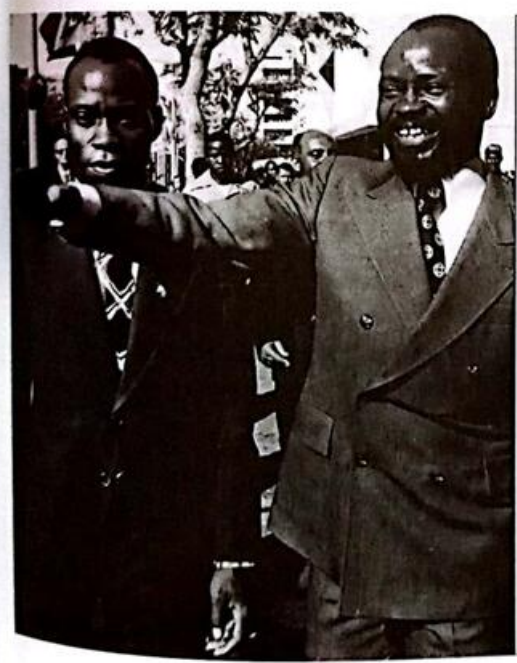
Samora Machel assinou os **Acordos de Lusaka** com os portugueses em 7 de Setembro de 1974, iniciando um processo de edificação de uma nova sociedade, a moçambicana, onde pela primeira vez os moçambicanos conduziram por si os seus destinos. Nesses acordos ficou estabelecido o seguinte:

- a data de independência de Moçambique seria 25 de Junho de 1975;
- iria prontamente (dia 20) entrar em vigor o Governo de transição;
- o Governo de transição seria liderado por Joaquim Chissano.

A independência de Moçambique foi proclamada, como previsto nos Acordos, no dia 25 de Junho de 1975, por Samora Machel e a multidão que o rodeava, no Estádio da Machava.



[127] Samora Machel e Mário Soares a cumprimentarem-se. Acordos de Lusaka, 1974.



### ACORDO DE LUSAKA

7 DE SETEMBRO DE 1974

### MOÇAMBICANOS

— APÓS 18 ANOS DE LUTA E GRACIAS AO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DESENCADADO EM 25 DE ABRIL, OS MOÇAMBICANOS VIERAM REALIZADO UM SONHO ANTIGO — A INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE.

— ADMITINDO SE QUE A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO IGNORA OS TERMOS FUNDAMENTAIS DO ACORDO DE LUSAKA, QUE DÁ SOLIDAS GARANTIAS AS POPULAÇÕES DE TODAS AS RAÇAS E PROIBIÇÃO UM FUTURO PROGRESSO DE MOÇAMBIQUE, TRANSCREVE-SE O ACORDO A QUE CHEGARAM AS DELEGAÇÕES DE PORTUGAL E DA PRIMEIRA...

#### O ACORDO

Assinado em Lusaka de 5 a 7 de Setembro de 1974, os delegados do Fronte de Libertação de Moçambique e do Estado Português, após uma série de negociações de acordo com o espírito da Declaração de 1974, assinaram nos seguintes termos:

1. O Estado Português, sendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com o Fronte de Libertação de Moçambique a transferência das funções que foram até agora exercidas pelos portugueses e respectivas sucessoras.
2. A independência completa de Moçambique será imediatamente proclamada no dia 25 de Junho de 1975, dia de aniversário de fundação do Fronte de Libertação de Moçambique.
3. Com vista a assegurar a liberdade e a estabilidade da política que trará a regulação económica permanente que possibilitará durante o período de transição a duração a ser estabelecida que se não seja a assinatura do presente acordo.
4. Um Alto Comandante de transição, escolhido pelo Presidente da República Portuguesa.
5. Um Governo de transição nomeado pelo acordo entre o Fronte de Libertação de Moçambique e o Estado Português.
6. Uma Comissão Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e o Fronte de Libertação de Moçambique.
7. Ao Alto Comandante de transição de substituir o representante português.
8. Representar o Presidente do Estado Português e o Governo Português.
9. Assumir a integridade territorial de Moçambique.
10. Promover as medidas urgentes para o Governo de transição e aplicar as mesmas que assegurem a responsabilidade directa para o Estado Português.
11. Assumir a responsabilidade dos assuntos administrativos do Estado Português e o Fronte de Libertação de Moçambique e a criação das estruturas necessárias para a execução do Acordo de Lusaka sob a direcção do Primeiro-Ministro.
12. Dissolver o processo de descolonização.
13. Ao Governo de transição submeter a implementação progressiva de todos os pontos do acordo e a todos os níveis e a criação de estruturas necessárias para a execução do Acordo de Lusaka.
14. O exercício das funções legais e estatutárias relativas ao território de Moçambique de...
15. O Governo de transição será constituído por...
16. O Estado Português não aceitará a anexação de territórios por parte de Moçambique.
17. A garantia da protecção de vida económica, social, física, religiosa ou em qualquer outra forma que não seja a liberdade de expressão.
18. A reconstrução da organização política do território.
19. O exercício de transição será constituído por...

A DEFEZA E SALVAGUARDA DA ORDEM PÚBLICA E DA SEGURANÇA DAS PESSOAS E BENS

[128] Samora Machel em 1975 pôde proclamar a independência nacional de Moçambique com base nos Acordos de Lusaka.

### 4.4.2.2. A independência e o seu significado

A Independência Nacional significou para a maioria do povo de Moçambique o **início de uma nova era de liberdade**, o fim do sistema colonial português e o nascimento de uma nova nação africana, a República Popular de Moçambique.



[129] Samora Machel a hastear a bandeira de Moçambique no dia da independência.

*Moçambicanas e moçambicanos, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos-de-ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas:*

*– Em vosso nome às zero horas de hoje, 25 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique e a sua constituição em República Popular de Moçambique.*

*A República que nasce e a concretização das aspirações de todos os moçambicanos, e a extensão a todo o país da liberdade já conquistada durante a luta armada de libertação em algumas partes do nosso país, é o produto do sacrifício dos combatentes nacionalistas de todo o Povo Moçambicano e a concretização da nossa vitória.*

*Discurso de Samora Machel na proclamação da Independência Nacional no dia 25 de Junho de 1975, no Estádio da Machava*

[130] Excerto do discurso de Samora Machel no dia da independência.

### Exercitando competências

1. Analise o documento [128]. O que foram os Acordos de Lusaka?
2. Atente no documento [127]. Indique um nome dos representantes de Moçambique e outro de Portugal.
3. Em que circunstâncias foi declarada a independência de Moçambique?
4. Por palavras suas, explique o significado da independência de Moçambique.

## Recapitulando...

A colonização em África e sobretudo em Moçambique conheceu sempre resistências. O historiador Terence Osborne Ranger teorizou sobre as resistências, na certeza de que elas foram consequentes.

Portugal, depois da Conferência de Berlim, aumentou a sua presença em Moçambique, alargando o seu domínio. Este processo de ocupação do território exigiu de Portugal uma forte intervenção militar que, progressivamente, transitou para a luta de capitais e depois para a luta de investimentos. As lideranças africanas no território ofereceram uma forte resistência contra a opressão e a dominação europeia. Contudo, as resistências foram diferentes no Norte, no Centro e no Sul de Moçambique, também porque as formas de colonização foram distintas.

O mussoco e o imposto de palhota tornaram-se os mecanismos de dominação do capital sobre o trabalho.

O Estado Colonial português em Moçambique foi montado para servir os interesses da burguesia e do capital internacional, através do uso da força de trabalho africano para as companhias e pela venda da mão-de-obra para as minas da África do Sul. Moçambique foi ainda fornecedor de matérias-primas a Portugal. Isto representou a intensificação da cultura de algodão e arroz em regime desumano de trabalho forçado e o maior controlo da metrópole sobre a colónia.

A partir da década de 30 o colonialismo ganha vigor com a entrada de Salazar no Governo. Moçambique foi votado a produtor de monocultura (algodão), a fornecedor de mão-de-obra barata para construir infra-estruturas no país e a receptáculo de colonos que não tinham futuro em Portugal. Neste período há dois documentos essenciais a conhecer, o Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Colonial Português. A partir da década de 50, Salazar resolve investir nos colonos de Moçambique, por meio dos planos de fomento.

O nacionalismo moçambicano nasceu e tornou-se um movimento de contestação contra o colonialismo. Na década de 50 surgiram os movimentos políticos que constituíram o embrião da formação de um amplo movimento libertador que na década posterior fez nascer a Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO, como resultado da fusão dos três movimentos nacionalistas MANU, UDENAMO e UNAMI.

A FRELIMO declarou a sua firmeza na condução do processo da luta armada até à obtenção da independência total de Moçambique.

A independência de Moçambique só foi possível em 1975 graças à luta de libertação prolongada e depois de assinados os Acordos de Lusaka em 1974.

## Avaliação

### Grupo I

- 1 Explique as teorias da resistência africana.
- 2 Explique o papel específico de Portugal na penetração imperialista em Moçambique.
- 3 Descreva o processo de delimitação das fronteiras moçambicanas.
- 4 Analise a natureza do duplo poder Estado colonial/companhias até 1930.
- 5 Distinga por palavras suas os dois períodos do colonialismo: 1890-1930 e 1930-1962.
- 6 De que forma é que o nacionalismo económico de Salazar está relacionado com o Acto Colonial e a Carta Orgânica do Império Português? Justifique, com recurso a excertos dos documentos.
- 7 Explique as formas de dependência de Moçambique em relação ao capital estrangeiro não português.
- 8 Caracterize a actuação do colonialismo português em Moçambique no âmbito económico, político e social.
- 9 Caracterize as formas de exploração de força de trabalho moçambicana nas plantações e minas da África do Sul.
- 10 Descreva as primeiras manifestações nacionalistas.
- 11 Explique a luta anticolonial.
- 12 Destaque o papel de Eduardo Mondlane na fusão das três formações políticas e liderança da FRELIMO.
- 13 Descreva o percurso da Luta Armada de Libertação Nacional.
- 14 Caracterize a crise do colonialismo português.

### Grupo II

Nos parágrafos que se seguem, são colocadas perguntas de escolha múltipla. Responda seleccionando/destacando a alínea correcta.

*Por exemplo:*

0. Qual é a data de fundação da FRELIMO?
- a) 1963. ( )
  - b) 1962. (-)
  - c) 1964. ( )

- 1 A luta de resistência africana fracassou devido à...
- a) fraca capacidade de organização dos colonizadores. ( )
  - b) fragilidade bélica dos reinos e impérios africanos. ( )
  - c) grande instabilidade política no interior dos Estados. ( )
- 2 António Enes era considerado "o pai" do código do trabalho rural de 1899. Ele defendia a descentralização administrativa e a...
- a) concessão de terras férteis aos indígenas. ( )
  - b) criação das circunscrições indígenas. ( )
  - c) introdução de taxas sobre as culturas forçadas. ( )
  - d) transformação da colónia em província. ( )
- 3 Em 1938, Portugal criou a Junta de Exportação do Algodão Colonial. As causas que levaram as autoridades portuguesas a criarem esta junta foram...
- a) a crescente procura e a subida do preço do algodão nos mercados internacionais. ( )
  - b) a facilidade em angariar capitais para produzir algodão. ( )
  - c) o crescimento da indústria têxtil nos territórios coloniais. ( )
  - d) o fraco desenvolvimento da indústria têxtil da metrópole. ( )
- 4 O mussoco não era um simples mecanismo fiscal imposto aos trabalhadores, era, também, obrigatoriedade de trabalho nas plantações. O mussoco...
- a) constituía a base de identificação do Estado Colonial. ( )
  - b) garantia a mão-de-obra necessária para a produção colonial. ( )
  - c) garantia a mão-de-obra para a agricultura de subsistência. ( )
  - d) reforçava as relações entre o Estado colonial e os nativos. ( )
- 5 Entre os anos 1945-50 e 1960, o Estado colonial criou os colonatos com a finalidade de...
- a) absorver a população desempregada em Portugal. ( )
  - b) angariar financiamentos para a produção agrícola. ( )
  - c) criar grandes centros urbanos nos vales dos rios. ( )
  - d) facilitar a exportação do algodão para Portugal. ( )
- 6 O trabalho migratório de Moçambique para a agricultura e para as minas da África do Sul teve a sua fonte em trabalhadores oriundos de zonas extremamente longínquas. Quais foram as consequências deste fenómeno para Moçambique?
- a) A abundância de mão-de-obra masculina no interior do Sul de Moçambique, que era muito usada na indústria transformada. ( )
  - b) A expansão da rede comercial no interior do Sul de Moçambique, controlada por asiáticos e que absorvia os salários dos mineiros. ( )
  - c) A perda de interesse e importância do porto de Lourenço Marques nas relações económicas entre o Transvaal e a colónia. ( )



# 5 Moçambique depois da independência

**5.1. As estratégias políticas, económicas e sociais**

**5.2. Guerra de desestabilização: 1976-1992**

**5.3. Os processos eleitorais em Moçambique**

## **Objectivos específicos:**

- Analisar as estratégias de desenvolvimento depois da independência
- Caracterizar a política interna e externa de Moçambique após a independência
- Analisar a importância da resolução não violenta de conflitos
- Descrever os passos rumo à Reconciliação Nacional
- Destacar a importância dos processos eleitorais e da consolidação da democracia em Moçambique

## 5 MOÇAMBIQUE DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Na unidade 5 do nosso manual iremos abordar importantes temas sobre o início da independência de Moçambique. Primeiro, falaremos dos esforços internos para erguer o país e depois passaremos à ajuda externa. Contudo, o início da História de Moçambique não foi pacífico. Houve uma guerra civil que durou cerca de 16 anos. A guerra da desestabilização surgiu num contexto adverso nas esferas internacional, regional e até interna e teve graves consequências políticas e sociais. Quando a guerra estava no fim, existia abertura para a aprovação da Constituição e para haver multipartidarismo. A paz foi devolvida a Moçambique em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz. Desde essa data, Moçambique é uma república democrática e pauta-se por processos eleitorais cada vez mais eficazes, tanto ao nível presidencial, como legislativo, autárquico e provincial.

### 5.1. As estratégias políticas, económicas e sociais

A independência nacional foi celebrada no dia 25 de Junho de 1975 pela primeira vez em Moçambique. E foi proclamada pela Frelimo, Frente de Libertação de Moçambique, como o culminar da luta armada iniciada a 25 de Setembro de 1964. Depois de assinados os Acordos de Lusaka de 7 de Setembro de 1974, o Governo português e a Frelimo foram preparando as condições para a transferência de poderes, através da acção de um Governo de transição composto por elementos do Governo Colonial e militantes da Frelimo.

A partir de 1975, a colónia de Moçambique passou a chamar-se República Popular de Moçambique e de território ocupado passou a ser um regime popular, de poder centralizado, Estado unitário e monopartidário.

A Frelimo chegou ao poder numa altura em que a maioria dos jovens estados africanos escolhiam o modelo político socialista para o seu desenvolvimento. As estratégias políticas, económicas e sociais de desenvolvimento de Moçambique, depois da independência nacional, foram inicialmente formuladas no III Congresso da Frelimo, com forte orientação socialista, em 1977.

#### 5.1.1. Política interna

Depois da independência de Moçambique, a Frelimo adoptou uma política marxista que já tinha raízes nos anos de conflito da



[1] Primeira página do jornal revolucionário *A Verdade*, da 2.ª quinzena de Setembro de 1974, acerca da vitória de Moçambique nos Acordos de Lusaka.

guerra colonial. Para levar avante os seus objectivos de uma sociedade mais igualitária e justa, seguiu o modelo já implantado noutros países, como Cuba e China. Nesse sentido, decidiu-se, sobretudo no III Congresso da Frelimo, nacionalizar os principais sectores de actividade (terra agrícola, empresas, banca, ensino, saúde, etc.). Para concretizar este desejo de criação de uma sociedade marxista, estabeleceram-se vários planos de política interna, o PPI, o PEC, o PRE e o PRES.

### Plano Estatal Central (PEC)

O III Congresso da Frelimo deliberou a criação do primeiro Plano Estatal Central, o PEC. Era um plano de cinco anos (**plano quinquenal**), de linhas orientadoras sobre o modo de desenvolvimento da economia moçambicana. Houve vários PEC durante os primeiros anos de independência e eram deliberados nos congressos da Frelimo. O PEC de 1977 determinava explicitamente:

- a nacionalização da banca;
- a nacionalização do ensino;
- a nacionalização da habitação;
- a nacionalização da terra;
- a nacionalização da saúde.

4 a 7 de Fevereiro de 1977

O III Congresso da FRELIMO define o Banco de Moçambique como instrumento de controlo da economia.

*Cronologia do Banco de Moçambique, in*

<http://www.bancomoc.mz/files/OBanco/Cronologia/Periodo7480.pdf>

(site visitado em 20 de Junho de 2011)

[3] Acontecimento relevante ligado à nacionalização da banca.

A palavra de ordem do PEC era a nacionalização da economia, num forte trabalho de centralização do Estado.

### Plano Perspectivo Indicativo (PPI)

Em 1979, começaram os trabalhos de preparação do documento que iria ser conhecido por Plano Perspectivo Indicativo (PPI). Os três grandes objectivos deste plano eram:

- a cooperativização do campo;
- o desenvolvimento do sector estatal agrário;
- a criação e desenvolvimento da indústria pesada, particularmente o ferro e o aço.

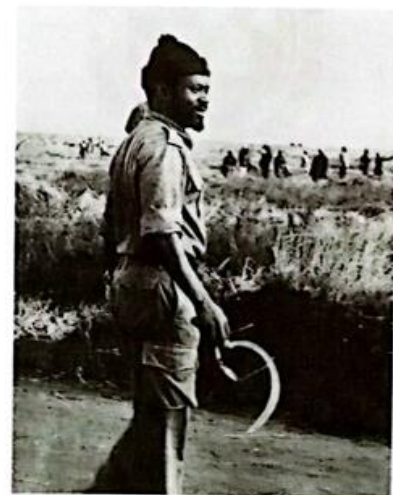


[2] Documentos-base da Frelimo, aquando do III Congresso realizado em 1977.

#### Vocabulário

##### Plano quinquenal

Instrumento de planificação económica inicialmente estabelecido por José Estaline, na URSS. Moçambique também adoptou esta metodologia de planificar a economia por 5 anos, estabelecendo prioridades de investimento.



[4] Fotografia de Samora Machel com uma foice de agricultor, em data incerta (1980-1983).

O PPI era um plano de **10 anos** que tinha como meta acabar com o atraso em que o país estava mergulhado.

Nesse sentido, o Presidente Samora Machel lançou em Março de 1980 "a ofensiva política e organizacional em todas as frentes". Mas para o conseguir houve a necessidade de mobilizar toda a população. Como forma de implementar o plano, o Governo criou em vários ramos da vida económica os **conselhos de produção**.

#### Organização nos ramos industriais dos conselhos de produção em 1980

1. Metalurgia, metalomecânica e energia
2. Indústrias química, de borracha, papel e madeiras
3. Cimentos, construção civil, vidro e indústrias extractivas
4. Têxteis, vestuário, couro e calçado
5. Sector público
6. Comércio, banca, seguros e outros serviços
7. Hotelaria, restaurantes e indústria de turismo
8. Indústria alimentar e de bebidas, óleos vegetais e sabões
9. Caju, açúcar, agricultura, criação de gado e pequenas espécies
10. Transportes, comunicações e pescas

Fonte: Bertil Egeró, *Moçambique: Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Estudos 8 – AHM, 1992, p.159

Este plano era visto como a única saída para a eliminação dos efeitos económicos e sociais da época colonial. Os dirigentes da Frelimo, para além dos avanços materiais, ansiavam por devolver à população a sua dignidade. A luta anti-racial, a constituição da nação próspera e uma política geral de modernização da economia da vida social eram os principais pilares que norteavam esta visão. Os sectores da **saúde** e a **educação** eram os que as autoridades coloniais portuguesas pouco ou nada fizeram para melhorar e onde era mais fácil, segundo os novos dirigentes da Frelimo, conseguir bons e rápidos resultados.

#### Programa de Reabilitação Económica (PRE)

A partir de 1983, Moçambique encontrava-se em dificuldades financeiras, motivadas pela guerra em que o país estava mergulhado e também pela queda das receitas de exportação e o aumento

das necessidades de importação. Esta grave crise levou os dirigentes a recorrerem ao financiamento internacional para desenvolver a economia. Com base nestas dificuldades, inicia-se o desenvolvimento do Programa de Reabilitação Económica (PRE).

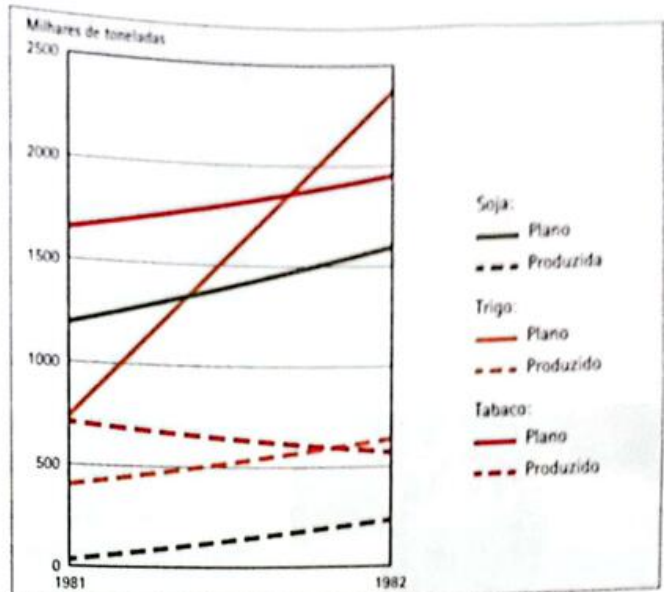
A decisão das autoridades estatais centrais de usar a força da lei no cumprimento do plano não resultou. Foi assim que em 1984 começaram as negociações com os organismos financeiros internacionais, FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial).

Mas só em em 1986 é que os primeiros documentos foram assinados. Com a morte de Samora Machel, o Comité Central da Frelimo indicou Joaquim Chissano para liderar o país e as negociações do PRE.

E, em 1987, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e Joaquim Chissano, em nome do Governo, dão início à fase de execução do programa, que resultou no seguinte:

- redução da mão-de-obra excedentária nas empresas do Estado;
- privatização de algumas empresas do Estado;
- abertura da economia moçambicana ao capital privado estrangeiro.

A previsão deste programa era sanear as finanças públicas em cinco anos. Este plano não foi, em geral, bem recebido pela sociedade, sobretudo pelas elites políticas mais à esquerda.



[5] Comparação entre as metas planeadas no III Congresso da Frelimo [Plano] e produção real [Produzido] nos anos 1981 e 1982. Fonte: Bertil Egeró, *Moçambique: Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Estudos 8 - AHM, 1992, p. 120



[6] Logótipo do Banco Mundial.



[7] Logótipo do Fundo Monetário Internacional.



[8] Samora Machel morreu num acidente num avião como este, um Tupolev 134, ao despenhar-se em Mbusini, nos montes Libombos.

A adopção do PRE para alguns dos estudiosos da História de Moçambique era uma tentativa desesperada de corrigir distorções, representou uma inversão completa na política económica que vinha sendo seguida desde a independência nacional e obrigou à cedência absoluta às exigências do FMI e do BM. Basicamente, consistia em passar-se de uma economia centralizada e socialista para uma economia de mercado livre e capitalista.

### Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)

O Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) foi criado para resolver problemas concretos. Por um lado, a introdução e execução do PRE criou um grave problema social: um fosso cada vez maior entre ricos e pobres. Este problema merecia toda a preocupação por parte do Governo. Por outro lado, o PPI não estava a dar bons resultados e tinha de ser criada uma alternativa. Então, juntamente com as instâncias financeiras internacionais, na década de 90 foi negociado e implementado o PRES. O seu objectivo era continuar a recuperar as contas públicas, mas com mais preocupações sociais de combate à pobreza.

O PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social) tinha quatro pilares importantes:

- parar a diminuição da produção;
- assegurar à população das zonas rurais receitas mínimas e um nível de consumo mínimo;
- reinstalar o balanço macroeconómico através da diminuição do défice orçamental;
- reforçar a balança de transacções correntes e a balança de pagamentos.

As novas medidas visaram a diminuição drástica da intervenção do Estado na esfera económica e a criação de estímulos à iniciativa privada de empresários nacionais e ao investimento estrangeiro.



[9] Quando o PRES foi negociado, a Presidência da República de Moçambique já estava entregue a Joaquim Chissano.

#### Exercitando competências

1. Elabore uma tabela-resumo com a identificação dos planos e programas estratégicos de Moçambique pós-guerra colonial.
2. Observe as imagens [6 e 7]. Com quem foi negociado do PRE?
3. Analise o gráfico [5].
  - 3.1. Como se explicam as divergências entre o planeado e o produzido?
  - 3.2. Estas divergências poderão ter condicionado o fim do PPI? Justifique.
  - 3.3. Distinga o PPI do PEC.
4. Porque se afirma que o PRE desvirtuou a República Popular de Moçambique e trouxe novamente o capitalismo?

## 5.1.2. Política externa

### O não-alinhamento

Desde que Moçambique se tornou uma nação independente, optou pelo não-alinhamento. O **Movimento dos Não-Alinhados** é uma associação livre de países que, durante a Guerra Fria, não se posicionaram do lado das superpotências, os EUA e a URSS.

Apesar de Moçambique e a maior parte dos outros membros desta associação não se reverem, nem tão-pouco subscreverem as políticas militares de qualquer um dos blocos, mantinham uma política socialista. Isto é, Moçambique apesar de formalmente não se colocar do lado da URSS estava politicamente bem mais próximo dela do que dos EUA. Esta tomada de posição de Machel teve vantagens e desvantagens. Por um lado, Machel e os demais não-alinhados limitaram a geografia da Guerra Fria. Ao não se declararem do lado de qualquer das potências impediram a escalada de violência em muitos confrontos. Por outro lado, serviram muitas vezes de mediadores políticos. Contudo, a aproximação de Machel e do seu Governo ao socialismo marxista foi vista com maus olhos pelos apoiantes dos EUA, países de matriz capitalista; e isto afastou o investimento capitalista do país.

### A Linha da Frente

Com a independência das antigas colónias portuguesas e de outras potências imperialistas, abriu-se uma nova era na história da região austral de África. A situação política e o equilíbrio de poder sofreram uma transformação radical. A independência do Zimbábue, em 1980, fez desaparecer mais um Estado aliado do regime racista sul-africano. A república da África do Sul tinha ficado sozinha na luta racista.

Em 1979, os estados de Angola, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia decidiram dar início a uma cooperação regional alternativa, cujo objectivo era estabelecer o seu domínio económico regional, e criaram a Linha da Frente.

A Linha da Frente foi uma organização que pretendia apoiar os países da região na sua luta pela emancipação ou independência, com destaque para o apoio à luta do Sudoeste africano, Namíbia, Zimbábue e África do Sul. Em 1980, o Zimbábue tornou-se independente e aliou-se prontamente à Linha da Frente.

### Vocabulário

#### Movimento dos Não-Alinhados (MNA)

Associação livre de países sem qualquer compromisso formal com qualquer um dos dois poderosos blocos antagónicos representados pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

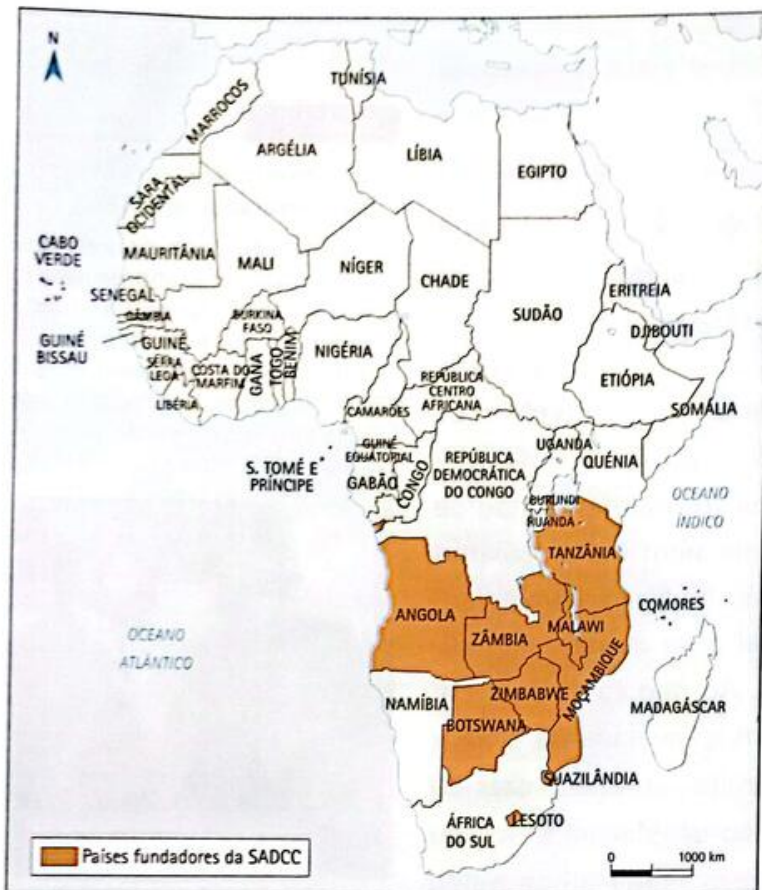


[10] Fidel e Samora Machel em 1980.

Para mais informações sobre o MNA, visite o *site* disponível em:  
<http://www.nam.gov.za>



[11] Cartaz da conferência da Linha da Frente realizada em Lisboa em 1983.



[12] Mapa dos países membros da SADCC, em 1980.

## SADCC

A SADCC, sigla de *Southern African Development Coordination Conference*, foi fundada em 1980 por nove países membros: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O objectivo desta conferência de desenvolvimento para a África Austral era diminuir a dependência dos estados-membros em relação à África do Sul, que vivia sob o regime racista do *apartheid*. Ao reduzir a dependência em relação a esta potência, ela perderia, conseqüentemente, bastante poder na zona.

Assim, a SADCC enquanto conferência traçou as seguintes linhas-mestras de desenvolvimento:

- criar programas de acção para a agricultura e alimentação;
- desenvolver os recursos humanos;
- promover a indústria e as energias;
- dar apoio aos transportes e comunicações.

## SADC

Presentemente, a SADC, *Southern African Development Community* (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), existe desde 1992, em substituição da SADCC, e engloba cerca de 14 estados da região austral de África: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

A região austral de África enfrenta uma série de dificuldades de natureza diversa, desde problemas ou adversidades naturais como secas prolongadas, cheias cíclicas, doenças endémicas, como a malária, HIV/SIDA e a pobreza extrema. Neste quadro problemático, a SADC surgiu como uma organização que tem como objectivo unir esforços na região para a promoção do desenvolvimento económico, político, cultural e desportivo de todos os países membros. De que forma? Ajudando a incrementar estratégias comuns de desenvolvimento e de aproximação de pessoas e bens entre os países



## Exercitando competências

1. Distinga a Linha da Frente da SADCC.
2. Como evoluiu a organização representada no mapa [12] para a realidade visível no documento [13]?
3. Distinga a SADC da SADCC.
4. Como se posicionou Moçambique no alinhamento das potências mundiais?
5. Como é financiada a SADC?
6. Num texto de, no máximo, 20 linhas, analise as estratégias de desenvolvimento depois da independência, a nível externo.

## Vocabulário

### Guerra civil

Guerra que se trava entre dois partidos de uma nação.

### Guerra civil, guerra dos 16 anos ou guerra da desestabilização?

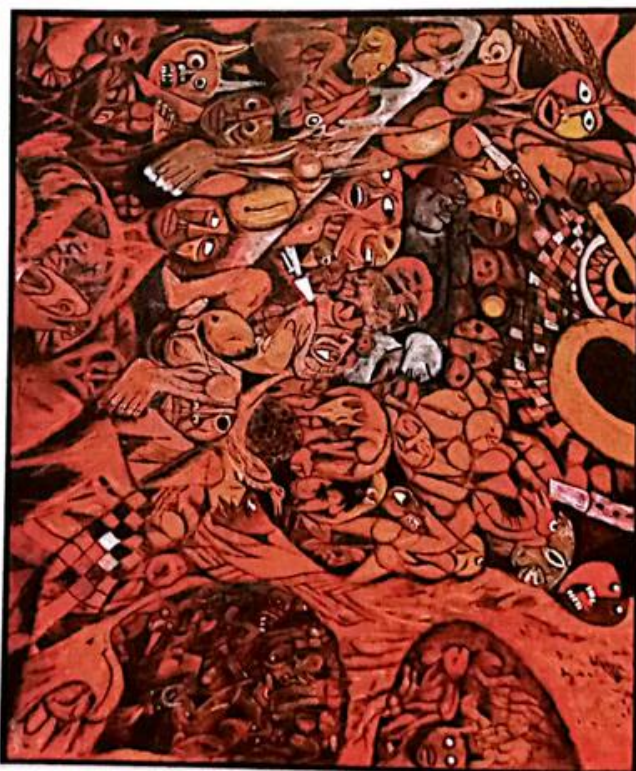
A guerra civil moçambicana durou cerca de 16 anos, por isso também é chamada de "guerra dos 16 anos". Contudo, esta guerra também pode ser apelidada de "guerra da desestabilização" porque desarmonizou e fragilizou por completo a sociedade e a economia moçambicanas.

### De *Mozambique National Resistance* a RENAMO

Só a partir de 1984 é que a *Mozambique National Resistance* se passou a designar por RENAMO, sigla de Resistência Nacional Moçambicana.

## 5.2 Guerra de desestabilização: 1976-1992

Pouco depois da independência, Moçambique mergulhou na **guerra civil**. A guerra civil moçambicana durou 16 anos, desde 1976 a 1992. Infelizmente, os anos de guerra foram acompanhados de calamidades naturais, como secas e inundações.



[14] Pintura de Malangatana. Óleo sobre tela intitulado "Grito de Mãe", de 1986. Nas obras do pintor moçambicano está expressa a dor da guerra. Nesse ano de 1986 já se vivia em plena guerra civil.

### A conjuntura nacional, regional e internacional

As cisões políticas surgidas durante a luta armada de libertação nacional, os erros cometidos nos primeiros anos de governação de Machel e o descontentamento dos colonos contribuíram para o nascimento de uma força política armada, a **MNR, sigla de *Mozambique National Resistance***. O líder desta resistência que operava essencialmente nas matas era André Mathadi Matsangaíssa. Em 1979, depois da sua morte, sucedeu-lhe Afonso Dhlakama.

Depois da independência moçambicana, o Governo em funções terá cometido algumas **arbitrariedades e abusos de poder**, como, por exemplo:

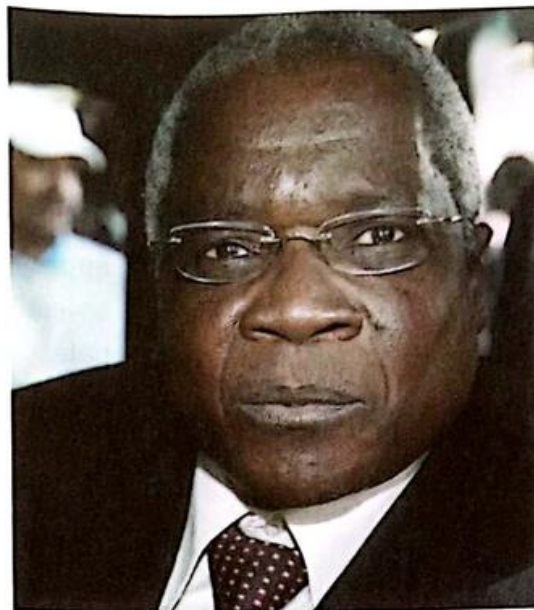
- a promulgação da lei das chicotadas;
- a instituição da pena de morte;
- o descrédito das autoridades locais, como os indunas, nhacuas e régulos;
- a proibição de ritos de iniciação e o combate à magia e curandeirismo;
- a criação dos campos de reeducação;
- uma forte perseguição política, etc.

Esta guerra opôs a Frelimo e a RENAMO, mas não pode ser vista apenas como uma guerra civil. Tem de ser analisada à luz da política de desestabilização da África do Sul e da Guerra Fria.

A África Austral nos finais dos anos 70 e até meados da década de 90 viveu tempos muito difíceis e instáveis. E o centro do problema estava na África do Sul. Esse país vivia no terrível clima do *apartheid*, de profunda segregação racial. Mas já começava a ser contestado pelos membros do ANC, liderados por Nelson Mandela. Para a racista África do Sul, todos os que apoiassem o ANC eram considerados inimigos.

O ANC e outros movimentos negros de resistência das nações vizinhas, como a ZANU, eram apoiados pela Frelimo. Este apoio da Frelimo à resistência da África do Sul e da Rodésia do Sul (futuro Zimbabwe) promoveram o apoio dos governos racistas aos inimigos da Frelimo, à RENAMO. A RENAMO conseguiu assim aliados importantes; num primeiro momento foi apoiada pela Rodésia, mas assim que esta se tornou no independente Zimbabwe, passou a só poder contar com a África do Sul.

E de que forma é que a RENAMO apoiada pelos racistas da Rodésia e da África do Sul combatia a Frelimo? Através da destruição, da minagem dos caminhos de mata e campos, etc.



[15] Afonso Dhlakama. Militar e político moçambicano nascido a 1 de Janeiro de 1953, em Mangunda, na província de Sofala. Durante a Guerra Colonial, em Moçambique, Dhlakama foi soldado do exército português. Em 1974, após a Revolução do 25 de Abril em Portugal e, conseqüentemente, o fim da guerra colonial, o jovem soldado ingressou no partido Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). No entanto, pouco tempo depois abandonou o partido para se tornar, em 1976, um dos fundadores do movimento armado RNM (Resistência Nacional de Moçambique), apoiado pela Rodésia (actual Zimbabwe) e pela África do Sul.

Para além do apoio da África do Sul e da Rodésia, a RENAMO contava ainda com o apoio dos EUA, Portugal, Quênia e Malawi, sobretudo porque receavam a forte política marxista implantada por Machel em Moçambique.

### Exercitando competências

1. O que expressa o documento [14]?
  - 1.1. Quem a pintou a obra representada?
  - 1.2. Qual a importância desse pintor na história recente de Moçambique?
2. Explique as circunstâncias de formação da RENAMO.
3. Porque estava a RENAMO descontente com a acção governativa da Frelimo?
4. Faça uma tabela-resumo com duas colunas, cada uma referente a cada um dos partidos. Nela devem constar: nomes de líderes e principais apoios na África Austral e no resto do mundo.

## As consequências políticas, sociais e económicas

As consequências políticas da guerra civil em Moçambique ainda hoje se fazem sentir. Na actualidade, ainda que se vivam tempos de paz, há uma profunda cisão entre a Frelimo e a RENAMO. Exemplo disso é o pedido de recontagem de votos que se reclama no final do apuramento dos resultados de eleições. Apesar de em Moçambique se estar a construir uma democracia, ainda nem todos acreditam nela.



[16] Pintura de Malangatana. Nesta obra quase que se sente a violência da guerra.

Mesmo que exista algum descrédito, é certo que a conquista do regime democrático foi uma das maiores e mais expressivas consequências políticas da guerra civil em Moçambique. Para além disso, obteve-se uma Constituição e o sistema multipartidário.

As consequências da guerra civil a nível material e social são mais penosas. Ainda hoje há vestígios de destruição de infra-estruturas, de amputados vítimas das minas, refugiados, fome, mortos e um profundo atraso económico. De facto, do ponto de vista económico-social uma guerra é sempre nefasta.

A guerra civil em Moçambique produziu consequências drásticas para a sociedade moçambicana:

- 1 milhão de mortos;
- 50 mil pessoas amputadas;
- 92 881 soldados e guerrilheiros desmobilizados;
- acima de 250 mil crianças órfãs e não acompanhadas;
- 1/3 da população malnutrida;
- mais de 150 mil aldeias destruídas;
- cerca de 4,5 milhões de deslocados internos;
- 1,5 milhão de deslocados externos;
- 7 biliões de dólares americanos de prejuízos da economia nacional;
- metade da rede rodoviária destruída e inviabilizada;
- mais de 50% das redes sanitárias destruídas;
- 1800 escolas destruídas, etc.



[17] Fotografia de criança moçambicana alimentada graças ao programa alimentar da ONU. As crianças são sempre as mais afectadas pelas guerras, ou porque ficam órfãs, ou porque passam fome, ou porque são vítimas de abusos ou porque são transformadas em soldados.

### Exercitando competências

1. Relacione os documentos [16 e 17] e comente a frase: a guerra traz sempre pesadas consequências
2. Identifique as consequências políticas da guerra dos 16 anos.

## A Constituição de 1990 e a adopção do multipartidarismo

A primeira Constituição de Moçambique surgiu na sequência do termo da luta de libertação nacional e a assinatura dos Acordos de Lusaka entre a Frelimo e o Governo português e data de 1974.

A primeira Constituição de Moçambique foi aprovada na reunião da Praia de Tofo, em Inhambane, 1974. A mesma preconizava a criação de um Estado de opção socialista e de uma economia centralizada.

*A constituição então proclamada [a de 1974] consagrou o papel determinante da Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano. Sob a sua direcção iniciou-se o processo exaltante de exercício do poder assente na expressão da vontade popular.*

*O Estado que criámos possibilitou ao povo moçambicano o aprofundamento da democracia e, pela primeira vez na sua história, o exercício do poder político e a organização e direcção da vida económica e social à escala nacional.*

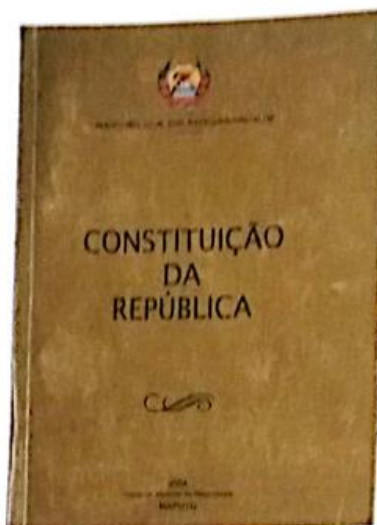
Ussumane Aly Daúto, *Constituição da República de Moçambique*, p. 7

[19] Considerações de Ussumane Aly Daúto, ex-ministro da Justiça de Moçambique, sobre a primeira Constituição do país.

Em 1990 ocorreram novos factores de natureza diversa que levaram à alteração da Constituição de Moçambique. Esses factores estavam ligados aos novos programas de reestruturação da economia e ao início das conversações de paz com a RENAMO que previa o fim da guerra civil.

A nova Constituição de 1990 defendia um **sistema eleitoral de representação proporcional** onde os órgãos representativos deviam ser escolhidos através de eleições em que todos os cidadãos com mais de 18 anos têm direito a participar. A eleição é feita através de um sufrágio universal directo, secreto, pessoal e periódico e o apuramento dos resultados das eleições devia obedecer ao sistema de representação proporcional. Nascia assim uma nova Constituição democrática que substituiu a antiga Constituição, a qual defendia o sistema de partido único. Com a adopção desta nova lei fundamental, Moçambique adopta definitivamente o **multipartidarismo**.

A adopção de uma Constituição consagrando os princípios da liberdade de associação e organização política dos cidadãos no quadro de um sistema multipartidário, o princípio da separação de poderes e a realização de eleições livres foram, indubitavelmente, um **passo essencial para o estabelecimento de uma sociedade democrática**. Estavam, assim, criadas formalmente as bases de uma legitimidade democrática, conduzidas pelo próprio partido no poder, a Frelimo.



[18] Constituição da República de Moçambique, 2004.

A Constituição de 1990 era composta por 10 capítulos e cerca de 212 artigos.

Embora a Constituição de 1990 tenha introduzido o fundamento legal de um sistema multipartidário no país, foi, na verdade, após a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992, que se abriram as perspectivas de uma efectiva transformação do sistema político moçambicano.

Neste processo de mudanças começaram a aparecer **várias organizações políticas**, lideradas por indivíduos há muito afastados do país e de pouca expressão no espectro social e político moçambicano, alguns deles ligados ao processo de paz. Todas as organizações políticas, incluindo o partido Frelimo, se afirmavam preparadas e dispostas a enfrentarem o desafio de reconciliação, da paz, de reconstrução, da promoção da democracia e dos direitos humanos no pleno respeito pela Constituição, pelos órgãos de soberania e pelo Estado moçambicano.

#### Alguns pequenos partidos políticos da oposição moçambicana

Sigla	Nome	Líderes
PCN	Partido da Convenção Nacional	Lutero Simango, filho do histórico dirigente fundador da Frelimo, Urias Timóteo Simango
MONAMO	Movimento Nacional Moçambicano	Máximo Dias
FUMO	Frente Unida de Moçambique	Domingos Mascarenhas Arouca
PIDEMO	Partido Internacionalista Democrático de Moçambique	João Kamacho

#### Exercitando competências

1. De que ano data a primeira Constituição moçambicana?
2. Porque foi necessário adoptar outra?
3. De que ano data a segunda Constituição moçambicana?
4. Quais as principais mudanças que esta última previa em relação à primeira?
5. O que significa multipartidarismo?
6. Analise a tabela acima e indique o nome de alguns partidos moçambicanos para além da RENAMO e da Frelimo.
7. Na sua opinião, quais as vantagens de uma nação adoptar uma Constituição democrática e de viver em sistema multipartidário?

#### Laboratório do historiador

A ligação entre Direitos Humanos e a democracia está claramente plasmada no artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

*"A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto."*

Imagine-se responsável pela garantia deste pressuposto constitucional. Que medidas tomaria para a efectivação deste princípio?

## Acordo Geral de Paz

A partir de 1990, o Governo moçambicano tomou importantes medidas que se vão revelar cruciais para o futuro do país e que acabaram por conduzir à paz:

- aprovação de uma nova Constituição multipartidária;
- consagração dos princípios da liberdade de associação e da separação de poderes (legislativo, executivo e judiciário);
- determinação de realização de eleições livres, que criava as bases para o estabelecimento de uma sociedade democrática;
- início das conversações entre a RENAMO e o Governo de Moçambique, com a mediação das autoridades italianas e da Igreja Católica;
- o presidente sul-africano Frederick de Klerk garantiu que o seu Governo não apoiaria mais a RENAMO.

A nova Constituição fez acelerar as negociações de paz entre o Governo moçambicano e o movimento rebelde Resistência Nacional de Moçambique, RENAMO, que culminaram com a assinatura, em Roma, de um Acordo Geral de Paz (AGP), em 4 de Outubro de 1992. Foi a assinatura deste acordo que pôs termo à longa e destruidora guerra civil moçambicana.

Após 16 anos de intenso sofrimento, a guerra civil terminou em 1992 e a 4 de Outubro do mesmo ano, em Roma, Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, e Joaquim Chissano, Presidente da República, assinaram o Acordo Geral de Paz. Assistiram a este acordo histórico como mediadores os presidentes do Zimbabwe e do Botswana, o vice-presidente do Quênia, o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, o ministro da Presidência do Malawi, o vice-presidente da OUA e os representantes das Nações Unidas, dos EUA, da França, da Grã-Bretanha, de Portugal e os membros da Comunidade de Santo Egidio, com um forte destaque para D. Matteo Zuppi.

De entre vários pontos acordados, o Governo de Moçambique tinha de reconhecer a existência da RENAMO como partido político e não como um movimento rebelde de guerrilha, como até então vinha sendo tratado. Com a assinatura deste acordo geral de paz conseguiu-se:

- um imediato cessar-fogo;
  - a desmilitarização das zonas de combate;
  - a libertação de prisioneiros;
  - a formação de um novo exército composto por cerca de 15 mil homens provenientes, em partes iguais, de ambas as facções;
  - a marcação de eleições livres.
- No mesmo ano, a ONU enviou para Moçambique forças para a

manutenção da paz – ONUMOZ – e o Zimbabwe retirou as suas forças armadas, que auxiliavam o Governo a controlar as vias de comunicação entre a Beira e o Limpopo.

### Exercitando competências

1. Quais eram os principais pontos acordados entre o Governo de Moçambique e o movimento rebelde RENAMO em Roma, no dia 4 de Outubro de 1992?
2. Quem foram os mediadores do acordo?
3. Quais foram as conquistas concretas e imediatas do acordo?

### Laboratório do historiador

Elabore um trabalho de análise sobre o Acordo Geral de Paz de 1992. O Acordo Geral de Paz de Moçambique é constituído por 7 protocolos, sendo que a cada um deles corresponde uma área definida. Analise e resuma o conteúdo de cada um dos protocolos em breves sínteses de aproximadamente 10 linhas por protocolo no máximo.

## 5.3. Os processos eleitorais em Moçambique: legislativas, presidenciais, autárquicas e provinciais

Dois anos depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em Moçambique, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. A 27 e 28 de Outubro de 1994 tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias **legislativas** e **presidenciais**.

### Principais resultados das primeiras eleições multipartidárias

Legislativas de 1994	Presidenciais de 1994
Vitória da Frelimo: 44,3%	Vitória de Joaquim Chissano: 53,3%
A RENAMO perdeu e obteve 33,7%	Afonso Dhlakama perdeu com 37,7% dos votos

Os processos eleitorais, ainda que não sejam perfeitos e precisem de bastante supervisão e educação para a democracia, têm contribuído para a **estabilidade política e social**. Esta estabilidade veio encorajar o **investimento estrangeiro** no território, destacando-se a Inglaterra pelas medidas tomadas no que tocava não só à redução drástica da enorme dívida que Moçambique tinha para com aquele país, como também à enorme doação de capital por ela efectuada. Estas iniciativas ajudaram a fortalecer os laços entre os dois países, levando mesmo a que, em 1995, Moçambique entrasse para a *Commonwealth*, embora sem alteração, por exemplo, na língua oficial, que continua a ser o português.

### Vocabulário

#### Eleições legislativas

Acto para a eleição dos legisladores, dos deputados que elaboram as leis.

#### Eleições presidenciais

Acto eleitoral para eleger o representante máximo da nação, o Presidente da República.

**@Verdade**  
 Serviço Público, 23 de Setembro de 2008  
 Número 97 362  
 Preço 10 000 Moçambicanos  
 Distribuição pelo 97 362  
 Director: Erik Charuz

Quarta-feira, dia 28, o povo tem a palavra  
 Eleições | 28 Outubro | 1.ª Pág.

# Vamos votar

AS ELEIÇÕES para a Presidência

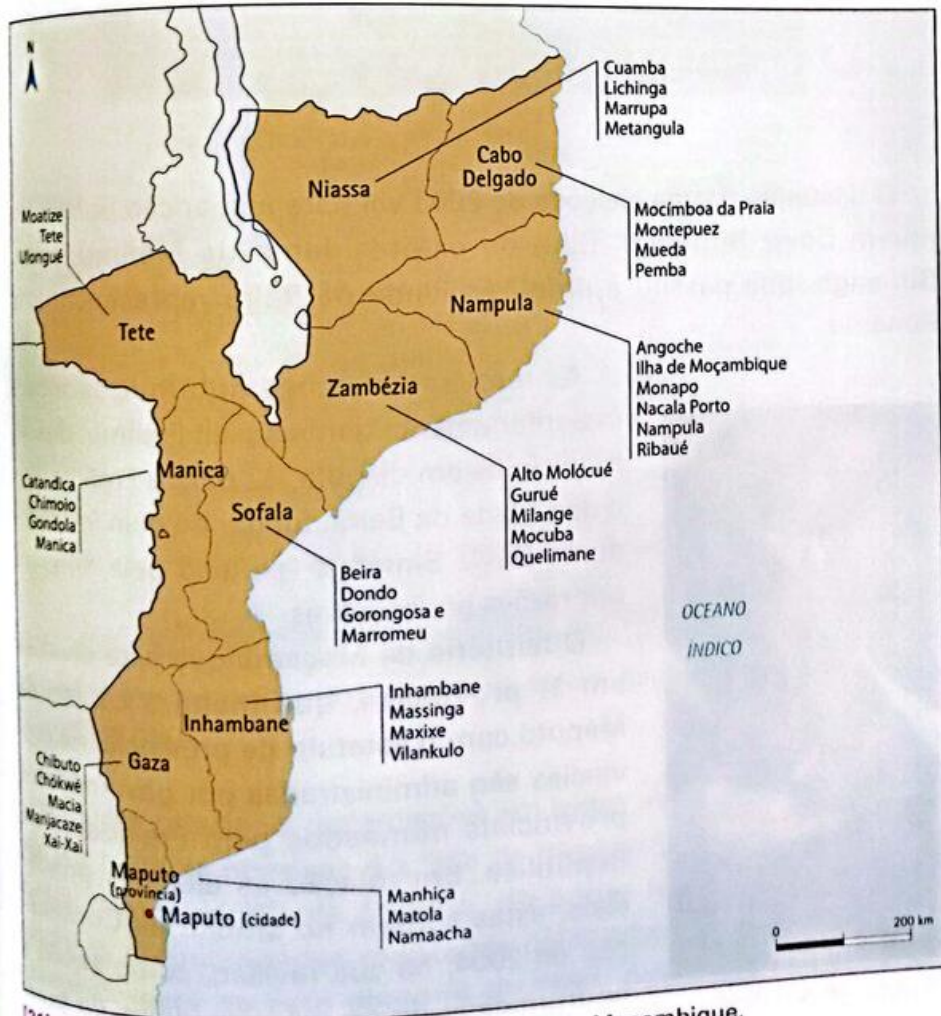
Conte-nos a sua experiência de votar no próximo dia 28  
 Basta uma mensagem SMS até ao e formato LOCAL (bairro, localidade, provincial) espaço assinatura.

821111 • 8412222

CIDADÃO REPORTER



[20] A educação eleitoral é fundamental para que as populações tenham conhecimento dos seus direitos democráticos.



[21] Mapa dos distritos e respectivos municípios de Moçambique.

### Vocabulário

#### Eleições autárquicas

Acto para eleger os representantes do poder local, os governantes dos municípios.

As primeiras eleições locais tiveram lugar num ambiente de grande tensão política em 1998, cuja afluência foi muito baixa, rondando os 15% de participação de eleitores. Elas só se realizaram em vinte e três (23) cidades e vilas seleccionadas e foram ganhas pelo partido Frelimo. O destaque foi, no entanto, a aparição de forças políticas e civis independentes saídas da sociedade civil, casos do grupo Juntos pela Cidade, na cidade de Maputo, tendo conseguido eleger alguns deputados para a Assembleia Municipal, e o Grupo Reflexão, na Cidade da Beira, que também elegeu representantes para a Assembleia Municipal da cidade.

O Governo e o Parlamento em funções decidiram descentralizar o poder para um nível de acção local. Nesse sentido criaram-se autarquias e municípios. Em 19 de Novembro de 2003 foram realizadas as eleições autárquicas em Moçambique. Dos 33 municípios, a Frelimo conquistou 28 e a Renamo os 5 restantes municípios.

#### Principais resultados das eleições autárquicas de 2003

Partidos	Municípios conquistados
Frelimo	28
Renamo	5

O destaque destas eleições de 2003 vai para a aparição política do jovem Daviz Simango, filho do ex-presidente da Frelimo, Urias Simango, que passou a dirigir a cidade da Beira representando a Renamo.



[22] Afonso Dihakama, líder da Renamo, a ser entrevistado.

As terceiras eleições autárquicas foram maioritariamente ganhas pela Frelimo, dos 43 municípios em disputa, 42 para a Frelimo e 1, o da Cidade da Beira, foi ganho pelo independente Daviz Simango expulso pela Renamo por razões pouco claras.

O território de Moçambique está dividido em 11 províncias, que inclui a cidade de Maputo com o estatuto de província. As províncias são administradas por governadores provinciais nomeados pelo Presidente da República. Em relação às eleições provinciais, estas surgem no âmbito da Constituição de 2004, na sua revisão, como sendo a oportunidade de os representantes do povo

discutirem os seus problemas a nível provincial. Elas só tiveram lugar pela primeira vez em 28 de Outubro de 2009.

Em todos os actos eleitorais que se registaram em Moçambique desde 1994, a administração eleitoral esteve sempre a cargo da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico para a Administração Eleitoral (STAE), dela dependente. A constituição da CNE foi desde sempre razão de grandes tensões entre as duas principais forças políticas e motivo de grandes debates.

Os actos eleitorais dos anos de 1999, 2004 e 2009 foram sempre ganhos pelo partido Frelimo, remetendo a Renamo para a segunda posição, sendo desde sempre a principal força política da oposição.



[23] Propaganda eleitoral da Frelimo.

#### Eleições multipartidárias em Moçambique – Presidenciais e Legislativas

Anos	Presidenciais	%	Legislativas	%
1994	Joaquim Chissano	53%	Frelimo	44,3%
	Afonso Dlhakama	33%	Renamo	37,7%
			UD	12,7%
1999	Joaquim Chissano	52,2%	Frelimo	48,5%
	Afonso Dlhakama	47,7%	Renamo – União Eleitoral	38,8%
2004	Armando Guebuza	63,7%	Frelimo	62%
	Afonso Dlhakama	31,7%	Renamo – União Eleitoral	29,7%
2009	Armando Guebuza	75,2%	Frelimo	74,7%
	Afonso Dlhakama	16,3%	Renamo	17,7%
	Daviz Simango	8,6%	MDM	3,9%



[24] Comício eleitoral da Renamo.

Nota: MDM, Movimento Democrático de Moçambique, força política criada em 2009, na Cidade da Beira.

Uma das principais reclamações em todos estes processos eleitorais por parte da oposição é a falta de transparência dos órgãos eleitorais, controlados pela Frelimo, no poder há mais de 35 anos, aliada às irregularidades registadas pelos observadores eleitorais, principalmente no acto eleitoral de 1999, devido ao facto de ter havido um enorme número de editais não considerados oficialmente

por conterem “erros insanáveis”. Esta situação de 1999 permite concluir que, na realidade, a diferença entre os dois candidatos terá sido menor que os dados publicados oficialmente.

Cronologia da História de Moçambique: de 1975 a 1996	
Ano	Acontecimentos
1975	Independência nacional de Moçambique
1976	Fundação da RENAMO, movimento de resistência ao regime de orientação socialista que se instalara em Moçambique
1977	Início da guerra civil em Moçambique, guerra devastadora que provocou a morte de mais de um milhão de pessoas e mais de três milhões de refugiados – realização do III Congresso da Frelimo e adopção do socialismo como orientação política, económica e social do Estado
1980	Criação da SADCC (Southern African Development Coordination Conference), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
1984	Acordo de Nkomati entre o Governo de Moçambique e a África do Sul
1986	Samora Machel morre num desastre aéreo de Mbuzini. Joaquim Chissano é nomeado o novo Presidente da República
1990	É aprovada a nova Constituição multipartidária
1992	Assinatura em Roma do Acordo de Paz para Moçambique entre o Governo de Moçambique e a RENAMO
1994	As primeiras eleições multipartidárias em Moçambique ganhas pelo partido Frelimo
1995	Moçambique entra para a Commonwealth
1996	É constituída a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, CPLP

### Exercitando competências

1. Analise a cronologia acima.
  - 1.1. Em que data ocorreram as primeiras eleições livres em Moçambique?
  - 1.2. Quantos anos passaram desde a independência nacional até às primeiras eleições livres?
  - 1.3. Na sua opinião, porque passaram tantos anos?
3. Observe as imagens [23 e 24]. Identifique as formas de propaganda política que conhece.
4. Quais são as eleições para os órgãos do poder em Moçambique?

Logo após a Independência Nacional de Moçambique os novos governantes depararam-se com o grande problema de criar as bases para pôr em marcha o processo de desenvolvimento económico. Foi assim que, em 1977, na altura do III Congresso, a Frelimo adoptou a estratégia de desenvolvimento baseado no socialismo marxista.

Nesse sentido, o Governo de Samora Machel promoveu a criação e instituição de planos económicos, o Plano Estatal Central (PEC) e o Plano Perspectivo Indicativo (PPI), que visavam a continuação da centralização da economia e a nacionalização da mesma.

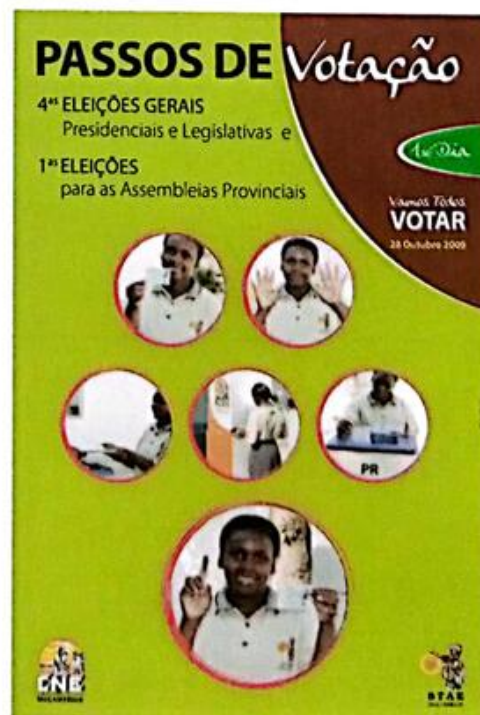
No plano externo, Moçambique estabeleceu relações comerciais de amizade com vários países, com destaque para a sua filiação na organização regional Linha da Frente, criada com a finalidade de apoiar os países da região na sua luta pela emancipação ou independência, bem como promover a cooperação regional alternativa. É assim que, em 1980, os países da Linha da Frente criam a Southern African Development Coordination Conference, SADCC, que mais tarde será conhecida por SADC.

A necessidade de fazer face à crise em que o país vivia era agravada pelo profundo clima de guerra civil que se vivia desde 1977. Esta guerra desestabilizou a sociedade e economia moçambicanas. Só em 1990 é que se avizinha a paz com a criação de uma nova Constituição, a Constituição da República de Moçambique de 1990. Nascia uma nova Constituição, que defendia um sistema eleitoral de representação proporcional e substituíam a antiga Constituição que defendia o sistema de partido único. E assim nascia a democracia em Moçambique.

Mas só em 1994 é que têm lugar as primeiras eleições livres. A Frelimo foi a vencedora e a Renamo contesta os resultados. Neste processo democrático é fundamental falar do doloroso processo de paz, que culminou com a assinatura dos acordos gerais de paz, em Roma, em 1992.

## Grupo I

- 1 Refira as estratégias de desenvolvimento depois da independência de 1975.
- 2 Caracterize a política interna e externa de Moçambique depois da independência.
- 3 Analise a importância da resolução não violenta de conflitos, à luz do que aconteceu na Guerra de Desestabilização e do Acordo Geral de Paz de 1992.
- 4 Descreva os passos rumo à reconciliação nacional, desde o início da luta armada até às primeiras eleições livres.
- 5 Destaque a importância dos processos eleitorais para a consolidação da democracia em Moçambique.
- 6 Qual foi a orientação política de Moçambique no pós-independência? O que significou essa orientação na prática?
- 7 Justifique a importância da criação de eleições a nível local.
- 8 Indique o nome do seu município, distrito e data das próximas eleições autárquicas e provinciais a realizar.
- 9 Observe a imagem seguinte. Porque é a educação eleitoral tão importante para uma jovem nação como Moçambique?



## Grupo II

Nos parágrafos que se seguem, são colocadas perguntas de escolha múltipla. Responda seleccionando/destacando a alínea correcta.

Por exemplo:

0. Qual é a data de fundação da Frelimo?

a) 1963. ( )

b) 1962. (-)

c) 1964. ( )

- 1 De entre os objectivos do Plano Perspectivo Indicativo, PPI, destaca-se...
- a) a cooperativização do campo. ( )
  - b) a revitalização do sector privado. ( )
  - c) a reconstituição da indústria. ( )
  - d) o fomento da cultura do tabaco. ( )
- 2 Em 1977, um grupo de países da região austral de África criou a Linha da Frente. Qual era o objectivo principal desta organização política?
- a) Dar apoio para a libertação dos estados ainda sob o jugo colonial. ( )
  - b) Oferecer cooperação na área da agricultura. ( )
  - c) Coordenar acções conjuntas para a defesa do meio ambiente. ( )
  - d) Lutar pela descentralização das economias dos países membros. ( )
- 3 Em 1990, o Governo moçambicano aprova a nova Constituição. Esta Constituição consagra o...
- a) estabelecimento de um regime de um partido único. ( )
  - b) princípio de concentração dos poderes numa única pessoa. ( )
  - c) princípio da liberdade de associação e organização política e a abertura do país ao mercado livre. ( )
  - d) reforço das relações com os líderes da Igreja Católica e outras confissões religiosas. ( )
- 4 O ano de 1994 marcou uma viragem na História de Moçambique devido à...
- a) criação das cooperativas de consumo. ( )
  - b) criação da Frelimo. ( )
  - c) assinatura do Acordo de Roma. ( )
  - d) realização das primeiras eleições gerais multipartidárias. ( )

# Bibliografia

Abrahamson, Hans e Nilsson, Anders – *Moçambique em transição. Um estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Edição do CEE/ISRI, 1994.

AAVV – *História de Moçambique. Agresão Imperialista*, vol. II. Maputo, UEM, 1983.

Bohaen, A. Adu (ed.) – *História Geral da África: A África sob dominação colonial, 1880-1935*, vol. VII. Paris: Unesco/Ática, 1991.

Egeró, Bertil – *Moçambique: Os primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*. Estudos 8, AHM, 1992.

Hedges, David (ed.) – *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, vol. I. Maputo: UEM, 1993.

Melo, António (coord.) – *Colonialismo e lutas de libertação*. Coleção "7 cadernos sobre a guerra colonial", 1971.

Medeiros, Eduardo – *As etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo: Edição do Arquivo Histórico de Moçambique, 1988.

Mondlane, Eduardo – *Lutar por Moçambique*. Maputo: Minerva Central, 1995.

Muiuane, Armando Pedro – *Datas e Documentos da História da Frelimo*. Maputo: 2006, 3.<sup>a</sup> edição.

Newitt, Marlyn – *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

Nhapulo, Telésfero – *Atlas Histórico de Moçambique*. Maputo: Plural Editores, 2010.

Laranjeira, Pires – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

Liesegang, Gerhard – *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 10.

José, Alexandrino e Meneses, Paula Maria – *16 Anos de Historiografia: Focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90*. Coleção "Painel", vol. I, 1991.

Uzoigwe, Godfrey N. – *Partilha europeia e conquista da África*.

Péllissier, René – *História de Moçambique. Formação e Oposição 1854-1918*, vol. I. Editorial Estampa.

Rocha, Aurélio – *Moçambique: História e Cultura*. Maputo: Texto Editores, 2006.

Segulane, Hipólito – *Das primeiras economias ao nascimento da economia-mundo*. Maputo: Universidade Pedagógica, 2007.

Souto, Amélia Neves de – *Guia Bibliográfico para o estudante de História de Moçambique*. Maputo: UEM/CEA, 1996.

Silva, Teresa Cruz e Maganhelas, Zedequias – *Notas para uma reflexão das relações Estado-Igrejas Protestantes*. Estudos Moçambicanos.

Yussuf, Adam – *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 14.

# 12.<sup>a</sup> classe

# História

Telésfero de Jesus Nhapulo

Outros títulos disponíveis para a 12.<sup>a</sup> classe

- Matemática
- Biologia
- Física
- Química
- Geografia
- TIC
- Língua Portuguesa
- Inglês
- Introdução à Filosofia
- Francês

**PLURAL**  
EDITORES

[www.pluraleditores.co.mz](http://www.pluraleditores.co.mz)

ISBN 978-989-611-234-9



09470.50

